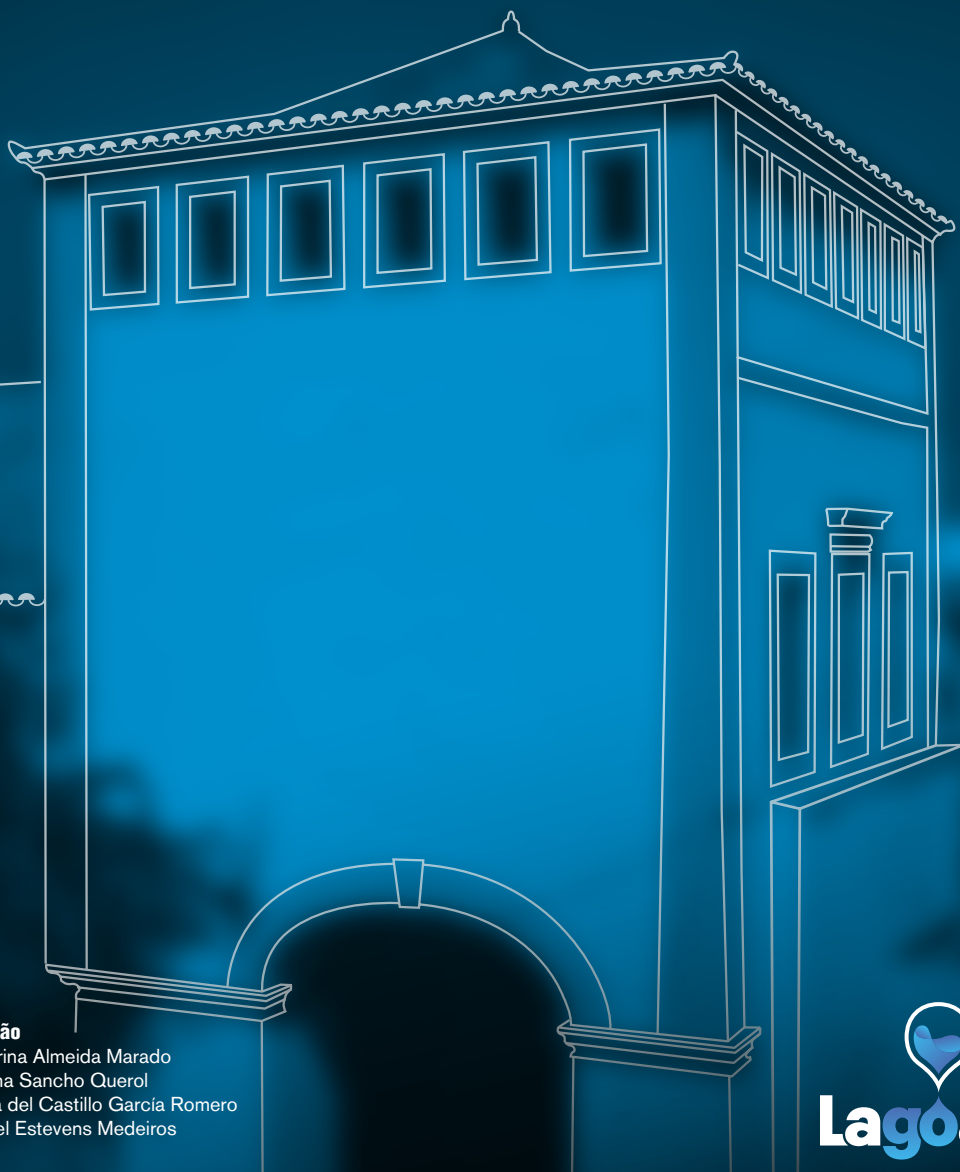


(Re)interpretações

do património conventual feminino: espaços, memórias e reutilizações

Re-interpreting
female conventual heritage:
space, memories, and reuse



Direção

Catarina Almeida Marado
Lorena Sancho Querol
María del Castillo García Romero
Ismael Estevens Medeiros

(Re)interpretações **do património conventual feminino:** **espaços, memórias e reutilizações**

Re-interpreting
female conventual heritage:
space, memories, and reuse

Ficha técnica

Título

(Re)interpretações do património conventual feminino: espaços, memórias e reutilizações
Re-interpreting female conventual heritage: space, memories, and reuse

Propriedade

Município de Lagoa
Largo do Município | 8401-851 Lagoa (Algarve)
Telf. +351 282 380 400
E-mail: expediente@cm-lagoa.pt

Edição

Município de Lagoa - Divisão de Cultura
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, polo da Universidade do Algarve

Direção

Catarina Almeida Marado
Lorena Sancho Querol
María del Castillo García Romero
Ismael Estevens Medeiros

Comissão científica

Catarina Almeida Marado
Eduardo Mosquera Adell
Elizabete de Castro Mendonça
Gianmario Guidareli
Henrik Lindblad
José Aguiar
Lorena Sancho Querol
Manuelina Maria Duarte Cândido
María del Castillo García Romero
María Teresa Pérez-Cano
Raquel Henriques da Silva
Sílvia Beltramo
Thomas Coomans

Textos

Andreia Fidalgo
Bárbara Santos
Catarina Almeida Marado
Christer Gustafsson
Clara Mosquera Pérez
Eduardo Mosquera Adell
Gabriela Vieira
Henrik Lindblad
Ignacio González-Varas Ibáñez
Ismael Estevens Medeiros

Javier Ostos Prieto
Johan Eriksson
José Ramón Barros Caneda
Lorena Sancho Querol
Luís António Alves da Encarnação
Maria del Castillo García Romero
Maria Luísa Jacquinet
María Teresa Pérez Cano
Raquel Henriques da Silva
Rui Lobo
Tiago Sobral

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade da respetiva autoria.

Revisão de textos

Obra submetida a revisão por pares (*peer review*) para garantir a maior qualidade científica. Revisão final dos textos realizada por Catarina Almeida Marado, Ismael Estevens Medeiros e Maria del Castillo García Romero.

Capa e contracapa

Mirante do Convento de São José de Lagoa

Pré-paginação

Ismael Estevens Medeiros

Paginação e artes gráficas

Amarelo Laranja Creative

Impressão e acabamento

Amarelo Laranja Creative

Depósito legal

554757/25

ISBN

978-989-8053-44-2 | edição impressa
978-989-8053-45-9 | edição digital

DOI

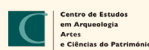
<https://doi.org/10.34623/m16e-x322>

Tiragem

300 exemplares

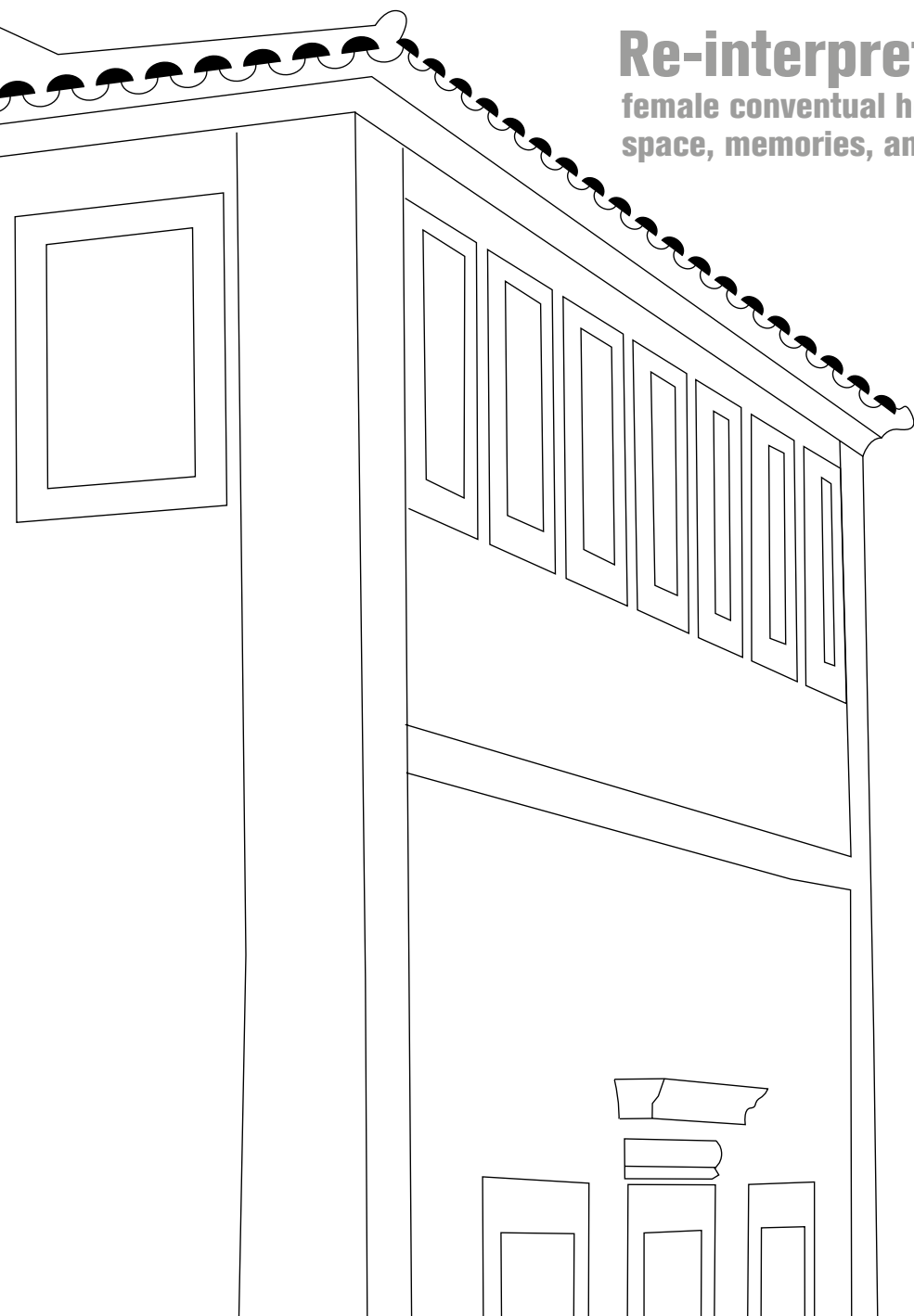
Data de publicação

novembro de 2025



(Re)interpretações **do património conventual feminino:** **espaços, memórias e reutilizações**

Re-interpreting
female conventual heritage:
space, memories, and reuse



(Re)interpretações **do património conventual feminino:** **espaços, memórias e reutilizações**

Re-interpreting

**female conventual heritage:
space, memories, and reuse**



Direção

Catarina Almeida Marado

Lorena Sancho Querol

María del Castillo García Romero

Ismael Estevens Medeiros

8 Sumário

Table of Contents

13 Nota de abertura

Foreword note

Luís António Alves da Encarnação

17 Novas formas de olhar o património conventual feminino

New perspectives on female conventual heritage

Catarina Almeida Marado, María del Castillo García Romero, Lorena Sancho Querol, Ismael Estevens Medeiros

I

25 Construir e habitar a cidade conventual: renovadas narrativas, transferências e intercâmbios

Constructing and dwelling in the conventual city: renewed narratives, transfers, and interactions

27 Quadros do monaquismo feminino no Portugal da Época Moderna: sentidos, espaços e vivências

Portraits of female monasticism in Early Modern Portugal: meanings, spaces, and experiences

Maria Luísa Jacquinet

39 Vivências e espaços religiosos no feminino: as dimensões materiais e imateriais do Convento de São José em Lagoa

Female religious experiences: the material and immaterial dimensions of the Convent of Saint Joseph in Lagoa

Catarina Almeida Marado, Andreia Fidalgo, Tiago Sobral, Ismael Estevens Medeiros

63 Inmuebles disimulados: conventos femeninos en San Fernando (Cádiz)

Concealed properties: female convents in San Fernando (Cádiz)

José Ramón Barros Caneda

75 Los espacios conventuales femeninos en Toledo: el silencio de una ciudad levítica

Female convent spaces in Toledo: the silence of a levitical city

Ignacio González-Varas Ibáñez

II

93 Memórias da arquitetura conventual: histórias recentes, novos olhares, outros discursos

Memories of conventual architecture: recent histories, new perspectives, other discourses

95 A extinção dos conventos de Lisboa: alguns desafios atuais

The dissolution of Lisbon's convents: contemporary challenges

Raquel Henriques da Silva

- 103 História Falada: Ecos de memória, sentidos coletivos e perspectivas de futuro para o Convento de São José em Lagoa**
Spoken History: echoes of memory, collective meanings, and future perspectives for the Convent of Saint Joseph in Lagoa
Gabriela Vieira, Lorena Sancho Querol, Catarina Almeida Marado, Bárbara Santos
- 123 Convento de Nossa Senhora do Paraíso: reconstituição gráfica de um desaparecido património arquitetónico em Évora**
Convent of Our Lady of Paradise: graphic reconstitution of a disappeared architectural heritage in Évora
Tiago Sobral, Rui Lobo, Catarina Almeida Marado
- 143 Mulheres na implementação de sistemas conventuais femininos: novas perspectivas de análise a partir dos estudos de género no antigo Reino de Sevilha**
Women in the establishment of female conventual systems: new analytic perspectives through gender studies in the former Kingdom of Seville
María del Castillo García Romero

III

- 153 Os desafios do património conventual na contemporaneidade: uma perspetiva comparada a partir do caso masculino**
Contemporary challenges to conventual heritage: a comparative approach based on the male context
- 155 The transformation of the former Convent of Saint Augustine in Seville: from urban planning to architectural detail**
A transformação do antigo Convento de Santo Agostinho em Sevilha: do ordenamento urbano ao detalhe arquitetónico
María Teresa Pérez-Cano, Javier Ostos-Prieto, Clara Mosquera-Pérez, Eduardo Mosquera-Adell
- 173 Sacred sites, Abandoned abbeys: Sustainable Heritage Tourism in Southern Sweden**
Locais sagrados, abadias abandonadas: turismo cultural sustentável no sul da Suécia
Henrik Lindblad, Johan Eriksson, Christer Gustafsson
- 193 Resumos**
Abstracts
- 215 Notas biográficas**
Biographical notes

(Re)interpretações **do património conventual feminino:** **espaços, memórias e reutilizações**

Re-interpreting
female conventual heritage:
space, memories, and reuse

Nota de abertura

Foreword note

Luís António Alves da Encarnação

Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

É com particular satisfação que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, tenho a honra de redigir uma breve nota introdutória à obra (Re)interpretações do património conventual feminino: espaços, memórias e reutilizações | *Re-interpreting female conventual heritage: space, memories, and reuse*. Esta publicação integra-se no âmbito do Projeto CONVENTUS - Novos olhares sobre o edifício do antigo Convento de São José em Lagoa, promovido pelo Município de Lagoa em estreita articulação com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património - Polo Universidade do Algarve.

A obra que agora se publica resulta do trabalho produzido no âmbito do Projeto CONVENTUS, conjugando a investigação realizada no seio do projeto com a de outros investigadores e investigadoras da área que se reuniram em torno das problemáticas da arquitetura conventual, nomeadamente no Seminário Internacional “Novos olhares sobre a arquitetura e o património conventual feminino”, realizado em Lagoa, em novembro de 2024. Este encontro constitui um dos muitos legados intelectuais do CONVENTUS, reunindo não apenas os contributos de muitas das investigadoras e investigadores convidados para o encontro, mas também de projetos levados a cabo em diferentes países, áreas disciplinares e contextos institucionais. Em comum, os dez artigos que dão corpo ao livro partilham entre si o interesse convergente pelo património conventual - predominantemente o feminino, mas também o masculino -, ao explorarem as suas múltiplas expressões temporais e espaciais e as suas implicações sociais e arquitetónicas.

A diversidade das abordagens propostas - que vão desde a análise histórico-arquitetónica à reconstituição gráfica, passando pela história oral, pelas práticas museológicas e pelas leituras urbanísticas -, favorece um diálogo interdisciplinar e permite uma leitura comparada de realidades conventuais de contextos geográficos tão diversos como Portugal, Espanha ou Suécia.

Os textos reunidos estão organizados em três eixos temáticos que estruturam a reflexão coletiva. O primeiro eixo enfatiza a compreensão do património conventual enquanto expressão histórica e identitária. Maria Luísa Jacquet analisou os sentidos, espaços e vivências do monaquismo feminino na Época Moderna portuguesa, ao passo que Catarina Almeida Marado, Andreia Fidalgo, Tiago Sobral e Ismael Esteves Medeiros cruzam os resultados da investigação documental do Projeto CONVENTUS com a análise da arquitetura do antigo Recolhimento (ou Convento) de São José de Lagoa, construindo uma leitura diacrónica das vivências e dos usos do edifício conventual, a partir da qual procuram desenvolver propostas para os futuros plano museológico e programa museográfico do espaço. O terceiro artigo, da autoria de José Ramón Barros Caneda, analisa a inserção visual dos conventos femininos de San Fernando, em Cádiz, no tecido urbano ilustrado. A estes três textos soma-se o de Ignacio González-Varas Ibáñez, que reflete sobre a presença e o silêncio dos espaços conventuais femininos em Toledo, e propõe uma leitura simbólica da cidade enquanto espaço levítico, isto é, um lugar de sacralidade, silêncio e clausura.

O segundo eixo temático centra-se na relação entre património, memória e comunidade, com destaque para as abordagens participativas e as investigações ancoradas em conjunturas locais. Raquel Henriques da Silva problematiza os desafios colocados pela extinção dos conventos de Lisboa no século XIX, enquanto Gabriela Vieira, Lorena Sancho Querol, Catarina Almeida Marado e Bárbara Santos recorrem à história oral para fazer emergir sentidos coletivos em torno do Convento de S. José, partindo das vozes das pessoas de Lagoa auscultadas no Projeto CONVENTUS. Tiago Sobral, Rui Lobo e Catarina Almeida Marado propõem uma reconstituição gráfica do desaparecido Convento de Nossa Senhora do Paraíso, contribuindo para a revalorização das formas de vida conventual na cidade de Évora através de uma abordagem arquitetónica e histórica. O último texto do capítulo é o de María del Castillo García Romero, que introduz a leitura crítica dos estudos de género, em torno dos processos de construção da arquitetura e do sistema religioso feminino no antigo Reino de Sevilha, explorando os seus significados socioculturais.

O terceiro e último eixo incide nas estratégias de reinterpretação, reconversão e sustentabilidade do património conventual. María Teresa Pérez-Cano, Javier Ostos-Prieto, Clara Mosquera-Pérez e Eduardo Mosquera Adell analisam o processo de reconversão do antigo Convento de Santo Agostinho, em Sevilha, numa operação urbanística que articula reutilização funcional com a salvaguarda do património arquitetónico. Por fim, Henrik Lindblad, Johan Eriksson e Christer Gustafsson debatem sobre práticas de turismo cultural sustentável numa região do sul da Suécia, demonstrando como igrejas e mosteiros desativados podem ser integrados em novas dinâmicas locais através de estratégias de valorização patrimonial e do envolvimento das comunidades.

Para o Município de Lagoa, esta publicação reveste-se de um significado particularmente relevante. Ao lançar um olhar renovado sobre a história e a memória do Convento de S. José - imóvel que é propriedade do Município há mais de cem anos -, e confrontar o edifício e a sua história com realidades análogas, esta obra confere relevância não só à análise das dimensões materiais e simbólicas do património construído, como também à participação e escuta ativa da comunidade que com este mantém laços de afetividade. As propostas de valorização patrimonial aqui apresentadas refletem a ambição clara de fazer deste edifício - que há mais de trinta anos é o Centro Cultural da cidade de Lagoa -, um caso exemplar de reintegração

patrimonial. Trata-se de um processo sustentado no diálogo virtuoso entre o saber académico e a participação ativa das pessoas da comunidade, pilares fundamentais para o enraizamento de ações culturais. Esta ambição ganha especial relevância numa altura em que o Município assume a iniciativa de propor a classificação do imóvel, reconhecendo-lhe valores que justificam a sua preservação.

Regressando ao conteúdo do livro, estamos perante uma obra que transcende fronteiras disciplinares e geográficas, afirmando-se como um contributo relevante para o debate internacional sobre os destinos e os sentidos do património conventual. Espaços que foram, outrora, dedicados à clausura, à espiritualidade e à vida comunitária, revelam-se hoje como centros de produção de conhecimento, de solidariedade social, criação artística e experimentação arquitetónica. Hoje, muitos dos edifícios conventuais encontram-se numa encruzilhada entre o abandono e a revitalização, entre a quietude do passado e os imperativos do presente. Este livro convida-nos a escutar essas vozes historicamente silenciadas e a conjeturar futuros cenários patrimoniais mais sustentáveis, inclusivos e socialmente comprometidos.

Quero expressar o meu profundo reconhecimento a todas e todos os que tornaram possível esta obra: às investigadoras e investigadores, à coordenação do Projeto CONVENTUS, às técnicas e técnicos do Município, às instituições parceiras e, muito especialmente, à comunidade local que tem acompanhado e acarinhado o CONVENTUS com notável envolvimento. O vosso empenho honra a memória coletiva de Lagoa e projeta novas possibilidades para o seu futuro. Que em conjunto estas dez comunicações inspirem o surgimento de mais projetos na linha do nosso, investigações e políticas públicas orientadas para a salvaguarda e utilização consciente dos edifícios conventuais, promovendo abordagens críticas, participativas e transformadoras, que permitam reafirmar o património cultural como um elemento enformador de identidade, coesão social e desenvolvimento sustentável.

Lagoa, setembro de 2025.

Novas formas de olhar o património conventual feminino

New perspectives on female conventual heritage

Catarina Almeida Marado
María del Castillo García Romero
Lorena Sancho Querol
Ismael Estevens Medeiros

Nas últimas décadas, o ressurgimento do interesse pela arquitetura e pelo património conventual tem gerado importantes frutos, impulsionado pelo trabalho de grupos e projetos de investigação pioneiros, tanto a nível nacional como internacional. Neste sentido, o caso da Europa, pela sua dimensão histórica e cultural, oferece resultados interessantes, muito especialmente a sua região sul. Neste contexto, Portugal prefigura-se como um dos territórios de elevado potencial, dado o elevado número de estabelecimentos conventuais construídos ao longo da sua história e a percentagem desses edifícios que subsiste na atualidade, apesar das intervenções e reconversões funcionais de que foram alvo.

Este cenário, concretamente no âmbito do fenómeno conventual feminino e por meio da aplicação de novas metodologias, quer do ponto de vista do património cultural quer da sua gestão, dá lugar a uma panorâmica renovada, resultado de uma nova forma de olhar, integrada e integradora, que cruza diferentes saberes e distintas disciplinas para abordar os novos *problemas culturais* que surgem à luz do estudo, da reutilização e da valorização destes bens imóveis, dos contextos e das memórias que lhes estão associadas.

É precisamente neste âmbito que se insere o Projeto *CONVENTUS - Novos olhares sobre o edifício do antigo Convento de São José em Lagoa*, desenvolvido a partir de uma colaboração entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), o Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património - Polo da Universidade do Algarve (CEAACP-UAAlg) e o Município de Lagoa, com coordenação científica de Catarina Almeida Marado e Lorena Sancho Querol e com o acompanhamento e coordenação de Ismael Estevens Medeiros e Sandra

Generoso da parte do Município de Lagoa. Este projeto tem como objetivo principal abordar o edifício do antigo Convento de São José de Lagoa (Algarve) recorrendo a um complexo processo de investigação-ação participativa que incluirá a intervenção de diferentes agentes. Esse processo permitirá apresentar novos olhares, inclusivos e plurais, cruzando a análise histórica e arquitetónica com a dimensão social e cultural que, de múltiplas formas, conformou este emblemático imóvel até aos nossos dias. Os resultados desta investigação permitirão definir bases para a elaboração de um plano museológico e de um projeto museográfico de caráter, natureza e anatomia participativos para o Centro Cultural que atualmente funciona no edifício.

Ao reunir uma vasta equipa, constituída por investigadoras/es e técnicas/os municipais de diversas áreas científicas - arquitetura, história, história da arte, museologia, sociologia e estudos de património -, por membros da comunidade local - aplicando ativamente o conceito de ciência-cidadã - e por um conjunto de consultoras/es científicas/os provenientes de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, o Projeto CONVENTUS procura diluir as fronteiras epistemológicas e territoriais que até agora têm limitado as iniciativas surgidas neste âmbito de investigação.

Com um marcado interesse na valorização e reativação do património cultural, das suas memórias e das comunidades locais a este associadas, o CONVENTUS empreendeu simultaneamente um conjunto de iniciativas de diversas índoles - algumas ainda em curso -, procurando congregiar diferentes agentes, desde a comunidade científica, aos técnicos regionais e municipais, às associações culturais, à comunidade local e ao público em geral. Para além de potenciarem a partilha e a recolha de informação, extremamente úteis para a realização da investigação, estas iniciativas, materializadas em atividades e produtos diversos, permitiram ainda a disseminação do conhecimento produzido sobre temáticas relacionadas com o Convento de São José, com o intuito de contribuir para o avanço do estado da arte e de, simultaneamente, criar dinâmicas de divulgação e participação no contexto deste espaço cultural que se mantenham no futuro.

Uma das atividades realizadas foi o Seminário Internacional “Novos olhares sobre a arquitetura e o património conventual feminino”, que se celebrou em Lagoa, no próprio Centro Cultural Convento de São José, entre 21 e 22 de novembro de 2024, contando com a participação de um amplo e diversificado conjunto de investigadoras/es e técnicas/os do património cultural, procedentes de diversos países europeus. O objetivo deste evento foi discutir as mais recentes abordagens ao estudo da arquitetura conventual feminina, incluindo a exploração do conhecimento sobre os novos usos e significados que esta adquiriu ao longo do tempo, tanto antes como depois da extinção das ordens religiosas, mas também os desafios que se colocam hoje à musealização e à gestão deste vasto e rico património.

Com o objetivo de entrelaçar o conhecimento obtido a partir do Projeto CONVENTUS com os resultados do referido seminário e de outros trabalhos de investigadoras/es parceiras/os que trabalham com estas temáticas, e que, em paralelo, sublinham a importância do fenómeno conventual feminino, dos seus testemunhos materiais e imateriais, e do seu impacto vital no contexto urbano, organizou-se a presente publicação.

(Re)interpretações do património conventual feminino: espaços, memórias e reutilizações constitui assim um elemento fundamental para a difusão e divulgação da investigação que, de forma transdisciplinar e polifónica, foi gerada no seio do CONVENTUS, tanto de forma interna, como também em colaboração com alguns das/os principais investigadoras/es sobre o património conventual no âmbito europeu.

Os seus aportes exemplificam as semelhanças e divergências detetadas no seguimento dos trabalhos de análise e interpretação que permitiram apresentar um contributo para (re)escrever a história da arquitetura conventual feminina em geral, e dos seus variados usos, funções e valores em particular, resultado das contingências que esta tipologia arquitetónica experienciou historicamente em diferentes contextos nacionais e internacionais.

O objetivo da publicação vai além da análise dos processos históricos inerentes à conformação deste substrato patrimonial e conventual feminino, uma vez que, paralelamente, ocupa-se dos processos de (re)interpretação que atravessam os novos *modos de ver* – na perspetiva de John Berger, tal como formulada em *Ways of Seeing* (1972). Esses modos de ver articulam perspetivas de análise contemporâneas a partir das quais se definem os patrimónios, tanto a partir das comunidades, como da academia, ou ainda das instituições públicas ou privadas que os tutelam.

Nesse sentido, neste livro aborda-se a arquitetura conventual feminina de forma inovadora e desde diversos pontos de vista, atendendo às múltiplas especificidades procedimentais e metodológicas que envolvem esta temática. Simultaneamente é tida em conta a importância do conhecimento, tanto histórico como atual, sobre estes edifícios, diferenciando, mas também entrecruzando, os períodos que caracterizam as suas diferentes etapas da vida, as comunidades associadas e as memórias geradas.

Deste modo, ao longo do livro, dez artigos expõem os resultados de diversos trabalhos de investigação provenientes de diferentes pontos da geografia europeia, que nos trazem abordagens distintas sobre a origem, o papel e a evolução de um património conventual de extrema relevância em diferentes contextos e altamente variado nas suas circunstâncias, usos e valores culturais. Estes contributos encontram-se organizados em três grupos - ou capítulos - que respondem aos eixos principais da investigação desenvolvida no Projeto CONVENTUS.

O primeiro grupo, que corresponde à primeira parte do livro, intitula-se “Edificar e habitar a cidade conventual: renovadas narrativas, transferências e intercâmbios”. Coloca o foco, com profundidade de campo sobre a relação entre arquitetura, vivência religiosa e cidade na procura de novas lentes e discursos inovadores sobre os espaços conventuais femininos. Neste contexto, o entendimento destes espaços como a materialização da vida consagrada, regida pelos votos de pobreza, castidade e obediência, permite-nos refletir sobre os nexos, materiais e imateriais, que se estabeleceram entre as vivências religiosas e o edificado, bem como a sua permanência e significado nos espaços patrimonializados.

Por outro lado, a relevância que para a história urbana manifestam as sinergias que estes edifícios estabeleceram com as cidades e vilas, e, por extensão, com o território, permitem-nos aprofundar um processo de edificação que ultrapassa os limites da cerca conventual para uma aproximação à cidade como *caixa de ressonância* deste património conventual, nas suas múltiplas facetas. Estes aspetos configuram-se como um ponto de partida para construir novas narrativas que sustentam os processos de transferência e intercâmbio entre a vida em clausura, o objeto arquitetónico e o mundo urbano.

Seguindo esta linha, inaugura a obra um texto de Maria Luísa Jacquinet dedicado ao fenómeno monástico-conventual feminino em Portugal na Época Moderna, um dos períodos de maior eclosão destas formas de religiosidade e das suas manifestações arquitetónicas. Tendo em conta o destino final do universo monástico feminino, tendente à patrimonialização, torna-se necessário analisar o valor dos significados que,

durante séculos, mantiveram a conexão, material e simbólica, entre a vida religiosa e os edifícios conventuais, na medida em que neles ficaram ancoradas memórias, identidades e valores culturais que é urgente preservar. Jacquinet enfatiza esta última questão, através da recriação dos cenários que sustentaram o significado material e espiritual da vida monástica feminina, dando lugar a um património em grande medida alterado e sujeito a ressignificações permanentes. A concluir, a autora destaca ainda a forma como o processo de extinção das casas femininas - distintos do dos seus congêneres masculinos - possibilitou processos de resistência moral e institucional que, nalguns casos, dariam lugar a uma continuidade da vida religiosa, ainda por explorar, entre os primitivos usos destes espaços e as suas utilizações posteriores.

O texto que se segue, cuja autoria conjunta integra membros da equipa do Projeto CONVENTUS - Catarina Almeida Marado, Andreia Fidalgo, Ismael Estevens Medeiros e Tiago Sobral -, explora precisamente este aspeto, focando-se no caso particular do antigo Recolhimento de São José de Lagoa, vulgarmente conhecido como Convento de São José. Este imóvel apresenta-se como um modelo de resistência e reinvenção institucional que perdura, no tempo e no espaço, desde a sua fundação inicial até ao encerramento do colégio que ali funcionou nos inícios do século XX. Neste texto, as/os autoras/es procuram identificar as continuidades e descontinuidades dos modos de vida religiosa, dos usos, dos significados e dos momentos construtivos do edifício, assim como das particularidades das suas características arquitetónicas enquanto casa religiosa feminina. A perspetiva diacrónica que rege a investigação desenvolvida pelo Projeto CONVENTUS permite transpor barreiras entre os diferentes tempos históricos e efetuar uma leitura de continuidade, tanto desta primeira etapa da vida do edifício, como das fases seguintes até aos dias de hoje. A partir deste contributo é possível traçar tanto os sistemas metodológicos, quanto procedimentais e conceituais, que dão corpo a uma investigação interdisciplinar e multidirecional orientada para a análise das dimensões materiais e imateriais do Convento de São José, como geradores de significados culturais ao longo da sua história. Este trabalho servirá como alicerce para promover, em prol da conservação, tanto do edifício quanto das múltiplas identidades associadas ao mesmo, um plano museológico de carácter, natureza e anatomia participativos.

O terceiro capítulo, a cargo de José Ramón Barros Caneda, abre o debate sobre a relação entre a arquitetura religiosa feminina e a cidade. Abordando o conjunto de três cenóbios da pequena vila de San Fernando (Cádiz), este texto tece novos discursos sobre a visão da relação arquitetura-cidade. Neste contributo, o autor expõe de maneira precisa a formação da arquitetura conventual feminina a partir da irrupção das novas ideias iluministas, um fenómeno cuja penetração na Baía de Cádiz durante o século XVIII redefiniu esse contexto. Nesse sentido, Barros Caneda propõe uma nova leitura urbana desses conventos como “imóveis disfarçados”, uma arquitetura integrada numa estética visual puramente civil, que gera uma simbiose, uma comunhão de formas e estruturas entre os edifícios e seus respetivos contextos. Em contraste com os dois conventos masculinos de presença monumental, formal e volumétrica, os três conventos femininos da Companhia de Maria, das Capuchinhas e da Santíssima Trindade (séc. XVIII, XIX e XX, respetivamente), mantendo as características da tipologia conventual feminina, assumiram e continuam a assumir uma presença visual discreta que se afasta bastante da plasticidade barroca, fazendo com que se diluam na cidade.

Dedicando-se igualmente à dimensão urbana dos espaços conventuais, o capítulo da autoria de Ignacio González-Varas Ibáñez, que encerra a primeira parte do livro,

debruça-se sobre a cidade de Toledo. Neste sugestivo texto é apresentada, de forma meticulosa, uma reflexão sintética sobre a presença histórica dos espaços conventuais femininos nesta cidade espanhola. Atualmente, essa presença articula-se de forma bidirecional, diferenciando-se o vasto conjunto de estabelecimentos que mantêm ainda o seu uso religioso dos que foram destinados a novos usos. Ao longo do texto é ainda analisada a diversidade tipológica e arquitetónica deste conjunto, entendido não só como espaço físico, mas também espiritual, assim como o legado cultural desta presença que está hoje latente na cidade. Razão pela qual o autor propõe como desafio futuro uma necessária reflexão sobre o espaço, tanto vital quanto construído, que envolve o *objeto* convento, além de trazer à tona as iniciativas de diversas instituições que se ocupam de estudar, gerir e valorizar este património cultural, nomeadamente aquelas levadas a cabo no contexto do grupo do projeto de investigação CLAUSTRAT, assentes numa metodologia integrada de estudo, avaliação da situação e difusão alargada da informação.

A segunda parte da presente publicação, denominada “Memórias da arquitetura conventual: histórias recentes, novos olhares, outros discursos”, compreende uma série de textos que direcionam a investigação para outros caminhos, revelando diferentes perspetivas de abordagem sobre o património conventual feminino. Estas (re)visões sobre o tema trazem à luz do dia outras histórias, significados e narrativas sobre a arquitetura e os bens nesta integrados, criando um campo propício à construção e ao aprofundamento de novos discursos, articulados a partir de metodologias inovadoras que refletem os valores e os instrumentos proporcionados pela contemporaneidade, contribuindo assim para uma renovada forma de olhar para estes espaços.

A abrir esta temática, o texto de Raquel Henriques da Silva reflete sobre o significado cultural dos espaços conventuais que ao longo de séculos modelaram o território e a imagem da cidade de Lisboa, e sobre a forma de garantir a sua preservação. Partindo dos resultados do Projeto Lx-CONVENTOS, que caracterizou individualmente os 70 cenóbios existentes nesta cidade à data da extinção das ordens religiosas e estudou as dinâmicas de transformação urbana que aí ocorreram ao longo do século XIX, a autora questiona os desafios contemporâneos da salvaguarda e valorização dos ex-conventos levada a cabo nos últimos anos, nomeadamente daqueles que receberam novas ocupações ou que aguardam futuras reconversões, o que representa um desafio relevante para o futuro e abre caminho a novas investigações. Neste contexto, são enfatizados os vestígios materiais e as memórias associadas à extensão cronológica e à complexidade das suas longas e diversificadas existências, determinadas pelas novas funções que adquiriram depois da extinção e com as quais ganharam novos e relevantes valores patrimoniais.

Nesta mesma linha, o capítulo que se segue apresenta uma abordagem alternativa no contexto da investigação sobre os usos e significados que os antigos espaços conventuais adquiriram depois da extinção, constituída pela recolha de narrativas biográficas que revelam as múltiplas camadas de significado atribuídas ao antigo Convento de São José de Lagoa, desde a sua função educativa até ao papel atual como espaço cultural. Efetuado no âmbito do Projeto CONVENTUS, este contributo de Gabriela Vieira, Lorena Sancho Querol, Catarina Almeida Marado e Bárbara Santos apresenta uma investigação centrada na história falada e na participação ativa da comunidade local na construção do conhecimento sobre este património, discutindo assim os resultados de um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas no contexto do projeto. Esta metodologia de análise permitiu revelar as memórias e

os significados atribuídos ao antigo convento que, em articulação com os dados resultantes da investigação histórica e arquitetónica, permitirá uma interpretação plural e inclusiva sobre as diferentes dimensões materiais e imateriais do edifício. Constituindo-se como uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento comunitário, ao estreitar laços entre a cidadania e o património local de forma integradora e acessível, tanto individual quanto coletivamente, tem como objetivo final fortalecer essa relação no tempo, nomeadamente no contexto da implementação de um plano museológico para o edifício, que promoverá ativamente os seus valores socioculturais e a sua importância no seio da comunidade local.

Explorando igualmente novas abordagens ao estudo do património conventual feminino, o texto da autoria de Tiago Sobral, Rui Lobo e Catarina Almeida Marado aborda um dos cenóbios desaparecidos da cidade de Évora, o Convento de Nossa Senhora do Paraíso, para o resgatar ao silêncio através da realização de um interessante exercício de reconstituição virtual do património conventual. Partindo da interpretação do processo de inserção dos conventos femininos na cidade de Évora, este contributo começa por prestar atenção aos momentos de construção e de deterioração/demolição do referido imóvel, que foi fundado no século XV e desapareceu por completo no início do século XX, para se focar posteriormente na elaboração de uma proposta de reconstrução gráfica. Este exercício, assente numa detalhada estratégia metodológica e numa exaustiva descrição das fontes iconográficas, fotográficas e documentais, permitiu recuperar graficamente a configuração arquitetónica, exterior e interior, desta desaparecida casa religiosa. Em seguida, a partir desta reconstituição foi possível efetuar a interpretação dos espaços e da vida quotidiana das religiosas, contribuindo para o conhecimento sobre o impacto urbano dos antigos conventos femininos e sobre o papel das suas comunidades na cidade de Évora durante o Antigo Regime. Este texto reafirma a importância das abordagens multidisciplinares e da aplicação de novas ferramentas metodológicas para a definição de renovadas formas de olhar o património conventual feminino.

No capítulo seguinte, María del Castillo García Romero apresenta um novo modo de olhar este património, ao explorar o papel das mulheres na definição do sistema conventual feminino no antigo Reino de Sevilha, a partir dos estudos de género. Este contributo permite flexibilizar os ganhos naquilo que historicamente tem diminuído a intervenção das mulheres nos processos que conduzem à produção, circulação e consumo arquitetónico e artístico, como um tema de interesse para a historiografia em múltiplas disciplinas nas últimas décadas. Abordando o objeto de estudo a partir de uma perspetiva de género, a autora aplica diferentes fórmulas e metodologias para a reflexão crítica sobre o papel da mulher ao longo da história, assim como da sua invisibilidade no âmbito da arquitetura religiosa. Este contexto apresenta vários vazios no âmbito feminino, apesar de este coletivo se ter prefigurado como promotor de boa parte dos bens imóveis associados ao fenómeno conventual, muito especialmente no território objeto de estudo. Tomando em consideração esta realidade, analisa-se o processo de construção desde o ponto de vista intelectual, ideológico, material e vivencial por parte desses grupos, o que nos permite discernir, desde novas perspetivas, os processos construtivos que se dão na arquitetura religiosa feminina.

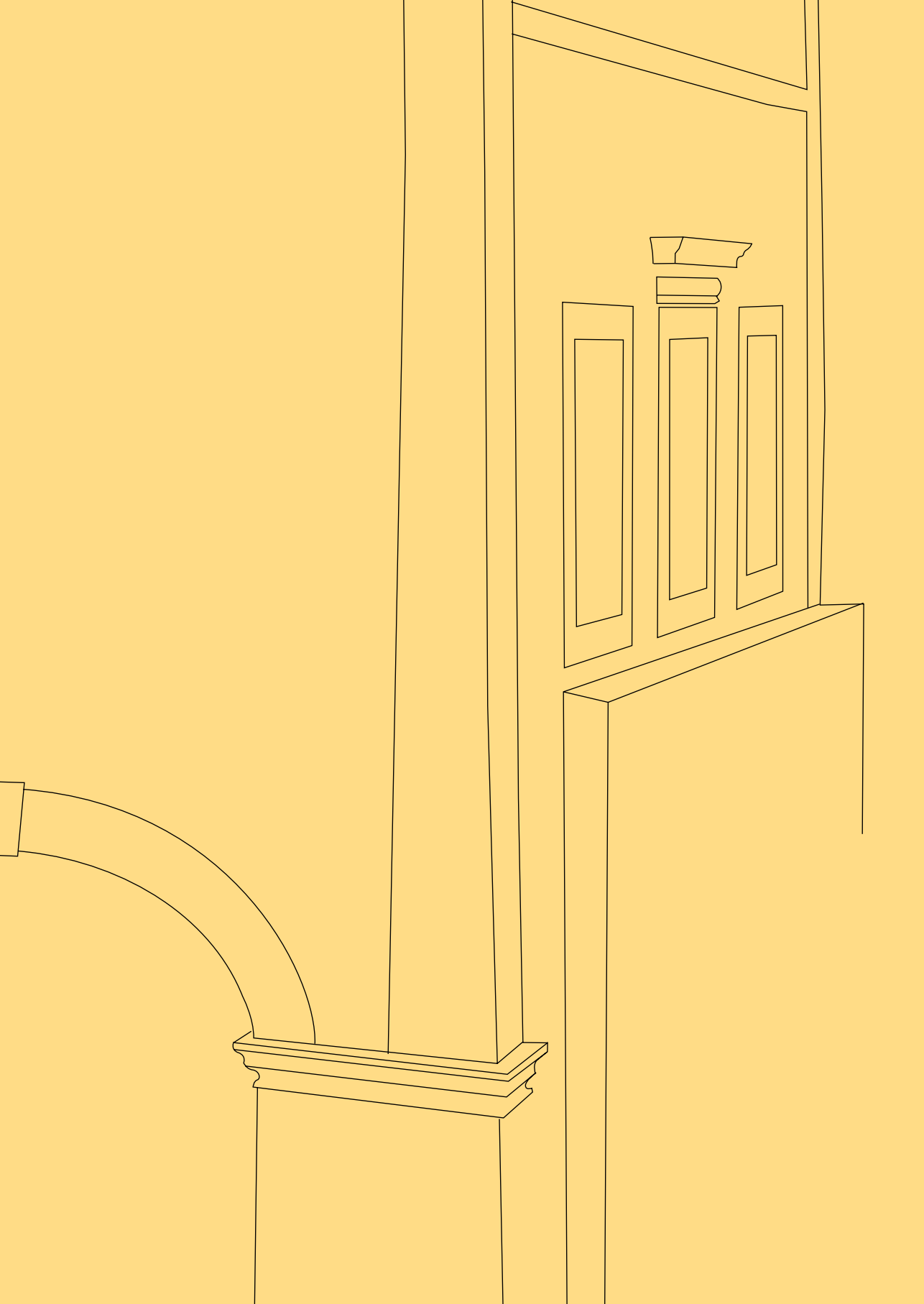
Finalmente, a terceira e última parte do livro, intitulada “Os desafios do património conventual na contemporaneidade: uma perspetiva comparativa a partir do caso masculino”, reúne dois textos que apresentam visões alternativas sobre a atualidade da preservação e ativação do património conventual, que nos permitem, uma vez

mais, colocar o foco nas diferenças de género que fazem eco na arquitetura religiosa. Atendendo aos padrões de diferenciação mencionados, assim como à implementação de projetos que valorizam, tanto os bens imóveis de forma direta como a atividade económica associada aos mesmos, podemos refletir sobre os novos reptos que se impõem a esses bens imóveis.

O primeiro dos textos, da responsabilidade de um grupo de professoras/es e investigadoras/es da Universidade de Sevilha - María Teresa Pérez-Cano, Javier Ostos Prieto, Clara Mosquera Pérez e Eduardo Mosquera Adell -, aborda o processo histórico de construção, abandono e perda do antigo Convento de Santo Agostinho de Sevilha numa ampla escala de análise, que interliga o planeamento urbano ao pormenor arquitetónico, procurando refletir sobre os seus desafios futuros. Tendo sido classificado com *Monumento Histórico* em 1964, o edifício foi objeto de concurso público em 2005 com vista à sua reconversão para uso hoteleiro, sendo o projeto atribuído aos reconhecidos arquitetos Cruz y Ortiz. Deste antigo edifício conventual restavam intactos poucos elementos, com o volume da igreja praticamente irreconhecível, em que a sua entrada principal, atribuída a Hernán Ruiz II, estava completamente desmantelada e dispersa. Em função desta realidade, os autores descrevem e abordam de forma crítica o processo que se iniciou com a interpretação do volume e proporções arquitetónicas da sua desaparecida igreja e que se estendeu à redação de um plano de proteção, que finalmente concretizaria o projeto de intervenção no edifício.

O segundo texto, que encerra o livro, apresenta uma reflexão sobre os espaços sagrados do sul da Suécia, na perspetiva da sustentabilidade turística deste património. Resultado do trabalho conjunto de uma equipa de investigação constituída por Henrik Lindblad, Johan Eriksson e Christer Gustafsson, este capítulo surge como resultado da preparação de um projeto de investigação que tem como objetivo desenvolver novas estratégias para a sustentabilidade de antigas igrejas e sítios históricos na região leste de Scania, ativando-as como recursos que possam beneficiar as comunidades locais e o desenvolvimento regional sustentável. Com base nas diferentes dimensões que compõem o património monástico medieval, o estudo articula o conhecimento das ordens religiosas e dos mosteiros e conventos presentes no território sueco desse período - incluindo a parte mais oriental da Dinamarca -, bem como da sua extinção durante a Reforma Luterana, no século XVI. Esse contexto cultural permite aprofundar, de forma significativa, o entendimento sobre o valor que o património cultural monástico e os seus sítios - abadias desaparecidas ou em ruínas - adquirem nos dias de hoje.

O Projeto CONVENTUS, desenhado para responder ao desafio premente de repensar as valências do edifício do Convento de São José de Lagoa numa abordagem participativa e transformadora, que procura promover ativamente os seus valores culturais e a sua importância no contexto local, abraçou igualmente um designio mais abrangente, nacional e internacional, direcionado a questionar as estratégias metodológicas estabelecidas e a enriquecer o conhecimento científico sobre o património conventual feminino, promovendo coletivamente novas formas de olhar estes repositórios de múltiplas histórias, memórias e significados. Assim, a partir de renovadas perspetivas transdisciplinares e multidimensionais, assentes em metodologias e instrumentos inovadores, o conjunto de textos aqui compilados procura dar resposta a esse propósito, levantando, quer individualmente quer articulando-se entre si, novas questões e apontando (ou consolidando) novos caminhos para a investigação sobre esta temática.





**Construir e habitar a cidade conventual:
renovadas narrativas, transferências e
intercâmbios**

Constructing and dwelling in the conventual city:
renewed narratives, transfers, and interactions

Quadros do monaquismo feminino no Portugal da Época Moderna: sentidos, espaços e vivências

Portraits of female monasticism in Early Modern Portugal:
meanings, spaces, and experiences

Maria Luísa Jacquet

Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
Universidade Nova de Lisboa, CHAM - Centro de Humanidades
Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar
«Cultura, Espaço e Memória»

1. Portugal e a vida monástica feminina: persistência e prestígio da *contemplatio*

Portugal apresenta, desde os finais do séc. XII ao séc. XIX ou mesmo XX, uma geografia monástica densa, ainda que regionalmente dispersa, e muito diversa em termos de observância religiosa. No seu conjunto, o monaquismo feminino português foi dominado, até aos decretos de extinção oitocentista das Ordens, pelo paradigma contemplativo, associado à observância da clausura papal, reforçada no encaço do Concílio de Trento (1545-1563) e estendida à universalidade dos cenóbios de mulheres.

A clivagem entre vocação contemplativa e vocação de vida ativa persistiu, de facto, até ao surgimento das congregações de votos simples, no séc. XIX, não obstante a pontual presença, pouco expressiva e tardia, de ordens de vocação mista, de que são exemplo Ursulinas e Visitandinas (Jacquet, 2024, pp. 182-183)¹.

A longa duração deste modelo não se traduziu, contudo, num cenário religioso homogéneo ou inflexível. A vida intramuros manifestou-se, na verdade, por meio de uma multiplicidade de observâncias e carismas particulares, declinados em graus diversos de observância, e abriu-se a uma variedade de estados, incluindo o laicado, como bem o revela a expressiva presença de educandas nos mosteiros.

1 Grande parte do artigo está ancorado em estudos prévios da autora, o que justifica que o seu conteúdo seja parcialmente respigável, conquanto de forma adaptada, de bibliografia assinada pela mesma.

Embora o mosteiro não deixasse de assomar como corolário de vida perfeita, o universo feminino clerical abarcou igualmente um número indeterminado de mulheres que, sob as designações, por vezes imprecisas, de beatas, terceiras ou recolhidas, conduziam uma vida de teor monacal. Quando não pertencentes a Ordens Terceiras e se destituídas de votos, ainda que simples, desafiavam por vezes a ortodoxia tridentina no que toca à universalidade da clausura, adotando um estilo de vida híbrido, que conjugava contemplação e apostolado social, sob a forma normalmente de assistência e caridade (Jacquinet, 2024, p. 183).

2. Monaquismo feminino: sentido e preceitos

Conquanto surpreendente a um olhar contemporâneo, o peso numérico das casas religiosas femininas não deixa de ser reflexo do quadro mental e social de um tempo. O claustro representava, efetivamente, um destino honrado, edificante e, inclusive, prestigiante para muitas mulheres que, por vocação, falta de dote matrimonial ou por via de qualquer outra estratégia familiar, se viam, por vontade própria ou alheia, levadas a abraçar a vida religiosa. Frequente para filhas segundas, quando desprovidas de dote de casamento, abriu-se também a viúvas e a diversas mulheres casadas cujos cônjuges se achavam empenhados em missões ultramarinas, diplomáticas ou noutras circunstâncias que implicassem a ausência do lar. Além disso, acolheu número não determinado de “educandas”, jovens que, até à adolescência, aí recebiam a aprendizagem das primeiras letras, de princípios básicos de educação e doutrina cristã e, ainda, formação prática em tarefas então consideradas próprias do seu género (Jacquinet, 2024, p. 183).

O universo intramuros, com efeito, proporcionava a preservação da pureza ao sancionar o afastamento do mundo e dos seus inúmeros enganos e tentações, ao mesmo tempo que assegurava a prossecução de um caminho de salvação e santificação lavrado na suplantação de quaisquer forças opostas à ascese espiritual. Mas o apelo ao claustro via-se ainda credenciado por uma matriz de perfeitibilidade moral, que, na esteira da *Devotio Moderna*, enfatizava o desapego do mundo exterior, sobrevalorizava a dimensão intimista da experiência religiosa e da comunicação com o divino e sublinhava as virtudes da penitência e da oração mental (Jacquinet, 2015, p. 231). Sobre a natureza expiatória do viver religioso, refere, não sem claro acento retórico e intenção didática, um franciscano anónimo:

Uma boa religiosa há de morrer Cada dia; porque cada dia vai tirando um do desterro, e diminuindo os da nossa penosa separação da Vista do Sumo Bem e nos vai chegando ao dia desejado de nos aclamar de posse da nossa felicidade. Pouco parece que amemos a Deus se não temos uns grandes desejos de o ver, se não por bem empregada a morte por uma Vida que não acaba.²

Exemplos não faltam de obediência a tão ascético rigorismo, embora os devamos considerar também à luz de estratégias de afirmação e prestígio dos mosteiros que os registam e reverberam. Sobre as religiosas do Mosteiro do Salvador, em Lisboa, relata-se ser tão extremo o rigor das suas práticas que “excedia, não somente a fraqueza feminina; mas todas as forças de varões muito robustos. E como só ler, ou

2 Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC]. Ms. 1252, fl. 44.

ouvir contar o que faziam mulheres de sua natureza fracas, faz tremer as carnes de puro espanto." (Baptista, 1618, fl. 12). Já sobre as monjas do Mosteiro do Santíssimo Sacramento da mesma cidade se atesta:

São elas tão fervorosas que não se satisfazendo com as [mortificações] que se lhes oferecem por obrigação do instituto, voluntariamente buscam outras, privando-se muitas vezes da honesta recreação com que o sitio em que estão as convida para se aliviarem, vendo da janela de suas celas entrar no porto desta cidade, ou sair dele, as naus da Índia e as frotas do Brasil, e outros muitos navios que entram e saem cada dia, os quais podendo ver, por não terem para isso proibição alguma, se privam de sua vista, por não perderem o interesse da mortificação (Lima, 1972, pp. 409-410).

Na sua essência, porém, e afora as motivações que, na prática, fizeram do mosteiro um destino, a vida claustral assentava num ideário radical de consagração exclusiva a Deus e na identificação com Cristo no Seu sofrimento redentor, concretizada na oração, oblação de si e adoração. A religiosa encarnava um ideal superior: como esposa de Cristo, acolhia-O, secundando simbolicamente da Encarnação de Maria, e seguia-O, prossequindo a Sua missão salvífica através da participação no caminho da cruz (Torre, 1991, p. 24).

O ideário enunciado viu-se cumulativamente credenciado, na Época Moderna, por correntes de piedade que, exaltando as virtualidades da ascese, consideravam o corpo como realidade oposta à apetência anagógica da alma, mas, ao mesmo tempo, como meio de a assistir através da penitência e da mortificação. Mas viu-se outrossim potenciada por um conceito de mulher conotado com a vulnerabilidade, a labilidade anímica e moral e a falta de autonomia e que, embora comum a diversos períodos históricos, ganhou força com a Contrarreforma, fazendo da castidade um critério de aferição da virtude capaz de se superiorizar aos demais votos monásticos de pobreza e obediência (Rosa, 1995, p. 179).

Nos complexos percursos a que deu guarida, o claustro incorporou a vida das religiosas de forma total e inapelável: na vida, nos vários estádios e hierarquias da sua entrega, e também na morte, ao dar sepultura aos seus corpos - pertença, afinal do mosteiro – e ao gerir a herança das suas ações, obliterando-as, se não edificantes, ou propalando-as, se exemplares (Rosa, 1995, p. 24).

3. (Algumas das) Faces da vida monástica

3.1. Os espaços da clausura

Concreção espacial e material do ideário e programa espiritual que o enforma, o mosteiro criou uma gramática de uma impressividade quase maniqueísta, antepondo o contato com o exterior a uma zelosa reserva em relação ao mesmo. Esta polarização estende-se ao plano decorativo, que contrapõe um exterior normalmente pesado e austero, a um interior cujo esplendor envolve os espaços conotados com a sacralidade: o templo e os coros, mas também a sacristia, a sala do capítulo e capelas devocionais (Jacquinet, 2015, pp. 232-235)³.

Conquanto matizado pelos preceitos que, em concreto, regiam cada comunidade, a organização espacial da clausura obedecia a um formulário característico.

3 Seguiu-se de perto a redação do texto referenciado.

Assinalando o contacto com o mundo, a portaria dava acesso à casa da roda – por onde eram recebidos os objetos vindos do exterior –, e ao locutório, provido de grade de ferro e, nalguns casos, também de divisórias metálicas perfuradas e recobertas por um véu. Contigua à roda e à grade desenvolvia-se a cela da irmã rodeira, assim se garantindo o uso correto daqueles espaços de comunicação por essência condicionada. No templo monástico, uma grade de ferro e acessos diferenciados a cada uma das áreas por ela divididas provia à necessária cisão entre comunidade religiosa e o sacerdote e fiéis. O coro alto, designado também como “igreja de dentro”, sobrepujando normalmente o coro baixo, desenvolvia-se em posição diametralmente oposta ao altar-mor. Cindido por gradeamento férreo, portas e pano negro, acolhia a comunidade durante a oração e ofício divino (Jacquinet, 2015, pp. 232-235). Recorrendo a soluções semelhantes, no coro baixo, afeto a ocasiões solenes, abria-se um comungatório e, nalguns casos, um ou mais confessionários. Adstrita à igreja, a sacristia, munida ou não de roda, desdobrava-se em sacristia de dentro, acessível às religiosas, e sacristia de fora, acessível ao sacerdote, capelão ou confessor. Uma outra roda, destinada à passagem de produtos de lavoura, mediava o contacto entre a clausura e a cerca, enquanto grades férreas fechavam a totalidade das janelas do cenóbio. O mirante, configurado como torre e provido de pequenas frestas, permitia às monjas contemplar recatadamente o mundo exterior e assistir a solenidades desenroladas no claustro ou cerca que envolvessem elementos externos à clausura.

Os institutos por nós compulsados refletem este esquema genérico, muito embora evidenciem algumas particularidades. No que concerne à disposição espacial, as Constituições do Mosteiro de clarissas do Crucifixo, em Lisboa, estabelecem que a portaria deveria

ter uma roda, ou torno, que tenha portas por dentro, e por fora, as quais de noite, e de dia, quando dormem, estejam fechadas, e se possa receber por ele os recados, que couberem, para que não seja necessário abrir-se a Portaria, senão poucas vezes para o que for preciso.⁴

Sobre o locutório, o Mosteiro do Desagravo, também de Lisboa, oferece uma imagem eloquente, determinando os seus estatutos que, na casa da roda, deveria existir um locutório

com grades de ferro, e pontas do mesmo para fora, e por dentro tenha duas latas de metal, ou folha de Flandres do mesmo tamanho, quase unidas, com pequenos buracos para passarem as vozes, em forma que nada se veja por eles; terão mais um pano, ou véu pregado, que as cubra. As latas estarão tão fixas e pregadas na parede, que nunca se possam tirar, sem artifício de pedreiro, ou Carpinteiro.⁵

No Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Luz, fundado em 1694, da Regra da Imaculada Conceição, o espaço litúrgico obedecia às seguintes prescrições:

No muro que separa as Irmãs da Capela construam-se duas janelas grandes ou uma, segundo a disposição do coro, com grades de ferro protegidas por fora e por dentro com cortina preta, de modo que as Irmãs não possam ver as pessoas que estão na igreja. Nelas haverá também portas de madeira da parte de dentro com fechadura e chave, as

4 *Regra e constituições da Ordem de Santa Clara*. (1523). s.l.: s.n.

5 *Constituições e leis por que se hão de governar as religiosas do Convento do SS. Sacramento de Lisboa*. (1822, p. 48). Imprensa da Universidade de Coimbra.

quais portas não se abrirão senão quando se reza o Ofício divino; mas a cortina só se levantará para a elevação do Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo.⁶

3.2. Caminhos de perfeição: entre público e privado

O ideal de santidade percorreu, desde sempre, a clausura, reduto e forja de almas perfeitas. Alcançar a virtude religiosa constituía não apenas um mérito individual, mas também uma honra e um fator de prestígio para a comunidade e respetiva Ordem, bem como para a família da religiosa e para diversos outros fiéis ligados por vínculos de amizade ou devoção à monja ou ao cenóbio.

A reputação de virtudes de uma religiosa extravasava os muros do convento e, num tempo de acentuado providencialismo, concitava a estima e o benefício material de muitos, chegando mesmo os reis a consultar certas monjas agraciadas com o dom de profecia em questões de primeira grandeza. Destas “santas vivas” se redigiam biografias devotas e relatos de teor hagiográfico que, percorrendo circuitos específicos, lhes firmavam a fama e preparavam o caminho de uma eventual futura consagração canónica (Jacquinet, 2013, pp. 81-82). Não será despiciendo notar que, nos livros de fundação dos cenóbios - redigidos frequentemente pela religiosa de maior autoridade, mas também por confessores ou mentores espirituais - costumava figurar, qual apêndice, um resumo biográfico daquelas que se haviam destacado pela virtude. Eram, estes também, fundamentos, conquanto não materiais, do edifício monástico, pedras por cuja solidez se aferia o mérito do instituto e se garantiam créditos espirituais e, não menos, temporais.

Exemplo para a demais comunidade, as religiosas inspiravam-se, elas mesmas, em modelos de perfeição veiculados em hagiologios e vidas de santos, que utilizavam como guias espirituais. No entanto, a correta condução de um caminho invariavelmente colmado de percalços e contradições não dispensava a figura tutelar e vigilante do diretor de consciência, circunstância a que está ligada a redação, pelas religiosas, de textos de teor confessional por mandato do confessor, bem como biografias de monjas redigidas por este último, com base num *corpus*, normalmente selecionado, de experiências de vida da penitente.

Soror Maria do Lado, do Mosteiro de Louriçal, cujo processo de beatificação atualmente decorre, foi, nos tempos da União Dinástica (1580-1640), profeta da Restauração da Independência face a Espanha. Do mesmo cenóbio, Soror Maria Joana anteviu e predisse o Terramoto de Lisboa de 1755, que o jesuíta Gabriel Malagrida viria a reverberar, decretando-o, tal como a beata, como manifesto da ira divina pelos grandes pecados dos homens (Jacquinet, 2017). Soror Tomásia de Jesus, do Convento do Salvador de Lisboa, por seu lado, foi favorecida com diversas visões e obrou inúmeros milagres. Madre Teresa da Anunciada, do Mosteiro da Esperança de São Miguel, Açores, instituiu a devoção ao Santo Cristo, uma das principais daquele

6 Júlio II. (1511, 17 de setembro). *Bula Ad statum prosperum*.

arquipélago, para além de, ela própria, ter sido intercessora de múltiplos milagres.⁷ No Mosteiro das Flamengas, Catarina do Espírito Santo redigiu, quando abadessa, a crónica da fundação da casa, pondo em relevo a crueza da perseguição a que as suas fundadoras haviam sido sujeitas e, em simultâneo, a virtude heroica da perseverança na adversidade pelas mesmas demonstrada. O modelo de perfeição que exalta, de ressonância martirial, foi meio de abonar a boa fama da casa e de, sobre ela, atrair patrocínios (Jacquinet, 2022, pp. 35-48).

3.3. Dinâmicas devocionais

Intrínsecos à vida religiosa, cultos e devoções pontuavam, no espaço e no tempo, o dia-a-dia das monjas. Previstos na Regra e regulados por manuais de cerimónias ou outros documentos de índole regulamentar, podiam assumir, no entanto, carácter mais espontâneo em virtude de vivências internas específicas ou, inversamente, de dinâmicas externas a que o claustro não era, em definitivo, impermeável.

Às devoções, e sobretudo a elas, se associavam imagens sagradas, relíquias, orações, sermões, procissões e outras expressões rituais, muitas das vezes mobilizando a ação de confrarias. Ancoradas, pois, na clausura, não deixavam de se abrir à religiosidade do século, constituindo, aliás, *loci* privilegiados de interpenetração entre os dois mundos.

A investigação sobre o tema tem desvelado uma multiplicidade de casos de procissões envolvendo imagens milagrosas que, tendo início histórico e físico na clausura, no âmbito da devoção particular de uma monja ou da comunidade no seu geral, se projetavam no exterior, envolvendo a comunidade de fiéis e os espaços de toda uma localidade ou, pelo menos, de parte dela. Exemplo eloquente é-nos oferecido pelo culto ao Santo Cristo, especialmente expressivo em S. Miguel, Açores. Com origem na piedade privada de uma monja, a já referenciada Teresa da Anunciada, do Mosteiro da Esperança daquela ilha, a um busto prodigioso de Cristo, a devoção converteu-se num culto público de proporções ímpares, patente nos anais da História religiosa do arquipélago. A solenidade, anual, é assinalada por uma procissão que, partindo do mosteiro, percorre as ruas públicas e, no final, retorna ao primitivo espaço, onde a imagem é acolhida e novamente exposta à veneração dos fiéis.⁸

O fôlego da piedade nem sempre se ancora, evidentemente, na mobilidade da imagem devota. No Mosteiro das Flamengas, em Lisboa, de fundação régia, numerosos milagres foram atribuídos à escultura de Nossa Senhora da Quietação, cujo enoval

7 A respeito do processo de consolidação e difusão da fama de virtudes da beata mi-caelense, veja-se Jacquinet, M. L., & Soares, H. (2022). Em busca da “freira do Santo Cristo”: Os bastidores da primeira biografia de Madre Teresa da Anunciada, OSC (1658–1738). *Via Spiritus*, 29, 139-154.

8 Sobre a festa, veja-se, por exemplo, Soares, H. N. (2022). Os promotores de uma devoção no séc. XVIII: O Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada. *Revista da FLUP, IV Série*, 12(1), 85-106. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/11415/10597>

seria maioritariamente oferecido pelas rainhas de Portugal.⁹ Nesse mesmo cenóbio se registou um curioso caso de veneração migrante de acentuada ressonância política. Proveniente de Siquen, no Brabante, a imagem de Nossa Senhora de Monte Agudo acompanhou o percurso da comunidade de religiosas que, escapadas à perseguição anticatólica movida nas suas terras de origem, viriam a encontrar abrigo em solo português. Sobre essa imagem-reliquia, objeto de profunda devoção dos arquidukes Aberto e Isabel de Habsburgo, se projetou a identidade das monjas “flamengas”, protegidas, também na Península Ibérica, pelos monarcas daquela Casa. A veneração, transposta para Lisboa, daria origem a intensa prática cultural, na origem, inclusive, da edificação de uma ermida (Jacquinet, 2022, pp. 35-48).

Refiramos, por último, o exemplo uma vez mais representado pelo Mosteiro do Desagravo de Lisboa. Nas galerias do seu claustro, uma série de oito altares com painéis azulejares representativos de episódios da Paixão de Cristo apoiariam, quais estações da Via Sacra, práticas espirituais individuais, como a oração e a meditação, mas também comunitárias, como procissões de carácter penitencial (Carvalho, 2002-2003, p. 30).

3.4. Vida cultural

A cultura, em várias das suas manifestações, foi naturalmente parte da vida monástica, acompanhando o dia-a-dia das monjas e o seu percurso espiritual. A aceção da cultura como realidade adversativa à observância dos votos deve ser tomada com prudência, bem como a do mosteiro como cenário propício à liberdade criativa. A maior parte das expressões culturais secundavam os deveres religiosos e os preceitos litúrgicos. A música era indissociável da liturgia, da mesma forma que a leitura e a escrita o eram da formação a desenvolvimento espiritual da comunidade. Não deixa, porém, de ser certo que o mosteiro oferecia à mulher uma possibilidade de progresso individual que, no matrimónio, lhe estava à partida vedada. Citemos, a propósito, o caso, por paradigmático, da já aqui citada Tomásia Maria de Araújo (1677-1755), casada com um capitão de mar-e-guerra, de quem teve filhos, e recolhida em diversos conventos em virtude das sistemáticas ausências do marido. Abraçando a Ordem terceira dominicana no Convento do Salvador, em Lisboa, a doravante Soror Tomásia de Jesus levou vida penitente e dedicou-se à escrita, tendo deixando obra relevante. De acordo com o seu biógrafo, à notícia da morte do marido, terá dado “graças” por “se ver livre das prisões do matrimónio”, pelas “sujeições, humildades e obediências” que, enquanto casada, lhe eram impostas (Franco, 1757, fls. 6-9).

À cultura podemos associar a educação que, como assinalámos, marcou o carisma de Visitandinas e Ursulinas, surgidas tardiamente em Portugal e não particularmente expressivas no vasto universo monástico nacional. Seguindo programas formais de ensino, ficariam, as primeiras, associadas à formação intelectual preferencialmente da nobreza e, as segundas, a franjas mais alargadas da população feminina (Santos & Queirós, 2012, p. 61).

9 Veja-se, a propósito, Jacquinet, M. L. (2022). Entre réformes, entre frontières: Histoire et mémoire de la fondation du ‘Monastère des Flamandes’, à Lisbonne. Brèves considérations. In *La Renaissance dans les anciens Pays-Bas, XVIe–XVIIIe siècle* (pp. 35-48). Atelieregaleries-éditions.

No entanto, uma educação menos formal, senão de todo informal, ministrada num contexto de clausura, foi prática corrente em Portugal, onde sistematicamente se regista, no rol da população monástica, parcela relevante de “educandas”, não necessariamente nem por princípio candidatas à profissão religiosa. O caso de Micaela Margarida, filha natural do Imperador Matias de Habsburgo, fundadora do Mosteiro de Santa Teresa de Carnide, em Lisboa, é eloquente a tal respeito, assim como o é o da Infanta D. Maria, filha natural de D. João IV, considerada cofundadora daquele mesmo cenóbio. Bastardas reais, cedo foram afastadas da família e entregues a mosteiros onde, sob supervisão de parentes, receberam instrução.

No plano da cultura, lugar central deve atribuir-se a toda a prática que envolveu livros e leituras, enquanto veículos privilegiados da identidade da casa, de seu carisma e costumes próprios, mas também de um “dever ser” e de um “dever fazer” propostos a cada membro da comunidade. Regra, livros de coro, livros devotos, hagiográficos, doutrinários ou outros deveriam regular e orientar a vida das monjas, bem como afervorar a sua fé e, desse modo, favorecer o seu progresso espiritual e a observância estrita dos preceitos religiosos (Morujão, 2002, p. 148). A uso da comunidade no seu todo ou de acesso reservado, pertença do mosteiro ou de uma ou mais religiosas em particular, o acervo bibliográfico da casa tinha a virtualidade de propiciar a constituição de comunidades de leitura, marcadas pela prática da leitura partilhada (Morujão, 2002, p. 148).

À leitura se ligava a escrita, vertida em distintos géneros literários e assimilada a diferentes naturezas, propósitos e graus de liberdade criativa. Histórias de fundação de mosteiros, biografias devotas, autobiografias, cartas confessionais, textos doutrinários, composições poéticas e dramáticas perfaziam o essencial do pecúlio bibliográfico forjado na clausura. Expressões de liberdade e estro criativo, de deveres de zelo ou de obediência, os escritos assumiam vocações diversas, ora cronísticas, ligadas à necessidade de conservação da memória do instituto, ora doutrinários, se intentas a sufragar os progressos espirituais da comunidade, ora, excepcionalmente, recreativas. Mencionemos, de seguida, alguns exemplos deste diversificado *corpus*.

Soror Ana Maria do Amor Divino compôs as “Memórias Históricas do Real Convento de Jesus de Setúbal” (Morujão, 2011), da mesma forma que Catarina do Espírito Santo redigiu a “Relación de cómo se ha fundado en Alcántara de Portugal junto a Lisboa, el muy devoto monasterio de N. S. de la Quietación” (Espíritu Santo, 1627). E, como elas, e animadas por propósitos semelhantes, tantas outras.

No Mosteiro do Lourçal, as epístolas confessionais de Soror Maria Joana estiveram na base das “Cartas que escreveu a seu confessor para notícia da sua consciência”, cuja edição, no entanto, seria vetada pela Real Mesa Censória (Jacquinet, 2017). Também em contexto confessional, redigiu a Madre Maria Micaela de S. Bernardo, religiosa do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, a sua “Vida interior” (Morujão, 2011). Por seu lado, no Mosteiro da Esperança de Lisboa, Soror Maria do Céu (1658 – 1753), compôs, sob pseudónimo, obras de poesia, história religiosa, pedagogia, comédia, autos, apólogos e hagiografia (Morujão, 2011).

A música, de par com a literatura, atravessou o claustro e pautou os tempos e espaços do seu quotidiano. Vinculada, antes de mais, ao Ofício Divino, mas também às solenidades do ano litúrgico e a cerimónias específicas da comunidade, a prática musical implicou a formação vocal e instrumental de certas monjas com especiais

aptidões musicais e a criação de um conjunto de ofícios específicos consagrados à boa gestão dos ofícios do coro (Lessa, 1997-1998, p. 48).

Não obstante a sua adstrição ao plano religioso e espiritual, a música de inscrição monástica sofreu inevitável contaminação da cultura profana, de que resultariam composições sincréticas, que, associadas a eventos também eles tocados pela mundanidade, acabaram suscitando prevenção por parte da autoridade eclesiástica.

Após visita pastoral ao Mosteiro de S. Bento de Bragança, em 1759, o visitador insurgiu-se contra as “abomináveis [...] representações profanas em cazas, e Pessoas religiosas” e lamenta:

Não satisfeito o inimigo comum de haver transferido aos choros ecclesiasticos a muzica dos theatros profanos athe introduziu nos mesmos coros, e igrejas os aplauzos, que somente se praticão nas funções e festejos dos touros, dando aos pregadores escarradas, e aplausos de lencinho quando acabão os sermões [...].¹⁰

Além da interpretação musical, protagonizada por coristas e tangedoras, os mosteiros não deixaram de registar, a respeito de livros de coro, a existência de religiosas iluminadoras, copistas e mesmo mecenas (Cepeda, 2015).

No domínio da conceção espacial, quase inteiramente por indagar, as fontes até ao momento consultadas parecem indiciar o relevo da comunidade na definição e decoração de espaços internos à clausura. No Mosteiro do Lourçal, é tradição corrente ter cabido a uma das suas monjas a projeção da planta do santuário, onde se conservam as relíquias da casa. Já no Mosteiro das Brígidas de Marvila, em Lisboa, as crónicas fundacionais revelam que “as capelas colaterais [da igreja] são obra de duas religiosas no tempo em que exercitavam o cargo de sacristãs” (Lima, 1732, fl. 33).

4. No encaço da patrimonialização

O processo de secularização da sociedade portuguesa, cuja origem se divisa já, com acuidade, nos meados do século XVIII, conheceu inevitáveis reflexos no universo monástico-conventual, embora os seus mais expressivos efeitos, traduzidos na extinção geral dos institutos regulares, tenha correspondido não ao corolário de uma reforma inscrita na continuidade, mas a um rutura de matriz revolucionária. De facto, o triunfo do Liberalismo sobre o Absolutismo, firmado na Convenção de Évora Monte, de 26 de maio de 1834, consagrou, em definitivo, a queda de um dos últimos pilares do Antigo Regime, as Ordens Religiosas, conotadas com o obscurantismo e com a persistência de princípios e valores contrários aos exaltados pelo iluminismo racionalista de timbre anticlerical e vertidos na normativa diretamente brotada da Revolução Francesa (Jacquinet, 2024).

A extinção – assim designemos, por antonomásia, o complexo processo de supressão das casas regulares – não apenas implicou a redefinição radical da vida dos religiosos, doravante secularizados, quanto a desafetação dos espaços que estes habitavam e a deslocação dos bens móveis que os integravam, muitos dos

10 Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT], Bragança, Mosteiro de S. Bento, caixa 1, livro 2, folhas 70–71, citado em Lessa (1997-1998, p. 54). A visita foi realizada pelo bispo Fr. Aleixo de Miranda Henriques.

quais de assinalável valia artística, devocional e cultural. O nexo, material e simbólico que, durante séculos, sustentara o compromisso entre o edificado e a vida religiosa, na multiplicidade dos seus sentidos e expressões, truncava-se inexoravelmente, agravando-se cumulativamente com a reconversão dos edifícios a novas funções, não raro totalmente desfasadas do seu primitivo uso.

Não tardou, porém, a que a vaga de zelo que, sob os auspícios do historicismo romântico do séc. XIX, se projetou sobre os testemunhos do passado, inspirasse atitudes e ações concretas tendentes à sua salvaguarda e valorização. Ganhava corpo a patrimonialização e, por ela, a conversão dos antigos cenóbios em “lugares de memória”, escorados na evocação da história e sacralidade dos seus espaços, transmutada em valor cultural. Sobre eles, passaria a incidir não já um afã de restituição à condição primitiva, mas a necessidade de evocação dignificante da memória que representavam (Coomans, 2018, pp. 127-130, 153-156).

Foi este o espectro de questões que animou a redação das presentes notas, pelas quais – entendendo o claustro como uma realidade não hermética à sociedade nem avessa ao devir histórico – se procurou fazer luz sobre aspetos e dimensões do viver cenobítico porventura menos evidentes no contexto da preservação patrimonial, mas não menos passíveis de reabilitar a ponte outrora estabelecida entre o edificado, agora desafetado, e o espírito que o animou.

Anote-se, a concluir, que a especificidade do processo de supressão dos cenóbios femininos, condenados a uma morte anunciada – já que, por decreto de 1833, inibidos da emissão de votos –, deu azo a um interessante embora pouco estudado processo de resistência moral e institucional, que haveria de consagrar uma espécie de “cripto-congreganismo”, pelo qual, oficiosamente, a vida *sub regula* se manteria, muitas vezes caldeada com a missão apostólica entretanto assumida por associações putativamente seculares (Jacquinet, 2024). O fenómeno, que introduz a variável de género no quadro da valorização do património, estará na base de uma continuidade – ainda não averiguada com sistematicidade – entre o espírito da utilização primitiva dos espaços cenobíticos e o das utilizações sucessivas, com conjeturais efeitos sobre a conservação do edificado e sua posterior revalorização.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC]. (s.d.). *Ms. 1252 – Espelho limpo para compor a ele suas acções huma religioza do Convento do Santíssimo Sacramento do Louriçal segundo suas occupações e officios oferecido pelas mãos da sua R. M. e Abbadeça a cada huma por hum religioso da mesma ordem* (fl. 44).

Céu, S. M. do. (1734). *Aves ilustradas em avisos para as religiosas servirem os officios nos seus mosteiros*. Oficina de Miguel Rodrigues.

Júlio II. (1511, 17 de setembro). *Bula Ad statum prosperum*.

Lima, L. C. de. (1732). *Breve relação da fundação e progressos do insigne Mosteiro de N. S.ra da Conceição de Marvilla de Religiosas Portuguezas da Ordem de Sancta Brizida*. Academia Real da História Portuguesa.

Ordem de Santa Clara. (1523). *Regra e constituições da Ordem de Santa Clara*. S.l.: S.n.

Fontes impressas

Baptista, M. do. (1618). *Livro da fundação do Mosteiro do Salvador da cidade de Lisboa*. Pedro Craesbeck.

Constituições e leis por que se hão de governar as religiosas do Convento do SS. Sacramento de Lisboa. (1822). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Espirito Santo, C. del. (1627). *Relación de cómo se ha fundado en Alcántara de Portugal junto a Lisboa, el muy devoto monasterio de N. S. de la Quietación....* Pedro Craesbeeck.

Franco, J. (1757). *Vida portentosa da serva de Deus D. Thomazia de Jesus*. Na Oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício.

Lima, D. P. de. (1972). *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa* (Vol. 2). Imprensa Municipal.

Bibliografia

Carvalho, M. do R. S. (2002-2003). Convento do Desagravo do SS.mo Sacramento. In AAVV (Ed.), *Relatório “Os Conventos de Lisboa”*. Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Cepeda, I. (2015). *Livros de coro iluminados do século XVI: Catálogo da coleção da Biblioteca Nacional de Portugal*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Coomans, T. (2018). *Life inside the cloister: Understanding monastic architecture: Tradition, reformation, adaptive reuse*. Leuven University Press.

Garcia, J. M., & Jacquinet, M. L. (2015). Os conventos femininos de clausura em Lisboa. *Sigila: Revue transdisciplinaire franco-portugaise sur le secret*, (34), 97-117.

Jacquinet, M. L. (2013). Direção espiritual, experiência mística e destino hagiográfico: Frei Bernardino das Chagas e a Venerável Maria do Lado. *Lusitania Sacra*, 28, 75-95. Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa.

Jacquinet, M. L. (2015). Corpos de clausura: Reflexões sobre a arquitetura monástica feminina na Época Moderna. *DIGITAR: Revista Digital de Arqueologia, Arquitetura e Artes*, 2, 229-237.

Jacquinet, M. L. (2017). Entre escrita epistolar, biografia e hagiografia: O caso de Soror Maria Joana (1712-1754), religiosa do Mosteiro do Louriçal. *CECIL*, (3). <https://doi.org/10.4000/cecil.1603>

- Jacquinet, M. L. (2022). Entre réformes, entre frontières: Histoire et mémoire de la fondation du 'Monastère des Flamandes', à Lisbonne. Brèves considérations. In *La Renaissance dans les anciens Pays-Bas, XVIe–XVIIIe siècle* (pp. 35-48). Ateliergalerieditions.
- Jacquinet, M. L. (2024). De mosteiros a congregações: Iluminismo e secularização nas alterações de paradigma religioso feminino em Portugal no ocaso do Antigo Regime. In E. M. S. Abrantes & J. P. L. de Abreu (Orgs.), *Espiritualidade e mística: À procura do não-limite* (pp. 181-189). Diário do Minho.
- Jacquinet, M. L., & Soares, H. (2022). Em busca da “freira do Santo Cristo”: Os bastidores da primeira biografia de Madre Teresa da Anunciada, OSC (1658–1738). *Via Spiritus*, 29, 139-154.
- Lessa, E. (1997/1998). A música no quotidiano das monjas nos séculos XVII e XVIII: Mosteiros de beneditinas e ursulinas em Portugal. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 7-8, 47-58.
- Morujão, I. (2002). Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos. *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 19, 111-170.
- Morujão, I. (2011). Entre a voz e o silêncio: Literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos. *Rever*, 11(1), 35-54.
- Rosa, M. (1995). A religiosa. In R. Villari (Ed.), *O homem barroco* (1.ª ed., pp. 175-206). Editorial Presença.
- Santos, Z. C., & Queirós, H. (2012). Letras e gestos: Programas de educação feminina em Portugal nos séculos XVIII–XIX. *Via Spiritus*, 19, 59-122.
- Soares, H. N. (2022). Os promotores de uma devoção no séc. XVIII: O Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada. *Revista da FLUP, IV Série*, 12(1), 85-106. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/11415/10597>
- Torre, G. D. (1991). Santità ed economia processuale. L'esperienza giuridica da Urbano VIII a Benedetto XIV. In G. Zarri (Ed.), *Finzione e santità tra medioevo ed età moderna* (pp. 231-264). Rosenberg & Sellie.

Vivências e espaços religiosos no feminino: as dimensões materiais e imateriais do Convento de São José em Lagoa

Female religious experiences: the material and immaterial dimensions of the Convent of Saint Joseph in Lagoa

Catarina Almeida Marado

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Andreia Fidalgo

Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Aberta, Centro de Estudos Globais

Tiago Sobral

Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
Centro de Estudos de Arquitetura - do Território ao Design

Ismael Estevens Medeiros

Câmara Municipal de Lagoa, UO Património Cultural

Introdução

É a partir do conhecimento produzido pela investigação, de forma amplamente participada e inclusiva, que emerge a definição do significado cultural de determinado bem patrimonial. Este significado constitui não só a base para o seu reconhecimento como elemento promotor de identidade cultural e motor de um desenvolvimento social sustentável, como também deve constituir o alicerce para a implementação de ações de gestão e valorização do património cultural (Avrami *et al.*, 2020; Marado, 2021). Assente nesta premissa, no contexto do Projeto CONVENTUS¹ foi desenvolvida uma investigação integrada, participativa e multidisciplinar sobre o edifício do Convento

1 Projeto CONVENTUS “Novos olhares sobre o edifício do Convento de São José em Lagoa”, Câmara Municipal de Lagoa, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património-Polo Universidade do Algarve, coordenação de Catarina Almeida Marado e Lorena Sancho Querol. <https://conventus.ces.uc.pt>

de São José em Lagoa, compreendendo as suas diferentes dimensões, materiais e imateriais, e que servirá de base para a definição de um plano museológico para este imóvel, repensando as suas valências e promovendo ativamente os seus valores socioculturais e a sua importância no seio da comunidade local.

Para tal, foi aplicada uma abordagem diacrónica ao estudo deste edifício ao longo dos seus mais de três séculos de existência, recorrendo a uma combinação de metodologias que cruzam a investigação histórica e arquitetónica com a investigação biográfica, mediante a participação ativa, direta e regular da comunidade local.

Constituído por uma equipa multidisciplinar que agrega diferentes saberes e experiências, associando investigadoras/es, técnicas/os municipais e membros da comunidade local, o Projeto CONVENTUS desenvolve-se em três linhas de investigação: i) Linha 1, dedicada à recolha de dados a partir de fontes bibliográficas e documentais (manuscritas, impressas, gráficas, cartográficas, iconográficas e fotográficas) conjuntamente com a análise arquitetónica do edifício; ii) Linha 2, focada na recolha de dados historiográficos a partir de pesquisa biográfica; e iii) Linha 3, destinada a identificar imóveis de natureza semelhante com o objetivo de criar uma rede de antigos conventos femininos com uso cultural. Do cruzamento destas linhas resultará um “novo olhar” plural e inclusivo sobre a história, as transformações arquitetónicas e o papel deste edifício no desenvolvimento urbano de Lagoa e na vida das suas comunidades ao longo do tempo.

Com mais de três séculos de existência, este imóvel foi fundado como casa religiosa feminina, tendo depois adquirido a função de colégio. Após a sua secularização, acolheu uma diversidade de usos, tais como, escolas primárias municipais, sede do Grupo Nacional de Escutas, matriz de Lagoa, Conservatória do Registo Civil, posto da Guarda Nacional Republicana, Junta de Freguesia de Lagoa, diversos serviços camarários e Museu Municipal de Arte, Etnografia e Arqueologia, assumindo a partir de 1993 as funções de Centro Cultural, que mantém até aos dias de hoje, como a designação de Convento de São José.

Integrado na Linha 1 do projeto, o presente texto aborda a primeira etapa da vida deste imóvel, centrando-se na análise da construção das vivências e dos espaços da comunidade de religiosas que se estabeleceu em Lagoa na primeira metade do século XVIII, professando a Regra da Ordem das Carmelitas Terceiras Regulares, e das Irmãs Dominicanas, que lhes sucederam no final da centúria de oitocentos. Mais especificamente, procurar-se-á identificar, numa leitura diacrónica, as continuidades e descontinuidades dos modos de vida religiosa, dos usos, dos significados e dos momentos construtivos do edifício, assim como das particularidades das suas características arquitetónicas enquanto casa religiosa feminina, explorando assim as dimensões materiais e imateriais do Convento de São José de Lagoa neste período.

A metodologia adotada baseou-se numa abordagem rigorosa e estruturada para a recolha, tratamento e análise de dados históricos e arquitetónicos relativos ao edifício, considerando a riqueza e diversidade tipológica e cronológica das fontes documentais consultadas. A primeira etapa consistiu na elaboração de uma revisão da literatura sobre as diferentes temáticas que se cruzam neste edifício, assim como sobre alguns dos estudos que lhe fazem referência. Seguiu-se a identificação dos arquivos a consultar, conjuntamente com o mapeamento dos fundos documentais mais relevantes para a investigação, de onde se procedeu depois a uma recolha exaustiva de uma diversidade de documentação, resultando num vasto *corpus documental*

que exigiu uma sistematização criteriosa. Para tal, foi criada uma base de dados, que permitiu organizar a informação recolhida segundo três períodos cronológicos (século XVIII, século XIX e séculos XX-XXI) por forma a facilitar a sua posterior análise². Nesta base de dados foi ainda incluída uma compilação dos dados relativos às religiosas que habitaram o edifício entre 1743 e 1894³.

Entre os principais fundos documentais consultados destacam-se os identificados nos seguintes arquivos:

- a) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Arquivo das Congregações: contém documentação sobre os primórdios do Recolhimento de São José, incluindo informações sobre a fundação da igreja e do próprio Recolhimento, a sua Regra, os ingressos das recolhidas e livros de receita e despesa. O fundo inclui ainda documentos referentes à posse do edifício pelas Irmãs Dominicanas e à posterior fundação do Colégio de São José.
- b) Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena: especialmente relevante pelos Copiadores de Correspondências, que documentam a comunicação entre as Irmãs e a Madre Teresa de Saldanha após a transformação do Recolhimento num colégio feminino. Estes registos fornecem detalhes sobre o quotidiano da instituição e as suas mudanças ao longo do tempo.
- c) Arquivo da Diocese do Algarve: importante pelo *Registo de Provisões de Visitações Realizadas ao Recolhimento de São José de Lagoa*, que documenta a fundação e a evolução da instituição, bem como pelo *Livro de Eleições do Regimento e mais Oficiais do Recolhimento de São José de Lagoa (1763-1863)*, que permite conhecer a hierarquia e o funcionamento interno da casa religiosa.
- d) Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Luz: O *Tombo da Igreja Paroquial* revelou-se fundamental para esclarecer as origens e a construção do Recolhimento, através do registo de doações de casas e terrenos.
- e) Arquivo Municipal de Lagoa: contém informação documental, gráfica e fotográfica sobre os processos de obras realizadas no edifício ao longo do século XX, nomeadamente de adaptação a recinto de espetáculos (1956-1961), de reparação das coberturas (1978) e de adaptação a Centro Cultural (1988-1993), relevante para a análise das transformações arquitetónicas que ocorreram ao longo desse século.

2 Os dados compilados foram organizados de acordo com os seguintes parâmetros: 1) Data (registo temporal do evento ou documento); 2) Descrição (transcrição e sumário dos conteúdos); 3) Fonte (indicação do documento original); 4) Localização no Arquivo CONVENTUS, que corresponde ao arquivo construído pelo projeto para o armazenamento de toda a documentação recolhida e produzida no âmbito deste projeto (para rápida recuperação da informação) e Observações (espaço para dúvidas, lacunas e notas complementares).

3 Contendo informação sobre as datas de admissão das recolhidas, as suas idades e naturalidade, se possuíam dote e, também, as datas de falecimento. Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]. (s.d.). *Assento das entradas no noviciado e profissões das recolhidas* [Manuscrito não publicado]. Arquivo das Congregações, livro 387. Código de referência: PT/TT/AC/L0387.

A análise da documentação escrita foi conduzida segundo uma abordagem metodológica qualitativa, assente numa perspetiva hermenêutica. Seguindo a linha de pensamento de Paul Ricoeur (Ricoeur, 1995), a interpretação das fontes não se limitou a uma leitura descritiva, mas envolveu uma análise semiótica e semântica do discurso, considerando os fatores extratextuais que influenciaram a produção, circulação e receção dos documentos. Procurou-se, assim, compreender as intenções dos autores, o contexto sociopolítico e as condições institucionais em que as fontes foram geradas.

Paralelamente, a análise da documentação gráfica, cartográfica e fotográfica, cruzada com os dados provenientes das fontes escritas, foi efetuada com recurso a métodos de investigação em arquitetura (Groat e Wang, 2013). Utilizando o desenho com ferramenta de interpretação histórica recorreu-se a métodos de análise regressiva para a identificação do processo de construção e transformação do edifício ao longo do tempo. Para tal, foram identificados seis momentos-chave, determinados pela documentação gráfica disponível, a partir dos quais se procedeu à interpretação das várias fases construtivas do edifício desde o século XVIII até ao momento presente. Esta abordagem foi informada quer pela verificação *in situ*, com o auxílio dos levantamentos gráficos e fotográficos realizados, quer pelo confronto com outros exemplares da arquitetura conventual feminina.

Finalmente, o cruzamento dos resultados da investigação da documentação escrita com os resultados da análise arquitetónica, possibilitou a interpretação, integrada e informada pela revisão da literatura, não só das vivências das comunidades religiosas que habitaram o edifício, como também dos usos, dos significados e das características dos espaços que as conformam.

1. A instalação da casa religiosa e a vida em comunidade

1.1. O Recolhimento que deveria “converter-se em Convento”

À semelhança de muitos outros edifícios conventuais masculinos e femininos (Fontes, 2015; Marado, 2007, 2016), também o Convento de São José de Lagoa teve início numa igreja pré-existente. Apesar de os estudos que se têm publicado sobre a história deste imóvel não terem sido consensuais no que respeita à sua data de edificação (Marques, 1995; Medeiros, 2022; Reis, 2017; Santos, 2001), todos parecem concordar que o mesmo foi construído junto a uma igreja com a mesma invocação, a qual foi posteriormente integrada na clausura.

A investigação documental realizada permite-nos avançar, com um elevado grau de certeza, que a primitiva Igreja de São José, localizada no extremo norte do aglomerado urbano, ter-se-ia iniciado a 7 de maio de 1736, tendo sido aí celebrada a primeira missa a 18 de abril de 1739⁴. A data inscrita no portal da igreja (1738) permite precisamente corroborar esta cronologia. A escolha de São José como patrono refletia a devoção a este santo, visto como um exemplo de humildade, trabalho e devoção à família.

4 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 7.

Desde cedo, esta igreja também albergou a Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus, destinada a “*todo o género de pessoas*”, à qual foram concedidas Graças e Indulgências pelo Papa Benedito XIV, em janeiro de 1741⁵. A Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus era uma confraria devota à prática de caridade e a sua presença na Igreja de São José terá sido fundamental para impulsionar a criação do Recolhimento, dando assim resposta à devoção das mulheres que desejavam viver uma vida religiosa contemplativa e de clausura.

Além da presença fundamental da Irmandade, que a Igreja de São José já albergava, uma figura central neste processo foi o Padre António Pacheco Quaresma, que pode efetivamente ser considerado o fundador e impulsionador do Recolhimento⁶, uma vez que teve um papel central na angariação de fundos e no planeamento da edificação, como adiante destacaremos. Figura fundamental foi também o Bispo D. Inácio de Santa Teresa que a 26 de julho de 1743 emite a Provisão para se erigir o Recolhimento de São José, ficando este diretamente sob jurisdição da Diocese do Algarve. Segundo este documento, as recolhidas seriam, doravante, Irmãs dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria⁷, e o objetivo seria que o Recolhimento pudesse, mais tarde, “*converter-se em Convento de religiosas descalças*” de Santa Teresa⁸.

A criação da comunidade religiosa foi um processo gradual. Em 1763, o sucessor de D. Inácio de Santa Teresa, o Bispo Fr. Lourenço de Santa Maria e Melo, delegou no Padre missionário Frei Jerónimo dos Mártires, assistente no Convento de Estômbar, as visitas ao Recolhimento⁹. Seria este Frei a notar, aquando da sua primeira visita realizada em outubro de 1763, que o Recolhimento de São José ainda não possuía estatutos e não tinha “*até ao presente leis algumas legítimas por onde se governe*”¹⁰. Assim, só em 1763, ou seja, vinte anos volvidos da sua fundação em 1743, é que o Recolhimento viria a ter uma regra.

O documento que estabelecia a regra a seguir pelas recolhidas intitula-se, oficialmente, *Constituições das Terceiras de N. Sr.^a do Carmo, do Recolhimento de S. José do Lugar de Lagoa ordenadas pelo Arcebispo D. Fr. Lourenço de Santa Maria, Bispo do Algarve* (Fig. 1). Possui 28 capítulos, nos quais se definem todos os aspetos da vida desta comunidade religiosa feminina¹¹.

5 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 7.

6 ANTT. (s.d.). *Memórias paroquiais*, vol. 19, n.º 20, fls. 85–92 [Manuscrito não publicado].

7 Pertencentes à Ordem das Carmelitas Terceiras Observantes, veja-se Franco, J. E.; Mourão, J. A.; & Gomes, A. C. (Coords.). (2010). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Gradiva.

8 Arquivo da Diocese do Algarve [ADA]. (1763). *Livro de registo de provisões de visitas realizadas ao Recolhimento de São José de Lagoa*, fl. 1 [Manuscrito não publicado; cota antiga: Cx57-387].

9 ADA. (1763). *Livro de registo de provisões de visitas realizadas ao Recolhimento de São José de Lagoa*, fl. 1v.

10 ADA. (1763). *Livro de registo de provisões de visitas realizadas ao Recolhimento de São José de Lagoa*, fls. 2-4.

11 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, livro 388 [Manuscrito não publicado].

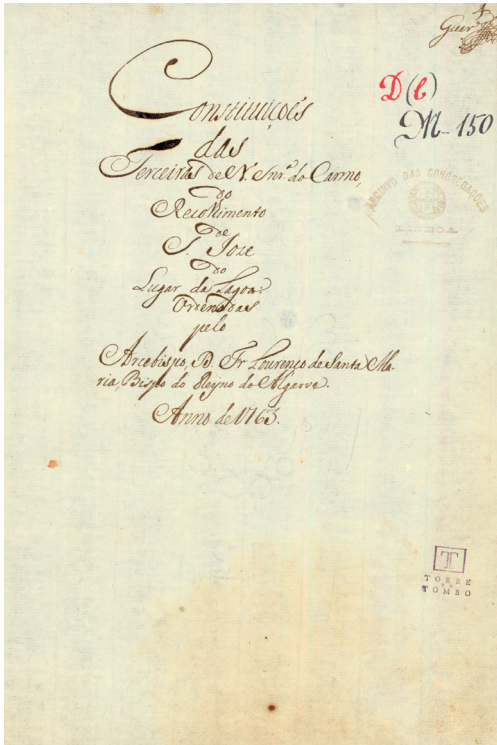


Figura 1 - *Constituições das Terceiras de N. Sr.ª do Carmo, do Recolhimento de S. José.* Fonte: ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito.* Arquivo das Congregações, livro 388.

Doravante, e correspondendo à ideia inicial de que o Recolhimento seria posteriormente convertido em convento, as recolhidas deveriam seguir e professar a regra da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo e o Recolhimento de São José só poderia albergar, no máximo, vinte e cinco recolhidas, “em honra, e louvor dos vinte e cinco anos, que a Mãe de Deus viveu neste mundo, depois da Gloriosa Ascensão de seu Filho”¹². Cada recolhida deveria entrar com um dote mínimo que assegurasse a sua sustentação anual, equivalente, à época, a “doze mil réis e a doze alqueires de trigo”¹³. Ao entrar no Recolhimento, as recolhidas passariam, primeiro, por um ano de noviciado, antes de integrarem de forma mais efetiva a comunidade religiosa¹⁴.

Como não poderia deixar de ser, a vida nesta comunidade feminina era, em primeiro lugar, devotada à espiritualidade. As recolhidas viviam segundo uma rotina rigorosa, que incluía a participação no ofício divino e missa, a oração mental, os exercícios espiri-

tuais, a confissão regular, a penitência, a comunhão, a disciplina, a abstinência e o jejum. O trabalho manual, que não deveria interferir com a vida espiritual, consistia principalmente em “concertar, e remendar a roupa, hábitos e mais coisas necessárias: assim para serviço da Sacristia, Enfermaria e refeitório; como das mesmas recolhidas, e de toda a comunidade”¹⁵. Esta seria uma das principais formas de sustento do Recolhimento, já que os produtos eram vendidos na comunidade local¹⁶.

A disciplina, obediência, pobreza, castidade e silêncio eram virtudes que deveriam ser sempre observadas na vida em comunidade. As *Constituições* também reafirmavam a clausura. A correspondência ou a necessidade de tratar com alguém de fora da comunidade era minuciosamente examinada, necessitava de prévia autorização da

12 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito.* Arquivo das Congregações, fl. 5.

13 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito.* Arquivo das Congregações, fl. 5.

14 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito.* Arquivo das Congregações, fl. 5v.

15 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito.* Arquivo das Congregações, fl. 11v.

16 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito.* Arquivo das Congregações, fl. 11v.

Regente ou até do Bispo do Algarve, e deveria ser limitada somente aos parentes mais próximos:

Nenhuma recolhida escreva ou receba carta de pessoa alguma de fora que não for Pai, Mãe e Irmãos, ou Parente que esteja em lugar de Pai; e ainda estas hão de ser primeiros vistas, e examinadas pela Regente. (...)

Não poderão as recolhidas falar com pessoas estranhas, ou com parentes fora de primeiro grau; ou que não estejam em lugar de Pai ou Mãe, sem licença in scriptis do Prelado.¹⁷

Estas regras nem sempre foram devidamente cumpridas. Em 1792, quando o Bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avelar visita o Recolhimento, observa que nem sempre o silêncio ou a estrita comunicação com o exterior eram observadas. As noviças, por exemplo, tinham por hábito ir à roda falar com os seus pais e parentes. Os próprios familiares das recolhidas costumavam usar o locutório para comunicar com elas. O Bispo decide então proibir estas práticas e apelar à observação, pelas Irmãs, do silêncio nos vários espaços do Recolhimento¹⁸.

As regras internas eram supervisionadas pela madre regente, eleita pela comunidade religiosa sob a supervisão de um representante do Bispo do Algarve¹⁹. As eleições para a regência eram realizadas regularmente, de três em três anos, por voto secreto e aos cargos estava inerente a rotatividade. Na eleição, as irmãs também elegiam outras oficiais, como a vigária, as consultoras, a escritã, a sacristã, a roupeira, a porteira, entre outras, que, tal como indicam as próprias designações, tinham responsabilidades específicas na organização da vida quotidiana no interior do edifício, estabelecidas pelas *Constituições* de 1763 (Quadro 1)²⁰.

As eleições de regentes eram momentos de grande importância na vida da comunidade, uma vez que a madre regente tinha a responsabilidade de supervisionar tanto a vida espiritual quanto a administração material da casa. Entre as suas funções, determinadas pelas *Constituições* de 1763, estavam a gestão das finanças, a supervisão do trabalho manual realizado pelas recolhidas e a garantia de que as regras conventuais eram seguidas rigorosamente. A regente também servia como intermediária entre o Recolhimento e o exterior, lidando com questões administrativas e jurídicas que envolviam a comunidade.

Em termos de administração financeira, a comunidade dependia de várias fontes de rendimento, incluindo dotes, esmolas, doações, a venda de produtos manufaturados pelas recolhidas e os rendimentos de propriedades doadas ao Recolhimento. A madre regente era responsável por garantir que estes recursos fossem geridos de forma eficaz e que o cenóbio pudesse continuar a funcionar de maneira autossuficiente.

17 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, fls. 18v-19.

18 ADA. (1763). *Livro de registo de provisões de visitas realizadas ao Recolhimento de São José de Lagoa* (fls. 19-21) [Manuscrito não publicado; cota antiga: Cx. 57-387].

19 ADA. (1763-1863). *Livro de registo de eleições do regimento e mais oficiais do Recolhimento de São José de Lagoa* [Manuscrito não publicado; cota antiga: Cx. 11-43].

20 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, livro 388.

Quadro 1 - Cargos e funções da Regente e Oficiais de acordo com as Constituições de 1763. Fonte: elaboração própria a partir da documentação consultada.

Cargo	Função
Regente	Supervisora das regras internas, máxima responsável pela vida espiritual e pela administração e gestão da vida material do Recolhimento.
Vigária da Casa	Substituição da Regente, quando ausente. Supervisora da disciplina interna do Recolhimento.
Consultoras ou Discretas	Conselheiras da Regente.
Escrivã	Selecionada de entre as consultoras, cabe-lhe ser escritã da comunidade, registando todas as contas de receita e despesa, e as entradas das noviças.
Mestre das Noviças	Responsável pelas noviças e pupilas que ingressam no Recolhimento.
Vigária do Coro	Responsável pelo coro, garantindo que os ofícios divinos se rezem sem erro nem equívoco.
Sacristã	Responsável por tudo o que pertence à Igreja, sacristia e culto divino.
Porteira	Responsável por receber e transmitir recados, por tudo o que entra e sai pela roda, e por abrir e fechar a porta do Recolhimento.
Roupeira	Responsável pela roupa de toda a comunidade.
Refeitoreira	Responsável pelo refeitório e pelas refeições da comunidade.

À medida que o Recolhimento se estabelecia, o número de religiosas foi aumentando. Quando o Padre Frei Jerónimo dos Mártires visita o edifício, em 1763, ou seja, vinte anos após ter sido erigido, foi onze o número de recolhidas que o presbítero registou²¹. No entanto, sabemos terem sido pelo menos mais duas, pois duas delas foram vítimas mortais do terramoto de 1755²². Ao longo desse século XVIII a comunidade religiosa foi crescendo paulatinamente, mas existiu um particular acentuar deste movimento nos anos de viragem para o século XIX, o que se pode eventualmente explicar pelo facto de Lagoa ter sido elevada a vila em 1773, tendo adquirido um estatuto de maior notoriedade desde então (Fidalgo, 2023).

Até 1834, data da extinção das ordens religiosas, teriam sido cerca de setenta e quatro as recolhidas que ingressaram no Recolhimento²³. Destas, 44,6% eram oriundas do concelho de Lagoa, o que evidencia a preponderância local desta casa religiosa.

21 ANTT. (s.d.). *Assento das entradas no noviciado e profissões das recolhidas* [Manuscrito não publicado]. Arquivo das Congregações, livro 387.

22 Não temos registo da data de ingresso das duas irmãs que faleceram no terramoto de 1755. Chamamos também a atenção para o *Assento das entradas no noviciado* registar o falecimento da Irmã Raimunda Rita do Menino Jesus, em 1825, a qual teria dado entrada como pupila em 1759, com 14 anos. Porém, o Fr. Jerónimo dos Mártires não se refere a ela no seu registo.

23 ANTT. (s.d.). *Assento das entradas no noviciado e profissões das recolhidas* [Manuscrito não publicado]. Arquivo das Congregações, livro 387, fls. 1-2v.

Nesse mesmo ano de 1834, a publicação do decreto de 30 de maio²⁴ determinou o encerramento de todas as casas religiosas masculinas, tendo os seus bens sido incorporados na Fazenda Pública. No entanto, as casas religiosas femininas receberam um tratamento distinto, sendo permitido permanecerem em funcionamento, embora sob restrições, pois ficavam proibidas de admitir noviças²⁵ e de funcionar com menos de doze religiosas²⁶. Finalmente, em 1861 foi-lhes permitido continuar a viver nos conventos até à morte da última religiosa da respetiva comunidade²⁷. Assim, embora muitas casas religiosas femininas continuassem a funcionar na segunda metade do século XIX, a sua existência estava em suspenso.

O caso do Recolhimento de São José apresenta uma situação particular: não obstante ter sido fundado com intenção de se transformar num convento e de ter ficado conhecido popularmente como tal, a verdade é que esta transformação nunca ocorreu. Tal facto é confirmado pelo Bispo do Algarve D. António Mendes Bello, num ofício dirigido ao Núncio com data de 31 de agosto de 1899²⁸, e que nos permite atestar cabalmente esta questão.

Tratando-se, apesar de tudo, de uma casa religiosa, o Recolhimento de São José não foi listado na documentação relativa à extinção das casas religiosas (Marado, 2007), tendo provavelmente ficado ao abrigo das regras especiais que permitiriam a continuidade das casas femininas. O facto de funcionar como um recolhimento e não com um convento, e de estar integrado numa Ordem Terceira Carmelita (Velasco Bayón, 2001), permitiu-lhe perdurar, não obstante a redução significativa da comunidade religiosa que aí habitava.

Apesar disso, verificou-se um aumento das entradas no Recolhimento de São José a partir de 1864. Este aumento não será alheio ao facto de em 1862 ter sido definitivamente extinto o último convento de religiosas que ainda existia na região: o Convento das Bernardas, em Tavira (Marado, 2006). Sem mais casas religiosas femininas em funcionamento no Algarve, restava, como única opção às mulheres que queriam seguir uma vida de devoção, o Recolhimento de São José em Lagoa.

É de notar, ainda, que das vinte admissões neste período, pelo menos doze surgem anotadas no livro de *Assento das entradas no noviciado e profissões das recolhidas* como tendo posteriormente saído do Recolhimento. De facto, pese embora a inexistência de outras casas religiosas, o número de recolhidas em permanência neste Recolhimento teria sido muito reduzido ao longo de toda a centúria de oitocentos.

24 *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas: Terceira série.* (1840). Imprensa Nacional, p. 134.

25 Em resultado do determinado pelo Decreto de 21 de agosto de 1822.

26 No seguimento da publicação do Decreto de 9 de agosto de 1833.

27 Lei de 4 de abril de 1861, determinando a extinção dos conventos femininos por óbito da última religiosa professa.

28 ADA. (1895–1901). *Livro 6.º da correspondência oficial expedida pela Secretaria Episcopal da Diocese do Algarve*, fls. 84v-85v [Manuscrito não publicado].

Nos finais do século XIX, eram apenas quatro as religiosas que aí habitavam²⁹. Era preciso, pois, dar uma nova vida ao espaço conventual.

1.2. Um novo fôlego: o Colégio de São José

O declínio da comunidade religiosa que habitava o Recolhimento de São José, fruto do contexto sociopolítico e religioso da época, ditou a necessidade de se considerarem outros fins para si e para o espaço que habitavam. Foi no episcopado de D. António Mendes Bello que surgiu para o Recolhimento uma nova função. Numa carta à Madre Teresa de Saldanha, datada de 1896, o bispo refere que as recolhidas lagoenses, as quatro que então restavam, desejavam que o Recolhimento se transformasse numa “*casa de educação de meninas*”³⁰, administrada pela Congregação das Dominicanas de Santa Catarina de Sena, Congregação esta que a própria Madre Teresa fundara em 1866. Madre Teresa abraçou então o projeto e a fundação deste colégio feminino que seria efetivamente concretizada três anos depois, em 1899 (Nicolau, 2002; Thiaucourt, 1987; Vidal, 1938).

Depois de uma primeira visita em maio de 1899, as irmãs dominicanas instalaram-se definitivamente no Recolhimento em setembro desse mesmo ano. As irmãs foram acompanhadas pela própria Madre Teresa de Saldanha, que supervisionou os primeiros passos da fundação do colégio. Para a administração da vida no colégio, rapidamente foi eleita Superiora uma das freiras dominicanas, a Madre Maria da Madre de Deus da Costa Ribeiro³¹. Igualmente determinante foi a presença da irmã S. Gabriel Pinto Soveral, irmã mais velha do Marquês de Soveral e amiga próxima da Madre Teresa de Saldanha. A partir de 1 de outubro de 1899, as Irmãs Dominicanas ficaram oficialmente na posse do Recolhimento de São José e deram início às suas atividades.

A 1 de outubro de 1899 começa a funcionar o “*Colégio de S. José para Meninas Internas e Externas em*



Figura 2 - Brochura do “*Colégio de S. José para menina internas e externas*”. Fonte: ANTT. (s.d.). Documento manuscrito. Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 1.

29 Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena [ACISCS]. (s.d.). [Documento n.º 4998], cx. 50 [Manuscrito não publicado].

30 ACISCS. *Copiador*, n.º 37, fl. 11.

31 ACISCS. Cx. 38, doc. 3736.

Lagoa - Algarve sob a protecção do Ex.º Rev.mo Prelado da Diocese dirigido por Irmãs Terceiras Dominicanas e Mestras Competentemente habilitadas”³² (Fig. 2). Este colégio feminino podia receber, portanto, crianças que ficariam aí alojadas, e que pagariam uma mensalidade de 10.000 réis, ou crianças que o frequentavam externamente, pagando uma mensalidade de 1.000 réis, à qual acresciam pagamentos extra de acordo com as disciplinas nas quais se inscrevessem³³.

O ensino neste Colégio compreendia as seguintes matérias: Doutrina cristã, ler e escrever, aritmética, sistema métrico, História, Geografia, as Línguas Portuguesa, Francesa, Inglesa e Alemã, Música, Desenho de Paisagem e Figura, Bordar a Branco, de Fantasia e outras “*Prendas próprias das Meninas*”³⁴. Estas “*prendas próprias das meninas*”, como eram conhecidas, faziam parte da educação feminina da época, preparando as educandas tanto para a vida doméstica como para uma possível vida profissional em áreas como a costura. A formação religiosa era igualmente importante, sendo a doutrina cristã uma parte fundamental do currículo. O objetivo era formar alunas que fossem não só academicamente competentes, mas também moral e espiritualmente bem preparadas. Esta ênfase na formação religiosa refletia o papel que a Igreja Católica atribuía à mulher como guardiã da moralidade familiar e social.

Concomitantemente à fundação do Colégio, a Madre Teresa de Saldanha projetou para Lagoa a fundação de uma associação congénere à que ela própria fundara e dirigia em Lisboa, a Associação Protectora de Meninas Pobres. Com os Estatutos aprovados pelo Governador substituto do Distrito de Faro, em julho de 1899³⁵, a primeira reunião da Associação ocorreu a 28 de setembro, para eleição da direção, que seria composta quer pelas Irmãs Dominicanas já instaladas em Lagoa, quer por benfeitoras da sociedade lagoense e algarvia³⁶. A irmã dominicana e Superiora Maria da Madre de Deus ficou então incumbida da presidência desta associação.

A Associação Protectora de Meninas Pobres de Lagoa iniciou a sua atividade no mês de outubro, em simultâneo com abertura do Colégio de São José. Datam de outubro os pagamentos das primeiras prestações por parte das sócias, no valor de 2.400 réis anuais ou 200 réis mensais. Estes pagamentos, assim como os donativos privados que a associação recebeu, foram desde logo canalizados para o funcionamento de uma “*aula pobre*”, provendo-a das condições e materiais necessários ao funcionamento, e até de vestuário e calçado para as crianças³⁷.

A grande concretização da Associação Protectora de Meninas Pobres foi, pois, a criação da “*aula pobre*”, frequentada por crianças cujas famílias não podiam pagar mensalidade. A criação desta aula foi um marco importante na história da instituição, pois permitiu que alunas de famílias mais desfavorecidas tivessem acesso à educação. Esta inclusão social é uma das marcas distintivas do Colégio de São José, que

32 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 1.

33 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 1.

34 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 1.

35 ACISCS. Cx. 38, doc. 3763.

36 ACISCS. Cx. 50, doc. 5001.

37 ANTT. (s.d.). *Documento manuscrito*. Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 3.

sempre procurou equilibrar a formação das crianças pagantes com a assistência às mais pobres, assumindo desta forma, uma função social.

Quando a 5 de outubro de 1910 foi implantada a República em Portugal, a tensão entre a Igreja e o Estado, que já vinha do período antecedente muito marcado pelo anticlericalismo, exacerbou-se. Um decreto de 8 de outubro desse mesmo³⁸ ano viria a extinguir a Companhia de Jesus e as demais companhias, congregações religiosas, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos e religiosas passando os seus bens, móveis e imóveis, para a posse do Estado. Na sequência deste decreto, as Irmãs Dominicanas abandonaram o Colégio onde haviam permanecido por onze anos. Aí permaneceram apenas três recolhidas, ainda oriundas do tempo em que funcionara o Recolhimento, para as quais a Comissão Administrativa da Câmara de Lagoa solicitou uma pensão anual, que poderia ser satisfeita pelo rendimento dos foros do extinto Recolhimento, para que as mesmas pudessem sair do edifício³⁹.

Na sequência da publicação da Lei de Separação do Estado das Igrejas, a 20 de abril de 1911, o edifício conventual ficou na posse da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas e a sua igreja foi encerrada ao público. Posteriormente, procedeu-se ao arrolamento dos bens do Recolhimento de São José, que de seguida foram vendidos em hasta pública.

2. Construção e transformação do espaço religioso

2.1. Um Recolhimento com a forma de convento

A data de 1738 que ainda hoje pode ser observada no portal da igreja conventual denuncia precisamente a época em que terá sido edificada a Igreja de São José, edifício que veio a dar origem ao complexo conventual. Conforme referimos anteriormente, a construção deste templo terá sido iniciada em 1736 e a sua inauguração ocorreu em abril de 1739, com a celebração da primeira missa. Desenhada para acomodar os fiéis da comunidade local, desconhece-se qual seria a configuração original da primitiva Igreja de São José.

Após a emissão da provisão para a instituição do Recolhimento de São José por parte do Bispo D. Inácio de Santa Teresa em julho de 1743, foi o Padre António Pacheco Quaresma que tomou as diligências necessárias para a instalação desta casa religiosa. Aproveitando a doação testamentária que o Prior Gregório Rodrigues Rio havia deixado aos seus sucessores da Igreja de Lagoa, e que compreendia um quintal com cisterna, adega, estrebaria e um palheiro junto à Igreja de São José⁴⁰, este sacerdote toma as necessárias diligências para que a obra do Recolhimento ocupe parte deste quintal, nomeadamente a estrebaria e o palheiro, tendo obtido para tal o consentimento do então Prior de Lagoa, o Padre Francisco de Oliveira

38 Decreto de 8 de outubro de 1910. (*Diário do Governo*, n.º 4, 10 de outubro de 1910).

39 Arquivo Municipal de Lagoa [AML]. *Livro 588 dos livros de correspondência* [Manuscrito não publicado].

40 Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz. [APNSL]. (s.d.). *Tombo da Igreja Paroquial de Lagoa*, fls. 129-130 [Manuscrito não publicado].

Santos⁴¹. Foi, pois, devido a esta doação que a obra de construção do edifício do Recolhimento pôde progredir.

Embora não seja possível precisar quanto tempo duraram as obras, pode-se, no entanto, avançar que as mesmas dependeram, em grande medida, das doações que a comunidade local fez ao Recolhimento, assim como dos próprios dotes das recolhidas. É este o caso de Margarida de São José, a primeira recolhida a dar entrada no Recolhimento, logo em 1743, com a idade de 74 anos, cujos bens foram vendidos e o dinheiro foi precisamente utilizado nas obras de construção do edifício⁴².

O terramoto de 1 de novembro de 1755 não parece ter causado grandes danos no Recolhimento, à data uma obra ainda bastante recente e que, pela sua robustez, não foi particularmente afetada. Porém, esse desastre natural causou danos na torre-mirante e, sobretudo na igreja, onde ruiu a abóbada, tendo vitimado cinco pessoas⁴³. Duas das cinco vítimas eram recolhidas: a Irmã Faustina de São Francisco, natural do sítio de Loubite, na freguesia de Silves, e a Irmã Isabel de São José, natural de Lagoa. Ambas foram enterradas no claustro, junto à sala do capítulo⁴⁴. Em 1758, quando são escritas as *Memórias Paroquiais*, já tinham sido reparados os estragos provocados pelo terramoto⁴⁵.

A falta de fontes documentais relativas à construção do edifício, não nos permite conhecer em detalhe do processo construtivo do Recolhimento que se edificou anexo à Igreja de São José sobre o espaço da estrebaria e palheiro doados para o efeito. A partir da análise arquitetónica, nomeadamente da métrica e do desenho dos vãos, podemos apontar como provável que a sua construção tenha ocorrido em duas fases: uma primeira, ocupando a zona lateral nordeste da Igreja de São José, possivelmente sobre o espaço anexo a este templo onde funcionaria a Irmandade; e uma segunda, que se estendeu no sentido noroeste, ocupando a área situada nas traseiras da igreja, sob os espaços da estrebaria e palheiro doados para este efeito. De qualquer forma, e a julgar pela informação decorrente do terramoto, sabemos que em 1755 já existia o claustro e a sala do capítulo, onde foram enterradas as duas recolhidas que faleceram nessa ocasião, pelo que se conclui que, à data, a construção do Recolhimento já estava concluída ou praticamente finalizada. E prevendo-se que este viesse a “*converter-se em Convento de religiosas descalças*” de Santa Teresa⁴⁶, a sua tipologia arquitetónica

41 Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz. [APNSL]. (s.d.). Tombo da Igreja Paroquial de Lagoa, fls. 130v-131.

42 ANTT. (s.d.). *Assento das entradas no noviciado e profissões das recolhidas* [Manuscrito não publicado]. Arquivo das Congregações, livro 387.

43 Gazeta de Lisboa. (1755). N.º 47, p. 376.

44 ANTT. (s.d.). *Assento das entradas no noviciado e profissões das recolhidas* [Manuscrito não publicado]. Arquivo das Congregações, livro 387, fl. 76.

45 ANTT. (s.d.). *Memórias Paroquiais*, vol. 19, n.º 20, fls. 85-92 [Manuscrito não publicado].

46 Arquivo da Diocese do Algarve [ADA]. (1763). *Livro de registo de provisões de visitas realizadas ao Recolhimento de São José de Lagoa*, fl. 1 [Manuscrito não publicado; cota antiga: Cx. 57-387].

foi pensada e desenhada como tal, sendo constituído por igreja, dependências conventuais⁴⁷ e cerca conventual⁴⁸.

Estamos, portanto, perante um edifício de tipologia conventual feminina, que contém, porém, algumas especificidades, decorrentes principalmente das condicionantes do espaço onde se edificou. A primeira destas particularidades decorre do facto de as dependências se situarem, não na lateral da igreja, como é comum na arquitetura conventual, mas à sua cabeceira, situando-se perpendicularmente a esta. Supõe-se que esta localização se terá devido à falta de espaço disponível para o efeito, entre a igreja e a casa do pároco que se localizava a nordeste. A articulação entre estes dois elementos fundamentais - igreja e dependências - é assim feita através do volume adjacente ao corpo da igreja (Fig. 3), que julgamos pertencer à primeira campanha de obras. Para além da sacristia, em comunicação direta com a igreja, esta área continha, também no piso inferior, os espaços da portaria, compreendendo os parlatórios (ou locutórios), interno e externo, onde se localizava a roda, elemento através do qual se faziam os contactos com o interior da clausura (Fig. 7).



Figura 3 - Convento de São José (torre-mirante e corpo adjacente à igreja). Fonte: Projeto CONVENTUS.

47 Constituídas pelo conjunto de espaços, distribuídos em torno do claustro, onde habita a comunidade religiosa.

48 Constituída por um recinto murado que envolve a totalidade do complexo conventual, formada essencialmente por um espaço cultivado de onde a comunidade retira parte do seu sustento.

A duplicidade de espaços, existente nos conventos femininos, destinava-se a preservar a clausura, existindo principalmente naqueles onde ocorria o contacto com o exterior. Era o caso da igreja, constituída por uma “igreja de fora”, à qual os leigos acediam para assistir à eucaristia, e uma “igreja de dentro”, composta pelo coro, reservado às religiosas, sendo a separação entre elas efetuada por grades. Outros espaços duplos são a sacristia e o parlatório (ou locutório), dividido em interno, ao qual acediam as religiosas, e externo, destinado aos leigos que pretendiam entrar em contacto com o interior da clausura. Os elementos de contacto eram sempre efetuados através de uma barreira física, por meio de uma grade ou roda, e fortemente controlados pela religiosa responsável por esse espaço (Urbano, 2007). No Recolhimento de São José podemos encontrar essa duplicidade quer na igreja, quer no locutório, no entanto, relativamente à sacristia, à qual se acedia através do espaço de portaria e que contactava diretamente com a capela-mor, não temos indicação de que tenha sido dupla.

A igreja, composta por nave única e capela-mor (Fig. 4-5), ambas de planta retangular, contém outra particularidade relativamente à tipologia dos conventos femininos: mantém a entrada axial, pertencente à primitiva Igreja de São José. Na larga maioria dos conventos femininos portugueses, a entrada na igreja situa-se na fachada lateral (Gomes, 2002) em virtude de a localização do coro baixo ser aos pés do templo, assegurando assim a clausura das religiosas no decorrer do serviço religioso. Ora, no caso do Convento de São José de Lagoa, a construção do coro aos pés da igreja foi impossibilitada pela existência da antiga rua de S. José, que correspondia à via de saída para Silves, e passava precisamente à porta da Igreja de São José⁴⁹. Esta situação foi ultrapassada pela implantação do coro alto sobre esta via, resultando noutra das características mais particulares deste edifício: a construção do coro alto sobre um arco que se eleva sobre a atual rua Joaquim Eugénio Júdice (Fig. 6).

A localização da torre-mirante, outro dos elementos emblemáticos da arquitetura conventual feminina, estrategicamente situada num dos extremos da clausura por forma obter uma maior visibilidade sobre o espaço urbano (Hills, 2005) é, neste caso, outro dos aspetos marcantes deste edifício. O facto de se localizar sobre o coro alto e sobre a referida rua, num local de grande destaque, torna-a num dos elementos mais marcantes deste edifício conventual (Fig. 6).

49 Arquivo Distrital de Faro [ADFAR]. (1882). *Processo de construção da estrada ligando à Estrada do Litoral do Algarve, no sítio da Pontinha* [Série: Junta Autónoma de Estradas - Processos de construção de estradas municipais do concelho de Lagoa].



Figuras 4 e 5 - Convento de São José (interior da igreja). Fonte: Projeto CONVENTUS.



Figura 6 - Convento de São José (coro alto e torre-mirante). Fonte: Projeto CONVENTUS.

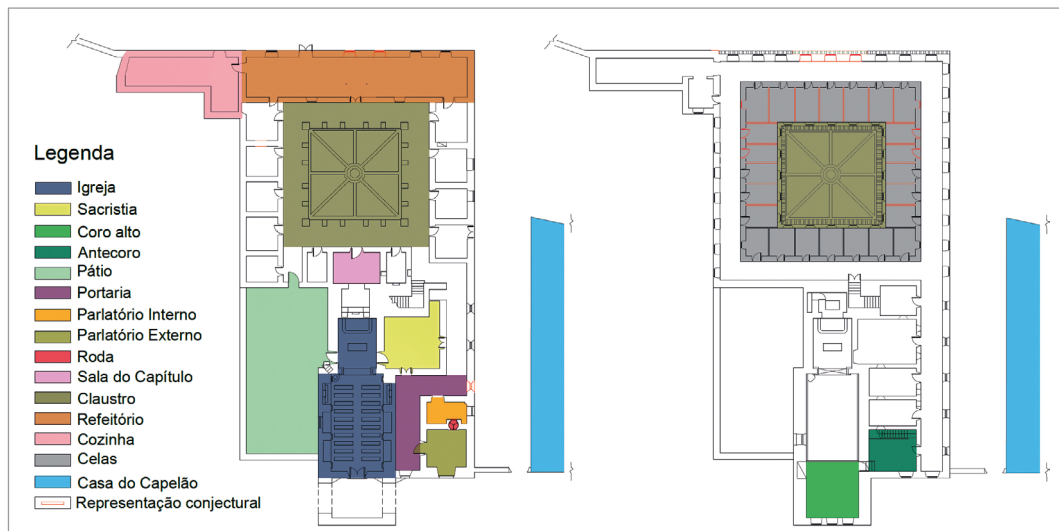


Figura 7 - Convento de São José (claustro). Fonte: Projeto CONVENTUS.

No segundo volume, de base quadrangular, situado a noroeste da igreja, localizam-se as dependências conventuais, nas quais, a partir do claustro, situado ao centro, se distribuíam os espaços onde decorria a vida quotidiana das religiosas (Fig. 7). No piso inferior, destaca-se a sala do Capítulo, espaço de reunião da comunidade, situada na ala adjacente à igreja. O refeitório, de planta retangular, e cozinha localizavam-se na ala oposta, como era comum nos conventos. A cozinha, que seria no lado nascente dessa ala, teria um acesso direto para a cerca conventual. Nas restantes alas situava-se um conjunto de outros espaços de uso quotidiano da comunidade, como por exemplo, a enfermaria (Fig. 8).

O piso superior era destinado às celas distribuídas em redor do claustro, das quais infelizmente só restam sete. Porém, a interpretação efetuada a partir do desenho permitiu contabilizar um total de vinte e quatro celas (Fig. 8), às quais se somava a cela da madre regente que se situaria noutra local: no extremo nascente ou no extremo poente, junto ao acesso à torre-mirante. No total perfaziam vinte e cinco celas, o que se coaduna com a definição do número máximo de recolhidas (vinte e cinco) para o qual o Recolhimento foi desenhado, conforme anteriormente referido. A disposição das celas, viradas para o interior do claustro (e não para o exterior), não sendo comum na maioria dos conventos, é uma característica que podemos encontrar em algumas das casas da mesma ordem religiosa⁵⁰. Esta particularidade destinava-se a reforçar a clausura e a vida dedicada à oração e à contemplação, própria da religiosidade carmelita.

50 Em Portugal, por exemplo, podemos encontrar esta situação nos conventos femininos de São José de Évora (fundado em 1679) e de Santa Teresa de Coimbra (fundado em 1739). Porém, em ambos os casos, apenas parte das celas tem esta disposição.



56 **Figura 8** - Convento de São José, identificação dos espaços conventuais nos séculos XVIII e XIX: plantas do piso 0 e piso 1. Desenho: Tiago Sobral - Projeto CONVENTUS.

2.2. A adaptação a Colégio

Adaptar o edifício do Recolhimento a Colégio não foi uma tarefa fácil para as Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena que, a partir de 1899, tomaram posse do edifício e aí se instalaram com o propósito de criar uma casa de educação feminina. Uma das principais limitações das irmãs foram as condições físicas do edifício, às quais se associava outro desafio que era de ordem financeira. Com um significativo número de alunas, mormente internas, desde cedo se começa a formar a ideia de que seria necessário ampliar o edifício, com a construção de “*uma casa para aula e um dormitório*”⁵¹, incumbindo-se inicialmente o próprio Bispo D. António Mendes Bello de tomar as necessárias diligências para conseguir um subsídio do governo para esse efeito.

Em 26 de abril de 1901, o Colégio recebeu a visita do Diretor das Obras Públicas do Distrito de Faro, com o intuito de informar o Ministro das Obras Públicas das obras que o Colégio necessitava e para as quais solicitava subsídio. As necessidades mais prementes reportadas foram o concerto dos telhados e o encanamento de água⁵². Porém, neste mesmo ano de 1901, as obras prosseguiriam com a construção de uma nova sala de aula, sendo as crianças acomodadas num novo dormitório, onde havia funcionado a antiga aula. Esta nova sala de aula ficou encostada à parede norte do volume da antiga portaria (Fig. 9), e apesar de ter sido demolida, consta ainda nas plantas desenhadas aquando da adaptação do edifício a recinto de bailes, datadas de 1961⁵³. Aquando da cerimónia de entrega dos prémios do Colégio em 1901, é descrita da seguinte forma: “*a nova aula tem cinco portas para a rua, era muito cómodo porque os homens nos intervalos saíam para a cerca*”⁵⁴.

51 ACISCS. *Copiador*, n.º 37, fl. 194.

52 ACISCS. *Copiador*, n.º 38.

53 AML. *Bailes – Convento de São José: Processo n.º 11-E*.

54 ACISCS. *Copiador*, n.º 38.

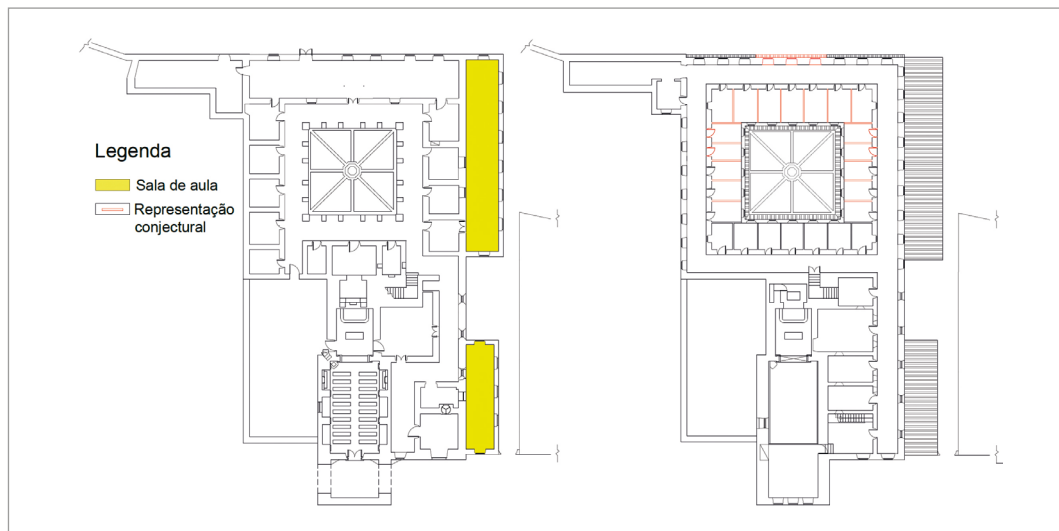


Figura 9 - Convento de São José, localização das salas de aula construídas nos inícios do século XX: plantas do piso 0 e piso 1. Desenho: Tiago Sobral - Projeto CONVENTUS.



Figura 10 - Convento de São José, localização do volume do novo dormitório nos inícios do século XX: plantas do piso 0 e piso 1. Desenho: Tiago Sobral - Projeto CONVENTUS.

A esta primeira ampliação, seguiu-se a construção de uma segunda sala de aula, de maior dimensão, encostada à ala norte do corpo das dependências (Fig. 10), com capacidade para um maior número de alunas. Há ainda conhecimento, através da documentação gráfica presente no Arquivo da Secretaria-Geral da Economia,

da existência de um projeto⁵⁵, datado de 1904, onde se planeava a construção de um dormitório sobre esta segunda sala de aulas, o que denota a necessidade de ampliação do edifício para responder às necessidades de crescimento do colégio.

Não tendo sido dado seguimento a este projeto, a solução para a construção do novo dormitório passou pela edificação de um novo corpo que se estende para poente do edifício (Fig. 9), inaugurado em setembro do ano seguinte⁵⁶. Desta cronologia será também o acesso ao edifício que se constrói na sua empena poente e do qual não encontramos referência na documentação. A propósito da edificação deste novo dormitório, a Irmã São Gabriel referindo-se, numa carta à Madre Teresa de Saldanha, aos preparativos das obras no Colégio, diz-se muito desconsolada com o local escolhido: “ainda se o novo edifício ficasse horizontalmente não ficaria tão mal, mas parece que ali saído para fora fará muito mau efeito”⁵⁷. Apesar da estranheza que causou a esta religiosa, a expansão do edifício com a criação de uma nova ala, perpendicular ao volume principal, corresponde ao modelo de ampliação que foi comumente utilizado nos edifícios monástico-conventuais.

Foram estes novos espaços, juntamente com as áreas de refeitório e cozinha, que vieram acolher o funcionamento das escolas de instrução pública que a Câmara de Lagoa instalou no edifício, a partir de outubro de 1912, dando continuidade ao uso educativo deste imóvel.

Considerações finais

O estudo da história e da arquitetura do Convento de São José em Lagoa permite compreender a complexidade de uma instituição que, apesar da sua configuração conventual, tanto em termos da vivência religiosa quanto do espaço habitado, nunca chegou a ser oficialmente reconhecida como convento. Funcionando inicialmente como um recolhimento feminino, sujeito à Regra da Ordem das Carmelitas Terceiras Regulares, manteve-se ativo mesmo após a extinção das ordens religiosas, escapando às medidas de supressão e nacionalização dos bens aplicadas aos conventos. Esta particularidade, caso único no território algarvio, permitiu a continuidade da vida religiosa dentro dos seus muros, embora sob novas formas, culminando na sua transformação, no final do século XIX, num colégio feminino gerido pelas Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.

A resiliência desta instituição manifesta-se, sobretudo, na sua capacidade de adaptação, mantendo uma função educativa ao longo dos séculos. Do Recolhimento inicial ao Colégio do final de oitocentos, a vocação pedagógica do espaço foi um elemento unificador da sua trajetória histórica. Mesmo após o encerramento do Colégio com a implantação da República, a função educativa do edifício viria a perdurar, reafirmando a sua importância na memória coletiva da comunidade local.

55 Arquivo da Secretaria-Geral da Economia [ASGE]. (1904). *Projecto d'uma sala para dormitório no Collegio de S. José na Villa de Lagôa* (DRF Faro 378).

56 ACISCS. *Copiador*, n.º 40.

57 ACISCS. *Copiador*, n.º 40.

Do ponto de vista arquitetónico, importa ressaltar o facto de, apesar das condições em que foi fundado, a partir de uma igreja e de construções pré-existentes e resultando da iniciativa do bispo e do clero diocesano, este Recolhimento apresenta uma tipologia conventual com uma regularidade formal que noutros casos congêneres não se verifica⁵⁸. No entanto, e apesar desta regularidade formal, a sua estrutura apresenta particularidades que o distinguem de outros edifícios religiosos da mesma tipologia. Tal como vimos, as dependências conventuais situadas perpendicularmente à igreja e não na sua lateral, a entrada na igreja localizada a eixo e não na fachada lateral, a inexistência de um coro baixo e a localização do coro alto e da torre-mirante sobre a rua são elementos distintivos que conferem ao edifício uma identidade própria. Outra particularidade é a organização espacial interna, com a distribuição das celas voltada para o interior do claustro, que não sendo incomum, podemos encontrar nalgumas das casas religiosas da Ordem do Carmo, na qual o Recolhimento se inscreveu.

As adições que sofreu em consequência do seu funcionamento como colégio de dominicanas na viragem para o século XX, foram em parte demolidas em intervenções de reabilitação posteriores, mas esta comunidade deixou também vestígios físicos da sua presença, nomeadamente a construção do corpo que se destaca a noroeste e que permanece como uma marca distintiva desse período.

As vivências e a construção do espaço religioso do Convento de São José evidenciam, assim, um modelo de resistência e reinvenção institucional. Da clausura inicial à abertura educativa, da repressão oitocentista à apropriação republicana, este edifício e esta comunidade atravessaram transformações profundas, preservando, contudo, elementos essenciais da sua identidade. A investigação aqui apresentada, enquadrada no projeto CONVENTUS, que aborda este edifício num espectro mais amplo, quer em termos cronológicos quer metodológicos, permite não só compreender a evolução da instituição e do seu espaço arquitetónico, como também fornece uma base sólida para futuras iniciativas de valorização patrimonial e museológica, garantindo a preservação e o reconhecimento deste testemunho singular do património religioso, educativo e cultural algarvio.

58 Veja-se, a título de exemplo, o caso do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, abordado no artigo *Convento de Nossa Senhora do Paraíso: reconstituição gráfica de um desaparecido património arquitetónico em Évora*, no capítulo II deste livro.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo da Diocese do Algarve

Livros de Registo de Provisões de Visitações Realizadas ao Recolhimento de São José de Lagoa, 1763 [Cota antiga: Cx. 57-387].

Livro de Registo de Eleições do Regimento e mais Oficiais do Recolhimento de São José de Lagoa, 1763-1863 [Cota antiga: Cx. 11-43].

Livro 6º da correspondência oficial expedida pela Secretaria Episcopal da Diocese do Algarve, 1895-1901, fls. 84v-85v.

Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena

Copiador, n.º 37.

Copiador, n.º 38.

Copiador, n.º 40.

Cx. 38, doc. 3736, doc. 3763.

Cx. 50, doc. 4998, doc. 5001.

Arquivo Municipal de Lagoa

Livros de Correspondência, livro. 588.

Bailes Convento S. José, Processo n.º 11-E

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo das Congregações, livro 387.

Arquivo das Congregações, livro 388.

Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 1.

Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 3

Arquivo das Congregações, maço 9, mct. 7.

Memórias Paroquiais, vol. 19, n.º 20, fls. 85-92.

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz

Tombo da Igreja Paroquial de Lagoa, fls. 129-131.

Fontes impressas

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, Terceira série. (1840). Imprensa Nacional.

Decreto de 8 de outubro de 1910. (*Diário do Governo*, n.º 4, 10 de outubro de 1910).

Gazeta de Lisboa, 1755, n.º 47.

Bibliografia

Avrami, E.; Macdonald, S.; Mason, R.; Myers, D. (Ed.) (2020). *Values in Heritage Management: Emerging Approaches and Research Directions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute Publications.

- Fidalgo, A. (2023). Do «lugar» se fez «vila»: A criação do concelho de Lagoa. *Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa, Número Especial*, 117–130.
- Fontes, J. L. I. (2015). Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora. *Lusitania Sacra*, 51-71.
- Franco, J. E.; Mourão, J. A.; Gomes, A. C. (Coords.) (2010). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Gomes, P. V. (2002). A fachada pseudo-frontal nas igrejas monásticas femininas portuguesas". Fróis, V. (coord.), *Conversas à volta dos conventos*. Évora: Casa do Sul Editora, 229-242.
- Groat, L. N.; & Wang D. (2013). *Architectural Research Methods*. New Jersey: John Wiley & Sons Inc.
- Hills, H. (2005). *Invisible city. Architecture of devotion in seventeenth-century neapolitan convents*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Marado, C. A. (2006). *Antigos conventos do Algarve: Um percurso pelo património da região*. Lisboa: Edições Colibri.
- Marado, C. A. (2007). *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento em Arquitetura, Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Sevilla.
- Marado, C. A. (2018). *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marado, C. A. (2021). Salvaguarda, valorização e reutilização do património: a experiência dos edifícios monástico-conventuais. Marado, C. A.; Valente, T.; & Bernardes, J. P. (Eds.). *Gestão do Património Cultural: experiências e desafios*. Lisboa: CEAACP/ UALG, 32-64.
- Marques, J. I. (1995). *O Convento de S. José*. Câmara Municipal de Lagoa.
- Medeiros, I. E. (2022). Do Sacro ao Profano: Vivências e vicissitudes do antigo Recolhimento de São José de Lagoa (1910-1959). *Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*, 1, 267-288.
- Nicolau, R. M. do N. L. (2002). *Memórias das Datas 1866-2002. Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena*. Litografia Amorim.
- Reis, J. V. (2017). *Com os olhos no "Céu". Templos da Fé no Concelho de Lagoa (História, Memorial e Roteiro)*. Câmara Municipal de Lagoa.
- Ricoeur, P. (1995). *Teoria da Interpretação*. Porto Editora.
- Santos, R. M. (2001). *História do concelho de Lagoa (Vol. 2)*. Câmara Municipal de Lagoa/ Edições Colibri.-
- Thiaucourt, M. R. (1987). *Madre Teresa de Saldanha. Vida e Obra*. Congregação Portuguesa das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.
- Urbano, L. (2007). A propósito de Évora. Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos. *MONUMENTOS - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos* 26, 38-45.
- Velasco Bayón, B. (2001). *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas.
- Vidal, J. E. de L. (1938). *Teresa de Saldanha e as suas Dominicanas*. Escola Tip. do Seminário das Missões.

Inmuebles disimulados: conventos femeninos en San Fernando (Cádiz)

Concealed properties: female convents
in San Fernando (Cádiz)

José Ramón Barros Caneda

Universidad de Cádiz, Instituto de Investigación en Estudios del Mundo Hispánico/
Grupo Investigación HUM-726. Ciudad, Imagen y Patrimonio

Introducción

Habitualmente y la historia de la arquitectura está plagada de ejemplos, los inmuebles conventuales, con independencia de su adscripción historiográfica, han mostrado sus fachadas a la ciudad con rasgos compositivos y estéticos que los individualizaban como tipologías específicas. Rasgos que se concentraban en aquellos elementos que servían de transición entre el espacio de la clausura y el exterior, caso de iglesias y puertas regladas, que quedaban configurados por estilemas propios que los significaban con claridad y definición tipológica en el contexto urbano en que se ubicaban o en el que, según el caso, generaban con su presencia. Sin embargo, esta constante muestra, en el caso que se estudia, unas variantes muy específicas. La propuesta que se presenta es una hipótesis, una relectura del relato conventual femenino en un modelo de ciudad que se convierte en el eje determinante de la presencia visual de esta tipología edilicia habitualmente constitutiva de hitos relevantes en la trama urbana. En el caso que analizamos, estos conventos femeninos, sin dejar de ser intervenciones importantes sobre el tejido urbano, mantuvieron un perfil de integración o disimulo funcional en el contexto visual de la fachada de la ciudad. Es lo que hemos denominado “Inmuebles Disimulados”, dispuestos en una ciudad de configuración administrativa tardía, vinculada con la Ilustración y el desarrollo de la Armada, tal y como era la Real Villa de la Isla de León, posteriormente San Fernando, en la provincia de Cádiz. La hipótesis de los inmuebles disimulados parte, por tanto, de la idea de observar cómo el entorno cultural y urbano de San Fernando contribuyó a marcar una diferenciación perceptiva para el habitante-observador entre lo visualmente mostrado y lo visualmente disimulado. Podría argüirse que los conventos y monasterios trataban con sus trazas de cerrar y bloquear la pretendida intimidad religiosa, en este caso, femenina. Como veremos, no es tanto esa idea tradicional, rota por la presencia de

hitos señalizadores significativos, como la influencia de la configuración visual de la ciudad en los que se construyeron.

La Real Villa de la Isla de León, en la actual provincia de Cádiz, se constituyó tardíamente como ayuntamiento (sobre el proceso histórico de la ciudad véase Franco, 1995; López, 1999; Quintero, 2016 y Martínez, 1995). Villa de señorío de los Ponce de León, en 1729 Felipe V la incorpora como villa de realengo en el contexto territorial de la bahía de Cádiz. Una zona, esta, receptora y receptiva a las nuevas políticas ilustradas borbónicas que afectaron a su desarrollo económico e ideológico-cultural. En este territorio, tan geoestratégicamente relevante, dichas políticas incidieron en el proceso de reorganización de la Armada y en las consecuencias y acciones que de ellas emanaron. Al respecto, la construcción del Real Arsenal de La Carraca (Barros, 1989; Quintero, 2016), un complejo espacio urbano preindustrial, supuso un fundamental hito económico y de desarrollo para la zona que además estaba también inmersa como sede de la Casa de la Contratación en él, aún por entonces, pujante comercio con América.

A esta cuestión preindustrial y económica se sumó el gran impacto que la cultura ilustrada, entendiéndola como una suma de valores políticos, ideológicos, científicos, estéticos y de pensamiento, tuvo en este ámbito geográfico. En este contexto y desde la perspectiva que tratamos, las formas Ilustradas, la organización de las artes y por tanto de la arquitectura por parte de la Real Academia y con la más que notable influencia del Real Cuerpo de Ingenieros Militares portadores de un mensaje tipológicamente funcional y estéticamente clasicista, van a generar un espacio cultural determinante en el diseño arquitectónico u urbanístico de la ciudad, constituida como municipio en 1766. Este perfil cultural va a tener una clara proyección en siglos posteriores en los que los hitos constructivos productos de estas nuevas formas van a ser referentes inequívocos.

1. Conventos masculinos

Pese a su organización administrativa tardía, el espacio de lo que sería la posterior ciudad ya presentaba en el siglo anterior señales de ocupación en zonas concretas y especialmente en los márgenes del Camino Real a Cádiz. De manera fundamental y sin entrar en más detalles, tal y como recoge el grabado de Fray Jerónimo de la Concepción (Jerónimo de la Concepción, 1690, entre fols. 8 y 9), en torno a dicho viario se había ido produciendo una ocupación parcelaria por haciendas y residencias domésticas (Fig. 1). Por otra parte, en el momento de la constitución de su primer ayuntamiento, 1766, ya existían en la Isla de León dos instituciones religiosas masculinas, ambas en los márgenes de este viario genealógico, lo que habla del empuje e interés que este espacio iba adquiriendo o se preveía que iba a adquirir. El convento del Carmen se remonta al siglo XVII. En 1680 ocupaba una casa preexistente que aparece en el plano ya citado de 1690 de Fray Gerónimo de la Concepción y durante el primer tercio del siglo XVIII (1733), coincidiendo con todo este proceso de consolidación progresiva de la zona, se realizan obras de reforma que configuran el actual edificio a pesar de las transformaciones realizadas en el ámbito de la clausura durante el siglo XX, para adaptar el inmueble a funciones docentes (Aranda, 1999). La iglesia, cuya fachada de los pies hace frente a la ciudad, presenta contenidos rasgos barrocos (Fig. 2) mostrando su especificidad y notoriedad tipológica a través de una composición simple, aunque con una portada de cierta relevancia en la que se ubicó una escultura de la Virgen

del Carmen obra del escultor Cayetano de Acosta (Martínez Montiel, 1991), lo que apunta al interés por destacar y significar este ámbito concreto. También, en torno a esas fechas (1739) se llevó a cabo la fundación de una pequeña comunidad franciscana que, en 1743 y en los márgenes de esta misma calzada, construyó el nuevo hospicio de San Francisco que constaba de iglesia, y escuela-hospicio. En 1765, dicha iglesia fue convertida en parroquia castrense, iniciándose en 1786 su reconstrucción, permaneciendo activa, a día de hoy, la iglesia como único elemento superviviente (Mósig, 2016). Esta, en su fachada a la ciudad y a pesar de haber sufrido transformaciones y disonancias compositivas y estilísticas a lo largo de su historia, frente a lo visto en el Convento del Carmen, también expone su condición a través de esquemáticos recursos formales clasicistas con una pronunciada fachada-portada que destaca su presencia tipológica en el entorno urbano.



Figura 1 - Vista del plano de la Isla de León. Fray Jerónimo de la Concepción. Fuente: <https://archive.org/details/A025b268/page/n7/mode/2up>.



Figura 2 - Fachada de la iglesia del convento del Carmen. Fuente: fotografía del autor.

En este mismo sentido y haciendo gala de sus condiciones tipológicas existen otros inmuebles en la ciudad. Es el caso de la Iglesia Mayor de San Pedro y San Pablo (1760) que en fachada presenta rasgos de un barroquismo local, si bien reformado por intervenciones posteriores de arquitectos neoclásicos. Los diversos modelos de tipologías domésticas que concentran en sus pequeñas portadas, decoradas con baquetones mixtilíneos y policromía en rojo almagra, esa orientación barroca de los maestros de obras dieciochescos de la ciudad, pero que fueron capaces de integrarse gracias a fachadas simples configuradas por vanos simples y muro, sin disonancias, en el giro clasicista de la arquitectura marcada, como dijimos, por los gustos académicos y la presencia de los ingenieros militares en la zona. Lo cierto es que la ciudad, en su proceso del barroco local hacia el nuevo clasicismo (Neoclasicismo) y en su progresión posterior hacia los eclecticismos decimonónicos generó, con las rupturas propias de la contemporaneidad, una estructura visual bastante uniforme en torno a esa vía constitutiva - el Camino Real a Cádiz - y sus calles aledañas que obviamente fueron expandiendo la trama urbana. La construcción bajo fórmulas estéticas clasicistas supuso la generación en la ciudad ilustrada de una arquitectura de formas visuales muy sobrias, conceptuales, basada en elementos tectónicamente puros que visualmente construían la estructura perceptible de la ciudad, aquella que mostraba su fachada como factor de relación con los habitantes. Parece lógico pensar que una ciudad generada bajo el empuje de estas pautas culturales impusiera un marco estético a sus hitos constructivos visados por el municipio y esto, en líneas generales, parece ser que fue así.

En este marco, tan resumido por razones de espacio, se sitúa la construcción de los tres inmuebles que constituyen el núcleo de la hipótesis barajada en este texto, centrado en lanzar una mirada a la generación de los espacios conventuales de la ciudad para observar cómo algunos de esos conceptos culturales en los que creció San Fernando incidieron de manera notable en la distinción de los espacios conventuales femeninos y masculinos. Nos referimos al convento de la Compañía de María Santísima, al convento de Capuchinas de las pobres Clarisas de la Observancia y al monasterio de la Santísima Trinidad. Tres inmuebles construidos en tres siglos diferentes y que, como trataremos de demostrar, asumen en su presencia urbana una actitud similar.

2. Femeninos versus Masculinos

2.1. El convento de la Compañía de María Santísima

El convento de las Monjas de la Enseñanza o Convento de la Compañía de María Santísima fue fundado en 1760 sobre una finca de recreo que Manuel Arriaga y María Ana de Arteaga poseían en el linde del Camino Real a Cádiz (Fig.3). Se desconoce su autoría, aunque para esta cuestión no nos interesa tanto como la fórmula arquitectónica trazada. No obstante, pudieran existir sospechas de que fuera uno de los primeros inmuebles que contaran con la participación del marqués de Ureña, prototipo de hombre ilustrado con gustos y conocimientos amplísimos (arquitectura, música, pintura, literatura, tratadística). Vinculado a la intensa labor de la Armada en la ciudad, participó, aunque en fecha más tardías, en las trazas de la Población de San Carlos y en el diseño del Real Observatorio de la Armada. Según Yolanda Muñoz (2024, p. 22) una de sus hermanas profesó en 1764 en el convento,

generándose, cuando murió en 1769, un conflicto por cuestión de las legítimas con las monjas que se resolvió con un dictamen del Consejo de Castilla¹.



Figura 3 - Fachada principal del convento de la Compañía de María. Fuente: fotografía del autor.

En cualquier caso, la hipótesis de autoría, aunque interesante, no es tan relevante para este texto. La cuestión planteada se dirige hacia cómo un edificio de naturaleza conventual y docente de la segunda mitad del siglo XVIII disimula su funcionalidad a través de una pantalla arquitectónica que remite más a fórmulas civiles que religiosas. La fórmula de fachada a base de arcadas articuladas por bandas apilastradas y con dos plantas y ático es más propia de tipologías civiles. Esas arcadas simulan un enlace con el viario o espacio urbano a modo de soportal ciego, aprovechando la ligera proyección del eje compositivo de la fachada. Esta, formando el eje central de la fachada, queda rematada por un campanario/mirador de doble vano escondido tras un cierro - un elemento, el cierro, propio de la arquitectura doméstica- y coronada por una espadaña mixtilínea que contiene la única concesión barroca para marcar el acceso a la iglesia, quedando flanqueado por la puerta del colegio y la puerta regular todo sumido en esa estructura, más palacial que religiosa. Una clausura no deja de ser una arquitectura doméstica que en su

1 La localización de un poder otorgado por el marqués en 1768, previo a la muerte de su hermana, por “un pleito que tengo pendiente con el convento de la Enseñanza de la Real Isla de León” pudiera, junto con los rasgos estéticos de la fachada del inmueble, hacer pensar en una más que lógica relación con el proyecto de reconstrucción y adaptación de la finca para convento y escuela. El marqués desde 1758 se encontraba en Cádiz y demás, siempre según Yolanda Muñoz, ya era académico de la de San Fernando. Archivo Histórico Provincial de Cádiz (AHP). Protocolos de El Puerto de Santa María, leg. 689, f. 268.

interior organiza los rasgos de la tipología conventual; sin embargo, en su relación con el exterior, la fachada de la Compañía de María, bajos esos rasgos conceptuales de pura arquitectura enmascara o disimula su presencia. Al respecto es muy interesante observar cómo otras tipologías, totalmente ajenas a lo religioso, una científico-militar, el Real Observatorio Astronómico de San Fernando, obra también del marqués de Ureña (Martínez, 1989), y otra de infraestructuras, el mercado de abastos de Puerto Real (Fig.4), obra de Torcuato José Benjumeda, un arquitecto neoclásico (Barros, 2021), ambas imbuidas de ese espíritu ilustrado, posteriores al convento, concuerdan en esa fórmula más conceptual de la arquitectura neoclásica en la que la tipología queda disimulada.



Figura 4 - Fachada del Mercado de Puerto Real. Fuente: fotografía del autor.

Pero tal vez sea el interior del inmueble lo que mejor ayude a validar la hipótesis de máscara o disimulo tipológico consciente. La configuración del elemento puramente religioso, la capilla, es absolutamente barroca. Retablo mayor, retablos laterales, estructura arquitectónica, todos remiten de forma consciente a una configuración plástica barroca, más próxima a lo popular y por ello más asequible para la religiosidad. La capilla posee en su cubierta y cúpula yeserías estrelladas y la línea de imposta de la bóveda presenta un entablamiento a base de molduras escalonadas de una espléndida plasticidad y que recuerda bastante al de la iglesia del cercano convento masculino del Carmen. A ello se suma el aparato escenográfico, policromo e iconográfico generado por la retablistica de la capilla, algo totalmente diferente a la relación del edificio con el espacio público a través de su fachada, más un ágora o foro público.

2.2. Convento de Capuchinas de las Pobres Clarisas de la Observancia

En otro contexto histórico y desde luego en otro marco estético, se construye en el límite oeste de la trama urbana de la ciudad un nuevo convento femenino en las décadas finales del siglo XIX. El obispado gaditano adquirió en 1889 una finca, en la actual calle Constructora Naval, propiedad de Vicente de Reyna y Martín y que en 1865 constaba de casa principal con huerta y jardín. Sobre ella se fundó el convento con monjas procedente de El Puerto de Santa María y no sería hasta 1911 que se le añadió la iglesia bajo proyecto del arquitecto Juan Cabrera y la Torre (Barros, 1998, p.159) (Fig. 5) y que ha permanecido activo hasta fecha muy reciente en que se ha modificado el PGOU para secularizarlo y autorizar obras y cambio de usos entre el Obispado de Cádiz y el Ayuntamiento de la ciudad².

No se conoce el proceso de adaptación de la vivienda a convento, pero sí parece claro y es el aspecto que nos interesa, que prevaleció en la transformación el carácter doméstico de la configuración previa que se mantuvo en las lógicas transformaciones eclécticas que se le imprimen en la reforma. Nuevamente la estructura de fachada se adapta a los marcos domésticos del entorno de la ciudad. Una casa de dos plantas, articulada en fachada por bandas cajeadas a modo de pilastras, que muestra tres calles. En la central se sitúa la puerta reglar flanqueada por dos cierros con un balcón en la planta superior, remarcando el eje de la portada que remata en un mirador con vano geminado con arcos de herradura y que adopta el modelo de las torres-miradores denominadas de sillón tan características de la arquitectura civil del entorno de la bahía y que probablemente fuera trasformada al construir la capilla. Todo el conjunto queda coronado por un pretil o antepecho con decoración de jarrones sobre pedestales, lo que unido a la rejería de rasgos eclécticos que ornamenta los cierros, balcones y antepechos nos sitúa en un modelo absolutamente palacial similar a otros de la ciudad, caso de la Casa Lazaga o el número 46 de la calle Real obra de José Rizo (Martínez, 1995, p. 212). Posteriormente en 1911 se anexó en el lado derecho de la fachada otro cuerpo en el que se situó la puerta de acceso al atrio de la capilla, que cuenta, en planta alta, con un campanario disimulado por cierro y rematado por una espadaña escalonada maciza acabada en cruz, único símbolo religioso externo. Ni el cuerpo de la capilla, que se ubica alineado con la calle y retranqueado de la línea de fachada que lo enmascara con el mismo sistema decorativo de bandas y vanos, se muestra con rasgos de identidad tipológica, únicamente se visibilizan los contrafuertes del muro de la epístola.

2 En la actualidad el convento ha sido abandonado por las monjas y se encuentra inmerso en procesos judiciales por la modificación de la protección realizada en el PGOU de la ciudad a través de un convenio entre el ayuntamiento y el obispado con el fin de segregrar la parcela para realizar actuaciones inmobiliarias. Véase Rivera, Arturo. Diario de Cádiz, 08/01/2025 Recurren ante el TSJA el cambio de catalogación de las Capuchinas para afrontar el desarrollo urbanístico de los suelos. Disponible en https://www.diariodecadiz.es/sanfernando/recurren-tsja-cambio-catalogacion-capuchinas-desarrollo-urbanistico-suelos_0_2003107248.html. Última consulta 09/03/2025.



Figura 5 - Fachada del convento de Capuchinas de las Pobres Clarisas de las Observancia. Fuente: fotografía del autor.

Nuevamente en la relación del edificio con la ciudad se produce un proceso de ocultamiento de la clásica tipología conventual. La manifestación del convento de clausura en el espacio urbano queda disimulada bajo una fórmula de arquitectura doméstica, además con rasgos muy usuales y por tanto diluidos en el contexto visual arquitectónico de la ciudad. Lo que podría considerarse una propuesta arquitectónica para la defensa de la intimidad religiosa femenina –nada usual en las clausuras masculinas, incluso en las más inaccesibles o alejados de las tramas urbanas, caso de los monasterios cartujos-, que podría tener cierta lógica en una intencionalidad, digamos, eremítica queda rota por los visibles rasgos arquitectónicos palaciales del entorno. De acuerdo con las características del modelo urbano y del momento histórico, el edificio tiene prestancia y relevancia por lo que su visualización es intensa y más en un ámbito como era el límite de la trama urbana, por lo que, una vez más y en este caso en una clausura y en un siglo posterior al anteriormente citado, se puede pensar más bien un proceso que ya viene desarrollándose desde el siglo anterior, en el que la configuración estética y cultural de la ciudad, ya para esa fechas, de San Fernando va imponiendo un cierto perfil a las construcciones.

Esta idea, tiene, en las proximidades del convento otro ejemplo conventual femenino, si bien esta vez con una orden religiosa con funciones educativas y asistenciales. En la cercana calle Colón, sobre un edificio trazado por el mismo José Rizo (López, Martínez y Ramírez, 1989, 67. Quijano, 1998, 190-193) se había establecido en 1886 el convento-asilo y colegio de Ntra. Sra. del Carmen vinculado con la orden de las Carmelitas de la Caridad. El inmueble, hoy muy transformado, por lo que se desconoce cómo serían la presencia de la capilla que hacía frente al espacio urbano y que podría haber sido el signo de identificación, - aún hoy lo es al haber sido reedificada en 1963³ -, también asume en fachada los rasgos de la arquitectura doméstica.

3 DCOMOMO. Iglesia de las Carmelitas. Disponible en <https://docomomoiberico.com/edificios/iglesia-de-las-carmelitas> Última consulta 09/03/2025.



Figura 6 - Fachada de la Casa Lazaga. Fuente: fotografía del autor.

2.3. Monasterio de la Santísima Trinidad

Manteniendo esta misma fórmula que proponemos de arquitectura disimulada, en el siglo XX y con ello tenemos ejemplos en cada siglo de la historia de la ciudad que avalan la hipótesis, se realiza la fundación del monasterio de la Santísima Trinidad perteneciente a la orden de las Carmelitas Descalzas (Fig. 7). En 1945, la orden adquiere la, por entonces, llamada Casa de la Torre situada en las afueras de la ciudad en la salida de la calle Real, antiguo Camino Real a Cádiz, para realizar la fundación del monasterio que se inauguró en octubre del año siguiente y que sigue activo. La denominación del inmueble primitivo hace referencia a una torre mirador que contenía la vivienda original y que, como ya dijimos, formaba parte de los rasgos de la arquitectura doméstica de la zona pero que, además, encajaba a la perfección con la tipología monacal que también solía contar con el mirador como elemento compositivo. Aunque se desconoce, parece lógico pensar que en el período entre la adquisición y la ocupación real del inmueble se produjeran modificaciones para realizar la adaptación funcional a la tipología conventual que incluía patio, celdas, jardín y una capilla, con coro lateral, que se dispuso en paralelo con la fachada.



Figura 7 - Fachada del monasterio de la Santísima Trinidad. Fuente: fotografía del autor.

El inmueble ha mantenido los rasgos de una vivienda del siglo XVIII de una única planta con fachada centralizada por una portada de ese barroco de maestros de obras locales tan característica en la ciudad y de las que existen numerosos ejemplares. La portada queda flanqueada por pares de vanos con cierros de rejería y con un cornisón corrido muy moldurado que remata en un pretil o antepecho. Salvo por una cruz que figura en el dintel de la portada que actúa como puerta reglar y de la capilla (a las dos se accede desde el portal o casapuerta que distribuye el acceso al patio en línea recta y a la capilla en ángulo), y que es común, la cruz, a otras viviendas civiles dieciochescas de la ciudad, no existen signos, ni manifestaciones que trasladen al exterior el modelo de tipología conventual que contiene el edificio. Siendo además idéntica a otra paredaña, hoy destruida y reedificada como vivienda, pero de la que existen imágenes (Quijano, 1998, p. 178) que permiten constatar esa similitud. Esos modelos de casas parejas, con recursos de planta compartidos, es una fórmula bastante común en el sistema de construcción doméstica histórica de la ciudad (Albarreal, 2012, 77-97).

Conclusiones

Los casos tratados dentro del ámbito territorial de la actual ciudad de San Fernando y en el marco cronológico extenso que abarca desde la creación administrativa de la ciudad a mediados del siglo XVIII hasta la contemporaneidad, nos permiten establecer el relato que sostiene la hipótesis planteada. En la Villa de la Real Isla de León se generó un espacio cultural, de gestión de la ciudad y económico que condujo a que las fundaciones conventuales femeninas, todas sobre inmuebles preexistentes y adaptados, disimularan de forma notoria su adscripción religiosa en relación con su

presencia visual en la ciudad. Algo que, comparándolas con entornos próximos, puede considerarse un rasgo específico, un discurso concreto en la evolución constructiva de la tipología. La tendencia general –ya lo vimos en los masculinos– era que los conventos, monasterios, parroquias, edificios de naturaleza religiosa tuviesen una presencia visual relevante que constituyese una llamada, un reclamo a través de la configuración visual en fachada del propio inmueble. Algo, por otra parte, a lo que no son ajenas otras instituciones civiles a lo largo de la historia, pero que en el caso de las religiosas han ido configurando un abundante número de hitos arquitectónicos y urbanísticos en las ciudades. Superados como decíamos al principio, los valores escenográficos del barroco, observamos como por ejemplo en la cercana ciudad de Cádiz, el convento de las Reparadoras ubicadas en la calle Zaragoza, pese a incorporar rasgos de arquitectura civil en su relación con la ciudad, muestran una fachada de la iglesia con rasgos estéticos y constructivos muy identificables. Algo similar sucede en El Puerto de Santa María en el que la construcción de la capilla, anexa al palacio que desde 1891 funciona como escuela y convento de la orden de las Hermanas Carmelitas, se realizó en 1894 bajo unas pautas estéticas neogóticas distintivas que la marcaban y señalizaban como tal dependencia religiosa en el contexto de la actual calle Pedro Muñoz Seca (Cirici, 1994). Pero tal vez el ejemplo más notorio sea el llevado a cabo por la Congregación de la Adoración Reparadora (Reparadoras), actual convento de las Esclavas, en Jerez de la Frontera en la calle Chancillería. En un dilatado proceso en el que intervienen notables arquitectos, realizan una potente intervención sobre la trama urbana para construir, a partir de 1930, una monumental iglesia con dos torres campanarios y bajo estética neomudéjar que pese a lo angosto del espacio en que se ubica no deja de tener una presencia muy notable en la trama.

Por tanto, podemos deducir a través de los casos presentados que la cuestión de la intimidad religiosa y de forma más concreta la femenina no era el valor arquitectónico exclusivo que guiaba las trazas de los inmuebles. Los inmuebles no reducen su visibilidad, sino que modifican su diseño de fachada para disimular su presencia. Esta idea que no es generalizada, en San Fernando sí alcanzará un cierto valor normativo. Podemos considerar que esta ciudad, definida por unos rasgos territoriales y culturales, de alguna manera fomentó una presencia significativa de arquitecturas conventuales femeninas. Podemos también considerar que su tardía consolidación y configuración estética y visual supuso un fuerte impacto en la generación de los ámbitos visuales y de vínculos con la ciudad, lo que conllevó a las órdenes religiosas femeninas que se instalaron a un rechazo consciente de fórmulas expresivas de la tipología conventual quedando todas ellas, contrariamente a como se ha visto en el entorno próximo, bajo esa máxima de la *arquitectura femenina disimulada*.

Referencias

- Albarreal Núñez, M. J.; Cascales Barrio, J.; Coronado Sánchez, A.; González Pecci, M.; López Garrido, J. L.; Márquez Pedrosa, F. (2012). *San Fernando XIX: Guía de arquitectura*. Consorcio para la Conmemoración del Bicentenario de la Constitución de 1812 y Colegio Oficial de Arquitectos de Cádiz.
- Aranda Doncel, J.; Dobado Fernández, J. (1999). *El Carmen de San Fernando: Estudio histórico-artístico*. Cajasur.
- Barros Caneda, J. R. (1989). Arquitectura y urbanismo en La Carraca durante el siglo XVIII. In *Revista de Arte Sevillano*.
- Barros Caneda, J. R. (2021). Nuevas formas para nuevos espacios: Torcuato Benjumeda y el mercado de Puerto Real. *Cráter. Arte e Historia*. 1(1), 36-53. <https://doi.org/10.12795/crater.2021.i01.03>
- Barros Caneda, J. R.; Bianchi Ardanaz, S.; Hernández Núñez, J. C.; Martínez Montiel, L.; Morales Martínez, A.; & Gómez-Álvarez Salinas, I. (1998). *Clausuras: Conventos y monasterios en Cádiz*. Diputación Provincial de Cádiz. <https://guiadigital.iaph.es/sys/productos/ClausurasCadiz/sanFernando/sanFernando.html>
- Cirici Narváez, J. R. (1994). Aproximación a la arquitectura y el urbanismo portuenses: La transición al siglo XX. *Revista de Historia de El Puerto*. 13, 69-92. <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/127541>
- Franco Silva, A. (1995). *La Isla de León en la baja Edad Media*. Fundación Municipal de Cultura del Ayuntamiento de San Fernando.
- Jerónimo de la Concepción. (1690). *Emporio de el orbe, Cádiz ilustrada, investigación de sus antiguas grandezas, discurrida en concurso de el general imperio de España*. Joan Bus Amsterdam. Fondo Antiguo de la Universidad de Sevilla. <https://archive.org/details/A025b268/page/n7/mode/2up>
- López Garrido, J. L. (1999). *La villa de la Real Isla de León (1668-1768)*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- López Garrido, J. L.; Martínez Montiel, L.; Ramírez Malo, F. (1989). *Guía artística de San Fernando*. Ayuntamiento de San Fernando.
- Martínez Montiel, L. F. (1989). El Real Observatorio Astronómico de San Fernando (1769–1869). In *Revista de Arte Sevillano*.
- Martínez Montiel, L. F. (1991). Una escultura de Cayetano de Acosta en el convento del Carmen de San Fernando (Cádiz). *Laboratorio de Arte*. 4, 329-334.
- Martínez Montiel, L. F. (1995). *San Fernando, una ciudad de las luces: Arquitectura y urbanismo (1766-1868)*. Publicaciones del Sur.
- Mosig Pérez, F. (2016). *Vaticana, castrense e isleña: Historia de la Parroquia de San Francisco de Asís (1765–2015)*. Parroquia de San Francisco de Asís de San Fernando.
- Muñoz Rey, Y. (2024). *Biografía del Marqués de Ureña. En Á. Cabezas García (Coord.), Teoría ilustrada y reforma neoclásica: Las aportaciones del Marqués de Ureña (1741-1806). Edición crítica de sus Reflexiones sobre la arquitectura, ornato y música en el templo*. 19-41. Universidad de Sevilla.
- Quijano Párraga, J. (1998). *San Fernando: Evocación de un siglo*. Archivo fotográfico Quijano. Grupo Publicaciones del Sur Editores.
- Quintero González, J. (2003). *Jarcias y lonas: La renovación de la Armada en la Bahía de Cádiz, 1717-1777*. Publicaciones del Sur.
- Quintero González, J. (2016). Una villa ilustrada: La creación del Ayuntamiento de la Real Isla de León. *Andalucía en la Historia*. 52, 82-85.

Los espacios conventuales femeninos en Toledo: el silencio de una ciudad levítica

Female convent spaces in Toledo:
the silence of a levitical city

Ignacio González-Varas Ibáñez

Universidad de Castilla-La Mancha, Escuela de Arquitectura de Toledo

Esta investigación ha sido desarrollada en el marco del proyecto de investigación concedido por la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha y el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) *CLAUSTRAT2: El patrimonio material e inmaterial de los conventos de Toledo y su diócesis: análisis, transferencia y sostenibilidad* (SBPLY/23/180225/000171/1).

Decía Josep Pla que “en todas las ciudades levíticas la tranquilidad es profunda, la paz es suave, los silencios líquidos”¹. Toledo ha mantenido durante mucho tiempo ese carácter levítico, tan propio del ámbito peninsular interior en la segunda mitad del siglo XIX e incluso durante las primeras décadas del XX. Se trata de ciudades de pequeño tamaño que no llegaron a desarrollar un proceso de modernización profundo y coherente y resultaron así relegadas de los ciclos económicos expansivos. Durante mucho tiempo, Toledo estuvo marcada por su condición de ciudad pasiva, tradicional, estática y suspendida en un horizonte cultural e ideológico arraigado en las tradiciones. En la ciudad ejerció un peso muy señalado el sector clerical, en su señalada doble condición de sede arzobispal y ciudad conventual, sesgos que subrayaron y acentuaron ese carácter levítico.

La elección de Madrid como capital de la monarquía católica por Felipe II en 1561 arrebató a Toledo el esplendor y dinamismo de la Corte. Durante las tres centurias siguientes, la ciudad se replegó en su vida religiosa y contemplativa y ese silencio de la vida intramuros impregnó decisivamente su carácter y nunca se ha desprendido del todo de sus calles, que aún transpiran esa atmósfera de silencio y retiro espiritual.

1 Josep Pla se refería en concreto con estas palabras a la ciudad de Solsona: Pla i Casadevall, J. (1976). Tres guies. In *Obra completa* (Vol. 30, pp. 925-926). Destino. Interesantes al respecto son las consideraciones de Langa Laorga, M. A. (1994). Literatura y sociedad: La ciudad levítica, modelo sociológico en evolución. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 16, 167-182.

En una reciente monografía hemos intentado trazar un cuadro general del peso ejercido por el patrimonio arquitectónico conventual en la ciudad de Toledo². Además de atender a la formación y síntesis histórica en la implantación de las órdenes religiosas en Toledo, en este texto nos ha interesado de modo especial señalar el papel ejercido por los conventos en la formación de la ciudad, tanto por lo que se refiere a la aportación de la arquitectura conventual en el trazado de las calles, plazas y plazuelas y en la delimitación estricta de las parcelas y manzanas conventuales, así como en la valoración de la incidencia de la arquitectura conventual en la definición del paisaje histórico de la ciudad a partir de los colores, formas y texturas, sonidos y silencios que son propios del universo conventual. En estas líneas trataremos de extraer algunos de los rasgos más destacados de los espacios conventuales femeninos en Toledo y para ello nos fijaremos en cuatro cuestiones, a saber, la actual presencia de los conventos femeninos en el plano de la ciudad, la síntesis del proceso histórico de implantación de las órdenes femeninas, los rasgos más destacados de la arquitectura conventual femenina en Toledo y, por último, la mención a algunas recientes iniciativas realizadas para la preservación de este rico legado cultural.

1. Los conventos femeninos de Toledo en el plano de la ciudad

Como afirmara Gregorio Marañón, los conventos “representan la parte esencial y permanente del alma de la ciudad, más que la conciencia de Toledo, son su verdadera subconsciencia”³. Los dos planos que reproducimos demuestran la fuerte incidencia de los conventos en la trama urbana de la ciudad histórica (Fig. 1-2). Cuantitativamente, la arquitectura conventual supone en torno a un treinta por ciento de la extensión total del centro histórico y rápidamente se capta la marcada impronta que estos conjuntos han ejercido y ejercen en la configuración de la trama y el paisaje urbano de Toledo (Fig. 2). De los cincuenta y tres conventos de los que se tienen noticias documentales, permanecen hoy en día los edificios de treinta y uno de ellos, pero solo doce albergan aún comunidades religiosas, ya que cuatro estos han sido cerrados en fechas recientes; son los conventos de religiosas franciscanas de la Concepción Capuchina (1655) (15) y de Santa Clara la Real (1254) (16), el de agustinas de Santa Úrsula (1259) (17) y el benedictino de la Purísima Concepción de Nuestra Señora (1484) (18). De los doce conventos que aún perduran con comunidades religiosas, diez de ellos son femeninos. Estos son los conventos cistercienses de Santo Domingo el Antiguo (1085), (1) y de San Clemente (1130) (2), el de monjas dominicanas de Santo Domingo el Real (1363) (3), el de las Comendadoras de Santiago (1365) (4), el de Jerónimas de San Pablo (1373) (5), el convento de franciscanas de Santa Isabel de los Reyes (1477) (7), el de monjas concepcionistas de la Concepción Francisca (1484) (9), el convento de franciscanas de San Antonio de Padua (1525) (10), el de carmelitas descalzas de San José (1614), (11), el de agustinas de la Inmaculada Concepción de Nuestra Señora o Gaitanas (1627) (12) y, emplazado actualmente fuera del conjunto histórico, el convento de dominicas de Jesús y María (1984), que resultó del traslado del antiguo convento de Jesús y María cuyo edificio se vendió al Ministerio de Cultura.

2 González-Varas Ibáñez, I. (2023). *Toledo, la ciudad conventual*. Munilla-Lería. <https://ruidera.uclm.es> (esta monografía fue publicada con los Fondos Europeos de Desarrollo Regional de la Unión Europea, la Junta de Castilla-La Mancha y el grupo de investigación CLAUSTRAT. Se encuentra disponible en acceso abierto en el repositorio RUIdeRA de la Universidad de Castilla-La Mancha).

3 Marañón, G. (1941). *Elogio y nostalgia de Toledo*. Espasa-Calpe.

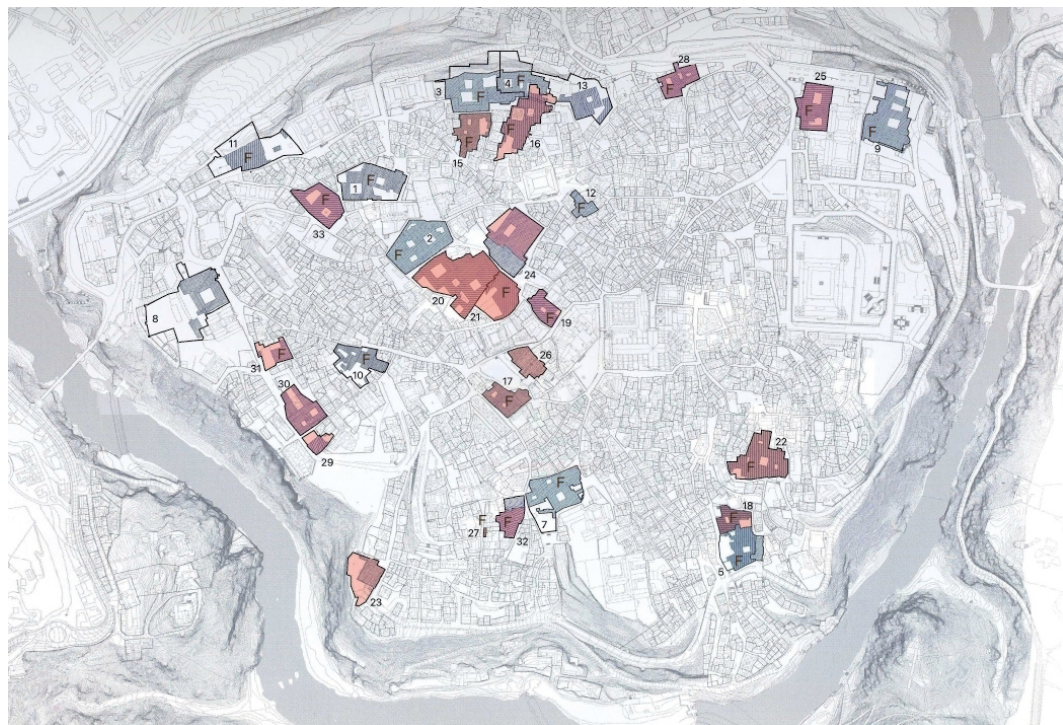


Figura 1 - Plano de los conventos de Toledo. En color azul y F: conventos femeninos con comunidad. En color rojo y F: conventos femeninos reutilizados para otras funciones. Fuente: CLAUSTRAT, elaboración propia grupo de investigación.



Figura 2 - CLAUSTRAT. Plano topográfico de los conventos de Toledo. (En negrita: plantas de los conventos superpuestas al tejido urbano del conjunto histórico. Fuente: CLAUSTRAT, elaboración propia grupo de investigación.

En el primero de estos dos planos se señalan en color rojo los conventos y monasterios que han perdido su comunidad, pero cuyos edificios han perdurado al haber podido ser adaptados a nuevos usos tras el abandono por parte de las comunidades religiosas. Entre los conventos femeninos que han experimentado esta reutilización contemporánea se encuentran nueve antiguos establecimientos hoy dedicados a diversas funciones públicas y privadas. Por último, podemos citar otro número más reducido de fundaciones femeninas de las que tan solo se conserva su recuerdo histórico, pues sus edificios desaparecieron bajo distintas circunstancias, aunque en este apartado, así como en el anterior, las fundaciones masculinas desaparecidas han sido más numerosas. La mayor parte de estas pérdidas se produjeron como consecuencia de los procesos desamortizadores que obligaron a algunas comunidades femeninas a reagruparse en otros conventos pertenecientes a la misma orden.

2. Síntesis histórica de la implantación de las ordenes femeninas en Toledo

78

Estos dos planos que reflejan la implantación actual de los conventos en Toledo hemos de considerarlos como el punto final de un largo proceso de evolución histórica de la vida conventual en la ciudad. La tradición conventual en Toledo ostenta hondas raíces, con la presencia histórica de fundaciones religiosas femeninas muy diversas y con un espectro que recorre desde las grandes fundaciones medievales, que llegaron a contar con comunidades que superaban el medio centenar de religiosas, hasta los pequeños conventos de órdenes reformadas de descalzas o recoletas que llevaron un modo de vida de marcada austeridad. Las importantes donaciones realizadas por los monarcas o por los poderosos estamentos nobiliarios presentes en Toledo explican el esplendor alcanzado por la vida conventual femenina en la ciudad. A pesar de algunos antecedentes iniciales, la entrada en Toledo de Alfonso VI en 1085 marcó el inicio de la vida contemplativa femenina en la ciudad y sus alrededores. El propio monarca mostró interés en reactivar la vida monástica en Toledo con la imposición de la nueva liturgia latina. La Orden del Císter fue la protagonista de las grandes fundaciones medievales. Además de los benedictinos de San Víctor de Marsella, el impulso regio estuvo detrás de la fundación del monasterio femenino de Santo Domingo de Silos, justamente llamado hoy de Santo Domingo el Antiguo, situado en la colación de San Román y sometido en su origen a la regla benedictina, aunque sus monjas se unieron en 1159 a la reforma cisterciense. A este estímulo fundacional inicial se vinculó el también monasterio cisterciense de San Clemente, el primero establecido extramuros, cerca del puente de San Martín, que fue refundado en 1130 por Alfonso VII en el preeminente lugar que hoy sigue ocupando este monasterio, seguramente el más significativo de Toledo por su riqueza patrimonial. En 1168 se erigió el monasterio de San Pedro de las Dueñas, en el conjunto de Santa Fe, donde permaneció hasta su fusión con la Concepción Francisca.

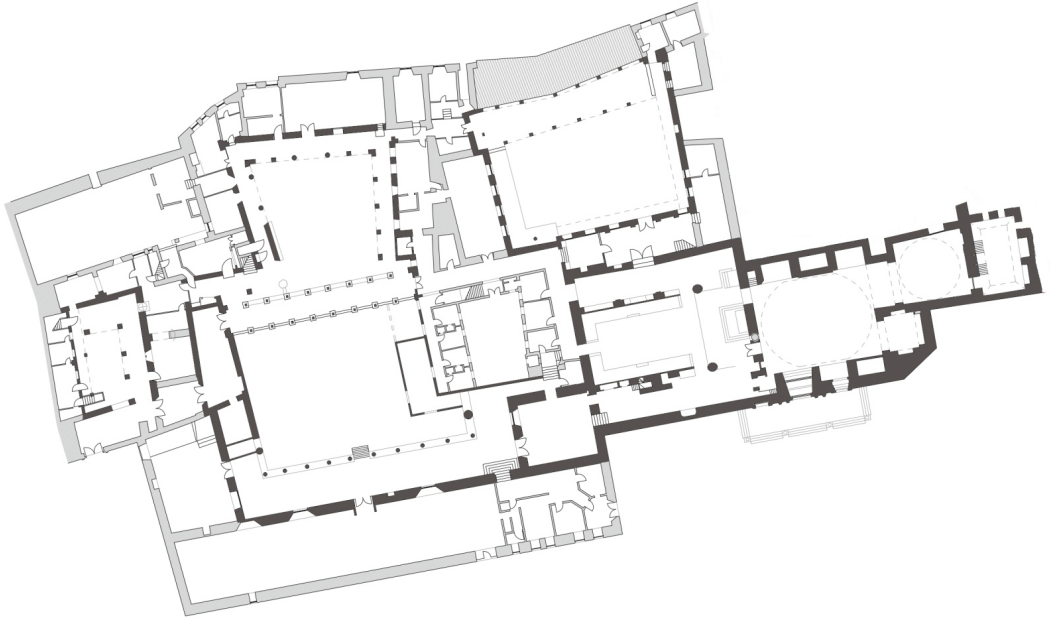


Figura 3 - Convento de dominicas de Santo Domingo el Real (fundado en 1364). Arriba: dibujo con el aislamiento del conjunto conventual. Abajo: planta del convento, en negrita relaciones de la iglesia y coro con los claustros conventuales. Fuente: CLAUSTRAT sobre Google, grupo de investigación.

La estabilidad militar lograda tras la batalla de las Navas de Tolosa dotó de un nuevo impulso a las fundaciones religiosas. La rama femenina de la Orden de San Agustín apareció en la ciudad con el convento de Santa Úrsula, recientemente extinguido. Otro hito en la historia conventual se corresponde con la instalación de las órdenes mendicantes. A los grandes conventos masculinos que llegaron a la ciudad, les siguieron las fundaciones femeninas, algo más tardías. La Segunda Orden de San Francisco, la de Hermanas Pobres de Santa Clara, comenzó su andadura extramuros donde las clarisas fundaron su primer convento en 1250 que trasladarían intramuros

con el convento de Santa Clara la Real, otra de las más interesantes instituciones conventuales y también recientemente extinguida. La fundación más destacada entre las órdenes mendicantes femeninas fue, sin embargo, el convento de Santo Domingo el Real, cenobio de la Orden de Predicadores, íntimamente vinculado con la monarquía y la alta nobleza castellanas, que se estableció en 1364 en el lugar que hoy ocupa (Fig. 3). Poco después apareció también en la ciudad la Orden de San Jerónimo: a esta congregación pertenecieron las religiosas de la Visitación de Nuestra Señora y, sobre todo, las beatas vinculadas a esta orden que se establecieron en 1373 y que dieron lugar al monasterio de Jerónimas de San Pablo.

La época de reforma de las órdenes religiosas emprendida por los Reyes Católicos desde las décadas finales del siglo XV también afectó profundamente a la religiosidad femenina de Toledo, con una presencia dominante de la Orden de San Francisco. Además de la fundación del monasterio masculino de San Juan de los Reyes, los monarcas también apoyaron el impulso emprendido por doña María Suárez de Toledo, noble dama de la ciudad, que fundó el convento de franciscanas de Santa Isabel de los Reyes en 1477 en la colación de San Antolín. La presencia del cardenal Cisneros como arzobispo de Toledo desde febrero de 1495, además de su profunda obra reformadora, dejó como testimonio directo en la ciudad la fundación en 1514 del convento de San Juan de la Penitencia, que, por desgracia, sucumbió en su mayor parte al ser incendiado durante la Guerra Civil. También se adscribió a la rama femenina franciscana el desaparecido convento de San Miguel de los Ángeles, sometido a la regla de Santa Clara en 1514, como también ha desaparecido el de Santa Ana, de la misma Orden. A estas fundaciones hemos de sumar el beaterio de terciarias franciscanas de San Antonio de Padua, instituido en 1514. La Orden de San Jerónimo fundó el desaparecido convento de Jerónimas de la Vida Pobre. La Orden de Predicadores también incrementó su presencia femenina con el convento de la Madre de Dios, establecido sobre un beaterio instituido en 1482, y que se situó contiguo al masculino de San Pedro Mártir, también desaparecido. Asimismo, adquirió gran relevancia en la nutrida historia conventual de Toledo la creación en 1484 por santa Beatriz de Silva del protomonasterio que daría lugar a la Orden de la Inmaculada Concepción, un cenáculo que, tras varios traslados, se instaló en el actual convento de la Concepción Francisca y que sigue siendo en nuestros días la actual Casa Madre de la Orden de Concepcionistas. En ese ferviente periodo de religiosidad también apareció en Toledo la Orden de Comendadoras de Santiago, que se instaló en el conjunto de Santa Fe donde las monjas permanecieron durante varios siglos hasta que en 1935 se trasladaron para ocupar parte de las dependencias del enorme convento de Santo Domingo el Real.

Con el impulso de la actividad de los Reyes Católicos y Cisneros, se pusieron las bases para alcanzarse el apogeo de la vida religiosa femenina de Toledo en las dos centurias siguientes. El informe del arzobispo Bernardo de Sandoval y Rojas de 1615 señala la presencia en Toledo en ese año de treinta y cinco casas religiosas, veinte conventos femeninos y catorce masculinos, situación que se refleja en la *Vista y plano de Toledo* del Greco de 1608, aunque las fundaciones continuaron en ascenso en esa centuria como corrobora el informe del cardenal Moscoso y Sandoval de 1660 que cita cuarenta y una casas de religiosos, la cifra más alta alcanzada en la historia conventual de la ciudad. El traslado de la Corte a Madrid en 1561 hizo que Toledo se replegara en la vida religiosa y conventual, como señalábamos más arriba. La mayor presencia fundacional en la ciudad se debió en esas fechas a las órdenes reformadas. Los protagonistas de la reforma de la Orden de Nuestra Señora de Monte Carmelo, Santa Teresa de Jesús y San Juan de la Cruz, pasaron algunos significativos episodios de sus vidas en Toledo. La fundadora de la Orden de las

Carmelitas Descalzas llegó a Toledo en 1561 e instituyó el convento de San José, que se trasladó en tres ocasiones por la ciudad hasta ocupar su actual solar. Apareció también por entonces la rama femenina de la Orden de Mínimos con un convento en el Arrabal, fundado en 1570 y del que apenas se tienen noticias. El cardenal Silíceo fundó en 1554 un beaterio en Santa María la Blanca, así como instituyó el colegio de Doncellas Nobles, regulado por sus estatutos de 1577 con un modo de vida cercano a la clausura. Este impulso fundacional se mantuvo en las tres primeras décadas del siglo XVII. Algunas órdenes regulares tradicionales femeninas ampliaron su presencia en la ciudad, como las dominicas, que crearon en 1601 un nuevo cenobio dedicado a Jesús y María, o las benedictinas, que establecieron en 1629 el convento de la Purísima Concepción de Nuestra Señora, frontero con el de Jerónimas de San Pablo. Las monjas bernardas recoletas de la Orden del Cister se agruparon en Toledo en 1598. También se conserva el edificio, recientemente abandonado por su comunidad, del convento de la Purísima Concepción de Capuchinas, de 1632, una de las últimas fundaciones conventuales de Toledo. La vida conventual femenina en Toledo, como decimos, alcanzó su ápice en los siglos XVI y XVII. Además de las nuevas fundaciones que hemos señalado, durante estas dos centurias los antiguos conventos medievales se sumaron también a este fervor de cambios y renovaron en profundidad sus edificios en Toledo mediante la ampliación de sus solares y la actualización de sus iglesias y dependencias.

La crisis del sistema conventual de Toledo se produjo, como en el resto de las ciudades, en la Edad Contemporánea. La invasión francesa, las guerras carlistas, las crisis económicas y, sobre todo, las desamortizaciones de Madoz y Mendizábal fueron los hechos históricos que marcaron este período. El destacado papel de ciudad conventual y religiosa que había asumido Toledo desde hacía tres centurias hizo que los efectos de la desamortización se sintieran aquí con mayor incidencia que en otros lugares. El mundo conventual femenino, como es sabido, resultó mejor parado que el masculino con la aplicación del decreto desamortizador de 1835⁴. Si las diecisiete comunidades masculinas que por entonces se encontraban abiertas en Toledo fueron suprimidas como consecuencia de la aplicación de este instrumento normativo, los conventos femeninos fueron en principio respetados, si bien sus comunidades fueron desprovistas del resto de su patrimonio; pero incluso también fueron suprimidos algunos conventos femeninos por considerarse exiguo el número de sus religiosas. Cuatro de estos conventos suprimidos se encontraban en la parte meridional de la ciudad, como fueron el de jerónimas de la Vida Pobre, incendiado por los franceses y cuyas religiosas fueron acogidas por las hermanas de la Visitación del Reina; otra fundación jerónima desapareció en 1836 para trasladarse, junto con las anteriores, al monasterio de Jerónimas de San Pablo. También desapareció el convento de franciscanas de San Miguel de los Reyes y sus religiosas se trasladaron al convento de Santa Isabel en 1836, así como desapareció el convento de agustinas de San Torcuato, en este caso como consecuencia de la Revolución de 1868. También fue suprimido el de franciscanas de Santa Ana, un convento humilde abolido asimismo en 1868. Las franciscanas de San Antonio de Padua fueron reagrupadas en el

4 Sobre el período de la desamortización véanse: Porres Martín-Cleto, J. M. (2001). *La desamortización del siglo XIX en Toledo* (2.ª ed.). Diputación de Toledo; Vizuete, J. C. (2007). El coste humano de la desamortización en la provincia de Toledo. In F. J. Campos & F. Sevilla (Eds.), *La desamortización: El expolio del patrimonio artístico y cultural de la Iglesia en España* (pp. 487-506). Actas; y González-Varas Ibáñez, I. (2023). *Toledo, la ciudad conventual* (pp. 54-76). Munilla-Lería.

convento de Santa Isabel en 1836, pero en este caso pudieron recuperar su edificio en 1857, donde las monjas permanecen hasta nuestros días. También fue suprimido el convento de dominicas de la Madre de Dios, que fueron trasladadas al de Jesús y María, y aunque pudieron recuperar su edificio como consecuencia del concordato de 1851, la revolución de 1868 las expulsó de nuevo, si bien perdura su edificio dedicado hoy en día a albergar instalaciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

La crisis del sistema conventual de Toledo sufrió otro duro embate como consecuencia de la Guerra Civil⁵. Entre los meses de julio y octubre de 1936 varios conventos fueron asaltados y entre ellos se encontraban varios femeninos. Los saqueos fueron especialmente graves en los conventos de la Concepción Francisca, en las Jerónimas de San Pablo, Santa Isabel, San Clemente y la Madre de Dios, con el destrozo en todos ellos de retablos, imágenes y esculturas y daños considerables en sus estancias. Sin embargo, la pérdida más lamentable fue la ocasionada como consecuencia del incendio del convento de franciscanas de San Juan de la Penitencia, la fundación cisneriana que fue ocupada por guardias de asalto el 26 de julio e incendiada durante tres días. Los bombardeos de la aviación republicana de 12 de mayo de 1937 dañaron parcialmente al convento de San Clemente, así como al claustro de San Pablo y a la iglesia y dependencias del convento de Santo Domingo el Real. Después de estos episodios, la situación de los conventos femeninos de Toledo se estabilizó. En el siglo XXI se ha vivido otro momento especialmente crítico en la vida conventual femenina de Toledo debido a la escasez de vocaciones. Los signos más claros de este declive se han manifestado en el cierre de cuatro importantes conventos femeninos, como señalábamos más arriba.

3. Espacios del silencio: la arquitectura conventual femenina en Toledo

En la ciudad de Toledo, como en otras ciudades conventuales, la presencia de esta densa red de conventos ha marcado algunos de los rasgos más característicos de la ciudad. Los conventos se articulan en una trama urbana muy densa y compacta mediante grandes sólidas manzanas cerradas que sellan su aislamiento a través de un férreo sistema de muros, tapias y cercas que delimitan con claridad cada parcela. Esta vocación de conjuntos articulados como manzanas exentas que buscan el aislamiento ha llevado a la configuración en torno a la arquitectura conventual de una densa red de calles y plazas. Los conventos han sido decisivos en los procesos de ocupación de vacíos urbanos, pero tanto o más significativa ha sido su implantación urbana y arquitectónica a través de frecuentes procesos de asimilación y reutilización de un caserío preexistente que se adaptó a la vida conventual. Buena parte de los conjuntos conventuales femeninos partieron de un núcleo fundacional originario que evolucionó y creció a partir de donaciones o adquisiciones de solares o inmuebles que se incorporaron paulatinamente según las necesidades de cada comunidad o según sus posibilidades económicas. Los conventos experimentan, por tanto, procesos de expansión y continuarán hasta alcanzar sus dimensiones actuales.

5 Existe un estudio un estudio general sobre la incidencia de la Guerra Civil en el patrimonio artístico toledano: *García Martín, F. (2009). El patrimonio artístico durante la Guerra Civil en la provincia de Toledo*. Diputación de Toledo. Asimismo, véase González-Varas Ibáñez, I. (2023), *Toledo, la ciudad conventual* (pp. 73-76). Munilla-Lería.

La naturaleza residencial del convento como asiento de una comunidad llevó a la asimilación de viviendas preexistentes en sus diversas tipologías, pues en el origen de los conventos encontramos tanto casas-patio tradicionales o de carácter popular como palacios o casas señoriales de más elevado porte arquitectónico. Estos patios muchas veces fueron asimilados y convertidos en claustros conventuales y en otras ocasiones los claustros se construyeron o remodelaron por reputados maestros (Fig. 4)⁶. Podemos citar algunos casos en esta asimilación conventual femenina de edificios preexistentes. Uno de los casos más relevantes fue el del convento de Santa Clara la Real, emplazado en el centro de la ciudad a partir de las donaciones iniciadas en 1369 por doña María Meléndez que permitieron a su comunidad asentarse sobre unas antiguas casas mudéjares que cuentan con vestigios que abarcan una dilatada cronología que se extiende entre los siglos XII y XIV y, por tanto, de gran interés arqueológico. El monasterio cisterciense de San Clemente se trasladó al interior de la ciudad a finales del siglo XII y protagonizó un intenso proceso de expansión hasta absorber por completo una manzana integrada por numerosas viviendas que eran propiedad de diversas familias acomodadas. Las investigaciones arqueológicas realizadas en el exconvento dominico de la Madre de Dios nos permiten conocer la absorción de varias viviendas, entre ellas el palacio de los Oter Lobo, del que se recuperó recientemente su magnífica portada mudéjar. También el convento de Santo Domingo el Antiguo asimiló casas procedentes de las donaciones del infante don Juan Manuel, lo mismo que el convento de Santo Domingo el Real absorbió varias casas de doña Inés García de Meneses así como el palacio de Catalina de Lancaster. Las Jerónimas de San Pablo se emplazaron sobre casas pertenecientes a la parroquia de San Lorenzo y la fundación cisneriana de San Juan de la Penitencia también adquirió numerosas casas previas para su asiento en la ciudad. Pero la presencia de antiguos palacios o casas señoriales como germen de los conventos femeninos es muy notoria en casos como el convento de Santa Isabel de los Reyes, que aprovechó las estructuras de cuatro palacios mudéjares del siglo XIV, todos ellos de magnífica factura. El convento de San Antonio de Padua adaptó el palacio del regidor don Hernando Dávalos, caído en desgracia en las Comunidades; también podemos mencionar el caso del convento de carmelitas descalzas de San José que se asentó sobre el palacio manierista de Fernando de la Cerda⁷.

6 Sobre el papel de los claustros conventuales en la ciudad, véase González-Varas Ibáñez, I. (2024). Claustros conventuales en Toledo: Orden y composición en la ciudad histórica. *VLC Arquitectura Research Journal*, 11(1), 229-252.

7 En este sentido, han sido especialmente relevantes los datos publicados de los trabajos arqueológicos efectuados en los conventos de San Clemente por Santiago Rodríguez y Jacobo Fernández del Cerro, en Santa Isabel de los Reyes: Rodríguez Untoria, S.; Fernández del Cerro, J. (2011). *De casa a convento: el Monasterio de San Clemente de Toledo* -, con una síntesis de Herbert González Zymia: González Zymia, H. (2005). Arqueología del convento toledano: Santa Isabel de los Reyes. *Revista de Arqueología*. 26(294), 54-63; y en los conventos de San Pedro Mártir por María Paloma López y Fernando Valdés: López del Álamo, M. P.; Valdés Fernández, F. (1997). Arqueología del sitio. In *San Pedro Mártir el Real*. Universidad de Castilla-La Mancha, 113-122; y en la Madre de Dios por el equipo de Juan Manuel Rodríguez-Malo: Rojas Rodríguez-Malo, J. M.; Gómez de la Laguna, A. J.; Pérez López-Triviño, J.; Garrido, G. (2007). El convento de la Madre de Dios. Evolución histórica de una manzana en Toledo a través de la arqueología. In *La ciudad medieval de Toledo: Historia, Arqueología y rehabilitación de la casa: el edificio Madre de Dios*. Universidad de Castilla-La Mancha. 281-319.



1. Inmaculada Concepción de Nuestra Señora o Gaitanas
2. Santa Úrsula
3. Ex convento de Jesús y María
4. Santa Clara la Real (claustro del Naranjo)
5. Santa Clara la Real (claustro de los Laureles)
6. Santa Isabel de los Reyes (patio de la Enfermería)
7. Santo Domingo el Antiguo (claustro de los Laureles)
8. Jerónimas de San Pablo
9. Santa Fe
10. San Clemente (claustro de las Procesiones o patio Grande)
11. Ex convento de San Juan de la Penitencia
12. Comendadoras de Santiago (claustro de la Mona)
13. Ex convento de la Madre de Dios
14. San Antonio de Padua
15. Concepción Francisca
16. Colegio de Doncellas Nobles

Figura 4 - Claustros conventuales femeninos de Toledo (selección). Fuente: CLAUSTRAT, elaboración propia grupo de investigación.



1. Monasterio de Santo Domingo el Antiguo
2. Monasterio de San Clemente
3. Convento de Santo Domingo el Real
4. Monasterio de Jerónimas de San Pablo
5. Convento de Santa Isabel de los Reyes

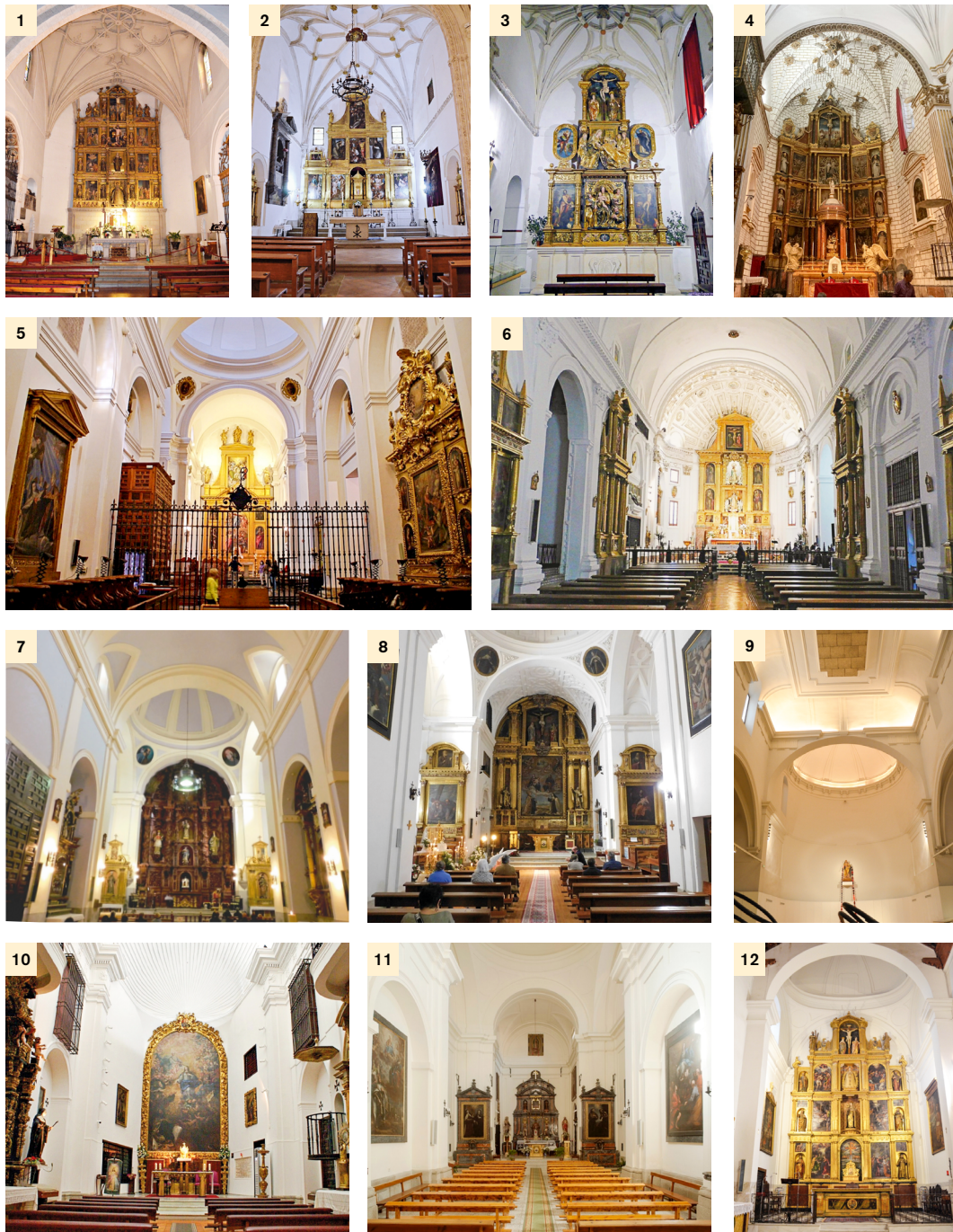
6. Convento de la Concepción Francisca
7. Convento de Santa Clara la Real
8. Convento de San Antonio de Padua
9. Convento de carmelitas de San José
10. Convento de Jesús y María

Figura 5 - Instituto Geográfico y Estadístico, coronel José Ibáñez Ibero. Conventos de Toledo. Trabajo topográfico, (1882). Códigos de color - rojo: dependencias religiosas, iglesia, coro, sacristías - azul: dependencias colectivas: sala capitular, refectorio, salas de novicias, estancias de trabajo - morado: celdas y dormitorios - amarillo: puertas, tornos y locutorios - marrón: dependencias de servicios, cocinas, graneros, carboneras, huertas, almacenes - gris: espacios de circulación: patios y claustros, escaleras, pasillos y patinillos. Fuente: Instituto Geográfico y Estadístico (1882).

Estos casos mencionados, junto con otros que podríamos seguir citando, nos permiten constatar la azarosa conformación arquitectónica de los conventos femeninos de Toledo, muchos de ellos resultado de complejos procesos de donaciones, compras, ampliaciones o transformaciones interiores. Esta situación queda claramente expresada en la planta irregular de estos conjuntos arquitectónicos, que es resultado tanto de la adaptación de cada fundación a un solar de topografía muy accidentada, como también es producto de esta disímil variabilidad de situaciones creadas en la formación y desarrollo de cada institución religiosa dotada siempre de una historia constructiva singular. Otro rasgo importante del convento toledano femenino es su marcado contraste y diversidad de espacios, con la alternancia de edificios simbólicos y solemnes (iglesias, capillas, salas capitulares, refectorios y claustros) con otras estancias de carácter cotidiano (celdas, pasillos, patinillos, cocinas, graneros, huertas). Esto hace del convento un universo espacial rico y contrastado. Para el estudio de los conventos de Toledo en este aspecto de su articulación y uso de los espacios se dispone de una fuente documental fundamental con los planos trazados por el coronel Ibáñez de Ibero. En torno a 1882 se procedió a realizar un levantamiento exhaustivo de varios edificios de Toledo, entre ellos los conventos, con el detalle del uso de sus estancias en esas fechas, lo que nos permite constatar de modo muy preciso su distribución en esas fechas (Fig. 5).

La historiografía tradicional ha dedicado especial atención, como es lógico, a los espacios conventuales de mayor enjundia artística, como son las iglesias, los claustros o las salas capitulares⁸. En este sentido, la ciudad de Toledo presenta un destacado catálogo de intervenciones que recorren la historia del arte desde los tiempos medievales. Si nos fijáramos únicamente en las iglesias conventuales podría observarse cómo los ejemplos artísticos se concentran en los siglos XVI y XVII, tanto por las nuevas fundaciones que se suceden en esas fechas como por la renovación de sus fábricas por parte de los antiguos monasterios medievales. Así comparecen los nombres de los más afamados maestros presentes en la ciudad, como Alonso de Covarrubias, Diego de Velasco de Ávila, Diego de Alcántara, Nicolás de Vergara, Juan de Herrera o Juan Bautista Monegro, con una gran diversidad de soluciones artísticas y arquitectónicas, hasta que maestros como Monegro, Martínez Encabo o García de Udías consagran un tipo de iglesia conventual “toledana”, escueta y purista, identificada por sus volúmenes cúbico y nítidos y traspasada por un trazado racional, abstracto y sencillo (Fig. 6). La realidad arquitectónica del convento, por tanto, es el resultado de la suma de estos espacios de elaborada factura artística que se alzan junto a otros más bien vinculados a la arquitectura vernácula de sabor popular.

8 La metodología de análisis de los conjuntos conventuales generalmente se ha ceñido a cuestiones históricas, como los estudios de Herrejón Nicolás, M. (1990). *Los conventos de clausura femeninos de Toledo*. Diputación Provincial de Toledo; o Cabanal, L. (1997). *Los conventos femeninos en Toledo (siglos XII-XVI)*. Tesis doctoral inédita. Universidad Complutense -, que son abordadas junto con otros análisis artísticos en torno a la autoría, datación y adscripción estilística que han dado lugar a algunos estudios globales sumamente relevantes, como los realizados por Martínez Caviro, B. (1980). *Mudéjar toledano: palacios y conventos*. Vocal Artes Gráficas. También Martínez-Burgos, P. (2019). Devoción, arte y sociedad. El patrimonio conventual en Toledo. In *Anuario jurídico y económico escurialense*. n.º 52, 627-638. Sobre la arquitectura monacal en general, sigue siendo referencia básica el estudio clásico de Braunfels, W. (1974). *Historia de la arquitectura monacal en Occidente*. Barral.



1. Santa Isabel de los Reyes
2. Jerónimas de San Pablo
3. Santa Úrsula
4. San Clemente
5. Santo Domingo el Antiguo
6. Concepción Francisca

7. San Antonio de Padua
8. Carmelitas de San José
9. Ex convento de Santa Fe
10. Inmaculada Concepción de Nuestra Señora o Gaitanas
11. Capuchinas de la Purísima Concepción
12. Santa Clara la Real

Figura 6 - Iglesias conventuales femeninas de Toledo (selección). Fuente: CLAUSTRAT, elaboración propia grupo de investigación.

4. La preservación del patrimonio conventual femenino en Toledo. Algunas iniciativas

En estos sucintos apuntes que hemos tratado quizás se pueda atisbar parte del alcance y peso que el patrimonio conventual ejerce sobre la ciudad de Toledo. Además de los aspectos materiales señalados, en cuanto a sus espacios arquitectónicos y el patrimonio artístico de los conventos, por supuesto que también habría que considerar los elementos inmateriales de la vida conventual, que son transmitidos y expresados a través de una herencia viva que se vehicula por aspectos tales como el silencio creador, los ritos, el trabajo y la oración, las costumbres y los hábitos mantenidos a lo largo de su historia. El legado conventual es, por tanto, una herencia histórica que proviene del pasado, pero que se desenvuelve aún hoy en los casos en los que la vida conventual ha perdurado, activa y transformada – y en transformación –, en el presente. Considerados desde esta perspectiva patrimonial integral, con elementos materiales e inmateriales, hemos de estimar a los conventos femeninos como conjuntos culturales altamente vulnerables. El descenso de la población de religiosas y su alarmante envejecimiento (más del 37% de la población religiosa femenina cuenta con más de 75 años) ha provocado en los últimos años una situación sumamente comprometida para el patrimonio conventual toledano cuyo rasgo más evidente ha sido quizá, como mencionábamos al comienzo de estas líneas, el reciente cierre de cuatro conventos. A esta situación debemos sumar los procesos de aculturación derivados de la presencia de religiosas procedentes de latitudes lejanas que introducen nuevos usos y valores, pero al mismo tiempo se pierden otros, o también los problemas derivados de la conservación y mantenimiento de unos conjuntos de gran extensión y compleja magnitud para comunidades muy reducidas en miembros y en recursos económicos.

Ante esta situación, se han emprendido últimamente algunas iniciativas con el objetivo de exponer estos problemas y, a la vez, de poner en valor este patrimonio. Desde el punto de vista de las intervenciones concretas de restauración, debemos mencionar la actividad desarrollada por el Consorcio de la Ciudad de Toledo que, desde su fundación en 2001, ha incluido a los conventos en su Programa de Patrimonio Monumental. Pero por lo que se refiere al desarrollo de una metodología coordinada de estudio y evaluación de la situación de los conventos, acompañada de propuestas de soluciones, hemos de mencionar la constitución del grupo de investigación CLAUSTRAT. Este grupo, además de algunas de las publicaciones que venimos citando a lo largo de estas páginas, también ha emprendido algunas campañas de prensa para intentar difundir la riqueza de este patrimonio y también para advertir de sus problemas (Fig. 7). En estas tareas se ha pretendido aunar el alcance social y la investigación académica con la presencia del grupo CLAUSTRAT de dos congresos internacionales. Podemos citar uno de ellos impulsado en colaboración por el Consorcio de la Ciudad de Toledo y por el Arzobispado de la ciudad y que contó con la colaboración de la Universidad de Castilla-La Mancha y la Universidad de Roma La Sapienza. Se trata del Congreso Internacional *Conventos, situación actual y propuestas de futuro* celebrado en Toledo entre el 8 y 10 de noviembre de 2023⁹, una iniciativa que abordó de modo integral la situación de los conventos de

9 AA.VV. (2024). Conventos, situación actual y propuestas de futuro. In *Los monográficos del Consorcio*. n.º 9. Consorcio de Toledo/ Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha/ Unión Europea/ Grupo CLAUSTRAT.

Toledo y durante su celebración se puso especial acento en la sostenibilidad de los espacios conventuales. En la parte final de las actas publicadas, el Comité Científico del Congreso suscribió un documento con 51 consideraciones y medidas, a modo de “Carta de los conventos”, documento en el que se tratan de plantear los puntos fundamentales de la temática patrimonial conventual como conclusiones de este evento¹⁰. También dentro de las actas del congreso quisiera señalar la aportación suscrita como “Un posible decálogo para la conservación del conventual”¹¹.

CONVENTOS DE TOLEDO | CIBRO CLAUSTRAL

MONDRIJ TOLEDO

El Cabildo de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo (UCA) lidera el proyecto de investigación de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor. El proyecto se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor. Este estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor.

González-Varas pide un plan estratégico para los conventos

El catelógico de Patrimonio Arquitectónico advierte de que hay que ser especialmente cuidadosos, dado que tal peligroso es el abandono de estos edificios, como su uso inadecuado



Una monja de Toledo recorre de un salón antiguo, según los expertos. (MONDRIJ TOLEDO)

Los conventos de Toledo necesitan de un plan estratégico, según los expertos. El catelógico de Patrimonio Arquitectónico advierte de que hay que ser especialmente cuidadosos, dado que tal peligroso es el abandono de estos edificios, como su uso inadecuado. El estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor.

El estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor. El estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor.

El propio papa ha apostado por mantener su función asistencial

El estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor.

En el mismo sentido, apunta el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo, que en el estudio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor.

«Conservar una comunidad es la mejor opción para conservar un convento»

Sólo si no es posible habría que buscar alternativas culturales con imaginación, y sin dejar toda la responsabilidad en la administración pública, apunta el Grupo de Investigación del Proyecto Clausura



Materiales de construcción antiguos son usados para los conventos. (MONDRIJ TOLEDO)

MONDRIJ TOLEDO

El Grupo de Investigación del Proyecto Clausura, liderado por el ICAJ, advierte de que no sólo se trata de conservar los edificios, sino también de mantener viva la comunidad que los habitaba. El estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor.

El estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor. El estudio se desarrolla en el marco del convenio de colaboración con el Grupo de Investigación de Patrimonio Arquitectónico y Paisaje Cultural de la Universidad de Toledo. A través de este convenio se han desarrollado diversos proyectos de investigación, entre los que destacan el estudio de los conventos de Toledo para su conservación y puesta en valor.

Figura 7 - Artículos publicados en “La Tribuna” de Toledo. Campaña pública para la difusión del patrimonio de los conventos de Toledo. Fuente: “La Tribuna” de Toledo (11/02/2018).

Este escrito puede servirnos como referencia para, siguiendo su hilo discursivo y tratando esquemáticamente sus contenidos, cerrar este texto en el intento de establecer diez aspectos que pueden actuar a modo de conclusiones en cuanto los consideramos clave para la conservación del patrimonio conventual. Estos diez puntos son los siguientes: 1. La esencia del convento reside en su doble naturaleza esencial de “casa” y “comunidad”. 2. El patrimonio conventual es una realidad compleja integrada por bienes muebles e inmuebles, materiales e inmateriales, y, en cuanto tal, es un patrimonio vivo y evolutivo. 3. Se deben establecer medidas

10 AA.VV., 2024, 475-487.

11 González-Varas Ibáñez, I. (2024). El patrimonio conventual: diez principios para su estudio, conservación y gestión, In *Los monográficos del Consorcio*. n.º 9. Consorcio de Toledo/ Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha/ Unión Europea/ Grupo CLAUSTRAL. 65-80. Dentro de este texto, en concreto, se puede consultar tanto los planteamientos previos como el desarrollo *in extenso* de este decálogo: “Conclusiones: un posible decálogo para la conservación del patrimonio conventual”, 76-77.

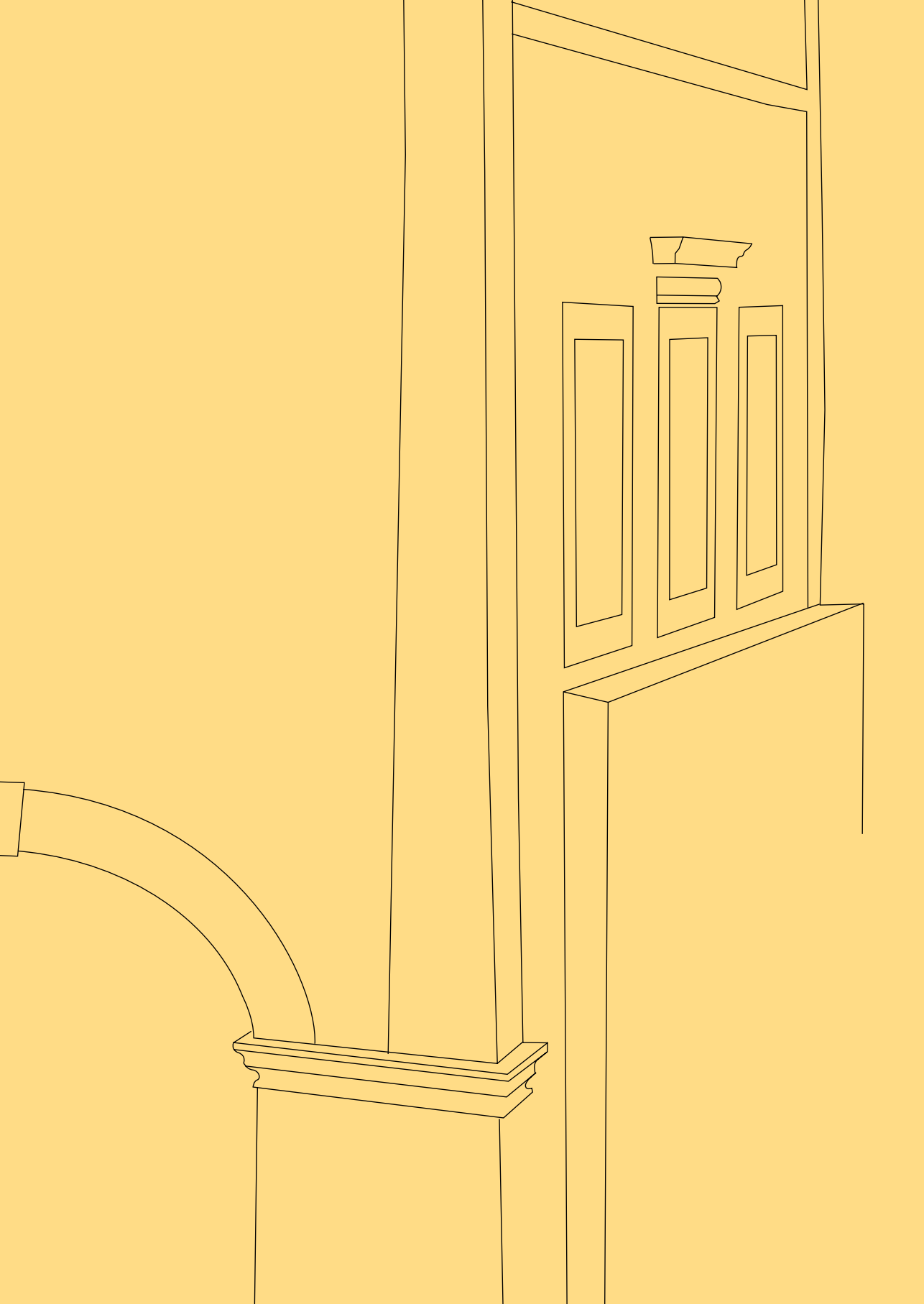
(Re)interpretaciones del patrimonio conventual femenino

que favorezcan y posibiliten la continuidad de la vida comunitaria y, en su caso, su carácter esencial de lugar destinado al retiro y la oración, a la vida activa y a la vida contemplativa. 4. El estudio del patrimonio conventual, teniendo en cuenta su naturaleza compleja, debe establecer equipos de investigación interdisciplinarios. 5. Se deben establecer medidas de diagnóstico y valoración propias para cada institución religiosa en particular que atiendan a sus necesidades específicas. 6. Se recomienda la implementación y compilación de “buenas prácticas” en gestión y conservación del patrimonio cultural conventual como metodología para la discusión y difusión de propuestas de conservación¹². 7. Se recomienda establecer acuerdos o convenios entre las instituciones religiosas y civiles para la conservación, mantenimiento y revitalización de este patrimonio. 8. El estudio y conservación del patrimonio construido de los conventos deberá analizar críticamente la naturaleza de los distintos espacios conventuales tanto por separado como, sobre todo, en cuanto conjunto. 9. Se deberá atender al estudio de los valores urbanísticos y paisajísticos que aporta el convento para el entendimiento de la estructura, carácter y significado de las ciudades o los lugares en los que estos conjuntos se emplazan. 10. El futuro de los conventos deberá ser integrado en el tratamiento y las estrategias generales de la ciudad o de los parajes naturales en los que estos conjuntos se inscriben. Pensamos que este posible decálogo, extractado de este modo sucinto, podría extrapolar algunas de estas consideraciones desde la experiencia de Toledo a la consideración genérica de los espacios femeninos del patrimonio conventual.

12 Véase también al respecto González-Varas, I. (2021). Buenas prácticas para la conservación y revitalización del patrimonio conventual de Toledo, In *Revista PH. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. 104, 308-323. También se han redactado varios artículos en la prensa local para advertir acerca de esta situación. Hay que señalar al respecto también la elaboración por el Instituto de Patrimonio Cultural del Ministerio de Cultura del Plan Nacional de Abadías, Conventos y Monasterios que no ha ofrecido hasta el momento resultados coordinados, como ha sido señalado, por F. J. Campos y Fernández de Sevilla. Sobre la situación del patrimonio conventual, véase Vizueté Mendoza, J. C. (2019). Patrimonio Conventual: presente y futuro. *Anuario jurídico y económico escorialense*. n.º 52, 599-612.

Referencias

- AA.VV. (2024). *Conventos, situación actual y propuestas de futuro*. Los monográficos del Consorcio. n.º 9. Consorcio de Toledo/ Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha/ Unión Europea/ Grupo CLAUSTRAT.
- Cabanal Rodríguez, L. (1997). *Los conventos femeninos en Toledo (siglos XII-XVI)*. Tesis doctoral inédita. Universidad Complutense.
- Campos y Fernández de Sevilla, F.J. (2019). Reflexión sobre un plan nacional de conventos. In *Anuario jurídico y económico escurialense*. n.º 52, 613-626.
- González-Varas Ibáñez, I. (2016). La reutilización de los edificios religiosos en la ciudad histórica: viejas fábricas y nuevos usos. In Ignacio González-Varas, I. (edit.) *Ciudad, paisaje y territorio. Conceptos, métodos y experiencias*. Munilla-Lería. 163-200.
- González-Varas Ibáñez, I. (2021). "Buenas prácticas para la conservación y revitalización del patrimonio conventual de Toledo". *Revista PH, Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico*. 104, (monográfico dedicado a *Buenas prácticas en conservación y rehabilitación del patrimonio cultural desde los ODS*), 308-323.
- González-Varas Ibáñez, I. (2023). Prólogo. In José Antonio Martínez Vela, *Estudios sobre patrimonio eclesiástico. Historia, régimen jurídico, nuevos usos*. Dyckinson. 13-19.
- González-Varas Ibáñez, I. (2023). *Toledo, la ciudad conventual*. Munilla-Lería.
- González-Varas, I. (2024). Claustros conventuales en Toledo. Orden y composición en la ciudad histórica. In *VLC. Architectura Research Journal*. 11 (1), 229-252.
- Herrejón Nicolás, M. (1990). *Los conventos de clausura femeninos de Toledo*. Diputación Provincial de Toledo.
- López del Álamo, M.P. y Valdés Fernández, F. (1997). Arqueología del sitio. In Alcalde, A.; Sánchez, I. (edit.) *San Pedro Mártir el Real*, Universidad de Castilla-La Mancha/ Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha. 113-122.
- Martínez Caviro, B. (1990). *Conventos de Toledo. Toledo, castillo interior*. El Viso.
- Martínez-Burgos García, P. (2019). Devoción, arte y sociedad. El patrimonio conventual en Toledo. In *Anuario jurídico y económico escurialense*. n.º 52, 627-638.
- Rodríguez Untoria, S. y Fernández del Cerro, J. (2011). De casa a convento: el Monasterio de San Clemente de Toledo. In Passini, J.; Izquierdo, R. (eds.) *La ciudad medieval, de la casa principal al palacio urbano. Actas del III curso de Historia y Urbanismo Medieval*. Universidad de Castilla-La Mancha. 2-34.
- Rojas Rodríguez-Malo, J.M.; Gómez de la Laguna, A.J.; Pérez López-Triviño, J.; Garrido Resino, G. (2007). El convento de la Madre de Dios. Evolución histórica de una manzana en Toledo a través de la arqueología. In Passini, J. (edit.) *La ciudad medieval de Toledo: Historia, Arqueología y rehabilitación de la casa: el edificio Madre de Dios*. Universidad de Castilla-La Mancha. 281-319.
- Vizúete Mendoza, J.C. (2019). Patrimonio Conventual: presente y futuro. In *Anuario jurídico y económico escurialense*. n.º 52, 599-612.





**Memórias da arquitetura conventual: histórias
recentes, novos olhares, outros discursos**

Memories of conventual architecture: recent histories,
new perspectives, other discourses

A extinção dos conventos de Lisboa: alguns desafios atuais

The dissolution of Lisbon's convents:
contemporary challenges

Raquel Henriques da Silva

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Departamento de História da Arte

Introdução: da cidade religiosa à cidade laica¹

A extinção dos conventos, determinada pela lei de 30 de maio de 1834, foi uma das traves-mestras da implantação do regime liberal, vencedor da guerra civil que o opôs aos absolutistas. O tema possui amplo contexto internacional (entre os países católicos, sobretudo a França e a Espanha) que forneceu modelos já executados e em vias de concretização.

Sintetizando, a “extinção” teve uma tripla razão de ser: enfraquecer a Igreja, colocando-a, sob o ponto de vista económico, cada vez mais na dependência do Estado e ao serviço de novos conceitos do utilitarismo social; abolir regimes de propriedade complexos, marcados por profundas heranças históricas, substituindo-os pela normatividade jurídica do Estado liberal; e utilizar os bens acumulados por largas dezenas de conventos e instituições afins, em proveito das graves e prementes necessidades financeiras do Estado, a braços com as dívidas de guerra, quer à Inglaterra, quer às elites políticas e militares que construíram a vitória. Em perspetiva mais ampla, de acordo com os ideais do novo regime, afirmava-se, em primeiro lugar, que a medida visava moralizar a própria Igreja, terminando com o que se considerava a inutilidade social da vida conventual e abrindo as suas riquezas à possibilidade de apropriação legítima por parte dos cidadãos com meios para isso (Silva, 1993; Silveira, 1980).

Em Lisboa, a extinção teve uma importância fundamental na viragem, detetável desde finais do século XVIII, da cidade do antigo regime para a cidade burguesa que

1 Esta introdução utiliza o meu artigo “Nascimento da Lisboa moderna - a extinção dos conventos” (Silva, 2012).

se vai implantando ao longo de oitocentos. Os ex-conventos da capital alojaram os mais importantes serviços públicos, definidores da monarquia constitucional (desde logo as *Cortes* na grande casa de São Bento), nomeadamente escolas, hospitais, quartéis, tribunais, excepcionalmente fábricas e uma multiplicidade de organismos da nova burocracia de Estado. Na sequência de raras demolições e, sobretudo, pelo aproveitamento das cercas (a partir das últimas décadas do século), surgirão novos loteamentos, aberturas de ruas e extensões urbanas que, nesse período, pouco alteraram o desenho de Lisboa, mas foram densificando, urbanizando e alargando o seu território, respondendo também ao crescimento demográfico que, após a Regeneração de 1851, adquire maior dinâmica.

O estudo da caracterização e a história de todos os conventos de Lisboa (desde a fundação às sucessivas alterações até ao presente) foram objeto do Projeto de Investigação *Lx Conventos*, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e sediado no Instituto de História da Arte (IHA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL (NOVA FCHS), em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, entre 2013 e 2014. Os resultados estão carreados num *site* ainda ativo, de fácil acesso e que, no decurso de 2025, conhecerá nova atualização (Megre & Silva, 2014).

Pessoalmente, o que mais me interessa indagar no movimento oitocentista da “extinção” é a fundura dos aspetos simbólicos em presença. Por um lado, a extinção expedita de dezenas de conventos teve uma considerável base de apoio popular, bem expresso, por exemplo, nas afirmações das “três testemunhas” que, *in loco*, a equipa, dotada do poder da extinção e presidida por um provedor de distrito, ouvia obrigatoriamente. Como já escrevi, essas testemunhas eram

(...) cidadãos modestos residindo nas imediações, que confirmavam a inutilidade económica, social e religiosa, também política, do respectivo instituto. Porque os frades já eram poucos e não tinham suficientes meios de sobrevivência, porque havia, nos bairros, igrejas paroquiais para assegurarem os serviços religiosos à população. Algumas vezes referia-se a falta de qualidades morais, a preguiça ou a devassidão, noutros casos a actividade conspirativa, lesiva dos interesses da Rainha e do Estado liberal (Silva, 1998, p. 249).

No entanto, ao mesmo tempo que decorria, sob o olhar de todos, esta operação radical - que algo incorporava da vulgaridade da violência que campeava em Portugal desde as Invasões Francesas e que era também um ajuste de contas, depois do final da guerra civil - outras questões se insinuavam com complexa amplitude. Em primeiro lugar, e compreensivelmente, proclamava-se, entre a elite política, a indispensabilidade de salvaguardar os conventos, ou parte deles, que possuíam valor monumental (Silva, 1998, p. 260)².

2 É de referir especialmente a importância de Mousinho de Albuquerque, numa comunicação a Francisco Trigoso de Aragão Morato, informando que a Rainha encarregara-o de “convidar a Academia das Ciências de Lisboa a formar uma relação de todos os edifícios pertencentes às extintas ordens regulares (...) que se fazem notáveis pela época da sua fundação, factos históricos, monumentos fúnebres ou relíquias de homens célebres ou finalmente pela sua arquitetura e por qualquer desses motivos se tornem dignos de ser conservados como monumentos públicos (...)”. Para desenvolvimento desta patrimonialização ver Rodrigues, 1998 e Rosas, 1995.

À luz da cultura romântica, esse valor manifestava-se quase só na arquitetura medieval, especialmente gótica, e os cuidados da sua salvaguarda, conduzirão ao nascimento do patrimonialismo português e às primeiras listas de monumentos nacionais. Em segundo lugar, numa dimensão mais fantasmática, surgia a consciência de perda que vai aureolando de nostalgia os corpos sobreviventes de conventos e igrejas, e envolvendo em piedade o drama de velhos monges, lançados à rua, a quem o Estado prometera apoios que frequentemente não chegavam (Silva, 1993)³.

Almeida Garrett, um dos mais brilhantes escritores do século XIX português – e também político empenhado que instituiu o Teatro Nacional e o Conservatório Nacional, ambos em Lisboa – no romance *Viagens na minha Terra* publicado em 1843, afirma categoricamente, num capítulo sobre o seu desencanto em relação ao que, antes de qualquer outro, definiu como uma sociedade dos «barões»:

Quando me lembro tudo isto, quando vejo os conventos em ruínas, os egressos a pedir esmola e os barões de berlinda, tenho saudades dos frades – não dos frades que foram, mas dos frades que podiam ser (Garret, 1846, pp. 126-127).

A outra voz que se ergueu como um brado, contra o «vandalismo» dessa «epocha», foi Alexandre Herculano que assim lançou o quadro ideológico e moral para o nascimento do patrimonialismo, centrado, durante mais de um século, no culto dos monumentos medievais. Citemos a afirmação austera e definitiva:

Nossos paes destruíram por ignorancia e ainda mais desleixo: destruíram, digamos assim, negativamente: nós destruímos por idéas ou falsas ou exageradas; destruímos activamente; destruímos, porque a destruição é uma vertigem desta epocha (Herculano, 1873, p. 16).

Percebe-se assim que “os melhores”, entre os fundadores da nova nação de cidadãos, cedo tiveram a certeza das perdas reais e, sobretudo, simbólicas, decorrentes não tanto da decisão da extinção, mas do modo como ela foi feita. A dobra – ou fenda – criada rapidamente guindou os conventos, e as memórias das suas vivências e artisticidades, a valor cultural eminente. No caso de Lisboa, essa profunda nostalgia foi um dos suportes da nascente olisipografia, inaugurada por Júlio de Castilho, em *Lisboa antiga (O Bairro Alto)*, editado, pela primeira vez em 1879. Corpo múltiplo e palimpséstico, a cidade incorporou as demolições, as apressadas reconversões e as monumentalizações despidas de função, como marcas significantes que hoje ainda nos convocam.

3 Apesar dos compromissos diversas vezes assumidos, de que Silva (1993, p. 343) refere o seu terrível incumprimento. Para evocar as consequências dramáticas, que se estendem aos conventos femininos que foram poupados, enquanto as freiras fossem vivas, cita uma carta escrita por Alexandre Herculano, em 1853: «Meu amigo. Escrevo-lhe do fundo do estreito vale do Lorrão, defronte do mosteiro onde repousam as filhas de Sancho I (...). Morrem aqui lentamente umas poucas de mulheres, fechadas numa tumba de pedra e ferro (...) Gemidos, brados, prantos, nada disso chega aos ouvidos dos homens que exercem o poder nesta terra; nada disso os incomoda. Entretanto, se eu falasse com eles, dar-lhes-ia um conselho (...). Era que enviassem aqui sessenta soldados, formarem as monjas de Lorrão em linha no adro da igreja e mandarem-lhes dar três descargas cerradas (...). Corria o sangue durante alguns minutos: não corria o suor da agonia durante anos».

A resistência dos conventos: desafios contemporâneos

Quase dois séculos decorridos sobre a extinção dos conventos⁴, os edifícios que os consubstanciaram continuam a ser figuras tónicas em Lisboa, facilmente identificáveis, pelas suas destacadas volumetrias e arquiteturas eruditas. Moldaram a cidade, nos ciclos da sua “vida ativa” e possibilitaram o seu crescimento oitocentista e novecentista, nomeadamente pelos novos usos neles instalados e pela urbanização das cercas.

Para os historiadores da história urbana e da arquitetura, os conventos, como atrás já afirmei, são portentosos palimpsestos de acumulação de vestígios que sobreviveram a sucessivos usos e mesmo a demolições. Apesar da consciência patrimonial que os processos de extinção geraram, logo no século XIX (de que a fala indignada de Alexandre Herculano é a referência fundadora), nesses tempos em que a arquitetura maneirista era ignorada – e esta é a estilística que informa a maioria dos conventos – as reconversões de usos raramente tiveram em consideração a salvaguarda e a valorização das memórias.

Esta atitude inscrevia-se num contexto ideológico de profundo desprezo pela vida monástica, e pelas necessidades urgentes de instalação dos serviços do Estado laico, sempre carente de meios financeiros. Estes últimos aspetos tiveram, no entanto, paradoxais consequências positivas. A falta de dinheiro e a pressa da instalação conduziram a que muitas componentes arquitetónicas dos velhos conventos sobrevivessem: celas, refeitórios, sacristias, capelas, claustros ou pátios, bem como abóbadas, poços e fenestraçãoes (e até as suas grades), umas vezes entaipadas, outras, rudemente reconvertidas, embora tenha havido casos de demolições parciais ou totais.

Em Lisboa, raramente os edifícios dos antigos conventos adquiriram novos e relevantes valores patrimoniais: para lá do caso do Mosteiro dos Jerónimos com a construção revivalista de toda a ala voltada a sul (Neto & Soares, 2013) – envolvida em polémica durante mais de cinquenta anos – o caso mais qualificado será o da atual Assembleia da República instalada no Convento de São Bento, sobretudo pelas reconversões e ampliações decorrentes do projeto do arquiteto Miguel Ventura Terra no início do século XX (Afonso & Mourão, 2003). Nestes e noutros casos, os vestígios qualificados de passados devolutos convivem com novas heranças e novas memórias geradas pelos usos instalados há mais de um século. É o que acontece com o “conjunto” dos hospitais da colina de Sant’Ana – São José, Santo António dos Capuchos, Miguel Bombarda, Desterro e Santa Marta – que, todos eles, foram conventos ou institutos associados. Depois do Desterro, encerrado em 2007, o Miguel Bombarda está definitivamente desativado desde 2012⁵ mas os outros três permanecem em atividade, apesar de ameaças cíclicas sobre a manutenção das suas nobres funções.

Neste contexto, a salvaguarda não incide apenas sobre os vestígios arquitetónicos do tempo em que os edifícios foram conventos (alguns classificados) mas

4 Uso o termo convento, de acordo com as opções tomadas no Projeto *Lx Conventos* (Megre e Silva, 2015).

5 Mas, extintas as funções hospitalares, na especialidade de Psiquiatria, restam deste período, com futuro incerto, importantes equipamentos de que o Panóptico é o mais relevante. Estando protegido por classificação, este equipamento não pode dispensar outros que o clarificam e contextualizam (Freire, 2009).

também sobre os patrimónios decorrentes das funções hospitalares, expressas em núcleos museológicos e documentais muito consistentes e relevantes para a história da medicina em Portugal. Na verdade, as funções hospitalares têm hoje uma extensão cronológica já superior às fundadoras e então exclusivas funções conventuais. Geram-se assim situações desafiantes que exigem investigação para se fundamentarem propostas patrimoniais de salvaguarda, com força suficiente para confrontar interesses financeiros poderosos que visam a máxima rentabilização dos edifícios. Este confronto é, por sua vez, condicionado pelas sucessivas, e muitas vezes contraditórias, conceções de cidade, inscritas numa dimensão política. Por isso, o debate sobre o estado atual e o futuro de muitos ex-conventos carece também de uma sensibilização dos cidadãos para contemplar as suas expectativas e necessidades.

Em relação aos Hospitais da Colina de Sant'Ana, surge hoje evidente, por parte de sectores sociais diversificados, que os hospitais devem ser mantidos, em funções especializadas, ou de retaguarda e apoio local, articulados com a imperiosidade de dinamizar a demografia de um centro histórico dramaticamente esvaziado.

Mas se os historiadores e investigadores da história da cidade, das suas arquiteturas e sucessivas sobreposições históricas, se juntam às dinâmicas patrimonialistas geradas pela sociedade em determinado momento, há casos de notáveis progressos na caracterização dos edifícios conventuais cuja finalidade é, em primeiro lugar, científica. Neste domínio, necessariamente mais restrito, os conventos demolidos continuam a propiciar à investigação, notáveis campos de trabalho.

Cito, como exemplo - no âmbito do Projeto *Lx Conventos* - a reconstrução virtual, com notável rigor, dos demolidos conventos da Trindade e da Esperança, a partir do levantamento sistemático de fontes documentais e iconográficas e de vestígios arquitectónicos (e, por vezes, de estruturas mais vastas) que se mantêm *in situ*, usando recentes programas arquitetónicos digitais (Gil, 2016). Estas metodologias permitem verificar que mesmo as denominadas demolições integrais, quase nunca o foram e, por isso, é possível reconstituir e dar a ver passados que julgávamos materialmente sepultados. São necessários mais meios, e programas de investigação continuados para que esta inovadora linha de trabalho plenamente floresça.

A par destas ações, umas cívicas, outras científicas - e cujas articulações são indispensáveis - vale a pena referir algumas intervenções realizadas por empresas que, como estratégia de diferenciação promocional, valorizam vestígios e componentes funcionais dos antigos conventos. É o caso do “demolido” convento da Trindade onde a cervejaria Trindade, na última modernização do antigo convento dos frades tridentinos, tem vindo a enfatizar diversas sobrevivências, não só na relativamente cuidada iluminação da íntegra abóbada do refeitório, mas também numa das partes do grande claustro que está sob a sua responsabilidade.

Assim, a atual empresa dá continuidade à valorização do refeitório empreendida na década de 1860 pelo então proprietário da cervejaria, o galego Moreira Garcia que encomendou a um dos mais importantes renovadores da azulejaria portuguesa - Luís Ferreira, conhecido por Ferreira das Tabuletas - um notável conjunto de painéis de iconografias classicizantes, vertidas para a celebração de valores culturais novos, decorrentes, por exemplo, da vulgarização de ideais maçónicos (Silva, 2015).

Caso mais recente, ocorrido em 2024, é o da instalação de um novo hotel no antigo Convento de Santa Joana que se encontrava abandonado e muito deteriorado. Sem que ainda tivesse sido realizado um estudo criterioso da valia das intervenções

realizadas, sobre a igreja e outros vestígios do primitivo convento, realço a intervenção exterior que, à vista do passante, salvaguardou e modernizou a longa fachada ondulante ao longo do troço final da Rua de Santa Marta, mantendo o essencial dos valores do seu desenho classicista.

Deixo para o fim um dos casos mais interessantes de descoberta e salvaguarda, ocorrida nas obras do prolongamento da rede do Metro que, em 2025, ainda decorrem no atual Regimento dos Bombeiros Sapadores de Lisboa. Edificado, com projeto do arquiteto José Luís Monteiro nos primeiros anos de 1900, o edifício ocupou parte do demolido Convento da Esperança, embora, como tenho vindo a salientar, se tenham mantido, desde então, várias das suas componentes arquitetónicas, por vezes barbaramente reutilizadas, mas que, como tantas noutros ex-conventos, resistem e podem ser recuperadas⁶.

Embora não se conheçam pormenores da desejável valorização dos vestígios do demolido convento que sobreviveram no edifício do Regimento dos Bombeiros, foi revelado, entretanto, o teto do coro baixo da antiga igreja (Fig. 1 e 2), imediatamente considerado um “núcleo sem paralelo, quer pelo período a que respeita (final do século XVI), quer pela narrativa presente (a única que conhecemos referindo unicamente a vida sobrenatural de Cristo) e a qualidade pictórica evidenciada no que é possível observar na maioria das pinturas” (Canelas, 2023)⁷. Vai ser estudado e restaurado por uma equipa sob coordenação do Museu Nacional de Arte Antiga e este é um exemplo qualificadíssimo dos tesouros que os ex-conventos continuam a albergar, desconhecidos mesmo entre os especialistas. É um facto que se trata de património móvel, mais fácil de deslocalizar e reinstalar, sem conflitar com os usos previstos para os vestígios quinhentistas do velho Convento da Esperança. No entanto, ao longo dos séculos XIX e XX, muito património móvel e móvel integrado (pintura, escultura, retábulos e azulejos) foi dramaticamente destruído ou salvaguardado sem qualquer atenção aos contextos de proveniência. O que significa, e esta é a minha última observação, que há lugar ao optimismo em relação às operações de salvaguarda e valorização dos ex-conventos em toda a extensão e complexidade das suas longas existências, incluindo as que decorreram com outras funções.

6 “O Convento da Esperança, em Lisboa (...) sucumbiu em prol do progresso material, da modernização, da higienização e do bem-público. Do conjunto conventual quinhentista subsiste parte da cerca, o coro baixo, a porta da portaria, a mina de água e alguns elementos estruturais reutilizados (colunas, arcos, pilastras, colonelos e azulejos)” (Gama, 2015).

7 Declarações de Alexandre Pais (atual Presidente Conselho de Administração da Museus e Monumentos de Portugal - MMP).



Figura 1 - Descoberta do teto do coro baixo do demolido Convento da Esperança em 2023. Fonte: Direção-Geral do Património Cultural.



Figura 2 - Teto do coro baixo do demolido Convento da Esperança. Fonte: Direção-Geral do Património Cultural.

Referências

- Afonso, S. L., & Mourão, C. (Coords.). (2003). *Os espaços do Parlamento. Da Livraria das Necessidades ao andar nobre do Palácio das Cortes*. Assembleia da República.
- Canelas, L. (2023, 13 de julho). Obras do metro de Lisboa põem ao descoberto raro e importante teto pintado do século XVI. *Público* 2025. <https://www.publico.pt/2023/07/13/culturaipsilon/noticia/obras-metro-lisboa-poem-descoberto-raro-importante-tecto-nta-do-seculo-xvi-2056794>.
- Freire, V. A. (2009). *Panóptico, vanguardista e ignorado. O Pavilhão de Segurança do Hospital Miguel Bombarda*. Livros Horizonte.
- Gama, E. (2015). O projecto de 1879, o extinto convento da Esperança e a futura Rua de D. Carlos I: Notas de urbanismo. *Lx Conventos: Convento da Esperança*.
- Gil, A. (2016). Memória digital. Subtis permanências arquitectónicas conventuais. In R. H. da Silva, H. Silva, & R. Megre (Eds.), *Da cidade sacra à cidade laica* (Série W, nº 5, pp. 138-159). Revista de História da Arte.
- Herculano, A. (1837). Os Monumentos. O *Panorama*. Republicado em 1873 em *Opúsculos* (tomo II, p. 16). Bertrand. https://purl.pt/718/4/p-5638-p/p-5638-p_item4/p-5638-p_PDF/p-5638-p_PDF_24-C-R0150/p-5638-p_0000_rosto-341_t24-C-R0150.pdf
- Megre, R., & Silva, H. (2015). Os conventos na imagem urbana de Lisboa (1551-2015). In C. Marado (Ed.), *Monastic architecture and the city* (pp. 108-124). Centro de Estudos Sociais, Contexto Debates, nº 6. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=10019>.
- Neto, M. J., & Soares, C. M. (2013). *O Mosteiro dos Jerónimos. Arte, Memória e Identidade*. Caleidoscópio.
- Rodrigues, P. A. R. S. (1998). *Património, identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Rosas, L. M. C. (1995). *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Silva, A. M. da. (1993). A desamortização. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 5: O Liberalismo, 1807-1890, pp. 339 e seguintes). Círculo de Leitores.
- Silva, R. H. da (2012). Nascimento da Lisboa moderna – a extinção dos conventos. In *Actas do I Colóquio de Olisipografia* (pp. 187-202). Câmara Municipal de Lisboa. http://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/actas_coloquio_olisipografia.
- Silva, R. H. da (2015). O demolido Convento da Trindade em Lisboa: perdas e transposições simbólicas. In C. Marado (Ed.), *Monastic architecture and the city* (pp. 187-202). Centro de Estudos Sociais, Contexto Debates, nº 6. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=10019>.
- Silva, R. H. da. (1998). *Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874* (Vol. I, pp. 249-260). Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Silveira, L. E. da. (1980). A venda dos bens nacionais (1884-43): uma primeira abordagem. *Análise Social*, 16 (61-62), 87-110.

História Falada: ecos de memória, sentidos coletivos e perspectivas de futuro para o Convento de São José em Lagoa

Spoken History: echoes of memory, collective meanings, and future perspectives for the Convent of Saint Joseph in Lagoa

Gabriela Vieira

Instituto Superior de Economia e Gestão, Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar

Lorena Sancho Querol

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Catarina Almeida Marado

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Bárbara Santos

Câmara Municipal de Lagoa, UO Património Cultural

Introdução

O Projeto CONVENTUS - “Novos olhares sobre o edifício do antigo Convento de São José em Lagoa” propõe uma abordagem inclusiva, integrada, diversificada e inovadora, ao estudo do antigo Convento de São José, localizado em Lagoa, no Algarve (Portugal). Este projeto pretende explorar a história, a arquitetura, o impacto urbano e as interações sociais do edifício ao longo dos mais de três séculos de existência, adotando uma perspectiva diacrónica. Para tal, foram utilizadas metodologias de investigação histórica e arquitetónica, em conjugação com metodologias de investigação-ação participativa (IAP), envolvendo diretamente a comunidade local em cada passo do processo.

Fundado no século XVIII como casa religiosa feminina, este edifício assumiu a partir de finais de oitocentos, as funções de colégio. Após a sua secularização, ocorrida no início do século XX, o imóvel acolheu um conjunto de usos distintos, incluindo a escola primária municipal, a sede do Grupo Nacional de Escutas, a igreja matriz de

Lagoa, a Conservatória do Registo Civil, o posto da Guarda Nacional Republicana, a Junta de Freguesia de Lagoa, diversos serviços camarários, o Museu Municipal de Arte, Etnografia e Arqueologia de Lagoa e, desde 1993 tem funcionado como Centro Cultural.

As recentes alterações da sua dinâmica funcional tornaram necessária uma reflexão sobre as potencialidades deste espaço, visando não só reforçar os seus valores socioculturais, mas também fortalecer a sua relevância para a comunidade local como um polo de desenvolvimento sociocultural integrado. Para responder a este desafio, o Projeto CONVENTUS realizou uma investigação integrada e integradora sobre o edifício que servirá como base para a futura elaboração de um plano museológico para o espaço.

Neste projeto foram desenvolvidas três linhas de investigação: a Linha 1 - História Escrita, que conjuga a recolha de dados a partir de fontes bibliográficas e documentais (manuscritas, impressas, gráficas, cartográficas, iconográficas e fotográficas), com a análise arquitetónica do edifício; a Linha 2 - História Falada, foca-se na recolha de dados a partir de pesquisa biográfica; e a Linha 3 - Experiências em Rede, destinada a identificar imóveis congêneres no âmbito da Península Ibérica, com o objetivo de criar uma rede de antigos conventos femininos com função prioritariamente cultural na atualidade.

Neste contexto, o presente capítulo, integrado na Linha 2, tem como objetivo apresentar os fundamentos teóricos e as metodologias utilizadas na recolha e interpretação dos dados desta vertente da investigação, assim como a discussão dos resultados que derivam do conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas às pessoas da comunidade local, revelando as memórias e significados atribuídos ao Convento e destacando os contributos da História Falada para uma melhor compreensão e valorização deste património local.

A análise das narrativas recolhidas permitiu conhecer em profundidade a memória coletiva e a micro-história local, explorando diversas camadas de significado para uma compreensão mais holística da realidade em estudo. Por outro lado, a articulação entre as narrativas locais (coletadas no contexto da Linha 2) e os dados resultantes da investigação histórica e arquitetónica sobre o edifício e o seu contexto (derivados da Linha 1) permitirá uma interpretação plural e inclusiva sobre as diferentes dimensões materiais e imateriais (históricas, arquitetónicas, urbanas, sociais, culturais e patrimoniais) do edifício, enfatizando o papel da comunidade local na construção do conhecimento ao longo de todas e cada uma das fases do Projeto CONVENTUS.

1. A metodologia utilizada

A orientação metodológica desta investigação foi de natureza participativa, recorrendo predominantemente a métodos qualitativos que favoreceram uma interação direta e contínua com a comunidade local, destacando-se a IAP como instrumento central. Esta abordagem procurou compreender em profundidade as experiências e significados atribuídos pela comunidade local ao edifício do Convento de São José. Foram assim utilizadas técnicas de recolha de dados que respondem a esta opção metodológica, como as entrevistas semiestruturadas, com foco na pesquisa biográfica, as visitas de escuta ativa e as rodas de conversa.

1.1. Fundamentos teóricos

Conhecedora e atuante no campo da pesquisa biográfica, Lechner (2012) fala-nos desta ferramenta como método pedagógico e de ação social. Segundo a autora, esta ferramenta promove a coesão social, a transformação e a emancipação, através da partilha de narrativas, da reflexão crítica e da escrita autobiográfica. A autora sublinha o potencial destas práticas para fomentar o diálogo intercultural e desafiar o domínio do saber científico tradicional. Foi também com este objetivo que foram implementadas metodologias de investigação biográfica, criando um espaço de partilha e reflexão onde as experiências pessoais da comunidade local foram valorizadas, permitindo a construção de um conhecimento coletivo que ultrapassa as fronteiras do saber académico. Este processo contribuiu para a legitimação de diferentes formas de conhecimento e para o fortalecimento da identidade e da coesão social da comunidade, ao mesmo tempo que promoveu uma maior compreensão e valorização das histórias individuais no contexto histórico e social.

Horlings (2015) defende que o desenvolvimento sustentável deve integrar valores humanos e culturais, para além das dimensões políticas e económicas. No âmbito do CONVENTUS, o mapeamento de valores e a análise das interações comunitárias seguem esta perspetiva, reconhecendo os significados locais como a base estrutural do sentimento de pertença. A sustentabilidade territorial exige uma abordagem holística que articule dimensões ecológicas, económicas, sociais e culturais. A participação ativa da comunidade torna-se, assim, essencial para definir respostas adequadas às necessidades locais, promovendo a coesão social e a dinamização comunitária através da valorização das suas memórias e identidades.

Por outro lado, Ingersle e Stage (2015), exploram o conceito de assemblage como um quadro analítico para analisar a complexidade e os resultados dos processos participativos. A abordagem enfatiza a interligação profunda entre elementos humanos, institucionais, afetivos e materiais nos processos participativos, indo além de modelos tradicionais focados exclusivamente na redistribuição de poder. O conceito explorado pelos autores é igualmente relevante para a análise das práticas participativas realizadas no presente projeto (Ingersle e Stage, 2015). As entrevistas semiestruturadas, visitas de escuta-ativa e rodas de conversa permitiram reunir elementos humanos, afetivos, institucionais e materiais, evidenciando como o Convento de São José funciona como um ponto de convergência para as diferentes narrativas históricas e culturais da comunidade. Tal como sugerido pelos autores, o impacto destas práticas deve ser avaliado não só em termos de redistribuição de poder, mas também pelos benefícios intangíveis gerados, incluindo a criação de novas capacidades e atmosferas de mudança social.

A investigação realizada dialoga igualmente com a perspetiva de Smith (2006) sobre a relação entre memória, identidade e património, ao enfatizar que o património é uma construção seletiva do passado, utilizada para fins contemporâneos, pelos significados e valores que neste tempo lhe atribuímos. A autora argumenta que o património é uma construção cultural e política, frequentemente moldada por interesses sociais e ideológicos atuais, servindo assim como meio de negociação de identidades coletivas, ao mesmo tempo que tem o poder de legitimar narrativas dominantes ou marginalizar outras perspetivas históricas. Nesse sentido, o património funciona como um discurso ativo, com implicações sociais e políticas, onde a memória histórica é redefinida e ressignificada de acordo com os valores e as perspetivas vigentes nas sociedades contemporâneas.

Além disso, a abordagem do projeto apoia-se nos conceitos discutidos por Fernández (2022) sobre inovação social e património cultural. O autor afirma que a participação ativa das comunidades na gestão do seu próprio património contribui para a criação de ecossistemas de inovação social-patrimonial, onde a governança horizontal e a auto-organização são elementos-chave.

1.2. Entrevistas semiestruturadas

Entre outubro de 2023 e junho de 2024, foram realizadas 34 entrevistas semiestruturadas a pessoas da comunidade local no Convento, com o objetivo de captar em profundidade as vivências individuais de cada pessoa em relação ao edifício. Este método permitiu recolher narrativas detalhadas, e contribuiu para uma compreensão subjetiva e profunda das experiências e histórias associadas ao espaço. As informações recolhidas, através de um gravador de áudio, foram depois transcritas e submetidas a uma *Framework analysis* de forma manual.

Recorreu-se a uma amostragem não probabilística, baseada em critérios por conveniência e efeito de bola de neve. A identificação e seleção dos/as informantes locais foi informada pela cronologia base do edifício relativa ao século XX, efetuada no contexto da Linha 1, a qual permitiu identificar os principais usos e acontecimentos relacionados com o edifício e as atuais faixas etárias dos membros da comunidade que teriam vivido nesse período. Simultaneamente, foi valorizada a ligação histórica e social de cada pessoa ao Convento de São José. A recolha dos contactos dos/as informantes identificados/as contou com o apoio da Câmara Municipal de Lagoa (CMLagoa), que colaborou na comunicação e no estabelecimento de contacto com os/as informantes.

Paralelamente, foi realizado um mapeamento dos/as informantes na envolvente do Convento, com o intuito de identificar pessoas cuja proximidade ao espaço pudesse traduzir-se num conhecimento significativo sobre a história e a memória do edifício ao longo do tempo. Durante o processo de recolha de dados, alguns/mas participantes foram também sugerindo potenciais informantes, contribuindo para o alargamento e o aprofundamento da rede de contactos.

As entrevistas constituíram um elemento fundamental para a recolha dos dados biográficos, que foram posteriormente complementados com os restantes métodos de pesquisa referidos.

O guião de entrevista, definido a partir de conceitos-chave significativos para o estudo (Tabela 1), centrou-se em quatro temas principais:

a) Tema 1: Surgimento do Convento na vida do/a informante

O surgimento do Convento na vida do/a informante representa um momento significativo, uma vez que memória e a identidade pessoal estão profundamente ligadas aos espaços habitados e às experiências vividas. A primeira pergunta procura identificar quando e em que contexto o Convento entrou na sua trajetória. Para Fernández (2022), lugares como o Convento funcionam como marcos biográficos, ativando memórias que estruturam a identidade. Tuan (1977) reforça esta ideia, ao atribuir um forte valor afetivo ao conceito de lugar, associando-o tanto à memória individual como coletiva. Compreender este momento permite aprofundar a relação entre o/a informante e o espaço;

b) Tema 2: Características e vivências

O segundo tema centra-se nas vivências associadas ao Convento, procurando compreender o seu impacto na vida quotidiana do/a entrevistado/a. As questões colocadas - *Como era o Convento nessa altura?* e *Qual a memória mais forte que guarda dessas vivências?* - procuraram explorar as dimensões afetivas ligadas ao espaço. Segundo Lowenthal (2008), o património carrega significados que vão além da sua materialidade. Halbwachs (1992) considera que a memória coletiva é moldada por contextos sociais partilhados, sendo os espaços vividos, como o Convento, fundamentais nesse processo. Nora (1989) vê os lugares de memória como elementos-chave na construção de identidades coletivas, enquanto Certeau (1990) sublinha o papel das práticas quotidianas na apropriação dos espaços. Já Foucault (1975) interpreta os lugares como dispositivos de poder, cujos significados são produzidos pelas dinâmicas sociais e culturais,

c) Tema 3: Importância do Convento e seus significados

O terceiro tema explora os significados atribuídos ao Convento, tanto a nível individual como comunitário, procurando compreender o seu valor simbólico para o/a informante e para a comunidade de Lagoa. As perguntas: *O Convento tem algum significado para si? Se sim, qual?*, procuram captar essas dimensões subjetivas e coletivas. Choay (2006) interpreta o património como uma construção moderna, constantemente reinterpretada. Para Fernández (2022), os espaços patrimoniais representam identidade e memória, tanto pessoal como coletiva. Appadurai (1996) destaca o papel da imaginação coletiva na construção de sentidos partilhados sobre os espaços do quotidiano. Neste contexto, a valorização do Convento pelos/as moradores/as de Lagoa constitui um exercício de imaginação social que contribui para a (re)construção de uma identidade coletiva. Casey (2000) reforça esta ideia ao sublinhar a dimensão simbólica dos lugares na formação da identidade social.

d) Tema 4: Perceção atual do Convento e expectativas para o futuro

O último tema foca-se na perceção atual do Convento e nas expectativas do/a informante quanto ao seu futuro. Questões como as seguintes: *Como vê o Convento hoje em dia? Que atividades gostaria de ver acontecer no Convento?*, procuraram explorar possibilidades de reapropriação cultural e valorização do edifício. Segundo Ricoeur (2000), a memória coletiva e a identidade estão em constante transformação, moldadas por processos contínuos de reconstrução. Esta investigação procurou captar essa dinâmica, considerando como o passado é reinterpretado à luz das experiências e significados atribuídos pela comunidade. Fernández (2022) sublinha que os espaços patrimoniais são continuamente ressignificados, refletindo novas formas de relação com o lugar. Urry (2002), por sua vez, aponta que o olhar contemporâneo sobre o património pode assumir uma dimensão turística, atribuindo aos espaços um valor cultural renovado. A reapropriação do Convento, neste sentido, representa uma oportunidade para reforçar o envolvimento comunitário e promover a sua revitalização cultural.

Tabela 1 - Quadro analítico base para o guião de entrevista. Fonte: Projeto CONVENTUS.

Tema	Conceitos-chave	Perguntas	Autores
(1) Surgimento do Convento na vida do/a informante	Apropriação simbólica, integração na vida individual e processo de aprendizagem	1.1. <i>Em que altura da sua vida surgiu o Convento? (em que ano e momento da sua vida? Porquê?)</i>	Tuan (2012), Fernández (1977)
(2) Características e vivências	Memória coletiva, lugar de memória, espaço vivido e identidade social	2.1. <i>Como era o Convento nessa altura?</i> 2.2. <i>Qual a memória mais forte que guarda dessas vivências?</i>	Fernández (2022), Lowenthal (2008), Halbwachs (1992), Certeau (1990), Nora (1989), Foucault (1975)
(3) Importância do Convento e seus significados	Patrimonialização, identidade cultural, valor simbólico e significados pessoais.	3.1. <i>O Convento tem algum significado para si? Se sim, qual? (se não, porquê?)</i> 3.2. <i>Que valores/importância atribuí ao Convento?</i> 3.3. <i>Que valores/importância tem para a comunidade/cidade de Lagoa?</i>	Fernández (2022), Choay (2006), Casey (2000), Appadurai (1996)
(4) Perceção atual do Convento e expectativas para o futuro	Preservação, inovação social, sustentabilidade cultural e modernização.	4.1. <i>Como vê o Convento hoje em dia? (que características lhe atribui?)</i> 4.2. <i>Que atividades gostaria de ver acontecer no Convento?</i>	Fernández (2022), Urry (2002), Ricoeur (1983-1985, 2000)

1.3. Rodas de Conversa

Entre março e maio de 2024 foram realizadas quatro sessões de Rodas de Conversa. Sob o nome Conversas de Café, tiveram lugar na Sala Polivalente do Centro Cultural Convento de São José, com uma média de 10 a 12 participantes em cada uma. Os tópicos abordados em cada sessão foram escolhidos em conjunto com a comunidade.

1.3.1. Roda de Conversa 1 - Tema: Memórias do Convento

Esta Roda centrou-se na reflexão sobre a história do Convento, explorando as suas transformações ao longo do tempo, e a forma como estas foram experienciadas pela comunidade, bem como a sua relevância no contexto histórico local (Fig. 1).



Figura 1 - Roda de Conversa 1 (realizada a 15 de março de 2024). Fonte: Projeto CONVENTUS.

1.3.2. Roda de Conversa 2 - Tema: *Memórias da Escola*

Neste caso a discussão focou-se nas experiências educativas dos/as participantes, analisando como a escola se instalou no edifício, e como, enquanto instituição, contribuiu para a formação de identidades individuais e coletivas, analisando também as transformações nos métodos de ensino e no ambiente escolar (Fig. 2).

1.3.3. Roda de Conversa 3 - Tema: *Os Sismos e as Transformações do Convento*

Neste tópico foram exploradas as consequências dos sismos no edifício, nomeadamente do abalo de 1969, abordando os danos causados, e refletindo sobre o impacto desses eventos na preservação do património e na memória coletiva (Fig. 3).



Figura 2 - Roda de Conversa 2 (realizada a 04 de abril de 2024). Fonte: Projeto CONVENTUS.



110 **Figura 3** - Roda de Conversa 3 (realizada a 16 de abril de 2024). Fonte: Projeto CONVENTUS.

1.3.4. Roda de Conversa 4 - Tema: *Brincar na Escola*

A escolha do tema visou a análise das práticas lúdicas na escola, abordando a forma como os espaços eram vivenciados pelos alunos/as nas atividades do recreio e analisando as mudanças nas formas de brincar ao longo do tempo (Fig. 4).



Figura 4 - Roda de Conversa 4 (realizada a 15 de maio de 2024). Fonte: Projeto CONVENTUS.

As Rodas de Conversa proporcionaram um espaço privilegiado para o resgate e partilha de memórias, permitindo aos/às participantes refletirem sobre as experiências e vivências pessoais, bem como sobre os processos de transformação social e cultural nos contextos e realidades abordadas. Estes encontros revelaram-se assim

um instrumento valioso para a análise das dinâmicas de memória e identidade social, permitindo uma reflexão crítica sobre as transformações ao longo do tempo e o impacto dessas mudanças nas vivências dos/as participantes.

1.4. Visitas de Escuta Ativa

Foram realizadas duas Visitas de Escuta Ativa com a comunidade local, com o objetivo de recolher memórias, perceções e interpretações sobre o Convento, num processo que valorizou a partilha situada de experiências no espaço, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos seus significados.

A primeira visita teve lugar no dia 15 de março de 2024, na Capela do Centro Cultural Convento de São José (Fig. 5). A sessão foi conduzida pelo restaurador e artista Carlos Soares, responsável pelo restauro da igreja entre os anos de 1985 e 1992, contando com a presença da equipa de investigação, dos técnicos da Câmara Municipal e de nove participantes da comunidade.

A visita permitiu o acesso a um conjunto de memórias ligadas ao processo de intervenção neste espaço, incluindo a reconstrução do retábulo a partir de fragmentos provenientes do antigo Compromisso Marítimo de Lagos, a criação do ambão, o projeto da mesa do altar com forte carga simbólica e peças escultóricas adicionais. A visita destacou ainda a tensão sentida pelo autor relativamente ao vitral, que acabou por não refletir a sua visão artística por ter sido substituído por outro projeto. Este momento permitiu uma reflexão aprofundada sobre os processos de restauro e criação, revelando uma abordagem integrada entre prática artística, fé e memória individual.



Figura 5 - Visita de Escuta Ativa à capela do Convento de São José (realizada a 15 de março de 2024). Fonte: Projeto CONVENTUS.

A segunda visita ocorreu no dia 15 de maio de 2024, nas instalações do Centro Cultural, focando-se no reconhecimento dos espaços no piso térreo e no exterior do edifício (Fig. 6). Teve lugar após a quarta sessão do Ciclo de Rodas de Conversa

e contou com a participação de antigos alunos e alunas da Escola Primária que ali funcionou. Os testemunhos partilhados permitiram identificar espaços-chave da vivência escolar (salas de aula, cantina, recreio, entrada principal), bem como práticas educativas e sociais associadas ao quotidiano da época. Entre os temas emergentes destacam-se a separação por género, a alimentação escolar, os castigos físicos, as brincadeiras infantis e, de forma marcante, a recordação da descoberta de ossadas (que se julgavam ser humanas) na antiga cerca do Convento. Esta visita tornou visível a carga afetiva e histórica do espaço, bem como a importância da sua apropriação simbólica pela comunidade.



Figura 6 - Visita de Escuta Ativa às instalações do Convento de São José (realizada a 15 de maio de 2024). Fonte: Projeto CONVENTUS

Estas visitas constituíram momentos significativos de escuta e de construção partilhada de conhecimento, permitindo aproximar as linhas de pesquisa e cruzar olhares entre o discurso resultante da investigação histórica e arquitetónica e o resultado da ciência cidadã ou trabalho de IAP. A metodologia da Escuta Ativa, ao valorizar a oralidade, a memória e o vínculo afetivo ao território, mostrou-se eficaz na reinterpretção do património edificado, contribuindo para o reconhecimento do património imaterial e para o reforço dos laços identitários entre a comunidade e os seus espaços históricos.

2. Vozes da comunidade: resultados e interpretações das entrevistas sobre o Convento de São José

Os resultados que apresentamos neste capítulo procedem da análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas realizadas com a comunidade local, no âmbito da investigação realizada. A partir da recolha de dados de um total de trinta e quatro entrevistas, foi possível identificar e explorar várias dimensões da perceção dos/as participantes relativamente ao Convento, incluindo a sua história, os significados

atribuídos ao edifício ao longo do tempo e as transformações sociais e culturais associadas a este espaço.

A análise do perfil sociodemográfico dos/as trinta e quatro informantes indica uma faixa etária compreendida entre os 42 e os 97 anos, com uma média de idades de 70,53 anos e um desvio padrão de 11,71. Estes dados apontam para uma amostra maioritariamente envelhecida, ainda que com uma variação etária moderada, permitindo captar diferentes gerações com trajetórias diferenciadas de contacto com o espaço patrimonial em estudo.

Em relação ao sexo, observa-se uma distribuição desigual, com 67,6% dos/as participantes a serem homens (n=23) e 32,4% mulheres (n=11). Apesar desta diferença na composição da amostra, não foram identificadas variações significativas nas perspetivas ou conteúdos partilhados em função do sexo.

No que diz respeito ao envolvimento político, vinte e seis participantes são cidadãos/ãs da comunidade local sem cargos políticos, enquanto oito exercem funções na política ativa. Esta diferenciação sugere que a perceção do Convento provém, em grande parte, de pessoas fora da política formal, o que pode proporcionar uma visão mais alargada e menos influenciada por interesses institucionais ou partidários.

Relativamente à naturalidade, vinte e quatro participantes são naturais de Lagoa, enquanto oito são oriundos de outros concelhos, embora residam na área há vários anos. Este facto indica uma forte proximidade geográfica com o Convento, que molda a perceção afetiva e cultural em relação ao local. A ligação direta com o território, associada à vivência local, contribui para uma perceção mais afetiva e historicamente enraizada.

2.1. Surgimento do Convento na vida dos/as informantes

Os resultados revelam que o Convento começou a integrar as vidas dos/as informantes principalmente nas décadas de 1950 (n=7) e 1960 (n=11), totalizando mais de metade da amostra. Este padrão evidencia a relevância deste espaço durante este período, no qual funcionou como escola de instrução primária. Adicionalmente, há também interações mencionadas nas décadas de 1940 (n=3), 1970 (n=5), 1980 (n=3) e 1990 (n=4).

2.1.1. Motivos e tipos de interação com o Convento

Os motivos escolares dominaram as interações com o Convento, tendo sido referidos por vinte e dois informantes. Estas interações refletem a função deste edifício como centro educativo, destacando-se a socialização e a formação cultural proporcionadas. Outros motivos incluem implicações políticas (n=6) e profissionais (n=6), indicando a relevância do imóvel na vida pública e nas decisões comunitárias:

Para mim, o Convento surgiu em 1966. Quando eu tinha 11 anos e vim fazer o exame da 4ª classe aqui (Madalena Sousa, antiga aluna que realizou o exame da 4ª classe em 1967 e frequentou a 5ª classe do Ciclo Complementar, entrevistada a 20/11/2023);

... estudei aqui até a quarta classe, no Convento de São José, nas instalações que já não existem (José Benvindo, antigo aluno entre 1956 e 1960, entrevistado a 07/12/2024);

... frequentei a Escola Primária aqui no Convento, que é uma história interessante, já um pouco longínqua, mas, de facto, estas histórias, estas vivências no nosso período de infância, e particularmente na idade escolar, são marcantes ao longo da nossa vida (José Águas da Cruz, antigo aluno entre 1961 e 1965 e atual Presidente da Assembleia Municipal, entrevistado a 07/03/2024);

O Convento na minha vida surgiu porque, quando cheguei à Câmara de Lagoa, aos 29 anos... encontro como único património construído o edifício da Câmara... para desenvolver as ações, era necessário recuperar este edifício (Abel Santos, primeiro Presidente da Câmara de Lagoa eleito após a Revolução de 25 de abril, entrevistado a 12/04/2024).

De acordo com Fernández (2022), a inovação social no património cultural depende da participação ativa da comunidade, promovendo processos de apropriação simbólica que fortalecem a identidade coletiva. A presença do Convento na trajetória educacional e profissional dos/as informantes evidencia essa apropriação, transformando o espaço num elemento fundamental da memória coletiva, alinhando-se com a ideia de Tuan (1977) sobre o modo como as experiências com espaços e lugares constroem uma relação de identidade e pertença. A relação dos/as informantes com o Convento envolve laços afetivos e culturais que vão além da experiência escolar.

2.2. Características e vivências

2.2.1. Estado do Convento ao longo do tempo

As perceções sobre o estado físico do Convento variam: vinte e sete informantes referiram que o edifício estava em uso, enquanto outros/as destacaram abandono parcial (n=10) e vandalismo (n=5). Para além disso, vinte mencionaram a degradação do espaço. As memórias de obras de conservação e restauro são menos frequentes (n=4), mas evidenciam os esforços de preservação patrimonial que contribuíram para a revitalização do Convento:

... os meninos da escola, aqueles mais velhos, às vezes conseguiam entrar cá dentro e andavam em cima dos telhados (Carlos Diogo, antigo aluno da Escola do Plano dos Centenários, entre 1972 e 1976, entrevistado a 17/11/2023);

... isto estava tudo abandonado, estava tudo degradado (...) aquilo tinha umas salas que os escuteiros utilizavam, de resto não tinha mais nada (Joaquim Piscarreta, antigo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa entre 1995 e 2002, entrevistado a 02/02/2024);

... aquilo era um sítio devassado, abandonado, praticamente em ruína (Aurélio Marcos, antigo aluno entre 1963 e 1966, entrevistado a 07/03/2024).

O estado de abandono do Convento reflete um *esquecimento coletivo* do seu valor patrimonial (Ricoeur, 2000), evidenciando uma desvalorização gradual por parte da comunidade e das entidades responsáveis.

A pluralidade de usos do Convento ao longo do tempo aponta para as tensões entre a preservação do património e as realidades sociais e económicas da região. O facto de este edifício continuar a ser recordado como um espaço em uso, mesmo perante relatos de abandono e vandalismo, evidencia a sua resiliência enquanto elemento central da memória e identidade local. Este fenómeno reflete a perspetiva de Lowenthal (2008), que defende que o passado é frequentemente percebido como um país estrangeiro - uma realidade distante e por vezes incompreensível - onde os valores atribuídos a locais abandonados ou esquecidos podem ser ressignificados com o passar do tempo, ganhando novos sentidos conforme as mudanças sociais e culturais.

2.2.2. Memórias individuais e coletivas

Entre os/as trinta e quatro informantes, dezanove referiram memórias coletivas, enquanto dezasseis mencionaram memórias individuais. No entanto, memórias negativas, como castigos escolares ou condições físicas degradadas, coexistem com as positivas, oferecendo uma visão rica e contrastante do impacto do Convento nas vivências pessoais:

Tenho uma imagem má da minha professora, péssima, que criou muito trauma. Eu levei uma tarefa tão grande, que eu saí daqui...descendo daqui a rua, estava ali uma esquina onde eram os correios. Eu cheguei ali e desmaiei (José Benvindo, antigo aluno entre 1956 e 1960, entrevistado a 07/12/2024);

Antes do almoço da cantina, obrigavam-nos a comer uma colher de óleo de fígado de bacalhau, que era horrível (Joaquim João, realizou o exame da 4ª classe em 1968 e o Ciclo complementar do 5º ao 6º anos, entrevistado a 26/04/2024);

Olha, enquanto aluna, tínhamos um grande medo dos professores, e da professora (...) porque apanhava com a régua (Miraldina Diogo, antiga aluna entre 1952 e 1956, entrevistada a 17/11/2024);

Foi aqui que eu tomei contacto com um monte de documentos da história da cidade. Quando descobrirem ali os documentos, eles foram colocados, espalhados por montes de mesas para serem tratados. E aí fui-me interessando. Ao longo dos meses, ia folheando as páginas (João Ramos, antigo aluno na nova Escola Primária entre 1971 e 1973, entrevistado a 14/12/2023);

... onde está este edifício novo da escola (...) era um terraço, um campo, tipo campo de futebol. E ao sábado, naquela altura, nós tínhamos de vir a uma disciplina que estava ligada à Mocidade Portuguesa, em que o comandante do posto dava, vamos dizer, um tipo de aula militar (...). Ao sábado nós não vínhamos estudar, vínhamos marcar passo. Vínhamos jogar à bola. Para nós era uma brincadeira (Virgílio Gonçalves, antigo aluno entre 1948 e 1952, entrevistado a 07/02/2024).

Essas experiências, tanto negativas como positivas, podem ser compreendidas à luz da ideia de invenção do quotidiano (Certeau, 1990), que defende que embora os espaços tenham funções sociais determinadas, são as pessoas que os apropriam e reinterpretam de formas únicas e pessoais, adaptando-os às suas próprias vivências.

As memórias individuais fortemente positivas mostram que o Convento teve um profundo impacto afetivo e pessoal para muitos/as dos/as lagoenses, enquanto as memórias coletivas mais variadas refletem as dinâmicas sociais mais amplas que podem ter gerado perceções distintas, dependendo das experiências vividas em grupo. Estas memórias sugerem que este espaço é sentido como um lugar simbólico de interação e identidade comunitária, onde o passado e o presente se encontram.

Ribeiro (2015) argumenta que a memória coletiva não é homogênea, mas um campo de disputa, no qual diferentes grupos sociais articulam significados e usos do património. No caso do Convento, as memórias divergentes entre experiências positivas e negativas evidenciam esse processo de construção coletiva da memória, onde a nostalgia se cruza com desafios históricos.

As memórias coletivas mostram que embora este edifício esteja maioritariamente associado a experiências positivas, houve momentos em que o espaço perdeu a sua relevância ou sofreu degradação, o que gerou perceções mistas entre alguns grupos. Este facto sugere que a preservação e revitalização deste edifício são essenciais não só para manter os seus valores culturais, mas também para reforçar a sua

importância como um espaço comunitário relevante. Autores como Nora (1989) e Halbwachs (1992), permitem-nos interpretar o Convento como um lugar de memória, onde as experiências individuais e coletivas se cruzam, construindo um imaginário partilhado - entendido como um conjunto de representações simbólicas, afetivas e culturais partilhadas - que reflete simultaneamente o passado histórico e a identidade da comunidade. De acordo com Halbwachs (1992), as memórias coletivas são moldadas pelo grupo social ao qual se pertence. No caso do Convento, os relatos de brincadeiras nos corredores ou de experiências partilhadas na cantina revelam o papel do espaço como um agente de socialização e integração comunitária. Essas vivências reforçam o sentido de pertença ao coletivo, alinhando-se à ideia de Nora (1989) de que lugares de memória se tornam marcos simbólicos para a identidade cultural.

Por outro lado, os testemunhos de castigos físicos ou condições degradantes destacam as tensões entre memórias positivas e negativas. A coexistência desses relatos demonstra o que Foucault (1975) descreve como a ambivalência dos espaços institucionais, que tanto educam como disciplinam, muitas vezes exercendo um controlo que deixa marcas duradouras nas pessoas.

As memórias individuais relatadas, especialmente as de caráter afetivo, indicam que o Convento transcendeu a sua função física para se tornar um espaço de *memória vivida* (Nora, 1989). Para muitas pessoas, as experiências ligadas ao espaço carregam significados profundamente pessoais, como, por exemplo, o impacto de traumas escolares ou o fascínio pelos documentos históricos descobertos, sublinhando a multiplicidade de interpretações que um mesmo lugar pode evocar.

Dada esta dualidade, a preservação e revitalização do Convento são fundamentais para que continue a ser um espaço onde o passado possa ser reinterpretado de forma inclusiva, reforçando as ligações intergeracionais e o valor identitário (Lowenthal, 1985).

2.3. Importância do Convento e seus Significados

Os dados sobre a importância e os significados do Convento revelam o seu profundo valor simbólico e cultural para a comunidade de Lagoa. Todas as pessoas entrevistadas (n=34) concordam que este espaço é relevante para o concelho, sendo visto como um marco histórico, cultural e afetivo. Este edifício é atualmente considerado um importante centro cultural, com eventos educacionais, sociais, políticos e culturais, e, representando para muitos um espaço de aprendizagem, autenticidade e espiritualidade.

A valorização do Convento pode ser interpretada à luz do conceito de patrimonialização (heritagization), discutido por Fernández (2022), que explica como um bem cultural se torna socialmente relevante através da sua apropriação comunitária. A forma como os/as informantes atribuem diferentes significados ao Convento ilustra esse processo de ressignificação na qualidade de bem patrimonial.

A maioria dos/as informantes (32 de 34) atribui significados pessoais ao Convento. Os principais significados incluem a importância histórica e cultural (n=22), a espiritualidade e autenticidade (n=9), o papel social e cultural (n=9), o valor educacional (n=8), e a ligação familiar (n=2). Estes significados revelam este edifício

como um espaço multifacetado, cujas funções e interpretações variam conforme a experiência pessoal de cada pessoa:

Neste momento, eu acho que é um ponto de referência, até em termos de cultura (...) hoje em dia acho que toda a gente conhece o Convento e tem como referência o edifício onde se fazem eventos culturais (Carlos Diogo, atual funcionário da Câmara Municipal de Lagoa, entrevistado a 17/11/2024);

... este monumento chegou aos nossos dias com tanta história para contar, que ficou no esquecimento, mas que é bom que se reviva essa história (José Sobral, antigo aluno entre 1962 e 1967 e catequista, entrevistado a 04/04/2024);

Para mim é um monumento, eu acho que é um monumento histórico, é o ex-libris da cidade de Lagoa (Madalena Sousa, realizou o exame da 4ª classe em 1967 e frequentou a 5ª classe do Ciclo Complementar, entrevistada a 20/11/2023).

Os dados evidenciam que a importância deste edifício recai no seu funcionamento como um espaço carregado de significados e de valores que se entrelaçam com histórias pessoais e coletivas.

Do ponto de vista pessoal, o Convento é visto como uma referência, seja como espaço social, cultural, espiritual e/ou educativo. Esta diversidade de significados reflete a multiplicidade de papéis que este imóvel desempenhou ao longo do tempo, servindo diferentes segmentos da sociedade lagoense. Esta riqueza de significados pessoais é fundamental para compreender como este espaço se mantém ativo na memória das pessoas entrevistadas, mesmo perante mudanças estruturais ou funcionais.

Ao nível da comunidade, o Convento funciona como um símbolo de identidade, um marco que define parte da história e da cultura local, apontando para a sua capacidade de agregar e representar valores partilhados, funcionando como um elemento de coesão social. A dimensão social e dinâmica do espaço reforça a ideia de que este é um elemento de preservação histórica, mas também um local que pode ser mobilizado para promover a interação e o desenvolvimento cultural da comunidade.

De acordo com Choay (2006), a patrimonialização de um espaço envolve a sua preservação física e a atribuição de um novo valor simbólico que reforça a identidade coletiva. Neste contexto, o Convento de São José surge como um símbolo cultural, que se tem transformado ao longo do tempo, ajustando-se às necessidades e interpretações da comunidade. A relevância deste edifício está, assim, diretamente relacionada à capacidade da comunidade de se apropriar dele e conferir-lhe diversos significados, um processo essencial na criação dos territórios de identidade, conceito proposto por Appadurai (1996), onde a memória e o património desempenham um papel fundamental na definição da comunidade.

Este espaço multifacetado, que reflete várias camadas de significado, também se alinha com as ideias de Casey (2000) sobre o papel dos lugares na formação das identidades individuais e coletivas. Para o autor, além destes espaços guardarem as histórias vividas, guardam também as memórias partilhadas por uma comunidade, servindo, assim, como um elemento fundamental para o sentimento de pertença. Deste modo, o Convento, enquanto lugar físico e simbólico, desempenha um papel crucial na construção contínua de identidade e memória.

2.4. Percepções atuais e expectativas para o futuro

2.4.1. Satisfação com o estado atual

A maioria dos/as informantes expressa satisfação com o estado de conservação do Convento (n=23), valorizando-o como um bem coletivo que reforça a identidade local. No entanto, há quem aponte a necessidade de algumas melhorias (n=11), especialmente em relação à preservação das suas características arquitetônicas.

O desejo de equilibrar preservação e modernização reflete as tensões inerentes ao património cultural, onde a inovação social desempenha um papel central. Como sugere Fernández (2022), as intervenções patrimoniais bem-sucedidas são aquelas que conseguem conciliar tradição e inovação, envolvendo a comunidade na tomada de decisões. Ricoeur (2000) sugere que a preservação do passado não deve impedir a adaptação às necessidades contemporâneas. No caso do Convento, a preocupação com a sua autenticidade é visível, mas também há uma clara vontade de modernizar o espaço, de modo que continue a ser funcional e relevante para as gerações atuais e futuras.

2.4.2. Características do Convento

O Convento é visto como um espaço versátil (n=19) e atrativo (n=18), com destaque para as suas múltiplas funções culturais, como exposições e eventos. A preservação da estrutura original é amplamente apreciada, embora alguns critiquem as intervenções que alteraram a configuração original do edifício. Há também a preocupação com a falta de espaço, sugerindo-se uma possível ampliação.

As percepções atuais sobre o edifício demonstram uma forte valorização do espaço pela comunidade, que reconhece a sua relevância, inclusive face a desafios estruturais e funcionais. O elevado nível de satisfação indica que este imóvel ainda desempenha um papel significativo na vida da comunidade local, funcionando como um espaço de convívio e cultura.

2.4.3. Expectativas para o futuro

A comunidade espera que o Convento continue a ser um espaço aberto e acessível (n=17), dedicado à cultura e à educação (n=12). Há um forte desejo de preservar o seu valor histórico, mantendo a identidade do edifício (n=18) enquanto este se adapta às necessidades contemporâneas. As sugestões relativas à continuidade da sua atividade cultural incluem a melhoria da divulgação das atividades e a criação de um museu para valorizar ainda mais o património local.

No entanto, a preocupação expressa pelos/as informantes, quanto à necessidade de melhorias e à preservação da autenticidade, sugere que a comunidade está consciente das tensões inerentes ao diálogo entre modernização e preservação. Esta dualidade é típica em contextos de preservação do património, onde o desejo de revitalizar um espaço deve ser equilibrado com a necessidade de manter a sua integridade e os seus valores culturais.

Essas tensões estão em sintonia com as reflexões de Ricoeur (1983-1985) sobre como o tempo e a narrativa moldam os significados atribuídos aos lugares. O Convento, enquanto património, continua a ser uma *narrativa viva*, com diferentes

camadas de interpretações e exigências, dependendo de quem o vivencia e das necessidades do contexto social.

De um modo geral, a comunidade valoriza profundamente este edifício, reconhecendo a importância de equilibrar a preservação dos seus valores culturais com a necessidade de o modernizar para atender às expectativas atuais. O futuro deste espaço deverá assim focar-se na continuidade da sua função cultural, ao mesmo tempo que se preserva a sua memória e identidade cultural.

Para além disso, as expectativas para o futuro revelam um forte desejo de que este edifício continue a servir a comunidade, promovendo um ambiente acessível e dinâmico que acolha atividades culturais e sociais. A relevância dada à preservação das memórias do passado e à valorização do património cultural indica que os/as informantes pretendem que este imóvel mantenha a sua função cultural, tornando-se um ponto de referência também para as gerações futuras.

Conclusões

A investigação desenvolvida no âmbito da Linha 2 do projeto confirma o papel central do Convento de São José como espaço de memória, identidade e coesão social para a comunidade de Lagoa. As metodologias participativas aplicadas, entre as quais entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e visitas de escuta ativa, permitiram aceder a um conjunto rico de narrativas que revelam as múltiplas dimensões simbólicas e afetivas associadas ao edifício.

Os testemunhos recolhidos evidenciam uma forte ligação afetiva ao Convento, que é percecionado como um espaço vivo e em constante ressignificação. As memórias individuais e coletivas, marcadas por experiências escolares, religiosas e culturais, reforçam a centralidade do edifício no imaginário local. As perceções atuais apontam para o seu reconhecimento como centro cultural dinâmico, sublinhando a importância de compatibilizar a preservação da sua autenticidade com a adaptação às necessidades contemporâneas.

A participação da comunidade revelou-se essencial para construir uma leitura mais plural, situada e sensível do património, articulando saberes locais com investigação científica. Este envolvimento contribuiu para uma apropriação simbólica mais profunda do espaço, reforçando a sua relevância enquanto recurso social, educativo e cultural.

O Convento de São José emerge assim, como um exemplo de património vivo, em constante transformação, cuja valorização depende do reconhecimento da memória partilhada e da construção coletiva de sentidos. O seu percurso histórico e a diversidade de usos que acolheu ao longo da história demonstram a capacidade de se adaptar este edifício às dinâmicas locais, consolidando-o como ponto de referência para diferentes gerações.

Deste estudo destacam-se três contributos fundamentais: o reconhecimento do Convento como espaço privilegiado para a realização de atividades culturais regulares e acessíveis, com impacto intergeracional; a valorização do edifício enquanto lugar de memória viva, com potencial para acolher um centro interpretativo que articule o passado ao presente e ao futuro; e a necessidade de garantir uma gestão participada, sustentada no envolvimento ativo da comunidade, reforçando assim o seu papel agregador.

As perspectivas futuras devem, por isso, reforçar o Convento na sua qualidade de centro cultural atento às necessidades e aos sonhos da comunidade local, mas também ao mundo atual de forma social e culturalmente enraizada no território. A introdução de novas funções respeitando a sua identidade histórica, permitirá criar novos equilíbrios entre as memórias vivas e as respostas que o presente suscita, garantindo a sua relevância enquanto símbolo coletivo para as gerações atuais.

Referências

- Appadurai, A. (1996). *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization* (Public Worlds, Vol. 1). University of Minnesota Press.
- Casey, E. S. (2000). *Remembering: A Phenomenological Study* (2.^a ed.). Indiana University Press.
- Certeau, M. de, & Giard, L. (1990). *L'invention du quotidien. Tome 1: Arts de faire*. Éditions Gallimard.
- Choay, F. (1996). *L'allégorie du patrimoine* (4.^a ed.). Éditions du Seuil.
- Fernández, J. F. (2022). Social-Heritage Innovation Ecosystems. Definition and Case Studies. *Revista PH n°106* (ISSN 2340-765, 82-114). Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico - Consejería de Cultura y Deporte. <https://doi.org/10.33349/2022.106.5163>
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir: Naissance de la prison* [Vigiar e Punir]. Gallimard.
- Halbwachs, M. (1992). On Collective Memory. In Trans., Lewis A. *Coser from Les cadres sociaux de la mémoire, and from La Topographie légendaire des évangiles en terre sainte: étude de mémoire collective*. The University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226774497.001.0001>
- Horlings, L. G. (2015). Values in place; A value-oriented approach toward sustainable place-shaping. In *Regional Studies, Regional Science* (Vol. 2, 256-273). <https://doi.org/10.1080/21681376.2015.1014062>
- Ingersle, K., & Stage C. (2015). Participation as assemblage. In *Conjunctions: Transdisciplinary Journal of Cultural Participation Conjunctions* (Vol. 2, 2). <https://doi.org/10.7146/tjcp.v2i2.22923>
- Lechner, E. (2012). Oficinas de Trabalho Biográfico: pesquisa, pedagogia e ecologia de saberes. In *Educ. Real.*, Porto Alegre (Vol. 37, 1, 71-85). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/21807>
- Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge University Press.
- Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. In *Representations* (No. 26, 7-24). <https://doi.org/10.2307/2928520>.
- Ribeiro, A. S. (2015). Memória. In Rossa, W., Ribeiro, M.C. (orgs.) *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar* (81-94). Imprensa da Universidade. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1041-2>
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. L'Ordre Philosophique. Seuil.
- Ricoeur, P. (1983-1985). *Temps et récit* (Vols. 1-3). Seuil.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge.
- Tuan, Y.-F. (1977). *Space and place: The perspective of experience*. University of Minnesota Press.
- Urry, J. (2002). *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies* (2nd Edition). Sage Publications.
- Waterton, E., & Watson, S. (2011). *Heritage and community development: collaboration or contestation?* (1st Edition). Routledge.

Convento de Nossa Senhora do Paraíso: reconstituição gráfica de um desaparecido património arquitetónico em Évora

Convent of Our Lady of Paradise: graphic reconstitution of a disappeared architectural heritage in Évora

Tiago Sobral

Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
Centro de Estudos de Arquitetura - do Território ao Design

Rui Lobo

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais;
Departamento de Arquitetura

Catarina Almeida Marado

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Introdução

Este artigo traz à luz o Convento de Nossa Senhora do Paraíso, peça importante do património arquitetónico desaparecido da cidade de Évora¹. O cenóbio foi fundado originalmente como um recolhimento no ano de 1400. Em 1499, com o aumento do número de recolhidas, passou a professar a Terceira Ordem de S. Domingos. Em 1517, adotou a Primeira *Regra* de São Domingos, transformando-se num convento propriamente dito. Após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o convento foi extinto por morte da última religiosa, em 1897, e demolido, em 1900.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de reconstituição gráfica de um património monástico-conventual feminino totalmente desaparecido, tendo como base metodológica a recolha de registos iconográficos, fotográficos e

1 Este artigo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. no âmbito da tese A Construção de uma Cidade Monástico-Conventual Feminina em Évora (sécs. XVI-XVIII): Género, Disciplina e Poder (Ref. 2022.14029.BD) com o identificador <https://doi.org/10.54499/2022.14029.BD>

documentais. Foram produzidas plantas e um alçado, o que não apenas auxilia na visualização do espaço construído, como também contribui para uma compreensão mais aprofundada da vida quotidiana das religiosas.

Dessa forma, o resgate histórico-arquitetónico do Convento de Nossa Senhora do Paraíso pretende dar um novo contributo para a história local, para um melhor entendimento do impacto urbano dos antigos conventos femininos de Évora - com as suas cercas, muros altos e mirantes -, sublinhando o papel das comunidades religiosas femininas, pela sua ação e pelo seu exemplo, no quotidiano da cidade no Antigo Regime.

1. Évora e os seus conventos femininos

Évora teve um papel notável na consolidação da Reconquista Cristã, demonstrando uma participação ativa através da reestruturação dos espaços urbanos e rurais, sob a influência preeminente da Igreja, das Ordens Religiosas e das Ordens Militares, designadamente da Ordem de Avis, cuja intervenção reforçou a consolidação do catolicismo na cidade (Beirante, 1995, p. 30).

A escolha de Évora como local privilegiado para a fundação de diversos estabelecimentos monástico-conventuais desde a época medieval deve-se, em parte, ao facto de ter sido uma cidade reconquistada em 1165, após um longo período de ocupação islâmica. A sua localização conferia-lhe uma posição estratégica de charneira entre os territórios a sul, onde a islamização foi mais profunda e duradoura, e os territórios a norte, onde essa influência foi menos marcada (Monteiro *et al.*, 2016, p. 260).

Entre os séculos XII e XIII, a crescente importância de Évora, aliada aos seus atrativos inerentes, originaram fluxos migratórios em direção à cidade. Este fenómeno conduziu a um acelerado processo de urbanização, culminando na progressiva ocupação da malha urbana no interior da área delimitada pela Cerca Velha².

O século XIII marcou o início da fundação das primeiras casas religiosas em Évora, as quais foram sendo construídas na parte extramuros da cidade por diversas razões, seja devido à restrição de espaço disponível pela Cerca Velha (Simplício, 1997, p. 55), seja em função dos critérios de localização específicos de cada Ordem Religiosa (Marado, 2018, p. 24).

Assim, as primeiras casas religiosas fundadas em Évora foram o Convento de São Francisco, de frades franciscanos, o Mosteiro de São Bento de Cástris, de monjas cistercienses - sendo esta última a primeira casa religiosa feminina na região e a única feminina extramuros (Caeiro, 2005, p. 51) -, e o Convento de São Domingos, de frades dominicanos.

No século XIV, a cidade assistiu à conclusão da Cerca Nova³, que culminou na criação de um recinto murado com cerca de 90,3 hectares, ostentando trinta e cinco torres, das quais vinte subsistem até aos dias de hoje (Abel, 2008, p. 51). No ano de 1380 foi fundado o Convento de Santa Mónica e na viragem do século, em

2 Primeira muralha da cidade de Évora (séc. II - III d.C.).

3 Com a expansão da cidade para a parte extramuros, foi construída uma nova muralha.

1400, foram fundadas duas casas religiosas de dominicanas no espaço intramuros: o Convento de Nossa Senhora do Paraíso e o Convento de Santa Catarina de Sena (Fig. 1).

No decorrer do século XV, surgiu, em 1457, o Convento do Espinheiro, de frades jerónimos, e um ano depois foi instituído o Convento de Santa Clara de clarissas (1458), sendo o primeiro cenóbio de clarissas em Évora. Mais tarde, em 1485, foi fundado o Convento dos Lóios, de clérigos seculares.

Durante o século XVI, Évora testemunhou um expressivo florescimento económico e cultural, marcado pela instalação de grandes casas religiosas, iniciado pelo Convento de Nossa Senhora da Graça de agostinhos (1512), prosseguindo com o primitivo Convento de Nossa Senhora do Carmo, de frades carmelitas (1531), e com o Convento de Bom Jesus de Valverde, de capuchos da Província da Piedade (1544). Já no último quartel do século, instalam-se mais cinco: o Convento de Santa Helena do Monte Calvário, de clarissas (1574); o Convento de Santo António da Piedade, de frades capuchos (1576); o Mosteiro da Cartuxa, de frades cartuxos (1587); o Convento do Salvador do Mundo, de clarissas (1590); e o Convento de Nossa Senhora dos Remédios, de frades carmelitas descalços (1594).

No âmbito da Guerra da Restauração, Dom João José de Áustria conseguiu conquistar a cidade de Évora para Espanha em 1663, provocando danos significativos em diversas edificações, desde estruturas civis, como o aqueduto, às casas religiosas, como o antigo Convento do Carmo, que sofreu uma “destruição total” (Bilou, 2018, p. 154), ou o Convento de Santa Helena do Monte Calvário, que “arruinou-se parcialmente” (Espanca, 1966, p. 241). A Cerca Nova foi também alvo de ataques, o que exigiu o reforço das defesas urbanas mediante a construção, a noroeste, dos baluartes do notável forte de Santo António (Lima, 1996, pp. 66-67). Foi durante o século XVII que Évora assistiu à fundação dos seus três últimos conventos: o Convento de Nossa Senhora das Mercês, de agostinhos descalços (1669); o Convento de São José, de carmelitas descalças (1671); e o novo Convento de Nossa Senhora do Carmo, de frades carmelitas (1691).

Em 1808, no decurso da Guerra Peninsular e após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, as tropas napoleónicas empreenderam saques em Portugal (Vaz, 2008). Évora foi uma das localidades visadas, tendo sido saqueada em julho de 1808 por cerca de 9 000 efetivos de infantaria e cavalaria (Vaz, 2008, p. 15). Inicialmente, os invasores dedicaram-se ao saque de montes e quintas. Assim que cedeu a resistência da população eborense, avançaram para a cidade e os seus arredores, com particular interesse nos conventos e igrejas. Não houve um único convento que escapasse ao furto de numerário, objetos de ouro e prata, sacrários, relicários e joias valiosas. Convém lembrar que os conventos eram então reputados pela sua riqueza, especialmente em numerário, pois funcionavam como instituições bancárias, recebendo depósitos, concedendo empréstimos a particulares e auferindo, através dos juros, um provento significativo (Vaz, 2008, p. 15).

O século XIX viria a marcar uma profunda transformação na presença das casas religiosas nas cidades portuguesas e Évora não foi exceção. Com efeito, após o 30 de maio de 1834, no âmbito das medidas implementadas pelo governo liberal, as casas religiosas masculinas, no total de onze, foram imediatamente extintas, enquanto as femininas mantiveram-se em atividade até ao falecimento da última religiosa. Repetia-se, assim, nas cidades lusas, um padrão que já se verificava em grande

parte da Europa da época. O processo de encerramento dos conventos femininos levaria o seu tempo. O Convento de Santa Mónica foi o primeiro a ser extinto, em 1881; seguido do de Santa Catarina, em 1882; dos do Salvador e Convento Novo, em 1886; do do Calvário em 1889; do de São Bento de Cástris em 1890; do do Paraíso em 1897; e do de Santa Clara, em 1903 (Caeiro, 2005, p.81).

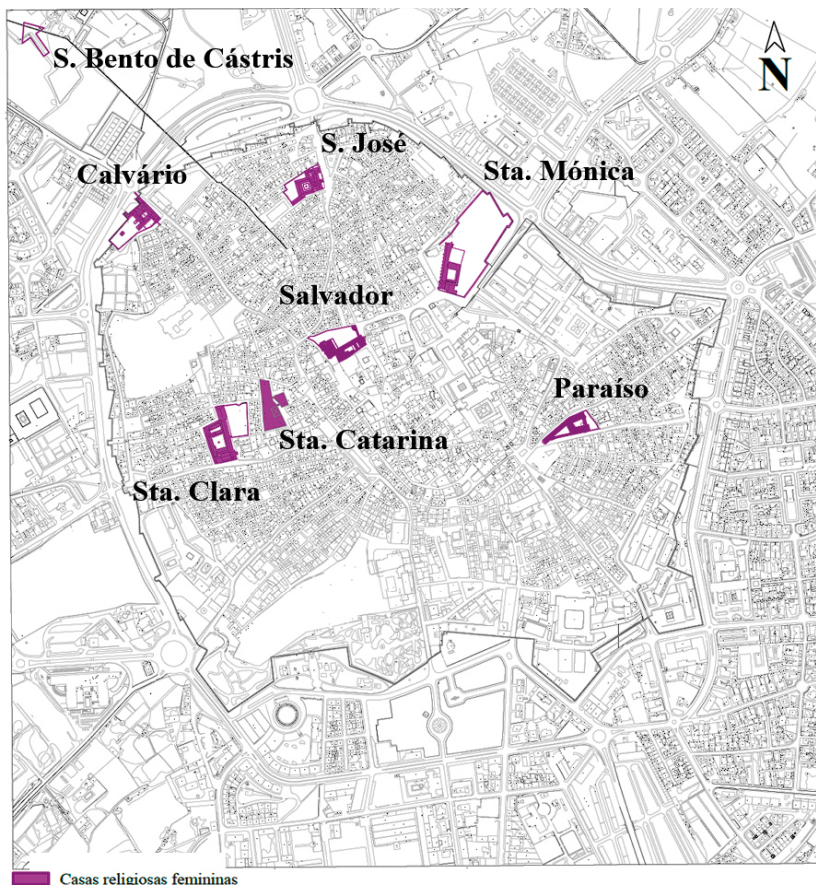


Figura 1 - Localização das casas religiosas femininas de Évora. Fonte: Elaboração própria (março de 2025).

Vale a pena destacar que, antes de se tornarem edificações monumentais, alguns destes cenóbios, como o Mosteiro de São Bento de Cástris, o Convento de Santa Mónica, o Convento de Santa Catarina, o Convento do Salvador do Mundo, assim como o Convento de Nossa Senhora do Paraíso, foram fundados originalmente como recolhimentos. Esta prática de fundação de recolhimentos começou a florescer em Portugal durante a Idade Média. A reclusão era uma escolha consciente dos leigos e a adesão a esta prática tornou-se cada vez mais frequente - sobretudo por parte das mulheres -, buscando uma alternativa que lhes permitisse expressar um radicalismo e uma autonomia religiosa maiores, sendo esta prática conduzida sob a vigilância das respetivas autoridades (Fontes, 2015).

Segundo Fontes (2015, p. 15), este fenómeno de reclusão, que parece também manifestar-se noutros centros urbanos de Portugal, ocorre em simultâneo com o surgimento de outras formas não regulares de vivência religiosa feminina, de carácter

sobretudo comunitário, marcadas por um estilo de vida pobre e austero, pautado por uma rigorosa fraternidade, na qual a castidade se associava à penitência e ao trabalho manual, sem deixar de lado a prática de caridade para com os doentes e órfãos. A pobreza, escolhida e vivida de forma voluntária, tornou-se a designação mais comum para este tipo de experiências, a ponto de o termo “pobre” ser considerado suficiente para distinguir estas recolhidas e a especificidade da sua opção religiosa.

De acordo com Rijo (2015, p. 4), na origem dos recolhimentos estão iniciativas institucionais, coletivas e de particulares que deixaram legados de bens imbuídos de solidariedade, através de fundos monetários e patrimoniais, antecipando assim uma área importante de assistência aos mais carenciados, sob a tutela de entidades associadas ao Estado, à Igreja e, a Irmandades e Confrarias. As edificações, limitadas aos exemplares que sobreviveram até aos dias de hoje, mesmo que tenham sofrido a alteração do seu uso ou sido alvo de destruição, apresentavam no geral uma organização arquitetónica análoga à dos conventos. Tratava-se de espaços fechados, que podiam incorporar a totalidade ou somente parte dos elementos típicos dos ambientes monástico-conventuais, designadamente o claustro, a cerca, a grelha, o coro, o refeitório, o confessionário, o dormitório e até o cárcere. Sendo que muitos deles, nomeadamente no caso de Évora, foram institucionalizados, integrando formalmente uma Ordem Religiosa, como antes referimos.

2. O Convento de Nossa Senhora do Paraíso: da construção à demolição

A fundação desta casa religiosa data do ano de 1400, quando três irmãs da família dos Galvões - “Brites Galvoa, Inês Galvoa, da terceira se não sabe o nome” (Franco, 1945, p. 322) - decidiram isolar-se na sua própria casa “sem admitir nella nenhuma visita de homens, ainda que conhecidos, ou parentes (...)” (Fonseca, 1728, p. 391).

Deste grupo inicial, destaca-se a figura de Brites Galvoa, uma donzela de nobre e antiga linhagem, que, ficando órfã, determinou, acompanhada pelas suas duas irmãs, adotar um estilo de vida austero e religioso. Munidas de uma pequena casa oriunda da sua herança - que pretendiam transformar tanto na sua morada em vida como no local de sepultura - decidiram viver juntas, recusando o matrimónio e os atrativos mundanos. Este modo de vida inspirou outras donzelas e mulheres livres de obrigações, a ponto de o recolhimento, ao longo dos anos, ser popularmente conhecido como a “casa das pobres Galvoas” (Coutinho, 1623, p. 64).

O Recolhimento era governado pelo “P. Baptista da Congregação dos Padres Lóios, sendo nêle como Regente e mãe [abadesa] Brites Galvoa.” (Franco, 1945, p. 322). Brites faleceu a 8 de outubro de 1471 e no seu testamento apontou Mécia Martins como a sua sucessora, além de estabelecer a obrigatoriedade de que as futuras sucessoras fossem sempre escolhidas entre aquelas que seguissem o mesmo modo de vida (Coutinho, 1623).

Alguns anos após o governo de Mécia Martins, surgiu no Recolhimento uma figura de elevada distinção - Joana Correia - que, dotada de notório entendimento e total vocação, passou a questionar a ausência de uma *regra*, de uma obrigação, sendo que a vida no Recolhimento lhe parecia “negocio pouco fundado” (Coutinho, 1623, p. 65). As recolhidas, percebendo que Joana Correia, por quem tinham muito apreço, estava inclinada a deixá-las para se mudar para o Convento de Nossa Senhora da

Conceição de Beja, persuadiram-na a ficar e permitiram-lhe que escolhesse a ordem religiosa que regulasse o Recolhimento (Coutinho, 1623).

Deste modo, em 1499 as recolhidas professaram a Terceira Ordem de São Domingos. Na eleição para a nova abadessa, mesmo tendo todas votado em Joana Correia, esta acabou a convencer as religiosas a manter o cargo para Mécia Martins (Fonseca, 1728), já que escolher a própria Joana Correia poderia causar algum descontentamento (Coutinho, 1623). Em contrapartida, para demonstrar apreço pelo seu governo e pela casa, Joana Correia trouxe rapidamente três raparigas (suas sobrinhas) para o convento, com o intuito de torná-las discípulas e educá-las sob a sua tutela (Coutinho, 1623). Assim, Mécia Martins foi abadessa até ao seu falecimento em 1508, (Fonseca, 1728),

deixando pedido às súbditas, que recebessem em seu lugar por Prelada a Joanna Correa (...). Assim foi logo de comum consentimento eleita, e ficarão desde então por escrito os nomes de dezassete Religiosas, que a elegerão, quasi todas nobres (...). E eram estas: Dona Guiomar de Sousa, Dona Maria de Sousa, Catharina Mendes d'Aguiar, Mór d'Aguiar, Margarida da Grãa, Maria Rodrigues da Grãa, Maria Tates, Inez Fernandes Tates, Domingas Lameira, Filippa Pereira, Maria Pereira, Isabel da Costa, Violante Loba, Isabel Correa, Catharina Casca, Joanna d'Oliveira e Genevra de Privizim (Coutinho, 1623, pp. 67-68).

A Priora Joana Correia, percebendo que as religiosas estavam mal acomodadas no recolhimento por este ser muito pequeno, solicitou ao Armador-mor e Camareiro do Rei Dom Manuel I, Dom Álvaro da Costa⁴, que ampliasse o edifício. Deste modo, Dom Álvaro da Costa passou, então, a ser o fundador do cenóbio. Assim foram compradas “as Cazas de Andre de França Moniz⁵, a que pertencia a torrinhã redonda, e pyramidal, e que ainda existe⁶ (...)” (Fonseca, 1728, p. 392).

Segundo Coutinho (1623), “foi desenhada igreja, e sacristia, dormitório, e claustros, e casa para noviças. E apontão as memorias antigas, que entre as primeiras officinas deputou casa para teares, sinal que não se [pretendia] viver ociosamente nas horas que restassem do Coro” (Coutinho, 1623, p. 68).

Em julho de 1517, quando o Convento do Paraíso já se encontrava de bom tamanho,

cuidou a Priora Joanna Correa em estreitar as Religiosas, reduzindo-as da Terceira Ordem à Primeira Regra de S. Domingos⁷, e favoreceu El Rey a cauza em Portugal, e em Roma; aos 17 de Julho de 1517 fizerão todas as suas Profissões, e se obrigarão à perpetua Clauzura, que ainda antes do Tridentino, esta sagrada regra professava (Fonseca, 1728, p. 392).

De acordo com Coutinho (1623), Dom Álvaro da Costa, logo após as religiosas fazerem as profissões, foi assistir a uma missa no Convento. Ao parabenizar a Priora Joana Correia na grade,

4 Segundo Coutinho (1623, p. 68), “foi o conselheiro das obras de pedra, e cal” do convento.

5 Cavaleiro da Casa Real (Bilou, 2020).

6 Esta torre cilíndrica foi demolida juntamente com todo o conjunto edificado do convento em 1900.

7 A primeira regra era “maior em perfeição, e mais rigorosa de S. Domingos” (Coutinho, 1623, p. 68).

não quis a Priora perder a boa ocasião: pediu a el-Rei, que em quanto tardavam de Roma as licenças, mandasse ao Provincial, fizesse logo vir alguns Religiosos Observantes, para que fossem instruindo, e governando a casa no rigor de suas constituições. Ao que el-Rei respondeu com a mesma benignidade, que onde estava sua prudencia, e zelo de Joanna Correa, não havia necessidade de reformação de fóra, nem outro governo. E por tanto sua vontade era, e assim o mandava, que ella fosse a Mestra, e a Governadora (Coutinho, 1623, p. 70).

No ano de 1532, há evidência da construção da igreja - "Igreja meya feita"⁸ - sendo que D. Álvaro da Costa promoveu a edificação de sepulturas na Igreja do Paraíso, esculpidas por Nicolau Chanterene⁹: uma delas, situada junto ao Evangelho, destinada ao seu filho recém-falecido (Dom Manoel da Costa)¹⁰, enquanto outra, no lado da Epístola, para si próprio¹¹ (Coutinho, 1623).

Ainda sobre a igreja, a obra do "arco da capela mor e casa"¹² é concluída em 1538 por iniciativa de "frey Joham Flamengo"¹³ - supervisor e escrivão das obras, e paga por D. Álvaro da Costa (Bilou, 2020). No mesmo ano foi também realizado "o portal da Igreja (...) de pedra"¹⁴. A obra de pedraria do Convento ficou encarregue do pedreiro Cristóvão Gonçalves que, de acordo com Bilou (2020), pode ser um dos mestres que trabalhou com Nicolau Chanterene.

Entre 1581 e 1584, novas obras foram promovidas no convento, nomeadamente a construção da



Figura 2 - Vista poente do Convento de Nossa Senhora do Paraíso evidenciando a cabeceira da igreja do convento e a torre-mirante (antes da demolição). Fonte: José António Barbosa (1900) - Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora [AFCME], CME0287.

8 Biblioteca Pública de Évora [BPE]. *Convento de Nossa Senhora do Paraíso*. Livro 1, fl. 114.

9 Ilustre escultor francês renascentista que fez grandes trabalhos em Portugal durante a primeira metade do século XVI.

10 "Camareiro do Cardeal Infante Dom Affonso (...). Faleceu em Junho de 1532." (Coutinho, 1623, p. 72).

11 Esta sepultura está localizada no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora.

12 BPE. *Convento de Nossa Senhora do Paraíso*. Livro 1, fl. 114.

13 BPE. *Convento de Nossa Senhora do Paraíso*. Livro 1, fl. 114.

14 BPE. *Convento de Nossa Senhora do Paraíso*. Livro 1, fl. 114.

“caza da prelada”¹⁵, a ampliação do “dormitório das Religiosas”¹⁶ e a edificação de um novo “dormitório para as mulheres de serviço”¹⁷, num esforço por adaptar as infraestruturas às crescentes necessidades da comunidade.



Figura 3 - Vista sul do Convento de Nossa Senhora do Paraíso pela rua de Mendo Estevens (antes da demolição).
Fonte: José António Barbosa (1900) - Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora [AFCME], CME0273.

A extinção das Ordens Religiosas (1834) dá início ao declínio do cenóbio em 1858, com o decreto de 19 de março do mesmo ano, determinando que o Convento do Paraíso - “(...) não poderá de modo algum fazer profissão de novas religiosas”¹⁸ - prenunciando a perda de vitalidade desta casa religiosa.

Através da evidência da perda do número de religiosas a partir de 1867 (Tabela 1), com o falecimento de uma religiosa com o ofício de “zelladora”¹⁹ entre 1860 e 1867, a comunidade foi diminuindo gradualmente, não havendo mais nenhuma profissão até

15 BPE. Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Livro 1, fl. 42.

16 BPE. Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Livro 1, fl. 114.

17 BPE. Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Livro 1, fl. 114.

18 Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]. *Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso*. Maço 1, fl. 45. Código de referência: PT/TT/MNSPE/M001.

19 ANTT. *Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso*. Maço 1, fl. 156.

o convento ser definitivamente extinto com o falecimento da última religiosa - Maria Isabel do Coração de Jesus -, a 18 de novembro de 1897²⁰.

Tabela 1 - Número de religiosas do Convento do Paraíso. Fonte: Elaboração própria (fevereiro de 2025).

Número de religiosas do Convento do Paraíso		
Número de religiosas		Fonte
1508	18 religiosas professas	Coutinho, M. (1623). História de S. Domingos. Particular do Reino e Conquistas de Portugal (4ª ed. 1977). Vol. 2. Lello & Irmão: esboço iniciado por Frei Luis de Cacegas e completado por Manuel de Sousa Coutinho, sendo publicado em 1623.
1798	13 religiosas professas	ANTT, Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, PT/TT/MNSPE/M001 fl. 01.
1860	15 religiosas professas	ANTT, Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, PT/TT/MNSPE/M001, Maço 1, fl. 154.
1867	14 religiosas professas	ANTT, Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, PT/TT/MNSPE/M001, Maço 1, fl. 156.
1869	12 religiosas professas	ANTT, Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, PT/TT/MNSPE/M001, Maço 1, fl. 151.
1877	11 religiosas professas	ANTT, Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, PT/TT/MNSPE/M001, Maço 1, fl. 150.

O processo de demolição²¹ do convento, conforme documentado por Medeiros (1952), teve lugar entre 1899 e 1900:

deixando em seu lugar um vergonhoso terreiro, que até há uma dúzia de anos ironicamente contrastava com a designação tradicional de Largo do *Paraíso*. Felizmente hoje o largo do Paraíso é já um aprazível local ajardinado, cuja configuração levou o vulgo a denominá-lo “Jardim do Bacalhau”, onde os eborenses vão refrigerar-se após os calmosos dias estivais e rememorar as glórias de antanho de um convento, memorável pela religião, pela arte e pela doçaria (Medeiros, 1952, p. 299).

Em 7 de maio de 1908, a Câmara Municipal de Évora solicitou ao Rei Manuel II que fosse cedido o terreno total do extinto convento para que fosse implantado um jardim:

Esta cidade (...) conserva na sua maior parte a planta primitiva restringida a ruas estreitas e sinuosas e a [há] poucos largos; e portanto todo o desafogo que se lhe proporcione é sem dúvida um passo acertado para se lhe melhorarem as condições de salubridade de que tanto se carece (...). Animada pois n’esta esperança e convicção, a Camara (...) deliberou (...) ordebar que pelo Ministerio da Fazenda seja cedido a

20 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*. Código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00037.

21 O Inventário de Extinção do Convento do Paraíso possui diversas lacunas que dificultam a compreensão da justificativa da sua demolição, além de alguns usos que o terreno teve após este fim. Contudo, apresentamos o que conseguimos descobrir em fontes manuscritas e em referências bibliográficas.

este município o referido terreno, para que possa ser convenientemente arborizado e aformoseado”²².

Segundo o decreto de 18 de novembro de 1929, nº 17.662²³, no dia 1 de abril de 1910 foi aberto um despacho ministerial que concederia ao município de Évora a adaptação do terreno a jardim público, porém este foi anulado no dia seguinte.

Em julho de 1916, a Câmara Municipal de Évora, com a permissão do Ministério da Fazenda, cedeu o terreno para a *Associação do Dinheiro dos Pobres* com o intuito de nele ser construído um edifício destinado “a uma Cozinha Económica”²⁴.

Em 1929, a *Cozinha Económica* já estava em funcionamento no terreno, oferecendo “valiosos serviços de assistência”²⁵. Desconhece-se, no entanto, a data de encerramento da dita *Cozinha Económica*, assim como a da implantação do atual jardim.

2. Reconstituição gráfica do conjunto edificado

2.1. Abordagem metodológica

A abordagem metodológica baseou-se na recolha de registos iconográficos, fotográficos e documentais para subsidiar a reconstituição gráfica do Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Foram recolhidas fotografias originais do final do século XIX no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora [CME] e plantas arquitetónicas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Foi realizado um novo levantamento fotográfico dos elementos escultóricos que foram levados para o Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo (durante a demolição do convento), com o intuito de melhor perceber as medidas para a reconstituição gráfica. Procedeu-se ainda à recolha de fontes manuscritas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Pública de Évora e no Arquivo Distrital de Évora para subsidiar o contexto histórico do objeto de estudo e para servir de apoio à interpretação das plantas arquitetónicas e das fotografias recolhidas.

A partir da conjugação desta diversidade de fontes foi possível reconstituir parcialmente o desenho arquitetónico deste cenóbio, com o fim de compreender não só a configuração dos seus espaços conventuais, como também a forma como estes eram utilizados pelas religiosas que os habitavam.

Vale sublinhar que há uma escassez de registos iconográficos do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, criando limitações à realização de uma reconstituição total do convento. Assim, o estudo realizado centrou-se fundamentalmente na interpretação da implantação urbana (Fig. 7); da volumetria do conjunto (Fig. 8) e das plantas do rés-do-chão ao segundo andar, onde se localizam os principais espaços da clausura

22 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*. Fl. 46. Código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00037.

23 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, fl. 42.

24 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, fl. 80.

25 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*.

(Fig. 6). Por último, importa ainda referir que foi necessário consultar o inventário²⁶ da extinção do convento para compreender quais os espaços que subsistiam em cada piso do convento e de que forma se sequenciavam.

2.2. Documentação recolhida

No que toca aos registos iconográficos, foram recolhidas no Arquivo Fotográfico de Évora três fotografias que foram capturadas durante a demolição do convento, assim como uma na obra *História de Portugal, Popular e Ilustrada* (1899-1905) de Manuel Pinheiro Chagas - todas a evidenciar o exterior da casa religiosa. A propósito dos registos iconográficos, foram também recolhidas duas plantas de implantação do convento, após a demolição, em 1902, evidenciando apenas “o perímetro do convento do Paraíso”²⁷ (considerando que no sítio o propósito inicial era ser alocado um jardim), sendo unicamente apontada a Igreja do Paraíso, com duas entradas, e a entrada da Portaria do Convento.

No que se refere aos registos escritos, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Pública de Évora e no Arquivo Distrital de Évora foram recolhidas diversas fontes que comprovam que existiam dois coros (alto e baixo), “no segundo pavimento [um] dormitório com quarenta e seis camas”²⁸ e no “terceiro pavimento [um] dormitório com quatorze repartimentos muitos para camas (...)”²⁹ e a “diminuta igreja do paraizo, (...) com o seu tumulto em edículo de D. Alvaro da Costa” (Ortigão, 1896, p. 79), dando a perceber a dimensão dos espaços monástico-conventuais e para quantas religiosas eram destinados.

No que se refere aos registos fotográficos, foi realizado um levantamento fotográfico de todos os elementos escultóricos oriundos do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, os quais foram transferidos para o Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, para a Sala do Renascimento.

O primeiro é o túmulo do fundador do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, D. Álvaro da Costa, esculpido em mármore por Nicolau de Chanterene, que se situava originalmente na Igreja do Paraíso no “lado da Epístola” (Espanca, 1973, p. 18). Importa referir que este túmulo, de 1535, tinha originalmente “no espelho facial, um curioso painel de azulejos policromos, seiscentistas, representando N. S. do Paraíso venerada por S. Domingos de Gusmão e Santa Catarina de Sena” (Espanca, 1973, p. 49), o qual ficava situado na parede ao fundo do túmulo, tendo sido deixado no convento e destruído. Segundo Bilou (2020), esta escultura é “sem dúvida trabalho de desenho passado à pedra, onde se reconhece a maestria de Chanterene já como escultor-arquiteto” (p. 88).

26 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*. Código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00037.

27 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*.

28 Arquivo Distrital de Évora [ADE]. (1845). *Relação das alfaias e outras preciosidades que existiam no Convento*. Cx. 10, doc. 00087, fl. 1.

29 ADE. *Relação das alfaias e outras preciosidades que existiam no Convento*. Cx. 10, doc. 00087, fl. 1.



Figura 4 - Túmulo de D. Álvaro da Costa durante a demolição do Convento (atualmente presente no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo). Fonte: Autor desconhecido - Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora [AFCME], GPE0285.



Figura 5 - Três pilares do refeitório do Convento de Nossa Senhora do Paraíso presentes no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo. Fonte: Elaboração própria (outubro de 2024)

Outro dos elementos escultóricos é o conjunto dos três pilares do antigo refeitório do convento (Fig. 5), datados de 1533, e também esculpidos em mármore de Estremoz por Nicolau de Chantereine. É importante mencionar Moreira (2023, p. 196), que vê nestes pilares uma citação do tema vitruviano das cariátides:

Para sustentar o tecto em caixotões de carvalho, mestre Nicolau imaginou altas pilastras imitando toros de madeira (...) finalmente estriadas e atadas por uma fita como feixes de caules, em que, uma vez mais, foi buscar ao Vitruvío lombardo de 1521 a concretização da sua ideia. Com efeito, a estampa do fólio VI e a divagação de Cesariano sobre as Cariátidas como *columnae corynthie vetustissime* [colunas coríntias mais antigas], com adornos femininos e expressão de *lignee columnae* [colunas em madeira] enriquecida com capitéis coríntios de fantasia, levam-no adoptar a estranha 'coluna dórica matronal' supostamente inventada no Templo de Diana em Éfeso (...) como a mais apropriada a um convento de monjas. Tratava-se, aliás, de uma ideia então no ar (...), sem dúvida oriunda da leitura do conto vitruviano (II,1) da origem da arquitetura na *Áurea Aetas* [Era de ouro] das construções com troncos de madeira (...).

Segundo Bilou (2020), é possível que o número de pilares remeta aos três votos das religiosas: obediência, castidade e pobreza. Esta interpretação corrobora-se pela presença de três pilares igualmente situados na sala do Capítulo. Possivelmente, estes três últimos foram demolidos juntamente com o restante recheio do convento.

A terceira escultura, em mármore, é a tampa de sepultura da Abadessa Joana Correia, datada de 1532. Esta peça não foi esculpida por Chanterene, e não está indicada a sua localização no convento. Contudo, na maioria das casas religiosas femininas, as sepulturas das religiosas localizavam-se nas galerias do piso térreo do claustro, sendo possível que o mesmo ocorresse neste caso.

As restantes esculturas de Chanterene englobam dois capitéis, de que não se sabe a sua localização exata no convento. Segundo a informação disponibilizada pelo Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, foram também esculpidos em mármore e são ambos datados de 1551. Ambos apresentam cariátides antropozoomórficas³⁰, sendo que um dos capitéis, no topo, é apresentado o busto de um *putti*; e, no outro, o busto de um macaco alado.

2.3. Interpretação dos espaços conventuais

A partir do cruzamento de toda a documentação recolhida anteriormente mencionada, foi efetuada a reconstituição gráfica do edifício do Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Recorrendo ao *software* AutoCad em 2D, realizaram-se plantas de seis níveis diferentes do conjunto edificado (das quais apresentamos quatro, incluindo a das coberturas), identificando cada um dos espaços de clausura, bem como três alçados (dos quais apresentamos o que dá para a Rua Mendo Estevens). A reconstituição foi realizada a partir das hipóteses de diferentes níveis de certeza (Fig. 6): 1) reconstituição de situações documentadas (a preto) a partir de fotografias antigas; 2) reconstituição provável (a azul escuro) a partir de desenhos ou descrições; 3) reconstituição conjectural (a azul claro) efetuada a partir do conhecimento geral da tipologia conventual feminina, por exemplo, o vão que é usual existir entre a cozinha e o refeitório, onde eram passados os pratos de um espaço para o outro.

30 Termo utilizado para identificar criaturas mitológicas metade animal, metade homem.

A igreja, localizada no extremo poente do conjunto, possuía a entrada na fachada lateral, como a maioria das casas religiosas femininas (Gomes, 2002), e os coros alto e baixo no lado oposto ao da capela-mor, constituindo a chamada “igreja interior”, destinada apenas às religiosas. Em torno da igreja, encontravam-se as sacristias – interna e externa – sendo outro dos elementos, à semelhança do templo e do parlatório, onde era necessário criar uma separação entre o interior e o exterior da clausura.



Figura 7 - Planta de implantação do Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Fonte: Elaboração própria (março de 2025).

Sobre a igreja, situava-se a torre-mirante, com os seus quatro contrafortes que se projetavam para a rua de Mendo Estevens, de modo a englobar o pórtico da entrada no templo. As torres-mirantes constituem os únicos elementos arquitetónicos que se elevam sobre a horizontalidade da edificação, permitindo que a comunidade religiosa pudesse ver sem ser vista (Nunes, 2011).



Figura 8 - Vista sul do Convento de Nossa Senhora do Paraíso. Fonte: Elaboração própria (março de 2025).

A nascente da igreja, localizavam-se as dependências conventuais desenvolvidas em torno de um claustro de forma irregular (Fig. 9), “(...) pitoresco e assimétrico, de dois andares (...)” (Espanca, 1973, p. 18), e de um pátio interior. Adjacente ao coro baixo, no rés-do-chão, com acesso através do claustro, supõe-se que se situava a Sala do Capítulo (espaço onde as religiosas faziam as suas reuniões e elegiam a sua abadessa), pois conforme o Inventário de Extinção do Convento³¹, esta sala situava-se no rés-do-chão.



Figura 9 - Vista do alçado sul do Convento de Nossa Senhora do Paraíso com o claustro ao centro (durante a demolição). Fonte: Autor desconhecido – Facebook ([Consult. 17/06/25].

Disponível na <https://www.facebook.com/groups/885144454845385>.

No lado oposto do claustro, encontrava-se a cozinha, com ligação ao refeitório. Ainda no rés-do-chão, em torno do pátio, situavam-se a despensa, a lavandaria, a enfermaria e a Capela de Nossa Senhora do Rosário (Fig. 6).

No que se refere ao dormitório principal, há duas fontes manuscritas que lhe fazem referência: 1) o Inventário de Extinção do Convento³², informando que o dormitório se situava no primeiro andar; 2) o inventário de 1845, referindo um “(...) dormitório com quarenta e seis camas (...)”³³. Deste modo, supõe-se que para ter

31 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*. Código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00037.

32 ANTT. *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*. Código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00037.

33 ADE. (1845). *Relação das alfaias e outras preciosidades que existiam no Convento*. Cx. 10, doc. 00087, fl. 1.

uma dimensão que acomodasse quarenta e seis religiosas, o espaço mais adequado seria a ala norte do conjunto edificado (Fig. 6).

Neste mesmo piso havia, conforme o Inventário de 1845, “dois noviciados” e a “casa das preladas”, além de uma “casa para teares” (Coutinho, 1823, p. 68). Supõe-se que os noviciados se localizassem de frente para o claustro, a norte. Supõe-se, por outro lado, que a casa das preladas estivesse localizada no alçado nascente. Conforme a fotografia recolhida (Fig. 3), é possível observar uma pequena varanda no primeiro andar, característica habitual nas casas das preladas.-

Na “cave” do Convento, com saída para a rua Mendo Estevens (Fig. 3), situava-se a portaria e o parlatório, este último dividido em externo, onde os leigos podiam aceder, e interno, destinado somente às religiosas. Por último, a horta conventual, de reduzida dimensão, em virtude da falta de espaço disponível para o efeito, localizava-se na extremidade nascente do conjunto edificado, rodeada por muros altos. De acordo com Nunes (2011), os muros das casas religiosas funcionam como uma enorme barreira de proteção, onde finaliza um mundo secular (leigo), impedindo a entrada de ladrões e evitando que as religiosas possam ser vistas por quem passa na rua.

Considerações finais

A reconstituição gráfica do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, fundamentada em registos iconográficos, fotográficos e documentais, permitiu recuperar, ainda que parcialmente, a configuração arquitetónica desta casa religiosa, tanto no que se refere à volumetria do seu conjunto edificado, como no que respeita à organização interna dos seus espaços, que de outra forma se perderia no tempo. O estudo não só ressalta os desafios inerentes à interpretação de vestígios fragmentados, mas também propõe uma estratégia metodológica capaz de iluminar a complexa relação entre o espaço físico e as práticas da vida conventual das religiosas, constituindo-se como uma base de trabalho para futuras reconstituições digitais, em formato 3D³⁴, ferramenta fundamental para a comunicação dos seus valores culturais, enquanto património desaparecido (Lobo *et al.*, 2019).

Por outro lado, este trabalho reafirma a importância de repensar e valorizar o património monástico-conventual de Évora, enfatizando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que una as áreas científicas da História, da Arquitetura e da Representação Gráfica e Digital. Tal perspetiva não apenas enriquece a compreensão dos processos históricos, arquitetónicos e urbanísticos que moldaram a cidade de Évora, mas também abre novas perspetivas para a preservação do património cultural, garantindo que a memória das extintas e demolidas casas religiosas e das suas múltiplas funções sociais permaneçam vivas no imaginário coletivo.

34 Um bom exemplo de reconstituição gráfica em 3D que temos como base é o Projeto SANTA CRUZ, que reconstituiu digitalmente o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (uma das principais casas religiosas portuguesas), parcialmente demolido após a extinção da Ordens Religiosas (SANTA CRUZ, 2022).

Referências

Fontes manuscritas

Biblioteca Pública de Évora [BPE]

Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora, Liv. 01.

Fonseca, F. S. J. (1728). *Evora Gloriosa*. Oficina Komarekiana: Epilogo dos quatro tomos da Evora Illustrada, que compôs o R. P. M. Manuel Fialho da Companhia de Jesus: Escrita, acrescentada, [sic] e ampliada pelo Pe. Francisco da Fonseca da mesma Companhia / Pe. Francisco da Fonseca.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, PT/TT/MNSPE/M001.

Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, PT/TT/MF-DGFP/E/002 /00037.

Arquivo Distrital de Évora [ADE]

Relação das alfaias e outras preciosidades que existiam no Convento, 1845, dc. 00087, cx. 10.

Bibliografia

Abel, A. (2008). *Os limites da cidade* (Tese de doutoramento). Universidade de Évora.

Beirante, A. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Bilou, J. (2018). *Rede monástica de Évora: um percurso arquitetónico entre a cidade e o ermo* (Dissertação de mestrado). Universidade de Évora.

Bilou, F. (2020). *Nicolau Chanterene: Um insigne escultor em Évora, 1532-1542*. Edições Colibri.

Caeiro, M. E. M. (2005). *Os conventos do Termo de Évora* (Tese de doutoramento). Universidad de Sevilla.

Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra (2022). Projeto SANTA CRUZ. Universidade de Coimbra. https://santacruz.ces.uc.pt/?page_id=11.

Chagas, M. P. (1899). *História de Portugal, Popular e Illustrada (1899-1905)*. 3.ª ed. Empresa da História de Portugal.

Coutinho, M. (1977). *História de S. Domingos. Particular do Reino e Conquistas de Portugal*. Vol. 2, 4.ª ed., obra iniciada por Frei Luis de Cacegas e completada por Manuel de Sousa Coutinho, publicada originalmente em 1623). Lello & Irmão.

Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal- Concelho de Évora*. Vol. 1. Academia Nacional de Belas-Artes.

Espanca, T. (1973). *A Cidade de Évora*. N.º 56.

Franco, Pe. A. (1945). *Évora Illustrada*. Edições Nazareth (obra original do Pe. Manoel Fialho), recopilado pelo Pe. António Franco.

Fontes, J. L. I. (2015). Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da *pobre vida* de Évora. *Lusitania Sacra*. N.º 31, 51-71. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Gomes, P. V. (2002). A fachada pseudo-frontal nas igrejas monásticas femininas portuguesas. In Fróis, V. (coord.) *Conversas à volta dos conventos*, 1.ª ed., 229-242. Casa do Sul Editora.

- Lobo, R., Couceiro, M. C. (2019). *Caminhos Futuros do Património Desaparecido. Colóquio Internacional sobre reconstituições 3D de património arquitetónico desaparecido*. Centro de Estudos Sociais.
- Lima, M. (1996). *O recinto amuralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado*. Estar Editora.
- Marado, C. A. (2018). *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Moreira, R. F. D. (2023). *A Arquitetura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*. Edições Colibri.
- Medeiros, J. (1952). O Convento e a Virgem do Paraíso. In *A Cidade de Évora*. 1.ª Série, N.º 29-31.
- Monteiro, M., Tereno, M., Pereira, M. (2016). Morfologia urbana na zona ocidental intramuros da cidade de Évora (séc. XIII-XXI): do património à malha urbana. In J. Correia, M. Bandeira (Eds.) *Os Espaços da Morfologia Urbana: 5.ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, 259-268. Universidade do Minho.
- Nunes, L. (2011). Sistemas de Mediação, Elementos Construtivos e Espaciais - O exemplo da Arquitetura das Casas Monásticas Femininas de Clausura. *e-LP Engineering and Technology Journal*, 2, 75-97. <http://hdl.handle.net/10437/2864>
- Ortigão, R. (1896). *O culto da arte em Portugal*. António Maria Pereira, Livreiro-Editor.
- Rijo, D. (2015). Recolhimentos de Lisboa: da época moderna à república (séc. XVI-XX). Projeto LX-conventos.
- Santa Cruz. (2022). *Reconstituição digital 3D do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1834*. <https://santacruz.ces.uc.pt>
- Simplicio, M. (1997). *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora*. (Tese de doutoramento). Universidade de Évora.

“P.S: Na reconstituição arquitetónica do antigo Convento de Nossa Senhora do Paraíso importa ainda reconhecer a presença da capela funerária, com amplo arco manuelino (hoje no Museu de Évora), do Chanceler-mor do reino Rui da Grã, nomeado para o cargo em 5 de julho de 1520 por D. Manuel e que faleceu pouco depois. A capela foi mandada fazer pela sua viúva Inês Correia, irmã da abadessa Joana Correia. Situava-se, ao que parece, no coro baixo das freiras, provavelmente do lado norte”.

Mulheres na implementação de sistemas conventuais femininos: novas perspetivas de análise a partir dos estudos de género no Antigo Reino de Sevilha¹

Women in the establishment of female conventual systems: new analytical perspectives through gender studies in the former Kingdom of Seville

María del Castillo García Romero

Universidade de Castilla-La Mancha, Escola de Arquitetura de Toledo

Introdução

A intervenção das mulheres nos processos conducentes à produção, circulação e consumo artístico tem constituído nas últimas décadas um tema de interesse para a historiografia de múltiplas disciplinas. Neste sentido, tem-se trabalhado numa perspetiva de género, aplicando diferentes fórmulas e metodologias de reflexão crítica sobre o papel da mulher ao longo da história, bem como a sua invisibilidade. Embora seja verdade que no campo da arquitetura existem múltiplos vazios, espaços onde a ausência das mulheres é palpável, apesar de que muitos dos edifícios em questão tenham sido patrocinados e habitados, em suma, construídos do ponto de vista intelectual, material e experiencial, por grupos deste género.

Nessa linha, pretendemos discutir a partir de novas perspetivas, os processos de edificação - no sentido de fundação, implantação - e construção - em referência à fábrica - que ocorrem no caso da arquitetura religiosa feminina. Especificamente, trataremos de um caso no Antigo Reino de Sevilha, de uma das primeiras fundações da ordem da Conceição, o Convento da Purísima Concepción de Lebrija (Sevilha) (García Romero, 2023a), tendo em conta a dinâmica ideológica que regeu o convento, do qual pretendemos oferecer um panorama da dinâmica seguida e gerada pelas mulheres que o dirigiram ao longo da Idade Moderna, bem como tendo em conta a singularidade da

1 Esta investigação foi realizada no âmbito do Grupo de Investigação HUM726: Ciudad, Imagen y Patrimonio, do Plan Andaluz de Investigación e da Universidade de Cádiz (UCA). Também faz parte do trabalho realizado, vinculado ao Instituto de Investigación en Estudios del Mundo Hispánico (In-EMHis), da UCA.

fundação e o grau de intervenção das freiras na formação de um sistema económico e ideológico específico, o qual resultou num crescente complexo arquitetónico e num aparato artístico notável neste âmbito (García Romero, 2023b). Isto permitirá valorizar o grau de intervenção das freiras na formação de um sistema económico e arquitetónico crescente e autossustentável neste período, como um sinal da capacitação deste grupo, no âmbito da aplicação desta metodologia de investigação.

1. Dos conventos femininos. Reflexões sobre a prática

A vida conventual feminina, analisada no seu conjunto, constitui uma manifestação, não só religiosa, mas cultural, que exige uma análise aprofundada, sobretudo no seu desenvolvimento no mundo ibérico ao longo da Idade Moderna (García Romero, no prelo)².

Se o fenómeno conventual é um pilar fundamental dos estudos históricos - tendo sido objeto de inúmeras investigações que exploraram as suas dimensões religiosa, social e cultural -, a sua análise numa perspetiva de género traz também à tona o papel ativo do coletivo feminino. Este é um elo fundamental nos processos de criação e transmissão cultural e, aderindo a este contexto, na formação do mundo conventual e na sua interação com o mundo do público e as suas instituições e dinâmicas (Atienza López, 2018). Tudo isto a partir de uma posição genealógica, na qual podemos analisar as relações de poder através de fontes oficiais - como a documentação notarial -, em confronto com as memórias privadas que potenciam as expressões da autoridade destas mulheres noutras esferas - através de outro tipo de recursos, como a documentação epistolar, cuja proximidade e intimidade revela outras facetas desconhecidas delas, como freiras, mas também como mulheres do seu século.

Os conventos femininos, para além de espaços de oração e retiro espiritual, foram-se consolidando ao longo dos tempos como lugares de *empoderamento* e irmandade: autênticos centros de produção, cultura e economia, assentes na solidariedade feminina (Atienza López, 2023). Embora o recinto significasse isolamento físico, ao mesmo tempo proporcionava às religiosas um ambiente propício ao desenvolvimento de diversas funções e competências administrativas, que se repercutiam noutras atividades de gestão. Esta particularidade, em relação às mulheres solteiras ou casadas, colocava as freiras numa elite poderosa, exposta e disposta a uma série de aprendizagens, conhecimentos e práticas que as diferenciariam de qualquer outro grupo feminino (Fig. 1).

Este valor de prestígio, tendo em conta a situação das professoras e às atribuições tradicionalmente dadas aos homens, faz que o grupo religioso feminino adquira uma notoriedade sem precedentes. Embora seja verdade que as fundações monásticas

2 São notáveis os projetos e publicações que tanto em Portugal como em Espanha empreenderam um aprofundado estudo do fenómeno conventual em geral, sendo de destacar os contributos e as atividades dirigidas, desde no âmbito da história da arquitetura, dos professores Catarina Almeida Marado, no caso da região do Algarve; Raquel Henriques da Silva, na cidade de Lisboa; M^a Teresa Pérez-Cano, na cidade de Sevilha; e Ignacio González-Varas Ibáñez, na cidade de Toledo.

assumiram diferentes formas, fórmulas e modos de confinamento, tinham em comum o posicionamento das mulheres como agentes ativos da vida comunitária. Isto acontecerá flexibilizando as margens e os limites impostos e transformando os seus espaços de vida de forma orgânica. Neste processo, jogavam com os conceitos do público e do privado, permeando os muros intransponíveis dos recintos conventuais que habitavam com as suas aspirações e ações renovadas, para além do quotidiano.

Nesse sentido, e em relação à criação de espaços de habitação para estas comunidades femininas - que podemos definir numa primeira fase como *protoconventos* (Guimarães Sá, 2013) -, as freiras, quando se constituíram como tal, tiveram de atuar como *tecelãs* de novas paisagens onde pudessem integrar as funções da sua vida piedosa com as de adaptação dos espaços num sentido arquitetónico e prático. Tudo isto visava cumprir as regras e constituições com as quais se alinhavam e, quando apropriado, que professavam. Assim, mesmo não conseguindo escapar à natureza reguladora de uma instituição hierárquica como a eclesíastica, encontraram brechas de liberdade que lhes permitiram articular formas de *construir* e *edificar* os seus próprios espaços vitais³.

Por *edificação* entendemos os processos inerentes ao desenvolvimento intelectual da esfera conventual em sentido imaterial, em relação à geração da comunidade feminina como entidade, e na sua definição dos mecanismos organizativos que a regem, bem como na sua interação com aqueles que as sustentam. No que respeita à *construção*, utilizamos este termo no sentido da ereção física dos espaços que serão ocupados no futuro pela comunidade e do desenvolvimento das atividades que lhes são específicas, do ponto de vista vivencial, devocional e institucional.

Estes estabelecimentos configuravam-se como conjuntos edificados cuja transformação era contínua; renovação que, em função dos recursos, implicou uma reconversão completa dos edifícios originais, como consequência dos investimentos financeiros de agentes extraconventuais, bem como à gestão bem-sucedida dos fundos disponíveis pelas freiras responsáveis dos mesmos. Neste caso, geralmente a abadessa, priora do convento, juntamente com o clero, eram responsáveis por auxiliar nos métodos e procedimentos para a administração geral dos bens.



Figura 1 - Vista do claustro do convento desde o piso superior. Fonte: fotografia da autora.

3 Uma forma de apropriação de espaços que seriam literariamente capturados como modelo de pensamento feminino por autoras muito posteriores como Woolf, 2022.

2. O caso do Convento da Purísima Concepción. Uma nova análise

Um dos casos paradigmáticos que nos permite valorizar o papel da mulher na atividade de *construção* e *edificação* daquilo a que podemos denominar espaços religiosos femininos, como os conventos, será o da Purísima Concepción de Lebrija, em Sevilha⁴ (Fig. 2).

Situada na demarcação do que foi o Antigo Reino de Sevilha, com uma densa e importante “rede” conventual feminina, esta fundação guarda uma história, ainda parcialmente desvendada, que irá gerar ao longo dos tempos um fenómeno religioso e cultural, protagonizado por estas mulheres, que se mantém ativo até o dia de hoje, tendo sobrevivido a vários momentos de secularização ao longo dos últimos dois séculos.



Figura 2 - Fachada da igreja do Convento de la Purísima Concepción, sede da antiga ermida de San Sebastián. Fonte: fotografia da autora.

Ligada à Ordem das Concepcionistas Franciscanas⁵, teve origem num recolhimento, surgido na Baixa Idade Média, em torno daquela que foi a antiga igreja paroquial da vila, actual igreja de Santa María de la Oliva⁶ (Fig. 3). Será a primeira

4 Relativamente ao convento de Lebrija, referimo-nos ao primeiro esboço historiográfico na obra do cronista da vila: Bellido Ahumada, 1985.

5 Quanto à expansão da ordem no panorama andaluz, referimo-nos a Jiménez Sánchez, 2004.

6 A história desde tempo queda recolhida por Barroso Vázquez, 1996.

iniciativa feminina de uma fundação religiosa, logo a seguir ao convento masculino de Santa María de Jesús, dos Franciscanos Terceiros, agora extinto (Barroso Vázquez, 1992).

Este modelo de fundação conventual, que se baseia na iniciativa feminina e é gerido de forma quase autónoma, caracteriza-se como “autogenético” (Miura Andrades, 1998), da geração própria. Ou seja, no início não existia uma profissão regular, mas sim uma livre institucionalização das congregações. Este será regulado sob os auspícios das autoridades eclesiásticas, para que este modo de vida feminino comece a ser normalizado e sistematizado através de regulamentos que emanarão do topo da hierarquia papal.

Para além das aspirações religiosas inerentes a este modelo de vida, não podemos esquecer como, através dos dados sobre a demografia conventual, podemos observar o padrão que as filiações sociais das freiras exemplificam. E é que, a propósito deste fenómeno religioso, certamente ativo durante o século XV em Lebrija, sabe-se que teriam ocupado uma posição social de destaque na vila e seu contexto, tendo em conta os bens pecuniários que possuiriam⁷. Assim, isto leva-nos a pensar que a aspiração religiosa não era apenas uma questão de devoção, mas sim a procura de outras formas vitais que proporcionassem às mulheres novos espaços para a sua expansão e atividades para a sua atuação para além do papel tradicionalmente atribuído de mãe e esposa.

Esta primeira congregação de mulheres obteria o apoio necessário para tornar-se como comunidade religiosa oficial, graças ao contacto com as suas congéneres de Sevilha, bem como ao interesse de vários agentes religiosos e civis da vila, que facilitaram a sua intervenção na gestão desta fundação.

Tal ocorrerá em 1517, tomando como sede uma série de casas e um terreno que serviria de curral, todo isto propriedade de uma das mulheres da congregação, e da Irmandade dos Santos, que patrocinaria este primeiro processo construtivo. Neste, a ação da líder Catalina de Jarana, primitiva irmã, desempenhará um papel fundamental. Ela seria a proprietária das casas onde se estabeleceria a fundação, também adjacentes à então ermida de São Sebastião.



Figura 3 - Vista noroeste da galeria do pátio dos Naranjos da igreja paroquial, em cuja proximidade se situaria o encerramento primitivo (clarificar de que se trata – o que é o encerramento primitivo). Fonte: fotografia da autora.

7 Isto é atestado pela lista de beatas de 1485, presente em: Arquivo Municipal de Sevilla [MAS]. Seção 16A, doc. 472.

Desde o início da gestão da líder primitiva, a fundação sofreu profundas transformações que, inicialmente, tiveram como objetivo adaptar os espaços disponíveis às diferentes funções, que, depois, a bula pontifícia exigiria para a referida fundação. Desta forma, as casas e o pátio, seriam definidos como os novos espaços dedicados à oração -em parte ligados ao templo mencionado-, além de todas aquelas dependências necessárias para o desenvolvimento da vida comunitária, obtendo-se licença para tais obras um ano depois.

A passagem pelo século XVI será um período de geração de espaços e de clarificação de um modelo de vida adaptado às obrigações da regra e às disponibilidades da comunidade. A este propósito, é de salientar a atividade desenvolvida pela segunda e terceira abadessas do convento. Referimo-nos à Irmã Francisca de Vera⁸ (Fig. 4) e à Irmã María de Valer, respetivamente. Com a ajuda de diversos tipos de patrocínios, sob a sua liderança foram realizadas obras de remodelação e ampliação que darão corpo, forma e utilidade ao edifício, e permitirão uma nova configuração do complexo arquitetónico em quatro polos: o núcleo de acesso - com os espaços da portaria, os parlatórios e a roda-, o núcleo principal - integrado pelas dependências essenciais -, o núcleo de serviço - para as tarefas domésticas da vida conventual -, e, finalmente, o núcleo produtivo - com horta, estábulos, ou dependências do moinho -, já no século XVIII. Com essa evolução arquitetónica o convento aspirará a posicionar-se como um dos principais estabelecimentos femininos da região. De facto, a sua atividade devocional nos anos centrais do século XVI será notável no redor, agregando novos agentes que se tornarão benfeitores e benfeitoras ativos no convento. A organização institucional do centro religioso favorecerá a realização de novos projetos de construção, mediante a necessária aprovação das autoridades. Este será também um século de empreendedorismo, no qual se destaca o papel das freiras de Lebrija na fundação do Convento de Nuestra Señora de la Encarnación, na cidade de Arcos de la Frontera, atual província de Cádiz.

Por sua vez, o século XVII assistirá ao impulso de atividades que, embora não sejam novas para a comunidade, conhecerão um processo de rentabilização à medida que o século avança. A posse de propriedades rurais, como terrenos de cultivo e edifícios produtivos, incentivará a comunidade a criar um sistema económico específico que servirá para realimentar os lucros e os investimentos das freiras em bens e serviços necessários para o abastecimento do grupo e à manutenção dos seus bens.

Quanto ao século XVIII, este será um período de esplendor no que diz respeito ao aumento do número de imóveis, à atividade fecunda das propriedades produtivas, bem como ao surgimento de um longo e complexo processo de renovação iconográfica do lugar⁹. Isto trará consigo uma maior necessidade de investimento, que em certa medida será apoiada por injeções económicas que, através de diversas obras de caridade e profissões de novas freiras, virão de ambos os lados do Atlântico¹⁰. Por outra parte, serão notáveis as sinergias que ocorrem com outras agentes femininas fora do convento, estabelecendo laços que beneficiam a demografia e a economia do convento, de outros pontos da geografia, e também, diretamente ao nível do município. Tudo isto proporcionará uma nova

8 A respeito desta abadessa, referimo-nos às seguintes publicações: González Polvillo, 2013; Campese Gallego, 2014, 2019.

9 Sobre esta questão, ver: García Romero, 2017, 2023c.

10 Trabalhámos profundamente o mecenato indígena na cidade, numa perspetiva de género, nas seguintes publicações: García Romero, 2019, 2020, 2023d.

perspetiva sobre o convento, onde será possível ligar diretamente a eficiência da administração financeira das freiras com uma intensa atividade social e económica num eixo crucial neste momento, como a sua localização entre as cidades de Cádiz e Sevilha, tendo em conta o potencial da carreira de Índia e o impacto neste território, com as atividades económicas -principalmente agrícolas- que irão desenvolver. Tudo isto, por sua vez, terá um impacto positivo na arquitetura, na sua remodelação e embelezamento, bem como na disponibilização de peças artísticas de diversas tipologias que reconfigurarão o aparato visual que delimita e estabelece as devoções que caracterizam o carisma desta comunidade concepcionista. Da mesma forma, este século envolveria outras tarefas para as freiras, como a refundação do convento em Villamartín, província de Cádiz.



Figura 4 - Retrato da Irmã Francisca de Vera, segunda abadessa do convento, aos 60 anos. Fonte: fotografia da autora.

Conclusão

De tudo isto podemos inferir como na passagem de um século para outro, no caso da fundação, como no decurso da Idade Moderna, esta comunidade marcou uma série de tendências que, para além do próprio modelo de vida religiosa, podem ser extrapoladas para o papel de um grupo de mulheres que, mesmo sendo freiras, atuam como verdadeiras gestoras independentes do seu património, atendendo a dois aspetos específicos. A análise dos aspetos permite-nos reconstruir o processo inverso da concretização deste como um espaço religioso feminino. Tendo em conta a forma como se relacionam os fatores que intervêm na construção do convento de Lebrija, poderemos afirmar que a *edificação* constitui o processo resultante da *construção* do próprio espaço religioso. Ou seja, embora a intenção da comunidade de mulheres seja a sua constituição oficial, a sua definição dá-se a partir do momento em que o espaço material lhes proporciona os meios necessários para a sua institucionalização. Com esta abordagem queremos colocar sobre a mesa a inter-relação e a interdependência que se articulam entre a geração de um espaço conventual como fundamento ideológico, e a constituição material como criação de um espaço físico, habitável, funcionalmente adaptável e em constante crescimento.

Esta dualidade é suscetível de uma análise materialista que vai para além dos métodos positivistas que permitiram reconstruir as origens e a evolução do convento e da comunidade desde a sua existência primitiva, na sua vertente espiritual e artística, e que manifestam agora novas reflexões sobre as potencialidades destas mulheres na sua forma de organização material, enquanto promotoras quase independentes da edificação e construção arquitetónica do convento e das suas outras propriedades.

Referências

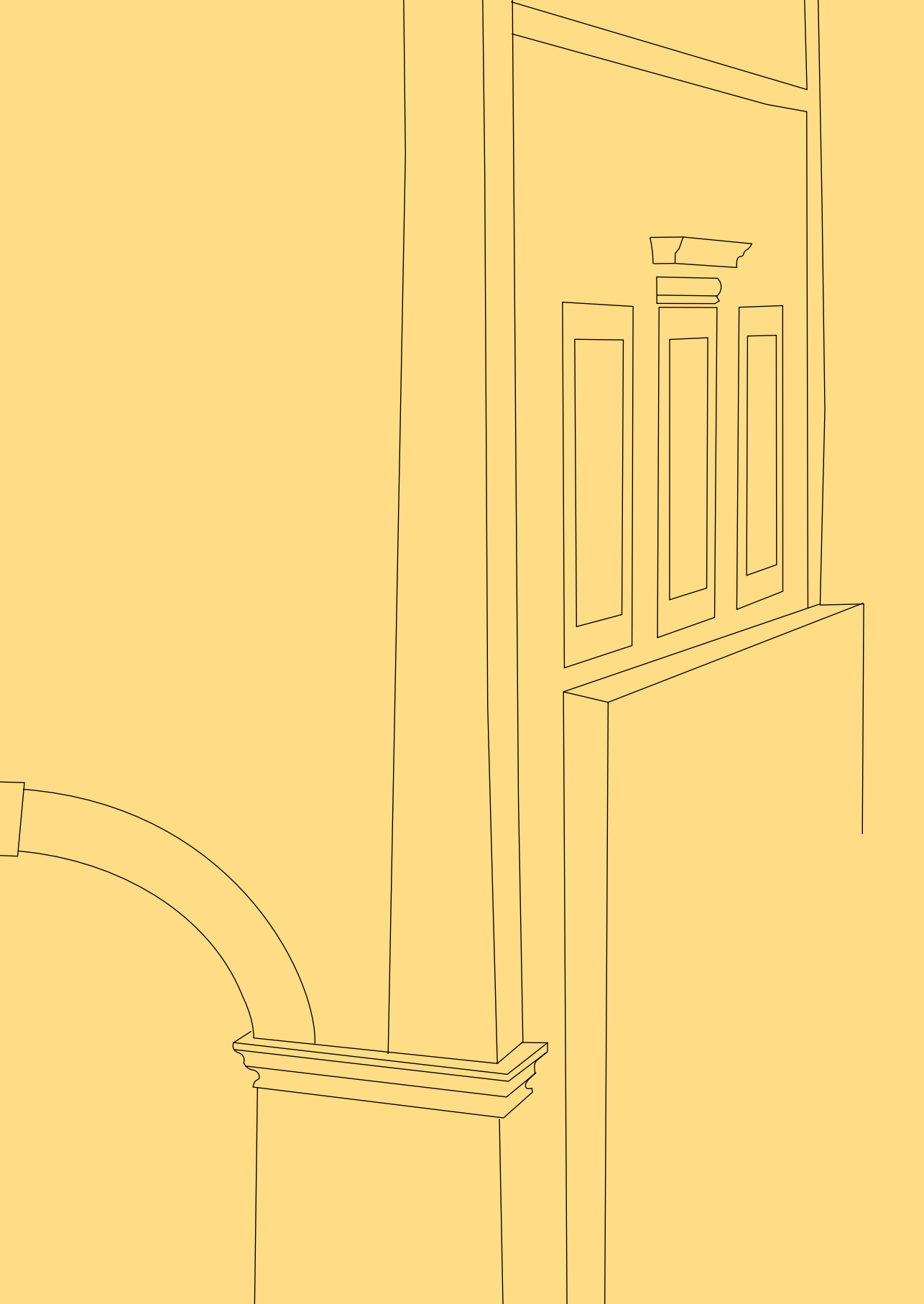
Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Sevilla [AMS], Seção 16A, doc. 472.

Bibliografía

- Atienza López, Á. (ed.) (2018). *Mujeres entre el claustro y el siglo. Autoridad y poder en el mundo religioso femenino, siglos XVI-XVIII*. Sílex.
- Atienza López, Á. (ed.) (2023). *Historia de la sororidad, historias de la sororidad. Manifestaciones y formas de solidaridad femenina en la Edad Moderna*. Marcial Pons.
- Barroso Vázquez, M. D. (1992). *Patrimonio histórico artístico de Lebrija*. Ayuntamiento de Lebrija.
- Barroso Vázquez, M. D. (1996). *Patrimonio artístico de la iglesia parroquial de Nuestra Señora de la Oliva en Lebrija*. Hermandad de los Santos de Lebrija, Caja Rural de Sevilla.
- Bellido Ahumada, J. (1985). *La patria de Nebrija. Noticia histórica*. María del Carmen Bellido García de Atocha.
- Campese Gallego, F. J. (2014). El cuaderno sobre la oración de la Madre Francisca de Vera: (1517?-1574). In Núñez Roldán, F., Gamero Rojas, M. (coords.). *Entre lo real y lo imaginario: estudios de historia moderna en homenaje al prof. León Carlos Álvarez Santaló*. Universidad de Sevilla, Universidad de Huelva. 91-103.
- Campese Gallego, F. J. (2019). Quién me dará alas como de paloma. La abadesa Francisca de Vera y la Congregación de la Granada. In García Bernal, J. J., Bejarano Pellicer, C. (coords.). *Memoria de los orígenes. El discurso histórico-eclesiástico en el mundo moderno*. Editorial de la Universidad de Sevilla. 457-474.
- García Romero, M. C. (2017). Retablistica barroca en Lebrija (Sevilla). Apuntes para una ruta cultural. In Rodríguez Miranda, M. A., Peinado Guzmán, J. A. (coords.). *El Barroco: Universo de Experiencias*. Asociación Hurtado Izquierdo. 426-444.
- García Romero, M. C. (2019). El mecenazgo de María Manuela de Mori en la iglesia lebrijana. In Romero Sánchez, G. (ed.). *Construyendo patrimonio. Mecenazgo y promoción artística entre América y Andalucía*. Universitat Jaume I, Servei de Comunicació i Publicacions. 59-80.
- García Romero, M. C. (2020). Mecenazgo y patrocinio religioso novohispano en Lebrija (Sevilla). In Quiles García, F., Amador Marrero, P. F., Fernández, M. (eds.). *Tornaviaje. Tránsito artístico entre los virreinos americanos y la metrópolis*. Enredars, Andavira. 391-402.
- García Romero, M. C. (2023a). *La construcción del espacio religioso femenino en el convento de la Purísima Concepción de Lebrija (Sevilla) durante el siglo XVIII*. Tese de Doutoramento inédita. Universidade de Sevilla.
- García Romero, M. C. (2023b). La dimensión artística de la devoción femenina: Una mirada sociológica a través de los inventarios de bienes durante el barroco nebricense. In Quiles García, F. (ed.). *Las artes en el Reino de Sevilla durante el Barroco. En razón de sus centralidades y periferias*. Publicaciones Enredars. 391-418.
- García Romero, M. C. (2023c). Sobre los bienes deste nro. convto. Iniciativas de una comunidad femenina en las empresas artísticas en torno a la renovación retablistica durante el siglo XVIII. In Illán Martín, M., Aranda Bernal, A. (ed.). Quizá alguno de vuestros nombres logre un lugar en la historia. *Mujeres en la escena artística andaluza (1440-1940)*. Sílex. 73-90.
- García Romero, M. C. (2023d). Traveling Families. An Approximation to Indian Matrimony in Lebrija (Sevilla). In *Motion: Migrations. 35th World Congress*. Vasto Edições. 956-966.

- García Romero, M. C. (no prelo). Arquitectura y religiosidad femenina en la raya hispano-lusa durante la Edad Moderna. In AA.VV. *Relígio Global: Religião, Política, Cultura e Globalização*.
- González Polvillo, A. (2013). La Madre Francisca de Vera (1514-1574), Abadesa del Convento de la Concepción de Lebrija, y su Tratado de la Oración. *Isidorianum*. Vol. 22, n.º 44, 459-484.
- Guimarães Sá, I. (2013). Habitar: del espacio a los objetos. In García Fernández, M. (dir.) *Cultura material y vida cotidiana moderna: escenarios*. Sílex. 4, 113-129.
- Jiménez Sánchez, A. J. (2004). Las monjas concepcionistas en Andalucía. In Campos y Fernández de Sevilla, F. J. (coord.) *La clausura femenina en España. Actas del simposium*. Vol. II. Real Centro Universitario Escorial-María Cristina. 837-852.
- Miura Andrades, J. M. (1998). *Frailes, monjas y conventos. Las órdenes mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*. Diputación de Sevilla.
- Woolf, V. (2022). *Una habitación propia*. Austral Singular.





**Os desafios do património conventual
na contemporaneidade: uma perspetiva
comparada a partir do caso masculino**

Contemporary challenges to conventual heritage: a
comparative approach based on the male context

The transformation of the former Convent of Saint Augustine in Seville: from urban planning to architectural detail

A transformação do antigo Convento de Santo Agostinho em Sevilha: do ordenamento urbano ao detalhe arquitetónico

María Teresa Pérez-Cano

University of Seville, Higher Technical School of Architecture,
Department of Urban and Regional Planning

Javier Ostos-Prieto

RWTH Aachen University, Faculty of Architecture, Chair of Urban Design
and Institute for Urban Design and European Urbanism

Clara Mosquera-Pérez

University of Alcalá de Henares, School of Architecture,
Department of Architecture

Eduardo Mosquera-Adell

University of Seville, Higher Technical School of Architecture, Department of History, Theory, and
Architectural Composition

1. The case of the former convent of San Agustín / Saint Augustine in Seville: an introduction¹

The protection of architectural heritage takes place in a complex area subject to heritage and urban legislation. Both laws dictate the parameters and measures that guarantee the protection of heritage, although in many situations they are difficult to know due to the state of conservation of the building itself and even its possible disappearance. In this sense, urban planning is the main tool for planning and protection, together with the historical heritage law. This chapter analyses the specific case of

¹ This chapter is related to the presentation made by professors María Teresa Pérez-Cano and Eduardo Mosquera-Adell at the CONVENTUS Seminar in Lagoa, on November 22, 2024.

the former convent of Saint Augustine in Seville, and from a historical, instrumental, and graphic methodology, provides answers to the research questions posed with a view to the intervention of the building for a new use as a hotel by the reputed international office Cruz y Ortiz architects.

The promulgation of the Spanish Historical Heritage Law of 1985, in force today, legislation strongly inspired by the Italian model of the Franceschini Commission (Becerra García, 2017), coincides with the debate between urban planning or urban project.

The Italian Campus Venuti, in a conference given at the Ateneo de Madrid in 1984, proclaimed the false dichotomy between Plan and Project, a scientifically false and culturally erroneous opposition, as it separates form and content, by making the plan coincide with the contents and the project with the form (Campos Venuti, 1984).

Enough time has passed to recognise the collaborative role between the two documents. This relationship between the architectural project will be evident in the case we are dealing with - the hotel by Cruz y Ortiz on the former convent of Saint Augustine - and the urban development plan, Special Protection Plan of the Convent of Saint Augustine, which is good proof of this.

What was once the great house of Saint Augustine, a convent founded in Seville shortly after the conquest of the city by San Fernando in 1248 (Guijo Pérez, 2018). It was the first of the houses, male and female, that the Augustinians established in the city. It was definitively located at the exit of the Puerta de Carmona from 1292 onwards. The order would end up having three male houses, San Agustín / Saint Augustine (1249), San Acacio (1593), and Nuestra Señora del Pópulo (1625), and four female houses, San Leandro (1369), Dulce Nombre (1540), Nuestra Señora de la Paz (1571) and La Encarnación (1591) (Pérez Cano, 1996).

Seven convent establishments of the same order in the city are not unusual. Seville became the conventual city par excellence, the city that housed the most convent foundations in Spain and Europe, second only to Rome with Lisbon². The large number of male and female convent buildings, the plurality of orders and locations over more than eight centuries, will make it possible to establish a foundational and typological pattern that can be extended to many other European cities.

The ecclesiastical confiscation, which spread internationally throughout the 19th century, substantially affected the city of Seville, especially the male communities. Saint Augustine, like all the men's houses, except for the hospital houses, was definitively confiscated in 1835 (Mosquera Adell et al., 2022). The historic building, now municipal property, had previously been fragmented and partially demolished, be it the church. Its remains - only the main cloister, the staircase and the refectory remained standing - as the Decree of Declaration as a Monument in 1964 called them, awaiting a new compatible use that would recover its vigour (Decreto 2.803, 27 de agosto, 1964).

To this end, and after years of waiting with scant conservation measures, in 2006 the Seville City Council called a public tender for the award of the surface right to

2 The character of Seville and Lisbon as ports linked to extensive overseas territories favoured the multiplication of convents and the diversity of religious orders.

the Convent of Saint Augustine for fifty years, to be used for tertiary services and/or compatible public facilities and services. The contract was awarded in 2007 to the joint venture formed by Cruz y Ortiz Architects and the MRP Properties hotel chain (Edicto, 16 de octubre, 2006; Edicto, 13 de febrero, 2007).

The Heritage Law stipulates that in a Historic Site the buildable area (urban planning parameter that quantifies the volume that can be built in relation to the surface area of the plot) is the existing one. It is understood that we are dealing with a finished building full of heritage values that must be preserved from future interventions, in most cases speculative ones. But what happens when part of the building has disappeared and even the memory of what it was has been lost, and it remains unused and forgotten? Should the historical fracture continue, or is it possible to intervene with contemporary architecture that recovers its functionality? How can we exactly quantify its buildability, occupation, and height, parameters that guarantee urban planning and heritage legality? The national and regional cultural administration leaves a small field of manoeuvre that takes into account the life of the building, its current state in relation to what the building was and will be.

When everything seemed to have been resolved, the Saint Augustine conflict arose once again. The project presented by the reputed international firm to the cultural administration, which is responsible for safeguarding the values of the property and compliance with cultural legislation, did not pass the filter. The issue could lie in the lack of definition of the current urban planning instruments and the lack of urban parameters; this fact is clearly evident in a large part of Spain's historic centres, areas that have suffered the dismantling of part of their architectural and urban heritage due to the non-application of heritage regulations³.

As Becerra García points out (2020), the protection of historical heritage involves two concepts. On the one hand, that of "formal" protection referring to historical heritage legislation. On the other hand, which acts as a complement to the first, the "material" protection of historical heritage, based on land legislation. Both aspects are essential when intervening in listed buildings.

In effect, Law 16/1985, of 25 June 1985, on Spanish Historical Heritage, LPHE, endorsed in Law 14/2007, on Andalusian Heritage, includes in its articles the obligation to have an approved urban development plan as a necessary condition for the granting of planning permission, adding that "in any case, new alignments, alterations to the buildable area, subdivisions or aggregations will not be permitted" (Ley 16, 25 de junio, 1985, art. 20.3).

Saint Augustine is located within the Protected Area of Seville, specifically in Sector No. 18 "San Roque - La Florida". Its Special Protection Plan and Urban Development Catalogue were finally approved on 30 November 1995. The building has a catalogue file that describes the permanence of the building, its protection, but it did not anticipate urban planning instrumentation to accommodate a new use. Thus, with a total surface area of 2,978 m² and a total built surface area of 3,865.60 m², plus a third of the total surface area of 1,064.05 m², it is occupied by the main

3 These circumstances were especially noticeable during the period of economic development in the second half of the 20th century, before democratic Spain promoted the protection of heritage.

cloister (Electronic Office of the Cadastre, 2021). At this point and given that the old convent church has been demolished and that the LPHE does not allow alterations to the buildability, we can ask whether it is possible to build in this void.

In short, the question is to know what the essence of the law is if what the legislator was looking for is not to alter the original forms; building in the void of the church would not mean increasing its buildability, it would simply mean recovering the original built volume. Based on this premise, the present research attempts to find out the volume of the disappeared church, in order to provide the Special Plan with urban planning content and as a way of validating any architectural project from urban planning parameters.

2. Some questions to raise

The male and female conventual churches respond to a different architectural typology, they have different spatial proportions depending on construction techniques, which are related to the character of the order, its urban position or location in the territory, as well as the historical period of its foundation.

If there is a standardised convent typology and we know the place, Seville, its position, outside the walls next to a gate in the wall, the male order, Casa Grande de Saint Augustine and the date of foundation, the 13th century, is it possible to find out the proportions and volume of the disappeared church, even if it is fragmented? What have been the main heritage losses? If we introduce a new use compatible with its heritage values, in this case a hotel, what urban planning parameters should be maintained to guarantee the urban planning and heritage laws? What volumes, elements, or proportions should the new construction be respected?

3. Research objectives

Taking as an object of study the ex-convent of Saint Augustine in Seville, a monument without uses and in an advanced state of deterioration, the aim of this chapter is to list the main heritage losses of the complex, delve into the reasons for them, and establish a reflection on the possibilities for the future of the building. It is understood that being a paradigmatic example in the city and a widespread typology in the Mediterranean arc, the conclusions drawn may define a common process developed in other cases in the region.

The first step in the research is to identify, among the existing conventual typologies of male churches in Seville, those similar to that of Saint Augustine. From this, the secondary objective is to obtain the urban planning parameters of buildability and height, in order to evaluate the possibility of introducing a new use in the old convent of Saint Augustine in Seville. Finally, seek a dialogue between the protection plan and the architectural project.

4. Challenges and procedures

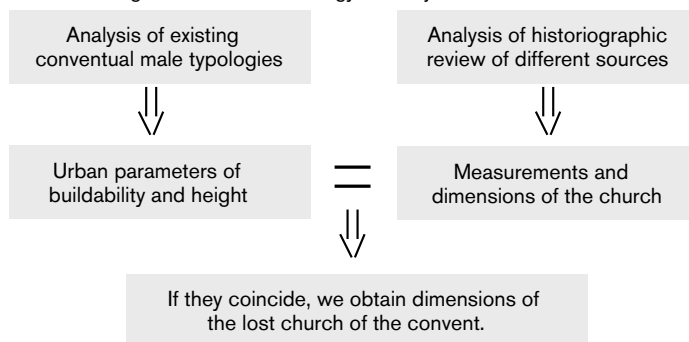
A planimetric analysis of existing and historical male conventual churches has been carried out, where plans and sections have been used to compare their spatial proportions.

Moreover, a historiographic review of the graphic documentary sources of Saint Augustine has been performed as a procedure to confirm or verify the data obtained from the planimetric analysis.

We have calculated and extracted the necessary urban planning parameters for the draughting of the special protection plan, which involve the convent block and specifically the convent remains and their surroundings.

Finally, it should be noted that the methodology shown in Table 1 is not only specific to the case of Saint Augustine, but can be extended to other similar cases of study. This allows the method to solve the problem through the planimetry, typology, and iconography of the building.

Table 1 - Diagram of the methodology and objectives. Source: the authors.



5. State of the art

The construction of the building by the Augustinian order in 1292 on its current site, its historical development over more than six centuries, as well as its definitive disentanglement in 1835, have been widely reported by different authors. Barrau's first studies (1881) of the building and its time as a prison (Barrau, 1881). The use of the cloister as a market is analysed by Fernández González (2013). From its artistic description, the work of Fernández Rojas stands out (2008). Archaeological works have been extensively studied by Amores since 1985 (Amores, 1987), and even the study of specific pieces such as the famous portal of Hernán Ruiz II from digital archaeology, as in Angulo et al. (2017). Recently, Mosquera et al. (2022) have thought about the urban resilience of conventual architecture, taking the aforementioned building as an object of study and providing a volumetric hypothesis of its current state with the emptiness of the church.

One wonders how it has come to this point, having such a valuable building in a very poor state of conservation and the church demolished. The Law of Historical and Artistic Heritage of 13 May 1933, which declared Saint Augustine as Monument,

did not regulate the situation of ruin of historic buildings. The equation, ruin equals demolition, typical of the Land Law, was broken by the Supreme Court ruling in 1978 (Barrero Rodríguez, 2007). The current Spanish Historical Heritage Law of 1985, in its article 24.2, regulates the ruin of historic buildings incorporating the aforementioned jurisprudence, and it is reinforced at the autonomous level, with the Andalusian Historical Heritage Law of 2007, article 37.3. This is translated into the current land legislation, the Andalusia Urban Planning Law (LOUA), article 157 3Ba. This consolidates the primacy of heritage values and, as such, incalculable, as opposed to measurable economic value, and also regulates the duty of conservation of properties imposed on owners.

Saint Augustine has been studied by various authors, but its specific urban planning problems are largely unknown. In this sense, we find different positions at the theoretical level. There are authors who advocate a certain deregulation, leaving the solution of the specific things in hands of the architect, affirming that current planning is very old in its conception, as it maintains the genetic inheritance of models from the last century (Benabent Fernández de Córdoba, 2019). This position, which can be maintained for new growth, does not seem appropriate for application to historic urban fabrics due to the disparity of historical, functional, and cultural logics of the two spheres.

Liberal models have favoured interventions in monumental buildings which, in the absence of certain references, have been left in the exclusive hands of the architect to interpret. Given this lack of knowledge of the building, the consequences for the historic asset can be serious and irreversible after the intervention. This is the case of Giorgio Grassi's controversial project on the Roman theatre of Sagunto (Portaceli, 1993), in this case, due to the lack of proactive archaeological studies. As Utrero (2020, p. 102) reflects for the case of Portuguese churches, but, in general, in many interventions, 'this lack of knowledge was key in the reconstruction of buildings whose original shape, chronology and possible references were unknown, leaving a wider margin for imagination and invention'.⁴

As has been pointed out from the legislative sphere:

Jurists (beyond personal tastes or preferences) are indifferent to the predominant thesis at a given moment of conservation or restoration of heritage assets among experts in the disciplines concerned; what is of interest is that the chosen option is well reflected in the rule and in its application in order to provide legal certainty to co-existence relations (Ortiz Sánchez, 2012, p. 4)⁵.

The Saint Augustine Special Plan (Cruz y Ortiz, 2019b) was developed due to the lack of urban planning parameters contained in the Special Plan for Sector 18 and its catalogue file. The architectural project presented by the international firm Cruz y Ortiz responds to a luxury hotel. Most of the projects that architects have completed in the last decades are new constructions, but they have also worked extensively on refurbishment, receiving the Aadipa European Award for Architectural Heritage Intervention for The New Rijksmuseum, Amsterdam, completed in 2013. Among their hotel renovations, it is worth mentioning the remodelling of the *Hotel Ambassade*,

4 Translation from the Spanish by the authors.

5 Translation from the Spanish by the authors.

Amsterdam (The Netherlands), 2015 (Cruz y Ortiz, 2020), and the *Hotel Mercer Boutique GL. Casa Palacio Castelar* completed in 2015 and *Hotel Kivir*, 2019, both in Seville (Cruz y Ortiz, 2019a).

As for the international researchers that study convents of a similar typology to that of Saint Augustine, several analyses from the Mediterranean arc stand out. Among them, the contribution of Martins and Carlos (2012) on the convent of the Bernardas in Lisbon is noteworthy, especially with regard to the contextualisation of the conventual architectural object and the enumeration of the heritage losses resulting from legislative gaps. In Central America, the planimetric reconstruction proposed by Cubero and Arroyo (2020) stands out, a study aimed at preventing future heritage losses in Panamanian convents.

6. Effect and consequence

When a convent is disentailed, in most cases it is fragmented, and the parts considered less important are demolished. As we have been pointing out for decades (Pérez Cano and Mosquera Adell, 1991), this process has produced great losses in terms of heritage. In the great majority of cases, the churches remain, in others, church plus cloister, and, on fewer occasions, church, refectory, and chapter house, the most symbolic spaces of the convent typology (Braunfels, 1975). The unbuilt spaces of the cloister: orchards, gardens, and courtyards were the first to be amputated due to the low cost of their occupation.

The urban transformation of the city, taking the convent enclosure as a base, has been a constant feature of most of the male houses. This situation can be extended to other parts of the world, such as Portugal, as has been studied by Marado in the case of the Capuchos in the south (Marado, 2007) or Martins for the convents of the Cistercian Order (Martins, 2011). In Spain, more recent studies in Palma de Mallorca (Novo Malvárez, 2016), Córdoba (Morcillo Arencibia et al., 2019) and Écija (Ostos Prieto et al., 2021) allow us to establish this pattern.

As stated in the Special Plan for Saint Augustine (Cruz y Ortiz, 2019b), the fragmentation of the disentailed convent will be carried out with the layout of new streets in different stages that will continue until well into the twentieth century. Likewise, the division into different plots and the demolition of large parts of it will take place, mainly for residential use; although it was originally a barracks, prison, or market, historical uses quite common in conventual architecture.

Therefore, if we consider that the convent block originally covered a surface area of more than 26,000 m² of land, only 2,900 m² remain as such, including the remains of the church that has disappeared. In reality, only the main cloister, its perimeter galleries, two of which are blind, and the main staircase remain. The Gothic refectory on the ground floor and the library above it also remain, spaces typical of the cloister's interior that have become the only façade of the building. From being an isolated complex with façades on all its fronts, it has become an occupant of the interior of the block. The church with three naves used to occupy the south façade, with its entrance from the road known as the road to Carmona. At present, this façade is occupied by a series of plots for residential use, allowing two very narrow entrances to the convent on the ground floor as easements.

6.1. The church in its typological context

As Rafael Moneo points out (Molina-Siles and Torres Barchino, 2014), the phenomenon of globalisation is more present today than ever. But perhaps it is also an opportunity to recognise that a global understanding of architecture, to speak of a certain “stylistic universalisation”, has always occurred within the framework of those countries that shared a culture. Indeed, it is perhaps the internationalisation of monasticism in general, and the establishment of the various religious orders in particular, that has been one of the cultural characteristics of the urban landscape of many western populations and territories for more than ten centuries.

These cultural patterns that identify each historical moment arrived in Seville through a great variety of religious orders, mainly Dominicans, Franciscans, Trinitarians, Mercedarians, Carmelites, Minims, Carthusians, Jesuits, Hospitallers, and, of course, Augustinians. The large number of religious institutions, in many cases, as we have seen with several houses, left in the city more than a hundred religious buildings (male and female convents), with their churches being one of the main permanencies, as shown in Table 2.

Table 2 - Convents for men in Seville. Source: the authors.

Male convents	Order	Year of foundation	Year of disappearance	Thesis Plan	Olavide Plan	Parish (Collaciones)	Current remains
San Pablo el Real	Dominicans	1248	1835	1	45	La Magdalena	Church and monastic remains
San Francisco	Franciscans	1249	1835	2	49	Santa María	Saint Onuphrius Chapel
La Trinidad	Trinitarians	1249	1835	3	64	Santa Lucía	Church, atrium and monastic remains
La Merced	Mercedarians	1250	1835	4	66	San Vicente	Monastic remains
Santiago de la Espada	Order of Santiago	1250	1836	5	78	San Lorenzo	Monastic remains
San Benito	Order of Calatrava	1250	1836	6	79	Omnium Sanctorum	Church and atrium
Casas de la orden de Alcántara	Order of Alcántara	1250	1836	7	-	San Julián	-
San Juan de Acre	Order of Knights of the Hospital of Saint John of Jerusalem	1250	1837	8		San Lorenzo	-
Casas de la orden del Temple	Poor Fellow-Soldiers of Christ and of the Temple of Solomon	1250	1312	9	-	Santa María	-
Santo Domingo de Silos	Benedictines	1253	1835	10	-	(Calle Luis Montoto)	Church
San Agustín / Saint Augustine	Augustines	1292	1835	12	61	San Roque	Refectory and monastic remains
San Isidoro del Campo	Cistercians	1301	1431	13	-	(Santiponce)	Monastery
El Carmen	Carmelites	1358	1835	14	57	San Vicente	Church, two cloisters and monastic remains
San Antón	Hospital Brothers of Saint Anthony	1366	1791	15	80	La Magdalena	Church and atrium
Santa María de las Cuevas	Carthusians	1400	1835	16	-	Santa Ana	Monastic remains
San Jerónimo de Buenavista	Hieronymites	1414	1835	19	-	(San Jerónimo)	Main cloister and monastic remains

Male convents	Order	Year of foundation	Year of disappearance	Thesis Plan	Olavide Plan	Parish (Collaciones)	Current remains
San Isidoro del Campo	Hieronymites	1431	1835	20	–	(Santiponce)	Church and monastic remains
Santo Domingo de Portaceli	Dominicans	1450	1835	21		(Sto Domingo de la Calzada)	-
La Victoria	Order of Minims	1512	1810	24	–	Santa Ana	-
Colegio de Santo Tomás de Aquino	Dominicans	1516	?	26	46	(Calle Sto Tomás)	-
Sancti Spiritus	Order of Sancti Spiritus	1545	1810	31	?	Santa Ana	-
Regina Angelorum	Dominicans	1553	1835	33	47	San Pedro	-
Casa profesa de la Anunciación	Jesuits	1557	1767	34	70	El Salvador	Church and cloister
Montesión	Dominicans	1559	1835	35	48	San Juan de la Palma	Church and monastic remains
El Valle	Franciscans	1567	1835	37	53	San Román	Church and garden
La Paz	Hospitaller Order of St. John of God	1574	–	39	82	El Salvador	Monastery
San Diego	Disalced Franciscans	1580	1835	40	52	Santa María	-
Los Remedios	Disalced Carmelites	1580	1835	41	59	Santa Ana	Church
San Hermenegildo	Jesuits	1580	1767	42	71	San Miguel	Church
Santo Angel	Disalced Carmelites	1588	–	45	60	La Magdalena	Church and monastic remains
San Francisco de Paula	Order of Minims	1589	1835	46	69	San Miguel	Church
San Basilio	Basilians	1593	1836	47	44	San Gil	Monastic remains
Colegio de San Acasio	Augustines	1593	1810	48	62	El Salvador	Main cloister
San Gregorio (Ingleses)	Jesuits	1594	1767	49	74	San Miguel	Church and monastic remains
San Antonio de Padua	Disalced Franciscans	1596	–	50	51	San Lorenzo	Church and atrium
San Luis	Jesuits	1599	1767	51	72	Santa Marina	Church and cloister remains
San Buenaventura	Disalced Franciscans	1600	–	52	50	Santa María	Church parts, cloister and monastic remains
San Laureano	Mercedarians	1601	1810	53	67	San Vicente	Church and monastic remains
Consolación	Third Order of Saint Francis	1602	1835	54	56	Santa Catalina	Church and monastic remains
San Alberto	Carmelites	1602	1835	55	58	San Isidoro	Church and monastic remains
San Jacinto	Dominicans	1604	–	57	–	Santa Ana	Church
Nuestra Señora de Gracia	Disalced Trinitarians	1610	1835	59	65	San Pedro	Cloister, church and tower remains
San José	Disalced Mercedarians	1611	1835	60	68	Santa María la Blanca	Church
San Juan de los Teatinos	Theatines	1618	1810	61	?	San Bernardo	-
San Patricio (Irlandeses)	Jesuitss	1619	1767	62	75	San Lorenzo	-
Colegio Pura y Limpia Concepción Ntra Sra (Las Becas)	Jesuitss	1620	1767	63	73	San Lorenzo	Monastic remains
Espíritu Santo	Order of Clerics Regular Minor	1624	1835	64	77	Santa Cruz	Church and cloister
El Pópulo	Disalced Augustines	1625	1835	65	63	Santa María	-

Male convents	Order	Year of foundation	Year of disappearance	Thesis Plan	Olavide Plan	Parish (Collaciones)	Current remains
Santas Justa y Rufina	Capuchins	1627	–	66	55	Vecindad San Julián	Monastic remains
Hospital del Buen Suceso	Obregonians	1637	1810	67	136	San Pedro	Church
Santa Teresa	Discalced Carmelites	1642	1835	68	–	(Calle Luis Montoto)	-
San Pedro de Alcántara	Discalced Franciscans	1649	1835	69	54	San Andrés	Church
San Felipe Neri	Oratories of Saint Philip Neri	1698	–	71	81	Santa Catalina	Monastic remains
Hospital de San José	Third Order of Saint Francis	1755	1835	73	–	Santa María	-
Capilla del castillo de San Jorge	Knights of Saint George	1249	1280	75	–	Santa Ana	-
Misioneros de Indias	Jesuits	1603	1767	76	76	San Miguel	-

In Seville, the churches of the convents for women followed the Carthusian typology of a single nave, generally of similar size and proportions. However, male houses used different typological patterns: one nave, three naves, a Latin cross, or even an elliptical plan. Their sizes and proportions also varied according to the order and the characteristics and importance of the house. The 27 churches that remain standing have been selected from all of them. The missing church of Saint Augustine, the subject of this study, is also included in Figure 1.

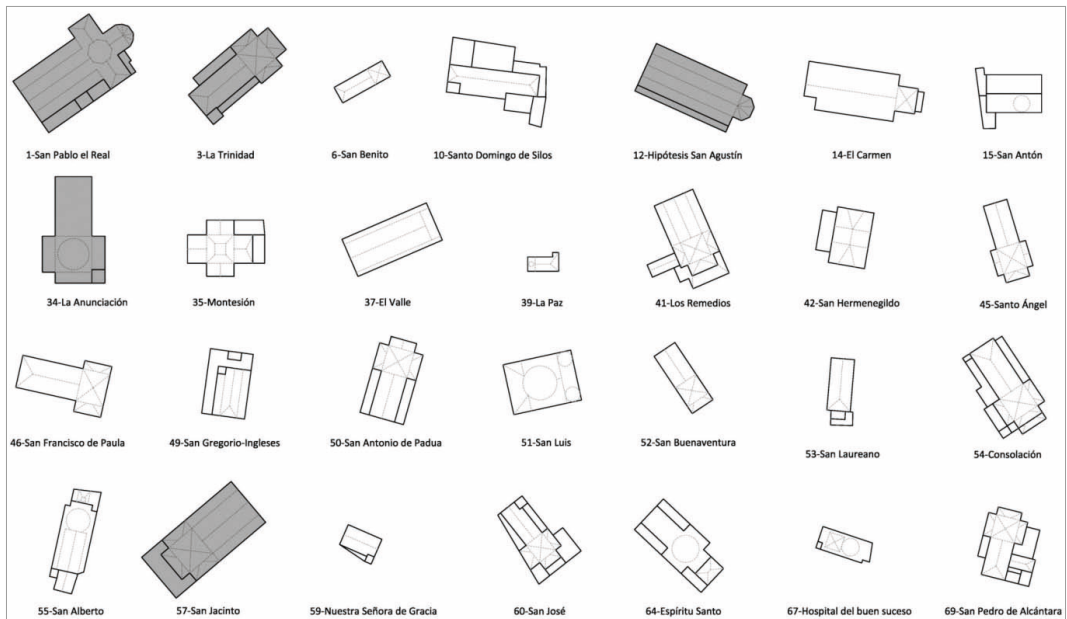


Figure 1 - Comparative study of male convents of Seville. Source: the authors.

We know from historical planimetry that the missing church had three naves and was therefore spatially of a large format, similar in its plan proportions to the present-day Dominican convent of San Pablo el Real (1248), that of the Trinitarian

order of the Trinity (1249), the Jesuit Casa Profesa de la Anunciación (1557), the Dominican church of San Jacinto (1604) and the Portuguese Franciscan church of São Francisco of Évora (1483)⁶. If we analyse the section proportions of the four remaining churches, we can see that their maximum height is quite similar. Therefore, we can deduce that the height of the extinct church of Saint Augustine must be on this order of magnitude (Fig. 2).

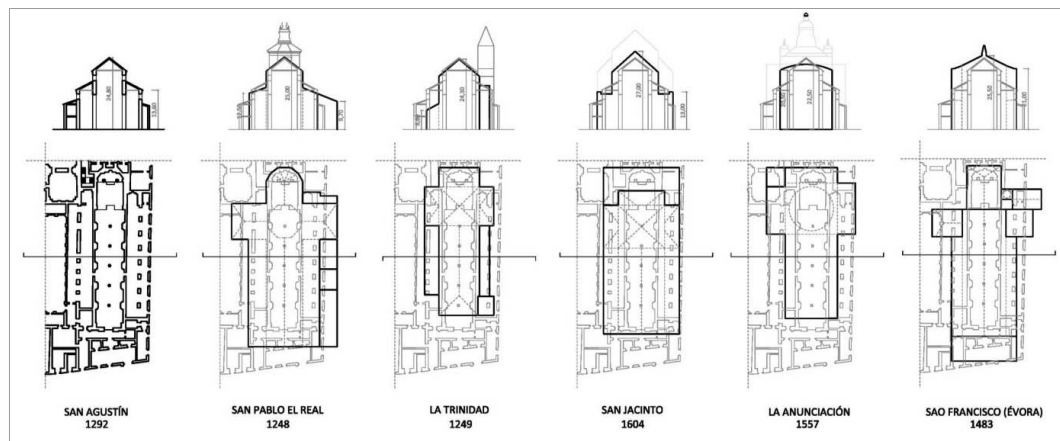


Figure 2 - Comparison between the ground plan and the convent section of the churches of Seville. Source: the authors.

6.2. The building and its urban image

Although the first historical cartography of Seville that has been preserved is relatively recent, the so-called Olavide's Plan of 1771 (*Cartografía Histórica de Sevilla*, 2025), the city has a rich and extensive iconography (Calvo Serraller et al., 1991), which has allowed us to contrast the hypothesis about the height of the church from another perspective.

The 19th century was particularly prolix in this respect. The drawings that the Romantic traveller Richard Ford (1796-1858) made of Seville between 1830 and 1833, especially those of the gates of the walled enclosure, provide a wealth of information about the city just before the disentanglement. The drawing of the Puerta de Carmona and Saint Augustine is dated 3 December 1830 (Ford, 1963)⁷. In it, in addition to the church of Saint Augustine, we can identify the hydraulic infrastructure that brought water into the city, known as “Caños de Carmona”, part of which is still preserved today, and the disappeared Puerta de Carmona between sections of the wall that flanked it (Fig. 3).

6 The urban “conventuality” of Évora has been analysed in depth by Elsa Caeiro, among other experts.

7 These drawings by Ford are especially interesting in showing the state of conservation of the convents of medieval origin before the processes of Confiscation of Church Property in the 19th century.

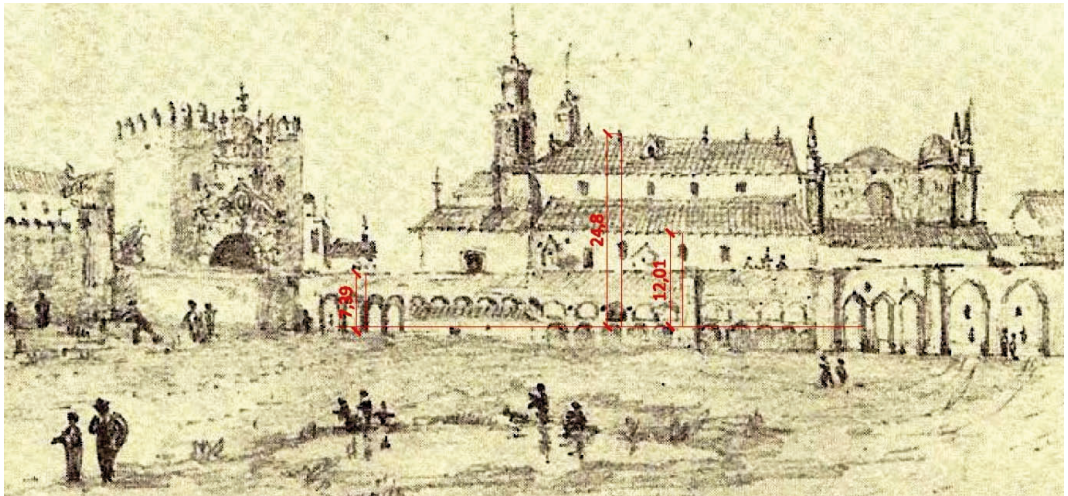


Figure 3 - Height analysis. The authors. Drawing of the base by Richard Ford, 1831.

Gates of the wall have themselves been the subject of interest for other well-known artists (Pérez Cano et al., 2020). The Galician Romantic landscape painter Genaro Pérez Villaamil y Duguet (1807-1854) devoted an important part of his work to Seville, greatly influenced by the Scottish artist David Roberts, following their meeting in the city (Arias Anglés, 1976). The lithograph included in the publication *España Artística y Monumental* (1842-1850) of the Carmona Gate is a proof of this (Fig. 4). Its scale and proportions, together with the presence of the aqueduct of “Caños de Carmona”, may help us to provide the scale of Saint Augustine (Pérez Villaamil, 1842).

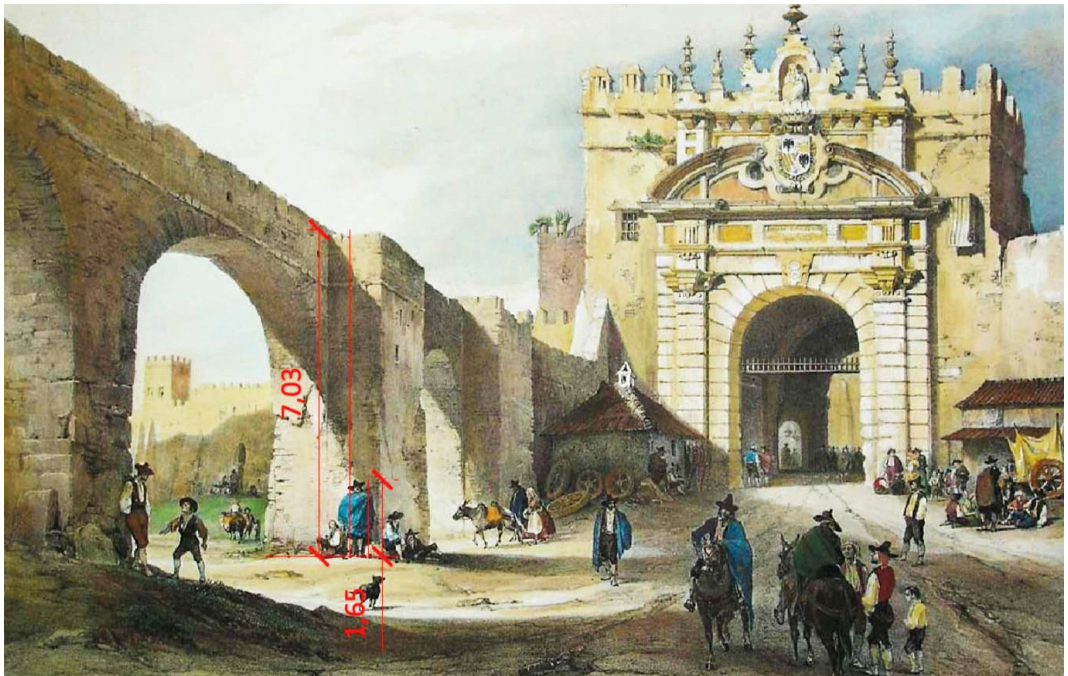


Figure 4 - Height analysis. The authors. Base drawing by Genaro Pérez Villaamil, 1840.

Parcerisa (Francisco Javier Parcerisa y Boada 1803-1876), author of the lithographs included in the ten-volume publication entitled *Recuerdos y Bellezas de España (Memories and Beauties of Spain)*, dedicated the issue published in 1856 to Seville and Cadiz, with texts by Pedro Madrazo, including an image taken from nature that he entitled *Caños de Carmona*. Although the title refers to the hydraulic infrastructure, it also shows the Gate of the same name and the convent of Saint Augustine (Madrazo, 1856). In this case, and unlike Ford's image, the head of the roof of the convent church appears from the front and behind it, the play of the slopes of the roof of the church's naves (Fig. 5).



Figure 5 - Height analysis. The authors. Base drawing by Francisco Javier Parcerisa, 1856.

7. Analysis and scope of the results

The research, based on the work of Pérez Cano (1993), has compiled information on the 56 male houses founded and located in the city of Seville. Of these, the 27 remaining churches have been selected and drawn, showing a disparate typology. We observe that four of them have typological proportions of the floors, very similar to the one that the historical cartography shows us for Saint Augustine.

These four examples, from the planimetry (floor plans and elevations), show very similar dimensions in terms of the maximum height of the church roof. This is 25.00 metres in the case of San Pablo el Real, 24.30 metres in La Trinidad, 27.00 meters in San Jacinto and 22.50 meters in La Anunciación. These variations have to do with the dimensions of the three naves. For this reason, taking the above as a reference, the maximum height of Saint Augustine is estimated at 24.80 m.

Historical iconography provides us with another point of view. Richard Ford's drawings, in combination with those of Pérez Villaamil and Parcerisa, help to scale the church. Ford's is a very frontal image, almost an elevation, which, analysed in

the context of the “Caños de Carmona”, whose height is known, and of the Puerta, allows us to establish an approximate height of the volume of the church. Pérez Villaamil includes people; if we take as a reference the human figure resting on the Spouts with a height of 1.65 metres and know that they were around 7 metres, we get the proportions of the Gate (8 metres at the entrance arch and slightly more than double that at its crown). We assume that Ford’s drawing has enlarged the volume of the gate too much, so we consider Parcerisa and Villaamil’s options to be more plausible. However, the façade of the convent church in Ford’s drawing maintains the proportions, as it is a frontal image, with the aqueduct of “Caños de Carmona”, showing a height of the church compatible with the 24.80 metres indicated by the analysis of the planimetry.

8. The viability of the process

The recovery of the volume of the church of the former convent of Saint Augustine answers the questions posed at the beginning of the text. The analyses show that has a typological basis in male convent architecture, which allows us to affirm that the height of the ridge of the main nave of the church was around 25 metres, exactly 24.80 metres, typical of a convent church with three naves of these proportions.

This statement is reinforced by the important iconography of the area around the Carmona Gate and the “Caños de Carmona”, dating from the 19th century and contemporary to the convent. In fact, both Richard Ford’s drawing and the lithographs by Pérez Villaamil and Parcerisa corroborate the scale of the church in relation to its context and present-day permanences.

So far, the loss of heritage has been enormous, with the church, part of the old cloister, etc. In view of the above, the urban planning instruments and specifically the new Special Plan for Saint Augustine that has been drawn up, while also taking into account other issues arising from the archaeological and historical studies, allow for a new use for the building that is compatible with its heritage recognition.

Therefore, any intervention project in the formally listed monument will have clear urban planning parameters that guarantee the legal security of the intervention, as required by heritage legislation, and the common sense of the public.

At the moment, according to the temporary transfer of uses made by the city council, owner of the building, a project for a luxury hotel signed by Cruz y Ortiz has been presented. In short, answering the last two research questions, building the empty space of the church, with the legal administrative guarantees and presumably of great architectural quality, is and will be possible.

References

- Amores Carredano, F. (1987). Excavación en el Antiguo Convento de San Agustín (Sevilla) [Excavation in the Old Convent of Saint Augustine (Seville)]. In *Anuario Arqueológico de Andalucía 1985*, 361-365. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- Angulo, R.; Pinto, F.; Rodríguez, J.; Palomino, A. (2017). Digital Anastylis of the Remains of a Portal by Master Builder Hernán Ruiz: Knowledge Strategies, Methods and Modelling Results. In *Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage, Volume 7*, 32-41. <https://doi.org/10.1016/j.daach.2017.09.003>
- Arias Anglés, E. (1976). Influencias en la obra pictórica de Pérez Villaamil. [Influences in the pictorial work of Pérez Villaamil]. In *Goya*, 133, 29-37.
- Barrau, L. (1881). *Notas históricas acerca el ex-convento de San Agustine de Sevilla y ex-presidio peninsular* [Historical notes about the former convent of Saint Augustine in Seville and ex-peninsular presidio] Imprenta de los Ayuntamientos.
- Barrero Rodríguez, C. (2007). Las innovaciones de la Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía en la ordenación urbanística de los conjuntos históricos [The innovations of Law 14/2007, of 26 November, on the Historical Heritage of Andalusia in the urban planning of historic areas]. In *Administración de Andalucía: revista andaluza de administración pública*, 68, 73-111. <https://doi.org/10.46735/raap.n68.529>
- Becerra García, J. M. (2017). *La conservación de la ciudad patrimonial: El planeamiento urbanístico como instrumento para la protección* [The conservation of the heritage city: Urban planning as an instrument for the protection of the heritage city] Doctoral Thesis. Higher Technical School of Architecture of Seville, University of Seville.
- Becerra García, J. M. (2020). *La conservación de la ciudad histórica en Andalucía. El planeamiento urbanístico como instrumento de la protección en el cambio de siglo* [The conservation of the historic city in Andalusia. Urban planning as an instrument of protection at the turn of the century.]. Almuzara.
- Benabent Fernández de Córdoba, M. (2019). La insoportable rigidez del Plan General Urbanístico. La necesidad de un cambio de modelo [The unbearable rigidity of the General Urban Development Plan. The need for a change of model]. In *Ciudad y Territorio*, 201, otoño, 451-466.
- Braunfels, W. (1975). *La arquitectura monacal en Occidente*. [Monastic architecture in the West]. Barral Editores.
- Calvo Serraller, F.; Carrete Parrondo, J.; Lleó Cañal, V.; Valdivieso, E. (1991). *Iconografía de Sevilla de 1790-1868*. [Iconography of Seville from 1790-1868] Ediciones El Viso.
- Campos Venuti, G. (1984). *Plan o Proyecto una falsa alternativa*. [Plan or Project a false alternative] In *Ciudad y Territorio*, Enero-Junio, 55-60.
- Cartografía Histórica de Sevilla. [Historical Cartography of Seville] <https://www.sevilla.org/no8do-digital/expo-no8do/cartografia-historica> (accessed on 12/02/2025)
- Cruz y Ortiz arquitectos. (2019a). Hotel Mercer boutique G. L. Casa Palacio Castelar. In *Diseño*, 392.
- Cruz y Ortiz arquitectos. (2019b). *Plan Especial de San Agustín* [Saint Augustine Special Plan]. Ayuntamiento de Sevilla.
- Cruz y Ortiz arquitectos. (2020). *Remodelación de Hotel Ambassade* [Remodelling of Hotel Ambassade] *Ámsterdan, Holanda*. In *Diseño*, 2020, 395.

- Cubero Hernández, A., & Arroyo Duarte, S. (2020). Colonial Architecture in Panama City. Analysis of the Heritage Value of Its Monastic Buildings. In *Designs*, 4(4), 57. <https://doi.org/10.3390/designs4040057>
- Decreto 2.803/1964 de 27 de agosto, publicado en BOE 12-9-1964, número 220, p. 12006.
- Edicto de 13 de febrero de 2007, del Ayuntamiento de Sevilla, pp. 689.
- Edicto de 16 de octubre de 2006, del Ayuntamiento de Sevilla, pp. 4473.
- Electronic Office of the Cadastre (2025). <https://www1.sedecatastro.gob.es/Cartografia/mapa.aspx?buscar=S> (accessed on 12/02/2025).
- Fernández González, A. (2013). El desaparecido monasterio sevillano de San Agustín: planos inéditos del siglo XI. [The disappeared Sevillian monastery of Saint Augustine: unpublished plans from the 19th century]. In *Archivo Español de Arte*, 344 octubre-diciembre, 311-330. <https://doi.org/10.3989/aearte.2013.v86.i344.554>.
- Fernández Rojas, M. (2008). *Patrimonio artístico de los conventos masculinos desamortizados en Sevilla durante el siglo XIX: Benedictinos, Dominicos, Agustinos, Carmelitas y Basílios* [Artistic heritage of the disentailed male convents in Seville during the 19th century: Benedictines, Dominicans, Augustinians, Carmelites and Basilians]. Diputación Provincial de Sevilla.
- Ford, B. (1963). *Richard Ford en Sevilla* [Richard Ford in Seville]. Instituto Diego Velázquez.
- Guijo Pérez, S. (2018). *El Real Monasterio de San Leandro de Sevilla: Su origen y permanencia en el tiempo* [The Royal Monastery of San Leandro in Seville: Its origin and permanence over time]. Doctoral Thesis, Department of Geography, History and Philosophy, University of Pablo de Olavide of Seville.
- Law 16/1985, of 25 June 1985, on Spanish Historical Heritage, art. 20.3.
- Madrazo, P. (1856). *Recuerdos y Bellezas de España: Sevilla y Cádiz* [Memories and Beauties of Spain: Seville and Cadiz]. Imprenta de Joaquín Verdguer.
- Marado, C. A. (2007). *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve* [Convent heritage and periphery. The safeguarding of the old conventual spaces in the Algarve] Doctoral Thesis, Higher Technical School of Architecture of Seville, University of Seville.
- Martins, A. M. (2011). *As arquitecturas de cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no territorio* [The Cistercian architectures in Portugal, the actuality of their rehabilitation and their insertion in the territory]. Doctoral Thesis, Higher Technical School of Architecture of Seville, University of Seville.
- Martins, A. M. T.; Carlos, J. S. (2012). The re-use of a Monastic space in Lisbon: ideals and realities of the Bernardas' Convent. In *HERITAGE 2012, Proceedings of the 3rd International Conference on Heritage and Sustainable Development*. https://www.researchgate.net/publication/236143114_The_reuse_of_a_Monastic_Space_in_Lisbon_ideals_and_realities_of_the_Bernardas'_Convent#fullTextFileContent (accessed on 12/02/2025)
- Molina-Siles, P.; Torres Barchino, A. (2014). Conversando con Rafael Moneo el arquitecto y enseñante de arquitectura [In conversation with Rafael Moneo the architect and architecture teacher]. In *EGA Revista de Expresión Gráfica*, 24, 36-49. <https://doi.org/10.4995/ega.2014.3085>.
- Morcillo Arencibia, J. A.; Pérez Cano, M. T.; Royo Naranjo, L. (2019). Public Space After the Ecclesiastical Disentailments in Cordova. In *IOP-CS: Materials Science and Engineering*, 471, 092062. <https://doi.org/10.1088/1757-899X/471/9/092062>.
- Mosquera Adell, E.; Mosquera Pérez, C. T.; Navarro de Pablos, F. J.; Ostos Prieto, F. J.; Pérez Cano, M. T. (2022). The urban resilience of monastic architecture and the heritage

- management. The case of Seville's Saint Augustine convent. In *AIP Conference Proceedings*, 2574, 050006. <https://doi.org/10.1063/5.0112885>
- Novo Malvárez, M. (2016). *Los conventos de clausura del centro histórico de Palma. Potencialidades y nuevos usos vinculados a la gestión de su patrimonio cultural* [The cloistered convents in the historic centre of Palma. Potential and new uses linked to the management of their cultural heritage]. Doctoral Thesis, University of les Illes Balears.
- Ortiz Sánchez, M. (2012). El patrimonio histórico y los tribunales de justicia. Una necesaria aunque difícil relación [Historical heritage and the courts of justice. A necessary but difficult relationship]. In *PH, 82 Especial monográfico: Patrimonio y tribunales de justicia*, 4-8.
- Ostos Prieto, F. J.; Aladro Prieto, J. M.; Pérez Cano, M. T. (2021). La ciudad conventual en el territorio de Andalucía. Procesos de implantación territorial monástica de las órdenes de dominicos y franciscanos [The convent city in Andalusia. Processes of monastic territorial implantation of the Dominican and Franciscan orders]. In *Historia, arte y patrimonio cultural. Estudios, propuestas, experiencias educativas y debates desde la perspectiva interdisciplinar*. Dykinson, 1-30.
- Pérez Cano, M. T. (1993). *Patrimonio y ciudad. El sistema de los conventos de clausura en el Centro Histórico de Sevilla. Génesis, diagnóstico y propuesta de intervención para su recuperación urbanística* [Heritage and the city. The system of cloistered convents in the historic centre of Seville. Genesis, diagnosis and proposed intervention for its urban recovery]. Doctoral Thesis, Higher Technical School of Architecture of Seville, University of Seville.
- Pérez Cano, M. T. (1996). *Patrimonio y Ciudad. El Sistema de conventos de clausura en el centro histórico de Sevilla* [Heritage and the City. The system of cloistered convents in the historic centre of Seville]. University of Seville/ FOCUS.
- Pérez Cano, M. T.; Mosquera Adell, E. (1991). *Arquitectura en los Conventos de Sevilla: una Aproximación Patrimonial a las Clausuras* [Architecture in the Convents of Seville: A Heritage Approach to the Cloisters]. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- Pérez Cano, M. T. et al. (2020). *Puertas de Sevilla. Recursos audiovisuales y nuevas tecnologías* [Gates of Seville. Audiovisual resources and new technologies]. University of Seville.
- Pérez Villamil, G. (1842). *España Artística y Monumental*. [Artistic and Monumental Spain] (texts by Patricio de la Escosura). Alberto Hauser.
- Portaceli, M. (1993). La rehabilitación del teatro romano de Sagunto [The rehabilitation of the Roman theatre of Sagunto]. In *Cuadernos de Arquitectura Romana, 2 Teatros Romanos de Hispania*, 43-45.
- Utrero Agudo M. A. (2020). La intervención de la DGEMN en las iglesias altomedievales de Portugal. Arqueología de la arquitectura y reconstrucción de São Pedro de Lourosa y São Pedro de Vera Cruz de Marmelar [The DGEMN's intervention in the early medieval churches of Portugal. Archaeology of architecture and rebuilding of São Pedro de Lourosa and São Pedro de Vera Cruz de Marmelar]. In *Erph_Revista electrónica de Patrimonio Histórico*, 27, 84-105. <https://revistaseug.ugr.es/index.php/erph/article/view/17902>.

Sacred sites, Abandoned abbeys: Sustainable Heritage Tourism in Southern Sweden

Locais sagrados, abadias abandonadas: turismo cultural
sustentável no sul da Suécia

Henrik Lindblad

Uppsala University, Department of Art History

Johan Eriksson

Uppsala University, Department of Art History

Christer Gustafsson

Uppsala University, Department of Archaeology, Ancient History and Conservation

Introduction: churches as lighthouses and landmarks

If you are traveling in the very south of Sweden, in the southeast of the province and region of Scania (in Swedish: *Skåne*), the abundance of churches is remarkable. In this strikingly wide-open and windy landscape, facing the northern shores of the Baltic Sea, the many church towers are like beacons or lighthouses among the low houses and farms; according to local narratives some of the churches have indeed been used as reference points for seafarers. Today, they function as historic landmarks in a modernised and rapidly changing landscape. The churches, whether they are in a countryside affected by increasing urbanisation or in commercialised city centres, belong to the few buildings still open to the public. That is, if they are still accessible.

The Diocese of Lund, the southernmost diocese in Sweden and corresponding to the regions Scania and Blekinge, has in comparison with the other twelve dioceses the highest number of church buildings. Furthermore, despite being quite heavily and densely populated it has a relatively low number of church members. In fact, the entire Church of Sweden is now and according to all future prognoses steadily decreasing in membership, economy and church activities. In this respect, southeastern Scania might show the future for other parts of Sweden: far too many churches built in a pre-industrial landscape for a pre-modernised society that basically is gone.

1. Purpose of this article

Our article is aimed as a pre-study to a new research project, in which we will study and find ways to sustainably develop early medieval churches and related historic sites in eastern Scania. The article is partially based on the project's preliminary research plan, performed by Henrik Lindblad, Johan Eriksson and Christer Gustafsson, all at Uppsala University, partially on a presentation made by Henrik Lindblad during the CONVENTUS international seminar *New perspectives on female monastic architecture and heritage*, in Lagoa, Portugal, 21-22 November 2024. The topic is also briefly presented in a couple of forthcoming articles (Lindblad, 2025a, 2025b).

In the CONVENTUS conference presentation, also aspects of the research area's medieval monastic heritage were discussed. Since it was made for an international audience, it included an overview of the religious orders and their monasteries and convents in medieval Sweden and the easternmost part of Denmark, as well as their establishment and dissolution during the Lutheran Reformation in the 16th century. These aspects have been very fruitful for the project planning, meaning that the monastic cultural heritage and its physical sites, the essentially disappeared or ruined abbeys in Eastern Scania, now are included as important research objects and resources in the project. These aspects are also integrated into this pre-study, where in next section, the prerequisites for the early medieval sacred heritage in eastern Scania are briefly explained.

2. Scania – the Danish province that became Swedish

Our research area is situated in Scania, which before 1658 was Danish territory (see Rystad (ed.), 2005). That means that all our research objects were not built in Sweden but in Denmark. In the Middle Ages the territory of Sweden was indeed quite different compared with today. When "Sweden" was finally Christianised in the 11th and 12th centuries, it mainly consisted of the semi-independent areas of *Götaland* in the south and *Svealand* in the north (see figure 1, below). The area south and south-east of Götaland, except for Halland which became temporary Swedish territory in 1645, was part of Denmark. Under the Roskilde Peace Treaty between Denmark and Sweden in 1658, Denmark was forced to give up its eastern part, and the provinces of Halland, Scania and Blekinge became permanently Swedish (Ibid). This means that the entire area of the present Lund diocese, which includes Scania and Blekinge, was Danish before 1658 and that the city of Lund, which held the seat of the Danish archbishop, was the religious centre of Denmark (Berntson, 2024, p. 1). When the Danish archdiocese became Swedish territory, it was transformed into the southernmost diocese of the Swedish Evangelical Lutheran Church, which in those days, and still has, its archbishop's seat in Uppsala, north of Stockholm. Preceding this was the protestant reformation of the Catholic Church in Sweden, which was a long and complex process that began after the coronation of Gustav Vasa in 1523 and was finalized in 1593 with the acceptance of the Augsburg Confession as the faith of the Kingdom (Berntson, 2024, pp. 3, 13).

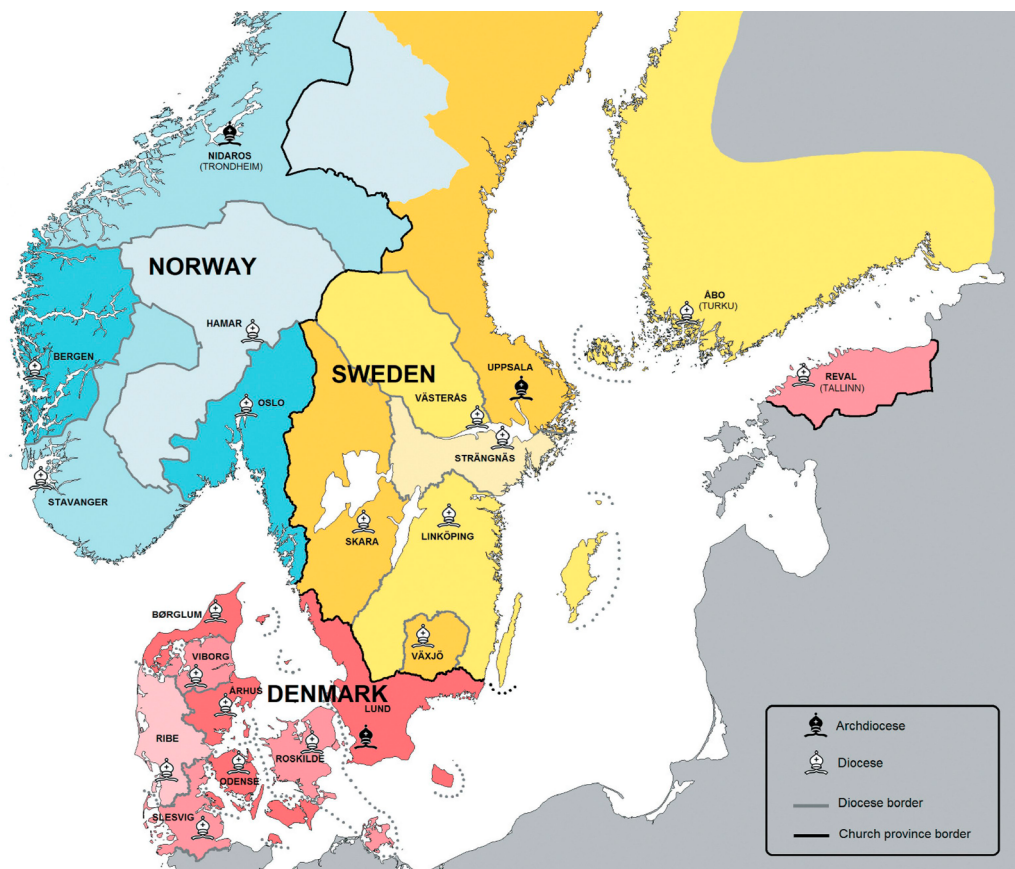


Figure 1 - The Scandinavian Church province during the Late Middle Ages. Map by Johnny Grandjean Gøgsig Jakobsen, reproduced in Nilsson, 2020, p. 231.

3. Medieval monasteries and convents in Sweden and Denmark

The first monasteries in Sweden were established by the Cistercians in 1143 in Alvastra and Nydala in Götaland. At the time of the reformation in the 16th century, there were about 50 (40 male and ten female) monasteries and convents belonging to nine different monastic orders (Berntson, 2024, p. 1-2; see table 1 below). The last Swedish monasteries to be dissolved were the Bridgettine abbeys in Nådendal (Naantali in Finland) and in Vadstena, where the last nuns left in 1595. According to the church historian Martin Berntson, the nunneries survived longer than their male counterparts, because “the state supplied food provisions to them, and these agreements were settled because of the social problems that would arise for nuns and sisters who had to leave their secluded life in their convents.” (Berntson, 2024a, p. 10).

Table 1 - List of all monasteries and convents in Medieval Sweden, about 50 in total, sorted after monastic order, based on table 1 in Berntson, 2024a, p. 2.

Monasteries and Nunneries			
Mendicant Houses			
Cistercians	Carthusians (male)	Dominicans	Franciscans
<i>Cistercian Monasteries</i>	Gripsholm	<i>Brethren</i>	<i>Brethren</i>
Alvastra		Kalmar	Arboga
Husby	Hospitallers (male)	Lödöse	Enköping
Julita	Eskilstuna	Sigtuna	Jönköping
Nydala	Kronbäck	Skara	Krokek
Varnhem	(Stockholm)	Skänninge	Kökar (Hamnö)
Stockholm	Linköping	Strängnäs	Nyköping
		Vyborg	Nylödöse
<i>Cistercian Nunneries</i>	Bridgettines	Västerås	Rauma (Raumo)
Askeby	Naantali (Nådendal)	Turku (Åbo)	Skara
Gudhem	Vadstena		Stockholm
Riseberga		Dominican Sisters	Söderköping
Sko	Order of the Holy Ghost (male)	Skänninge	Uppsala
Vreta	Söderköping		Vyborg (Viborg)
Vårfruberga	(Lindholmen)	Antonites (male)	Växjö
		Ramundeboda	
			<i>Franciscan Sisters</i>
			Stockholm
		Carmelites (male)	
		Örebro	

In a European perspective, the number of monastic houses and orders in Sweden was low. In Denmark there were as many as 140 monasteries and convents with twelve monastic orders represented (Jakobsen, 2021, p. 1). The map in figure 2 below shows all monasteries in Denmark during the Middle Ages.

The Danish process of dissolution differed from the Swedish with the religious orders treated quite differently, especially with a more hostile attitude towards the mendicant friars. As an example, the Franciscans in Ystad, a town bordering to the area of *Österlen* (see below), were in 1532 literally thrown out of their convent, which quite soon after the dissolution was converted into a hospital and the convent church became a parish church (Gustavsson, 1989, p. 134). One important difference compared with the Swedish situation is also that when the Danish reformation was initiated in the early 1520s, the landowning monasteries were already under State

administration and increasingly treated as “milking cows” to cover military and courtly expenses (Jakobsen, 2021, p. 12). But despite differences in the complex reformation processes of the two countries, the end result was largely the same: by 1600, all Swedish and Danish monasteries and convents had been dissolved, with churches and buildings used for other purposes or eventually demolished.

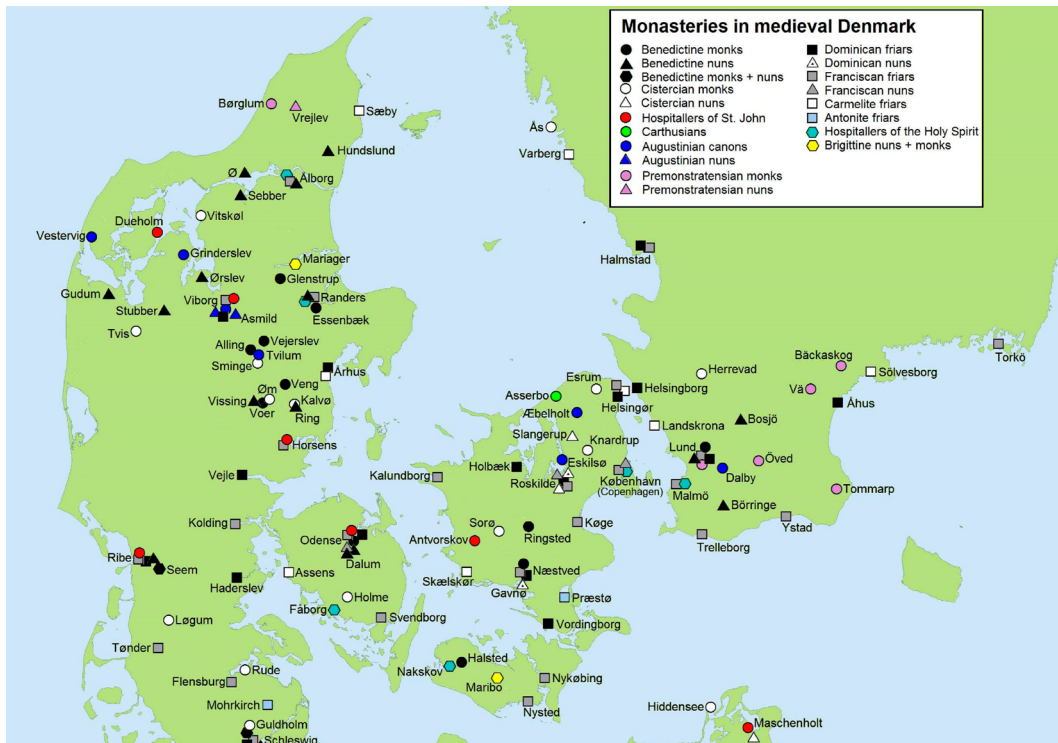


Figure 2 - Location of monasteries in the Danish church province in the Middle Ages (the diocese of Tallinn, Estonia, not included). Map by Jakobsen, 2021, figure 1, p. 2.

In Sweden today, there are, except for the monastic church buildings, which often were transformed into parish churches, few physical remains of medieval abbeys and convents. Most of the other buildings were demolished, even if there are significant ruins left of the Cistercian abbeys of Alvastra, Varnhem, Vreta and Riseberga. In Vadstena, three wings of the monastery are more or less preserved together with the magnificent church (Andersson, 1991, fig, 8, p. 16). The best-preserved abbey in Scania is the above-mentioned Franciscan Convent in Ystad, where the church and the remaining northern wing today are used by the municipality as museum. In our research area, situated right to the east of Ystad, there are few visible remains of the Premonstratensian convent in Tommarp (Jönsson, 2011; Jönsson & Walleborn, 2011), as well as parts of the monastic buildings of the same order in Bäckaskog, today incorporated in a privately owned castle (Kockum, 2009).

Concerning the scope of our research project, it is important to note the establishment of several monasteries belonging to the Premonstratensians, an order that was not established in Sweden but in Denmark and Norway. In the latter case through an abbey in Dragsmark in an area which, like eastern Denmark (Berntson, 2024b,

p. 163), became Swedish in 1658. All the Danish monasteries except Bäckaskog (see below), were likely to be introduced in Denmark within the period 1140-1170 (Jakobsen, 2021, p. 7). In the north of Jylland, there were one male (Børglum) and one female monastery (Vrejlev) and in Scania as many as four or five Premonstratensian monasteries. These were situated in Lund, Öved, Tommarp, Vä and Bäckaskog, though the latter most likely was the same as the monastery in Vä, which was moved in the 13th century after a devastating fire (Kockum, 2009). All of these were male monasteries, with the uncertain exceptions of Tommarp, and Öved, which temporarily during the 13th century probably served as double monasteries (Ibid; Jönsson, 2011).

The canons regular of the Premonstratensian Order were founded by Norbert of Xanten (and therefore also called Norbertines) and follows the Rule of St Augustine, together with the statutes set by the mother abbey in Prémontré in France (Jakobsen, 2021, p.7; Jönsson, 2011, p. 57-58): They are clerics who live together in a community, and like the secular clergy have duties beyond their own community's enclosures, as they engage in acts of mercy, in preaching, and in public liturgy, thereby also responsible for parish churches in their area (Jönsson, 2011). One probable reason for the establishment of the Premonstratensians in Scania is that Eskil, archbishop in Lund 1137-1177, had a special preference for the order (Jakobsen, 2021, p. 7). Archbishop Eskil, being a close friend to Bernard of Clairvaux, was also very prominent in the introduction of the Cistercian order in Scania, manifested by the monastery Herrevad in western Scania, founded already in 1144 as the first Cistercian monastery in Denmark (Jakobsen, 2021, p. 5). The monasteries in Tommarp, Vä och Bäckaskog were all situated in eastern Scania, which means that the remains are within the geographic area of our research project (see below).

4. Romanesque churches and sacred sites in eastern Scania - background

Our project concerns eastern Scania, with a core in the touristic area in the southeast of the province called *Österlen*. After an early medieval expansion with intensive church building, the area was for many years relatively sparsely populated and dominated by fishing and agriculture. In the 20th century, Österlen began to develop as an attractive area for artists, artisans and other cultural workers and with the beginnings of bathing and nature tourism. Probably because of its history, cultural traditions, natural beauty and excellent growing conditions, a tourism based on culture, nature, food and adventures has increased in recent times. Österlen has several important historical sites, which every year are visited by many tourists. The state-owned Glimmingehus is an unusually well-preserved late medieval castle that has up to 50,000 visitors each year (Myndigheten för kulturanalys, 2022). Situated about twenty kilometres southwest of Glimmingehus is the *Ales Stenar* (Ale's Stones), a ship-setting with a spectacular location on the ridge high above the old fishing harbour of Kåseberga (figure 3). Archaeologists and researchers generally interpret the ship-setting as a memorial monument, a cenotaph and probably a cult site associated with the social elite, and according to established research, it was built in the 6th or 7th century AD (Söderberg & Knarrström, 2015). There is also an alternative or competing interpretation, advocated by amateur archaeologists and a few scholars, which claims that the site dates from the Bronze Age and was built as a solar calendar (Mörner & Lind, 2019). Whether the latter theory is credible or not,

Ales stenar with the harbour in Kåseberga is one of the most visited historical sites in Scania and in Sweden with about 700,000 visitors every year (Ystad kommun, 2021). Probably due to its location and its contested history, the site is also associated with Ásatrú, the old Nordic religion in its modern version, and the New Age movement (Svenska Dagbladet, 2005; Expressen, 2018).



Figure 3 - The ship-setting Ale's Stones. Photo: Henrik Lindblad, 2021.

There are also more than 30 churches and previous monastic sites in the area, many of them medieval or of medieval origin and located close to the above-mentioned historical sites in the same cultural landscape. The church buildings and burial grounds with surrounding areas are still owned by their parishes. Although some churches in practice are closed, most of them are used to varying degrees for worship, concerts and other cultural events. Many of them were built in the 12th century in the then newly established Lund archdiocese in Denmark. Apart from later additions which are often of high architectural and artistic quality, they still have many early medieval architectural elements and artefacts preserved in the form of Romanesque architecture, sculpture, murals, furnishings such as figurative baptismal fonts, triumphal crosses and other ecclesiastical objects. Intangible values are also connected to the churches which, in addition to being places of worship, rituals and traditions with preserved elements and traditions dating back as far as 1000 or even more years, are places surrounded by myths, legends and narratives.

Here can be mentioned the legend of the knight Grim who stabbed the priest in Löderup to death and where the old church door is said to still bear traces of the blows of the axe (Lindqvist, 2020), the tale of Sissela's spring in Borrby, where a spring sprang up on the spot where a young girl was killed by the legendary King Borre (Börjesson, 2017), and the stories about the Church Grim who, according to tradition, is an animal and in some cases a human being walled into the church building, who

after its death at night guards the church and cemetery from grave robbers (see Pape, 1946; Börjesson, 2018; Kuusela, 2020). Thus, in addition to being considered as living cultural heritage still used for their traditional purpose, i.e. worship and religious services, these churches, in terms of their rich tangible and intangible cultural values and central locations in the area, should be considered being community resources and sites possible to use for sustainable cultural tourism and local development purposes (Lindblad, 2025a; 2025b; 2023). However, despite the values of the churches and their location in a high-profile historical and touristic landscape, they are not included in regional and local development plans or in marketing campaigns for visitors (see e.g. Ystad kommun, 2021 and Visit Skåne, 2024). The physical distance from Ales stenar to the 12th century church in Valleberga (figure 4), which is the only preserved round church in Scania, is just under six kilometres. Between Glimmingehus to Östra Hoby church it is just over four kilometres and to Vallby church less than two kilometres. But the nearby ecclesiastical heritage sites, which are important and well-preserved nodes in the early Christian historical landscape and should be focal points in the contemporary cultural landscape, are never or only very rarely mentioned in the same context as the secular visitor destinations. Regardless of the huge changes that society has undergone in the nearly thousand years since the early medieval churches were built, they remain in the same places, partly altered due to the changes of society and Church, but also largely preserved and intact.



Figure 4 - Valleberga church. Photo: Per-Martin Hedberg, 2014. Diocese of Lund.

The desired development of society towards a circular economy with use and reuse of materials and historic buildings can be seen in a long-term perspective. With long-term sustainable management and use, the churches can probably stand for at least another thousand years. This would mean a very good management of the environment, materials and energy, as well as of the cultural and historical values imbued in the built cultural heritage, of which the church buildings are an important

part. The region development strategy of Region Skåne for 2030, “Open Skåne”, emphasises ‘the importance of creating health-promoting environments and social capital, which strengthens Scania’s attractiveness’ and where ‘cultural-historical sites and cultural heritage should be protected and developed’ (Region Skåne, 2020, p. 28). In this context, the ecclesiastical cultural heritage should be included as important resources for creating “sustainable use of resources” and a diversity of “good living environments’ that provide “quality of life and confidence in the future” (Region Skåne, 2020, p. 3).

5. Research purpose and design

Our work will compile an extensive overview of the state of research on these churches with surroundings, identify gaps in knowledge and future research needs and, regarding art and architectural history aspects of the studied material, possibly take the research forward. Furthermore, through several case studies and with the support of comparative reference material, it will analyse the prerequisites for developing the included church buildings, church environments and other historic sacred sites as long-term sustainable resources for the local communities and as significant destinations for visitors in an expanding green and sustainable tourism. Another aim of the project is that by further researching the churches as built cultural heritage and historic environments, their cultural-historical values will be analysed and communicated in dialogues with identified stakeholders and broader local and regional groups and organisations. By doing this, the prospects for the historic values to be preserved and developed for the benefit of sustainable local and regional development, are likely to increase.

The project raises three main research questions:

- a) What is the current state of research and knowledge regarding the early medieval, or Romanesque, churches and related sites in eastern Scania, what gaps in knowledge are there and what further research is needed? What heritage values are evident in the research material and in the current knowledge base?
- b) How have international factors and impulses contributed to shaping the art and architecture of the studied sites during the early Middle Ages, and how can this cultural transfer be proved in the studied material?
- c) How can the churches, their environments, and other related sites and objects, based on the characteristics, values and other identified local conditions, be used as resources in sustainable local and regional place development? What factors hinder or favour such development?

In order to answer these questions, our work will be carried out through three corresponding sub-projects:

I: Research overview

This study consists of an overall review and compilation of existing research in the fields of art history, historical archaeology, church history and other relevant fields that has produced published articles, literature and other material regarding the project's research objects. This study also includes unpublished material, which can be found in databases such as the Swedish National Heritage Board's building register and

in the documentation that has been made with characterisations of the churches' cultural-historical values. The overview describes and analyses the current state of research and identifies areas where there are shortcomings or where research is lacking. Where a need for further research is identified, further research projects are also proposed. The subproject includes fieldwork in which the project team analyses the ecclesiastical heritage, mainly in eastern Scania, that have been selected for case studies and, where appropriate, as reference objects.

II: Early medieval cultural transfer

This is a more specific study of how the content and form of Romanesque art and architectural elements, especially mural painting and stone sculpture, were transferred or spread internationally, to and within the Nordic region and especially in Scania. This involves a comparative analysis of the state of research in this field, internationally and nationally. Furthermore, field trips are made to neighbouring European countries to study comparable examples, which are primarily selected based on the research that has previously been conducted. On this basis, the project will make efforts to supplement identified knowledge gaps and thereby advance research on early medieval cultural transfer. In the subproject, expertise in materials and technology relating to early medieval painting and sculpture will be engaged. If it is found that there is a need for research efforts beyond those that can be carried out within the project, further or new studies are proposed.

III: Place development of churches and related sites

The project's hypothesis is that church environments are underutilised as community resources for local residents, but also that they have potential as visitor destinations of international importance. Therefore, the factors that hinder or slow down such development need to be studied in order to be overcome. Based on the cultural and historical values and characteristics identified in the subprojects I and II, the third phase examines how the ecclesiastical cultural environments included in the project can form the basis for sustainable site development. This is done through case studies where the research is conducted in collaboration with local and regional actors identified through stakeholder analysis and consulted in the form of, for example, focus groups, workshops and dialogue meetings. This work identifies local and regional development needs and how the heritage sites and their tangible and intangible values can be used to help fulfil these needs. Methods for this have been developed in the EU Horizon projects *CLIC* (<https://www.clicproject.eu/>) and *Be.CULTOUR* (<https://becultour.eu/>), as well as in studies by Maria Cerreta and other researchers (2020; see below).

6. Brief research overview

6.1. Medieval churches and sites in eastern Scania

The project's research objects consist of early medieval churches and connected sites in eastern Scania (see list in figure 8). It relates to both the surrounding historic environments and their content, Romanesque architecture, art and sculpture and the tangible and intangible cultural-historical values they carry. The ecclesiastical objects and environments have as stated above attracted attention in archaeological

and art history research. However, this research appears to be unevenly distributed geographically and temporally, with several of the more extensive and still cited works being carried out as far back as the first decades of the 20th century (see below). The later research on these churches is mainly historic-archaeologically oriented in the research field of medieval archaeology, from 2005 historical archaeology, at the University of Lund and where the last major study, *By, huvudgård och kyrka (Village, Manor and Church)* was published in 1989 (Andersson & Anglert). Another example is the site of the Premonstratensian monastery in the former medieval town Östra Tommarp (previously named Thumatorp or just Tommarp), which has been frequently excavated and studied by archaeologists, resulting in a dissertation in historical archaeology by Lars Jönsson (2010) and a detailed report by Lars Jönsson & Ulrika Walleborn (2011). Related to this research is the investigations of the church and monastery site of Vä, which has resulted in many publications (see overview in Eskildsen, 2022), and of Bäckaskog, the site which the monastery of Vä was moved to after the devastating fire in Vä 1213 (Kockum, 2009). As for all medieval monastic orders and sites in Scania, a broad thematic overview of these was published in 1989, *Skånska kloster*, with Erik Cinthio, the founder of the research field of medieval archaeology, as editor.

In the field of art history, extensive research took place already in the first half of the 20th century, and Lars Tynell's extensive documentation *Skånes medeltida dopfuntar (Medieval Baptismal Fonts of Scania, published 1913-1921)* and Monika Rydbeck's doctoral thesis *Skånes medeltida murarmästare före 1200 (Medieval Stone Masons in Skåne Before 1200, published 1936)* are still cited. A much later study of possible Byzantine influences in architecture and stone sculpture in the area in question was carried out by Rikard Holmberg in 1970. The article is important for this project as it places the architecture and sculpture of several of the objects included, especially Valleberga round church and the so-called Trydemästaren baptismal fonts, in their international contexts. Otherwise, a few research studies have been carried out in the geographical area in question, mainly concerning mural paintings (Ahlstedt-Yrliid, 1976; Banning, 1976-1982; Hildeman Sjölin, 2006 and Hastrup, 2014a; 2014b). The report for Scania produced by the so-called *Parish Church Project* (in Swedish: *Sockenkyrkoprojektet*) provides an overview of the church buildings in the province from the Middle Ages to 1950 (Dahlberg & Sjöström, 2015), with, among others, contributions by the researchers in historical archaeology Mattias Karlsson and Ing-Marie Nilsson. Regarding the Scanian Romanesque churches as a whole and, for example, the stone sculpture in the area, there has been no more extensive research in recent years.

As shown above, the previous research on the early medieval churches and related heritage objects and sites in Scania does not cover the entire geographic area. Also, some of the publications are old and there is obviously room for new research, more projects and more publications.

6.2. Cultural heritage as a resource for a sustainable society

The fact that cultural heritage and cultural environments can be both a resource and a catalyst for various areas of society has been emphasised for a long time in cultural policy and cultural heritage ideology. The thesis *Church Cultural Heritage in a New Era* (Lindblad, 2023) provides an overall review of the Church of Sweden's

and the Swedish State's view of church cultural heritage as a societal resource, which is primarily based on government bills, letters and reports from the Church to the government. It can also be noted here that national research on churches as community resources and visitor destinations is very sparse, if not non-existent. When it comes to cultural heritage in general, there is an extensive international production of research studies, publications and more policy documents. This approach can often rather than being theoretically founded, be seen as politically and instrumentally based, where cultural heritage is serving as a benefit for other policy areas (Ibid). In the context of this project, the Council of Europe's *Faro Convention*, or *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* (2005), is a fundamental document regarding the definition of cultural heritage, its contribution to the development of society and the right to participate in cultural heritage work. The value of culture, heritage, cultural environments and historic buildings as resources for sustainable development is today also a significant area of research with researchers such as Pier Luigi Sacco (2011), David Throsby (2001), Luigi Fusco Girard and Antonia Gravagnuolo (2021). In the field of cultural heritage as a catalyst for societal development, important contributions have been made by for example Janssen et al (2017), Christer Gustafsson (2019), and Christer Gustafsson and Mohamed Amer (2022). In the field of adapted reuse of heritage buildings, the architectural researcher Maria Cerreta at the Federico II University of Naples is the lead author of the article *Towards Heritage Community Assessment: Indicators Proposal for the Self-Evaluation in Faro Convention Network Process* (Cerreta & di Girasole, 2020), which discusses the methodology developed to implement the Faro Convention in concrete development projects (see also Council of Europe, 2019). Another article applies the Creative Living Lab methodology to activate a closed church in Salerno, Italy (Cerreta et al, 2020). This research should be applicable, both theoretically and methodologically, to the above-mentioned ecclesiastical heritage.

7. Research objects

Most of the churches and sites investigated in our study are found in rural areas with merged parishes. For example, Gärnsnäs parish, located in the centre of the area, has more than ten churches, most of them medieval. With a few exceptions, these churches are rarely used as places of worship and even though several of the churches and the artefacts and objects found in them and can be considered to have, even from an international perspective, unique, rare or very high cultural-historical values, they generally have relatively few external visitors. Our research objects (see below, table 2) include the round church in Valleberga (Fig. 4), a group of figurative Romanesque baptismal fonts of very high quality (Valleberga, Löderup, Östra Hoby, Lyngsjö), Romanesque murals, some of which are very well preserved (Vä, Bjäresjö, Övraby, Lyngsjö, Valleberga, Östra Ingelstad), free-standing medieval towers (Löderup and Valleberga), and (Östra Hoby, Lyngsjö, Östra Ingelstad, Vä), remains or traditions of Premonstratensian monasteries (Östra Tommarp, Vä and Bäckaskog). An interesting example is Lyngsjö church which, characterised by its isolated location, remarkably large and high chancel, and with artefacts, such as the unique baptismal font that illustrates the murder of Thomas Becket, and the rare, gilded Romanesque antemensale (antependium or altar frontal) of very high quality (Fig. 5 and 6). The occurrence of these exclusive objects, together with the unusual architectural design of a rural church, has raised many questions among scholars and the enigmatic history of Lyngsjö church remains

to be solved. Recently, there has been an intense academic debate concerning if this even could have been the site of a lost Cistercian monastery, and also on who was the commissioner of the baptismal font, was it the king or the archbishop (Rosborn & Sielski, 2020; Skansjö 2020; Nilsson, 2020; Reuterswärd 2020; Wienberg, 2020, 2022; Lind 2021; Jensen & Jezierski, 2022)? It thus has an unrealised potential to be developed as a cultural-historical site and visitor destination of international importance.



Figure 5 - Antependium (12th century), Lyngsjö church. Photo: Sven Rosborn 2011, Wikimedia Commons.



Figure 6 - Baptismal font (12th century), illustrating the murder of Thomas Becket, Lyngsjö church. Photo: Henrik Lindblad, 2024.

Table 2 - Tentative list of the project's main research objects and sites with examples of their characteristics.

Church	Type of church, location	Year	Characteristics (examples)
Bjäresjö	Patronage church, village	1150	Romanesque paintings (restored in 19 th c), exclusive medieval architecture, figurative Romanesque baptismal font.
Östra Herrestad	Parish church, village	1132-1150	Named architect; Carl Stenmästare, early medieval sculpture, wide west tower with gallery
Övraby	Parish church, manor site, village	1126	Probably one of the oldest churches in Scania, Romanesque paintings; Majestas Domini painting
Valleberga (see figure 4)	Parish church, village	12th c	Romanesque sculptures, figurative Romanesque baptismal font, castellum (tower) with lapidarium
Löderup	Parish church, village, municipality	12th c	Early medieval architecture, massive west tower with gallery, figurative Romanesque baptismal font, castellum (tower), legend of priest murder in the church
Östra Hoby	Parish church, village	1100-1200?	Wide west tower with gallery, Romanesque paintings (partly redone), figurative Romanesque baptismal font
Vallby	Patronage church, village, close to the medieval manor Glimmingehus	12th c	Church affiliated with the Tommarp monastery, 1170s stone reliefs, prominent grave choir, legend of Church Grim in shape of a child
Östra Ingelstad	Patronage church (?), manor site, kyrkby	1100-1200?	Early medieval architecture; probable architect: Carl Stenmästare, Romanesque barrel vault, wide west tower with gallery, Romanesque sculptures and paintings
Östra Tommarp	Monastery site, village, former medieval town	12th c	Former Premonstratensian monastery and medieval town, now a cultural heritage site with a few visible ruins adjacent to a small village
Lyngsjö	Unclear origin (monastic, patronage church?), isolated from village	1100-1150?	Exclusive golden antependium (Fig. 5), unique Thomas Becket font (Fig. 6), Romanesque paintings, wide west tower with gallery, unusually high chancel, isolated location, unclear origin, debate on a possible Cistercian monastery
Vä	Patronage/royal church, monastery site, village, former medieval town	1121	One of the oldest churches in Scania, royal affiliation, wide west tower with gallery, Romanesque sculptures, unusually well-preserved Byzantine-influenced wall paintings (Fig. 7), former Premonstratensian monastery



Figure 7 - Romanesque wall painting in Vå church (12th century). Photo: Henrik Lindblad, 2024.

8. Preliminary results: summary

The project's research objects are located in eastern Scania, a province that in the Middle Ages was an important part of Denmark, which is now a distinctly rural area without major cities or industries. A large part of the area consists of the area called Österlen, which is considered to have very high natural and cultural values with extensive regional, national and international tourism based on these assets. The early medieval churches, monasteries and other related cultural environments that have been investigated are assessed in the cultural history assessments made by Lund Diocese as having very high cultural heritage values and are therefore likely to have significant potential to contribute to local and regional sustainable development. Most of them are located in smaller communities or villages where there are no other public facilities. The potential of these church buildings and related heritage can be considered under-utilised as there are no coordinated or targeted efforts to highlight and use their values as resources for the region and the local communities. The project presented in this pre-study will help to make visible and utilise the cultural, historical, social and economic values that have been identified. This will be done by first strengthening the knowledge and research base on which the values are based and then analysing them so that they can be better used for visitor destination activities and site development. Through collaboration with local and regional stakeholders, this use will be developed and implemented for the benefit of the sustainable development of the area.

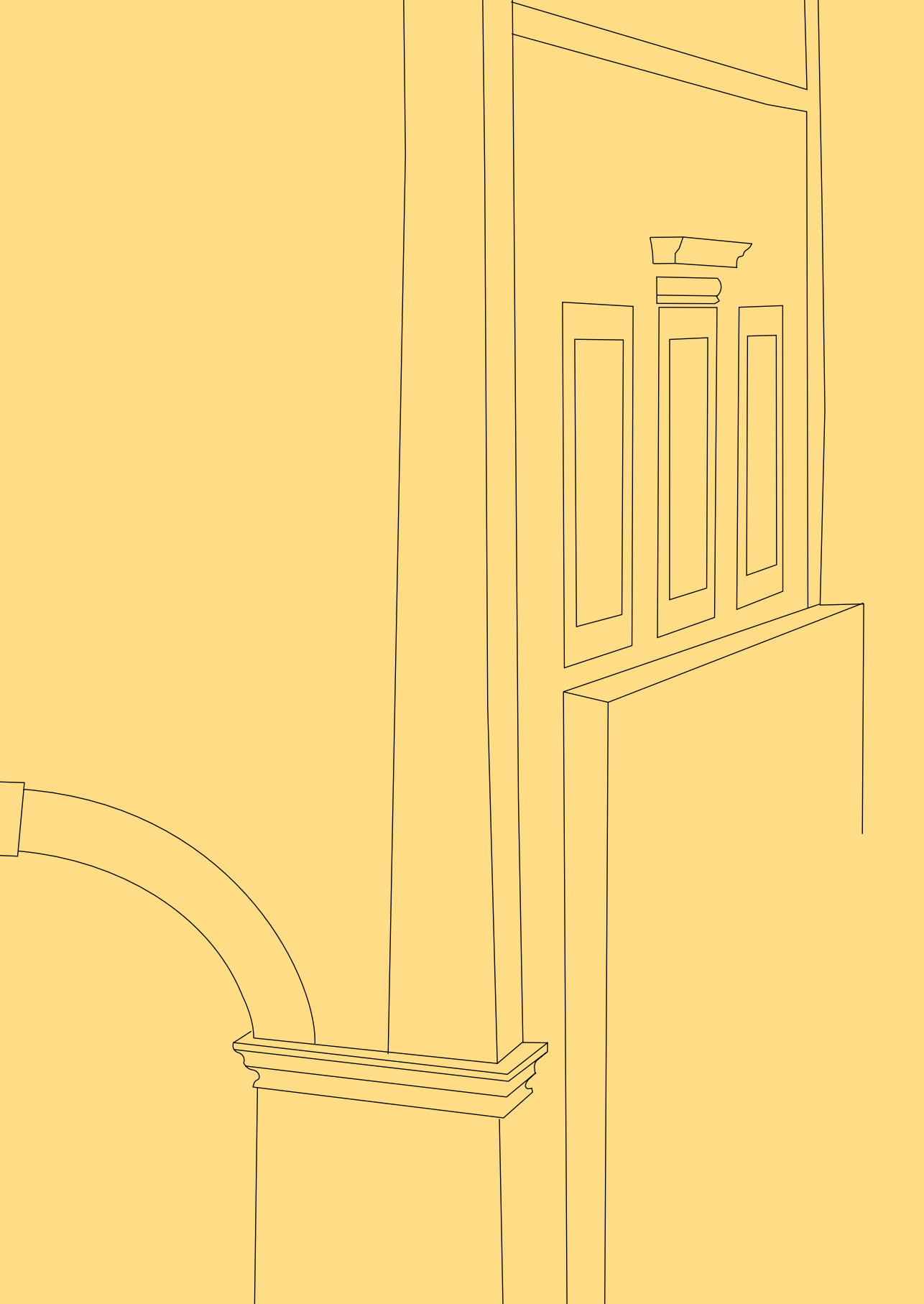
In its first two phases, we will contribute to the research field by compiling and developing research that, especially in art history, can be seen as neglected or of limited scope for several decades: the origins, design, art and architectural history of the early medieval churches and monastic sites of Scania in an international perspective. The research overview's identification of shortcomings, needs and proposals for new projects will thus be of great benefit in revitalising research on early medieval objects with very significant heritage values and which should be of considerable benefit to society. Furthermore, it is important to place the material in a European context, where research is likely to have progressed further, and where synergies can be realised through future initiation and implementation of international research collaborations. With regard to the above-mentioned cultural-historical statements that have previously been carried out, the project will strengthen and utilise the identified values. In the third final phase, we will demonstrate how a previously largely unused resource for sustainable development, which in Sweden has so far not been the subject of research on cultural heritage as a societal resource and catalyst, can be utilised in collaboration with many different stakeholders. Furthermore, our intention is to show how methods developed in other cultural heritage and societal areas for increased participation and inclusion can also be used in the field of ecclesiastical heritage. In this way, our work will also help to include, in addition to the various units of the Church of Sweden, new organisations and groups such as municipalities, regional tourism companies, local associations and individuals, who have not previously been involved in the work on the use and development of, in this case, the early medieval ecclesiastical heritage. This work and the methods used will be documented and analysed so that they hopefully also can be applied to cultural heritage sites, ecclesiastical and otherwise, in need of development in other parts of the country as well as in an international context.

References

- Ahlstedt Yrlid, I. (1976). *Och i hopp om det eviga livet: Studier i Skånes romanska muralmåleri* [Doctoral dissertation, Lund University].
- Andersson, H., & Anglert, M. (Eds.). (1989). *By, huvudgård och kyrka: Studier i Ystadsområdets medeltid*. Almqvist & Wiksell International.
- Anderson, I., Ljungstedt, S., & Malm, G. (Eds.). (1991). *Vadstena klosterkyrka 1: Kyrkobyggnaden*. Almqvist & Wiksell International.
- Banning, K. (Ed.). (1976–1982). *A catalogue of wall-paintings in the churches of medieval Denmark 1100–1600: Scania, Halland, Blekinge*. Akad. forl.
- Berntson, M. (2024a). The dissolution of the monasteries in Sweden during the Reformation. *Religions*, 15(7), 775. <https://doi.org/10.3390/rel15070775>
- Berntson, M. (2024b). *Klosterliv: En historia om spiritualitet mitt i världen*. Artos.
- Börjesson, K. (2017). *Borby kyrka: Kulturhistorisk karaktärisering och bedömning*. Regionmuseet Kristianstad och Svenska kyrkan. <https://www.raa.se/hitta-information/bebyggelseregistret/>
- Börjesson, K. (2018). *Vallby kyrka: Kulturhistorisk karaktärisering och bedömning*. Regionmuseet Kristianstad och Svenska kyrkan. <https://www.raa.se/hitta-information/bebyggelseregistret/>
- Cerreta, M., & di Girasole, E. G. (2020). Heritage community assessment: Indicators proposal for the self-evaluation in Faro Convention Network process. *Sustainability*, 12(23), 9862. <https://doi.org/10.3390/su12239862>
- Cerreta, M., Elefante, A., & La Rocca, L. (2020). A creative living lab for the adaptive reuse of the Morticelli Church: The SSMOLL Project. *Sustainability*, 12(24), 10561. <https://doi.org/10.3390/su122410561>
- Cinthio, E. (Ed.). (1989). *Skånska kloster*. Skånes hembygdsförbund.
- CLIC Project. (2021). *Final report of the Task Force on Circular models for cultural heritage adaptive reuse in cities and regions (Deliverable D6.24)*. <https://www.clicproject.eu/wp-content/uploads/2022/01/D6.24-Final-report-of-the-Task-Force-on-Circular-models-for-cultural-heritage-adaptive-reuse-in-cities-and-regions.pdf>
- Council of Europe. (2005). *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Faro, 27.X.2005)*. Council of Europe Treaty Series – No. 199.
- Council of Europe. (2019). *The Faro Convention Action Plan Handbook*. <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-action-plan>
- Dahlberg, M., & Sjöström, I. (Eds.). (2015). *Skåne: landskapets kyrkor* [Elektronisk resurs]. Riksantikvarieämbetet. <https://raa.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1234500&dswid=8327>
- Eskildsen, J. (2022). *Mariakirken i Vä och klostret samme sted: en kildekritisk gennemgang af nyere litteratur*. Lasertryck.
- Expressen. (2018, June 22). *Här offrar Sveriges asatroende till Freja*. <https://www.expressen.se/kvallsposten/har-offrar-sveriges-asatroende-till-freja>
- Gustafsson, C. (2019). CONSERVATION 3.0 – Cultural heritage as a driver for regional growth. *Scires-It – Scientific Research and Information Technology*, 9(1), 21–32.
- Gustafsson, C., & Amer, M. (2022). Forsvik, Sweden: Towards a people–public–private partnership as a circular governance and sustainable culture tourism strategy. *Sustainability*, 15(5), 4687. <https://doi.org/10.3390/su15054687>
- Gravagnuolo, A., Girard, L. F., Kourtit, K., & Nijkamp, P. (2021). Adaptive re-use of urban cultural resources: Contours of circular city planning. *City, Culture and Society*, 26, 100433. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2021.100416>

- Gustavsson, E. (1989). Gråbrödraklostret i Ystad. En byggnadshistorisk översikt. In E. Cinthio (Red.), *Skånska kloster*. Kristianstad: Skånes hembygdsförbund.
- Hastrup, U. (2014a). Byzantinsk klædte ærkeengle i danske fresker: Kombinationen af ærkeengle med Majestas Domini i 1. halvdel af 1100-tallet. *Iconographisk Post*, 1, 7–37.
- Hastrup, U. (2014b). Reflections on the interplay between altar decorations and contemporary frescoes in Romanesque churches in Denmark: Based on an analysis of the chancels in Lyngsjø church, Scania, and the churches of Raasted and Lisbjerg in Jutland. In *Image and Altar 800–1300: Papers from an International Conference in Copenhagen 24 October–27 October 2007* (pp. 147–160). Copenhagen: University Press of Southern Denmark.
- Hildeman Sjölin, C. (2006). *Bilden, texten och kyrkorummet: En studie av scener kring Jesu födelse och Kristoffer motivet i Sydskandinaviens medeltida kalkmåleri* [Doctoral dissertation, Lunds universitet].
- Holmberg, R. (1970). Ett skånskt spridningscentrum för bysantinska kulturimpulser. *Fornvännen*, 65, 120–135.
- Jakobsen, J. G. G. (2021). A brief history of medieval monasticism in Denmark (with Schleswig, Rügen and Estonia). *Religions*, 12(7), 469. <https://doi.org/10.3390/rel12070469>
- Janssen, J., Luiten, E., Renes, H., & Stegmeijer, E. (2017). Heritage as sector, factor and vector: Conceptualizing the shifting relationship between heritage management and spatial planning. *European Planning Studies*, 25(9), 1654–1672. <https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1329410>
- Jensen, K. V., & Jezierski, W. (2022). Recension of Sven Rosborn (med bidrag av Tomas Sielski), *Vikingakungens guldskatt: Om upptäckten av ett unikt manuskript, kung Harald Blåtands grav och placeringen av fästet Jomsborg*. *Fornvännen*, 117(4). <https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1687725&dsid=9868>
- Jönsson, L. (2011). *Tommarp: kunglig produktionsort och klosterstad* [Licentiate thesis, Lunds universitet].
- Jönsson, L., & Walleborn, U. (2011). *Premonstratenserklostret i Östra Tommarp: arkeologisk forskningsundersökning år 2005: Östra Tommarp 144:4, RAÅ 18, Östra Tommarps socken, Simrishamns kommun, Skåne län*. Lund: Department of Archaeology and Ancient History, Lunds universitet.
- Karlsson, M. (2015a). Medeltidens kyrkor – förutsättningarna. In M. Dahlberg & I. Sjöström (Eds.), *Skåne: landskapets kyrkor* (pp. 35-38). Riksantikvarieämbetet.
- Karlsson, M. (2015b). Kyrkorna under äldre medeltid. In M. Dahlberg & I. Sjöström (Eds.), *Skåne: landskapets kyrkor* (pp. 39-110). Riksantikvarieämbetet.
- Kockum, J. (2009). Bäckaskog – A Norbertine Abbey in the Circary of Denmark and Norway. In O. Auge, F. Bermann, & C. Herrmann (Eds.), *Glaube, Macht und Pracht. Geistliche Gemeinschaften des Ostseeraums im Zeitalter der Backsteingotik* (Archäologie und Geschichte im Ostseeraum, Vol. 5). Rahden/Westf. Leidorf.
- Kuusela, T. (2020). Spöksvin i svensk folktradition. *Arr – Idéhistorisk tidskrift*, (3), 95–97.
- Lind, J. H. (2021). Døbefonten i Lyngsjø: Ærkebiskop Eskil og Thomas Becket-kulten i Danmark. *Ale*, 2021(1), 30–42.
- Lindblad, H. (2023). *Kyrkliga kulturarv i en ny tid: Samlade studier och reflektioner* [Doctoral dissertation summary, Uppsala universitet].
- Lindblad, H. (2025a). Reflections on EXPER and the concept of Living Religious Heritage. In C. Doustaly & C. Saraiva (Eds.), *Glocalised Experiences of Heritage: Imaginaires and Appropriations of World Heritage Historical and Religious Sites. Proceedings of EXPER Conference 1–2 June 2023, Greater Paris, France*. Accepted manuscript.

- Lindblad, H. (2025b). New policies and practices to revive redundant churches. In I. Poullos & N. Walter (Eds.), *Living Heritage – Principles, Policies, Tourism and Business* (working title). Under review.
- Lindqvist, A. (2020). *Löderups kyrka. Kulturhistorisk karaktärisering och bedömning*. Svenska kyrkan, Lunds stift. Report available in the National Heritage Board's Data Base of Built Heritage: <https://www.raa.se/hitta-information/bebyggelseregistret/>
- Myndigheten för kulturanalys. (2022). *Besöksutveckling för de centrala museerna 2021*. <https://kulturanalys.se/publikation/besoksutveckling-for-de-centrala-museerna-2021/>
- Mörner, N. A., & Lind, B. G. (2019). Ales Stones in Southern Sweden: A Remarkable Monument of the Sun Cult and Advanced Astronomy in the Bronze Age. *Archaeological Discovery*, 7, 92–126. <https://doi.org/10.4236/ad.2019.72007>
- Nilsson, B. (2020). The cult of Saint Thomas Becket in the Swedish Church province during the Middle Ages. *International Journal for the Study of the Christian Church*, 20 (3–4), 230–250. <https://doi.org/10.1080/1474225X.2020.1792103>
- Nilsson, I.-M. (2015). Det medeltida kyrkorummets utsmyckning och utrustning. In M. Dahlberg & I. Sjöström (Eds.), *Skåne: landskapets kyrkor*. Riksantikvarieämbetet.
- Pape, J. (1946). *Studier om kyrkogrimen*. *Folkkultur*, 6, 11–239.
- Region Skåne. (2020). *Det öppna Skåne 2030: Skånes utvecklingsstrategi*. https://www.skane.se/SysSiteAssets/organisation_politik/regional-utveckling/regional_utvecklingsstrategi_opna_skane_2030.pdf
- Reuterswärd, E. (2020). Mord, blod och mirakel: dopfunten i Lyngsjö. *Ale*, 2020(2/3), 1–13.
- Rosborn, S., & Sielski, T. (2020). *Nytt källmaterial om Nordens äldsta cistercienserklöster* [PDF]. https://www.academia.edu/43667748/Om_cistercienser_i_Sk%C3%A5ne_2020
- Rydbeck, M. (1936). *Skånes stenmästare före 1200* [Doctoral dissertation, Lunds universitet].
- Rystad, G. (Ed.). (2005). *Kampen om Skåne* (Ny, rev. utg.). Historiska Media.
- Sacco, P. L. (2011). *Culture 3.0: A new perspective for the EU 2014–2020 structural funds programming*. <https://www.interarts.net/descargas/interarts2577.pdf>
- Skansjö, S. (2020). Kyrkbyn Lyngsjö under medeltiden: när guldets blev till sand. *Ale*, 2020(2/3), 14–36.
- Throsby, D. (2001). *Economics and culture*. Cambridge University Press.
- Svenska Dagbladet. (2005). Ales stenar – Nordens Stonehenge. <https://www.svd.se/a/7c80560e-1602-3592-9c37-e2c9cd3222dd/ales-stenar-nordens-stonehenge>
- Söderberg, B., & Knarrström, A. (2015). New light on Ale's Stones: A monumental ship setting in the province of Skåne, Sweden. *Lund Archaeological Review*, 21, 87–106.
- Tynell, L. (1913–1921). *Skånes medeltida dopfuntar*. Stockholm.
- Visit Skåne. (2024). *Visit Skåne: Kultur & Historia*. <https://visitskane.com/sv/upplevelser/kultur-historia>
- Wienberg, J. (2020). Lyngsjö och de gyllene altarna. *Ale*, 2020(4), 42–47.
- Wienberg, J. (2022). Review of Sven Rosborn, *Vikingakungens guldskatt* (2021). *Kuml: Årbog for Jysk Arkæologisk Selskab*, 2022, 176–181.
- Ystad kommun. (2021). *Kommunen Ystad 2030: Översiktsplan för Ystads kommun*. <https://kartportal.ystad.se/filer/OP2030/OversiktsplanKommunenYstad2030.pdf>



Resumos

Abstracts

Quadros do monaquismo feminino no Portugal da Época Moderna: sentidos, espaços e vivências

Portraits of female monasticism in Early Modern Portugal:
meanings, spaces, and experiences

Maria Luísa Jacquet

Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
Universidade Nova de Lisboa, CHAM - Centro de Humanidades
Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar
«Cultura, Espaço e Memória»

Resumo

A supressão das casas religiosas em Portugal conduziu, de forma abrupta, à secularização do clero regular e à desafetação dos seus bens. Sujeito a mais lento processo, o universo monacal feminino conheceria destino não menos contundente. O sentido que, durante séculos, sustentara onexo, material e simbólico, entre edificado e vida religiosa, truncava-se inexoravelmente. Doravante patrimonializados, os outrora cenóbios, sobre os quais se projetam memórias e se ancoram identidades, instituem-se hoje como repositórios de valores culturais que urge preservar e valorizar. No quadro delineado se insere o presente artigo, que visa enfatizar, recorrendo a breves cenários remissíveis à Época Moderna portuguesa, o sentido e o espírito que, traduzidos em dimensões várias da vida monástica feminina, deram forma a um património hoje maioritariamente alterado e ressignificado.

Palavras-chave: património monástico-conventual, monaquismo feminino, processo de patrimonialização, Época Moderna, Portugal.

Abstract

The suppression of religious houses in Portugal led, abruptly, to the secularisation of the clergy and the dispossession of their assets. Subject to a slower process, the female monastic world would meet a no less decisive fate. The meaning that, for centuries, sustained the material and symbolic connection between the built environment and religious life was inevitably severed. From that point onward, the former convents, now patrimonialised, upon which memories are projected and identities anchored, have come to serve as repositories of cultural values that must be preserved and valued. This article is framed within this context, aiming to emphasise, through brief references to the Portuguese Early Modern Era, the meaning and spirit that, reflected in various aspects of female monastic life, shaped a heritage that is now largely altered and redefined.

Keywords: monastic-conventual heritage, female monasticism, heritage-making process, Modern Era, Portugal.

Vivências e espaços religiosos no feminino: as dimensões materiais e imateriais do Convento de São José em Lagoa

Female religious experiences: the material and immaterial dimensions of the Convent of Saint Joseph in Lagoa

Catarina Almeida Marado

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Andreia Fidalgo

Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Aberta, Centro de Estudos Globais

Tiago Sobral

Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
Centro de Estudos de Arquitetura - do Território ao Design

Ismael Estevens Medeiros

Câmara Municipal de Lagoa, UO Património Cultural

Resumo

O Convento de São José em Lagoa teve a sua origem num recolhimento feminino fundado em 1743. Sob a orientação das Constituições de 1763, e seguindo a Regra da Ordem das Carmelitas Terceiras Regulares, a comunidade religiosa viveu em clausura até finais do século XIX. Ultrapassando ilesa o conturbado período que marcou a extinção das ordens religiosas, as recolhidas foram substituídas pelas Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, que em 1899 instalaram no edifício um colégio feminino. Para além do uso educativo, este assumiu também uma função de assistência social, com um importante significado no concelho de Lagoa. Finalmente, o seu encerramento em 1910 determinou a saída das religiosas e a nacionalização de todo o complexo conventual.

Partindo de uma recolha documental diversificada e exaustiva, a análise cruzada dos resultados da investigação documental com a interpretação integrada e informada da arquitetura do edifício permitiu compreender, numa leitura diacrónica, as continuidades e descontinuidades das vivências, dos usos, dos significados, das características arquitetónicas e dos momentos construtivos desta casa religiosa. Este conhecimento, produzido no contexto do projeto CONVENTUS, e que se somará ao estudo das diferentes fases da vida deste imóvel, elaborado na sequência desta investigação, servirá de base para a definição de um plano museológico para este emblemático edifício, promovendo ativamente os seus valores socioculturais e a sua importância no seio da comunidade local.

Palavras-chave: Convento de São José, Recolhimento feminino, arquitetura religiosa, uso educativo, vivências religiosas.

Abstract

The Convent of Saint Joseph José in Lagoa originated from a beguinage founded in 1743. Under the guidance of the Constitutions of 1763 and following the Rule of the Order of the Regular Third Order of Carmelites, the religious community lived in enclosure until the late 19th century. Surviving unscathed through the turbulent period that marked the dissolution of religious orders, the beguines were replaced by the Dominican Sisters of Saint Catherine of Siena, who established a women's school in the building in 1899. In addition to its educational use, the convent also took on a social assistance role, carrying significant meaning for the municipality of Lagoa. Finally, its closure in 1910 led to the departure of the religious community and the nationalization of the entire convent complex.

Based on a diverse and exhaustive documentary collection, the cross-analysis of the results from the documentary research with the integrated and informed interpretation of the building's architecture allowed for an understanding, in a diachronic perspective, of the continuities and discontinuities in the experiences, uses, meanings, architectural characteristics, and construction phases of this religious house. This knowledge, produced within the context of the CONVENTUS project, and which will be supplemented by the study of the different phases of the life of this property developed as a result of this research, will serve as the foundation for the definition of a museological plan for this emblematic building, actively promoting its sociocultural values and its importance within the local community.

Keywords: Convent of Saint Joseph, beguinages, religious architecture, educational function religious experiences.

Inmuebles disimulados: conventos femeninos en San Fernando (Cádiz)

Concealed properties: female convents
in San Fernando (Cádiz)

José Ramón Barros Caneda

Universidad de Cádiz, Instituto de Investigación en Estudios del Mundo Hispánico/
Grupo Investigación HUM-726. Ciudad, Imagen y Patrimonio

Resumen

La actual ciudad de San Fernando se constituyó como municipio a mediados del siglo XVIII en un entorno, la Bahía de Cádiz, que tuvo una intensa presencia ilustrada. En este contexto proponemos una lectura urbana de inmuebles conventuales femeninos disimulados o integrados en una estética visual civil que los “simbiotiza” con su entorno. Frente a los dos conventos masculinos de presencia monumental formal y volumétrica, los tres femeninos de la Compañía de María, las Capuchinas y de la Santísima Trinidad (de los siglos XVIII, XIX y XX, respectivamente), aun manteniendo los rasgos de la tipología conventual, asumieron y siguen asumiendo en su relación con la ciudad una presencia visual discreta en tiempos en los que la plasticidad barroca había caducado.

Palabras clave: San Fernando, arquitectura, conventos femeninos, arquitecturas disimuladas.

Abstract

The current city of San Fernando was established as a municipality in the mid-eighteenth century in an environment, the Bay of Cadiz, which had an intense Enlightenment presence. In this context, we propose an urban reading of female convent buildings concealed or integrated into a civil visual aesthetic that “symbiotically” them with their surroundings. In contrast to the two male convents with a formal and volumetric monumental presence, the three female convents of the Company of Mary, the Capuchins and the Holy Trinity (from 18th, 19th and 20th centuries), still maintaining the features of the convent typology, assumed and continue to assume in their relationship with the city a discreet visual presence at a time when Baroque plasticity had expired.

Keywords: San Fernando, architecture, feminine convents, disguised buildings.

**Los espacios conventuales femeninos en Toledo:
el silencio de una ciudad levítica**

Female convent spaces in Toledo:
the silence of a levitical city

Ignacio González-Varas Ibáñez

Universidad de Castilla-La Mancha, Escuela de Arquitectura de Toledo

Resumen

Toledo conserva un considerable número de conventos que aún transmiten el característico silencio de una ciudad levítica. En el conjunto histórico permanecen aún en pie 35 edificios conventuales, 14 de ellos con vida religiosa, de los cuales 11 todavía son habitados por comunidades femeninas. Estas fundaciones pertenecen a fechas muy diferentes y algunos de ellos son muy relevantes, tanto por su trayectoria histórica como por su factura arquitectónica. Aquí se reflexiona sintéticamente sobre este legado cultural y sobre la presencia y sentido que alcanzan los espacios conventuales femeninos en la ciudad, entendidos estos como espacios físicos y espirituales. Asimismo, se presentan algunas iniciativas, públicas y privadas, que recientemente se han llevado a cabo para el estudio, difusión y transmisión de este patrimonio.

Palabras clave: Toledo, conventos, mujeres, patrimonio, ciudad.

Abstract

Toledo preserves a large number of convents that still transmit the characteristic silence of a Levitical city. In this historic site stand 35 conventual buildings, 14 of them with religious life, of which 11 are still with female communities. These convents are to very different dates and some of them are very relevant, both for their historical value and for their architectural value. In this paper we reflect on this cultural heritage and on the presence and meaning that conventual spaces in the city, understood as physical and spiritual spaces. We also present some initiatives, public and private, that have recently been carried out for the study, dissemination and transmission of this cultural heritage.

Keywords: Toledo, convents, female, cultural heritage, historic city.

A extinção dos conventos de Lisboa: alguns desafios atuais

The dissolution of Lisbon's convents:
contemporary challenges

Raquel Henriques da Silva

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Departamento de História da Arte

Resumo

Entre 2013 e 2014 decorreu, no Instituto de História da Arte (IHA) - NOVA FCSH, o Projeto *Lx Conventos - Da Cidade Sacra à Cidade Laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e envolvendo diversas parcerias, a mais importante das quais com o Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa.

O objetivo do projeto foi caracterizar, um a um, os 70 conventos que existiam em Lisboa em 1834, quando o Estado decretou a sua extinção. Em 2019, desses conventos restavam 66, tendo os outros quatro sido demolidos. Este objetivo, integralmente cumprido e disponibilizado no site *Lx Conventos*, inscreve-se numa finalidade mais ampla e que se mantém ativa: como salvaguardar os valores patrimoniais destas importantes 'casas' que modelaram o território e a imagem de Lisboa? De facto, quase dois séculos após a "extinção", alguns ex-conventos continuam a conhecer novas ocupações ou encontram-se expectantes em relação a novas reconversões anunciadas.

Palavras-chave: conventos em Lisboa, extinção, reconversão, patrimonialismo.

Abstract

Between 2013 and 2014, the Lx Conventos project - From the Sacred City to the Secular City. The extinction of religious orders and the dynamics of urban transformation in 19th century Lisbon took place at the Instituto de História da Arte (IHA) - NOVA FCSH. It was financed by the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), involving several partnerships, the most important of which with the Department of Cultural Heritage of Lisbon City Council. The aim of the project was to characterize, one by one, the 70 convents that existed in Lisbon in 1834, when the state decreed their extinction. In 2019, 66 of these convents remained, with the other 4 having been demolished. This objective, fully fulfilled and made available on the Lx Conventos website, is part of a broader purpose that remains active: how to safeguard the heritage values of these important 'houses' that shaped the territory and image of Lisbon? In fact, almost two centuries after the "extinction", some former convents continue to discover new occupations or are awaiting new announced reconversions.

Keywords: *convents in Lisbon, extinction, reconversion, heritagisation.*

História Falada: ecos de memória, sentidos coletivos e perspectivas de futuro para o Convento de São José em Lagoa

Spoken History: echoes of memory, collective meanings, and future perspectives for the Convent of Saint Joseph in Lagoa

Gabriela Vieira

Instituto Superior de Economia e Gestão, Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar

Lorena Sancho Querol

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Catarina Almeida Marado

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Bárbara Santos

Câmara Municipal de Lagoa, UO Património Cultural

Resumo

Este capítulo, desenvolvido no âmbito da Linha 2 do Projeto CONVENTUS apresenta uma investigação centrada na história falada e na participação ativa da comunidade local na construção de conhecimento sobre este património. Através de entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e visitas de escuta ativa, recolheram-se narrativas biográficas que revelam as múltiplas camadas de significado atribuídas ao Convento, desde a sua função educativa até ao papel atual como espaço cultural. A metodologia adotada, assente na investigação-ação participativa e em fundamentos teóricos sobre memória, identidade e património, permitiu integrar saberes locais e científicos, promovendo uma leitura mais inclusiva do edifício e do seu valor simbólico para a comunidade. Os resultados evidenciam o Convento como lugar de memória e pertença, cuja valorização futura exige a continuidade de práticas participativas e socialmente enraizadas.

Palavras-chave: história falada, património cultural, memória coletiva, participação comunitária, Convento de São José.

Abstract

This chapter, developed within Line 2 of the CONVENTUS Project presents research focused on spoken history and the active participation of the local community in the co-construction of knowledge about this heritage site. Through semi-structured interviews, conversation circles, and active listening visits, biographical narratives were collected that uncover the multiple layers of meaning attributed to the Convent, from its educational role to its current function as a cultural center. The methodology, grounded in participatory action research and theoretical frameworks on memory, identity, and heritage, enabled the integration of local and academic knowledge, fostering a more inclusive interpretation of the building and its symbolic value to the community. The results highlight the Convent as a site of memory and belonging, whose future valorization depends on the continuation of participatory and community-rooted practices.

Keywords: oral history, cultural heritage, collective memory, community participation, Convent of Saint Joseph in Lagoa.

**Convento de Nossa Senhora do Paraíso: reconstituição
gráfica de um desaparecido património arquitetónico
em Évora**

Convent of Our Lady of Paradise: graphic reconstitution
of a disappeared architectural heritage in Évora

Tiago Sobral

Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
Centro de Estudos de Arquitetura - do Território ao Design

Rui Lobo

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais;
Departamento de Arquitetura

Catarina Almeida Marado

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Resumo

O Convento de Nossa Senhora do Paraíso foi fundado originalmente como um recolhimento no ano de 1400, em Évora. Com o aumento do número de recolhidas, a comunidade passou a professar a Terceira Ordem de S. Domingos em 1499 e, em 1517, adotou a Primeira Regra de São Domingos, transformando-se num convento propriamente dito. Após a extinção das Ordens Religiosas (1834), o cenóbio foi extinto em 1897, por morte da última religiosa, e demolido em 1900. Este trabalho visa ensaiar uma proposta de reconstituição gráfica de um património monástico-conventual feminino totalmente desaparecido, tendo como base a recolha de registos iconográficos, fotográficos e documentais. Para tal, foram produzidas plantas e um alçado, o que não apenas possibilita a visualização do conjunto edificado, como também a interpretação dos seus espaços conventuais, contribuindo assim para uma compreensão mais aprofundada sobre a vida quotidiana das religiosas.

Palavras-chave: Évora, reconstituição gráfica, Convento de Nossa Senhora do Paraíso, Ordens Religiosas, clausura.

Abstract

The Convent of Our Lady of Paradise was originally founded as a female retreat in 1400 in Évora. As the number of interned women increased, the community of the retreat began to profess the Third Order of St. Dominic in 1499 and in 1517, developed the First Rule of St. Dominic, transforming itself into a convent proper. The convent closed in 1897 following the last nun's death and was demolished in 1900, after the suppression of the Religious Orders in 1834. Hence this paper seeks to test a proposal for the graphic reconstruction of a female monastic-conventual heritage that has completely disappeared, based on a collection of iconographic, photographic and documentary records. Plans and one elevation were produced, which not only help visualizing the architectural heritage, but also the interpretation of its convent spaces, therefore contributing to a deeper understanding of the daily life of the nuns.

Keywords: Évora, graphic reconstitution; Convent of Our Lady of Paradise; Religious Orders; enclosure.

Mulheres na implementação de sistemas conventuais femininos: novas perspetivas de análise a partir dos estudos de género no antigo Reino de Sevilha

Women in the establishment of female conventual systems:
new analytical perspectives through gender studies in the
former Kingdom of Seville

María del Castillo García Romero

Universidad de Castilla-La Mancha, Escuela de Arquitectura de Toledo

Resumo

A intervenção das mulheres nos processos conducentes à produção, circulação e consumo artístico tem constituído nas últimas décadas um tema de interesse para a historiografia desde múltiplas disciplinas. Neste sentido, tem-se trabalhado desde uma perspectiva de género, aplicando diferentes fórmulas e metodologias para a reflexão crítica sobre o papel da mulher ao longo da história, bem como a sua, no entanto, invisibilidade. Embora, no campo da arquitetura de carácter religioso existam múltiplas lacunas, ainda que muitos dos edifícios em questão tenham sido patrocinados e habitados, em suma, *construídos* do ponto de vista intelectual, material e experiencial, por grupos deste género. Nesta linha, pretendemos discutir, a partir de novas perspetivas, os processos de *construção* que ocorrem na arquitetura religiosa feminina, tendo em conta a dinâmica ideológica que regeu no caso específico de um convento concepcionista no antigo Reino de Sevilha.

Palavras-chave: promoção, arquitetura, sistema conventual, estudos de género, antigo Reino de Sevilha.

Abstract

The intervention of women in the processes leading to artistic production, circulation and consumption has constituted in recent decades a topic of interest for the historiography of multiple disciplines. In this sense, we have worked on a gender perspective, applying different formulas and methodologies of critical reflection on the role of women throughout history, as well as their invisibility. Although, in the field of religious architecture there are multiple gaps, in addition to the fact that many of these buildings have been sponsored and inhabited, in short, built from an intellectual, material and experiential point of view, by groups of this kind. Here, we intend to discuss, from new perspectives, the processes of construction in the case of feminine religious architecture, tending to the ideological dynamics that govern one case in the former Kingdom of Seville.

Keywords: promotion, architecture, convent system, gender studies, former Kingdom of Seville.

The transformation of the former Convent of Saint Augustine in Seville: from urban planning to architectural detail

A transformação do antigo Convento de Santo Agostinho em Sevilha: do ordenamento urbano ao detalhe arquitetónico

María Teresa Pérez-Cano

University of Seville, Higher Technical School of Architecture,
Department of Urban and Regional Planning

Javier Ostos-Prieto

RWTH Aachen University, Faculty of Architecture, Chair of Urban Design
and Institute for Urban Design and European Urbanism

Clara Mosquera-Pérez

University of Alcalá de Henares, School of Architecture,
Department of Architecture

Eduardo Mosquera-Adell

University of Seville, Higher Technical School of Architecture, Department of History, Theory, and
Architectural Composition

Resumo

Após décadas de abandono e irrecuperáveis perdas no antigo convento dos Agostinhos - declarado Monumento em 1964 - o Ayuntamiento de Sevilla (Câmara Municipal de Sevilha), enquanto proprietário do imóvel, lançou em 2005 um concurso público para a sua reconversão para uso hoteleiro. Na sequência de um concurso restrito de arquitetura, o projeto foi atribuído à prestigiada equipa de arquitetos Cruz y Ortiz. Apenas o claustro principal e o respetivo refeitório se mantinham. O volume da igreja encontrava-se perdido e praticamente irreconhecível. A entrada principal, atribuída a Hernán Ruiz II, havia sido desmontada e outros elementos encontravam-se incorporados em edifícios adjacentes. Esta apresentação descreve e avalia o processo por nós conduzido, desde a valorização inicial do edifício até à elaboração do plano especial de proteção, que viria a tornar viável a concretização do projeto arquitetónico.

Palavras-chave: Planeamento de proteção, usos compatíveis, intervenção monumental, cidade conventual de Sevilha, Cruz y Ortiz.

Abstract

After decades of abandonment and substantial losses to the former Augustinian convent, declared a Monument in 1964, the Seville City Council, as owner of the building, launched a public tender in 2005 for its conversion to hotel use. After a restricted architectural competition, the project was awarded to the renowned architectural team Cruz y Ortiz. Only the main cloister with its refectory remained. The church volume was lost and barely recognisable. The main entrance, attributed to Hernán Ruiz II, had been dismantled and other elements were embedded within adjacent buildings. This presentation describes and assesses the process we conducted, from the initial valorisation of the building to the draughting of the special protection plan, which would ultimately make the architectural project feasible.

Keywords: Protection planning, compatible uses, monumental intervention, Seville conventual city, Cruz y Ortiz.

Sacred sites, Abandoned abbeys: Sustainable Heritage Tourism in Southern Sweden

Locais sagrados, abadias abandonadas: turismo cultural
sustentável no sul da Suécia

Henrik Lindblad

Uppsala University, Department of Art History

Johan Eriksson

Uppsala University, Department of Art History

Christer Gustafsson

Uppsala University, Department of Archaeology, Ancient History and Conservation

Resumo

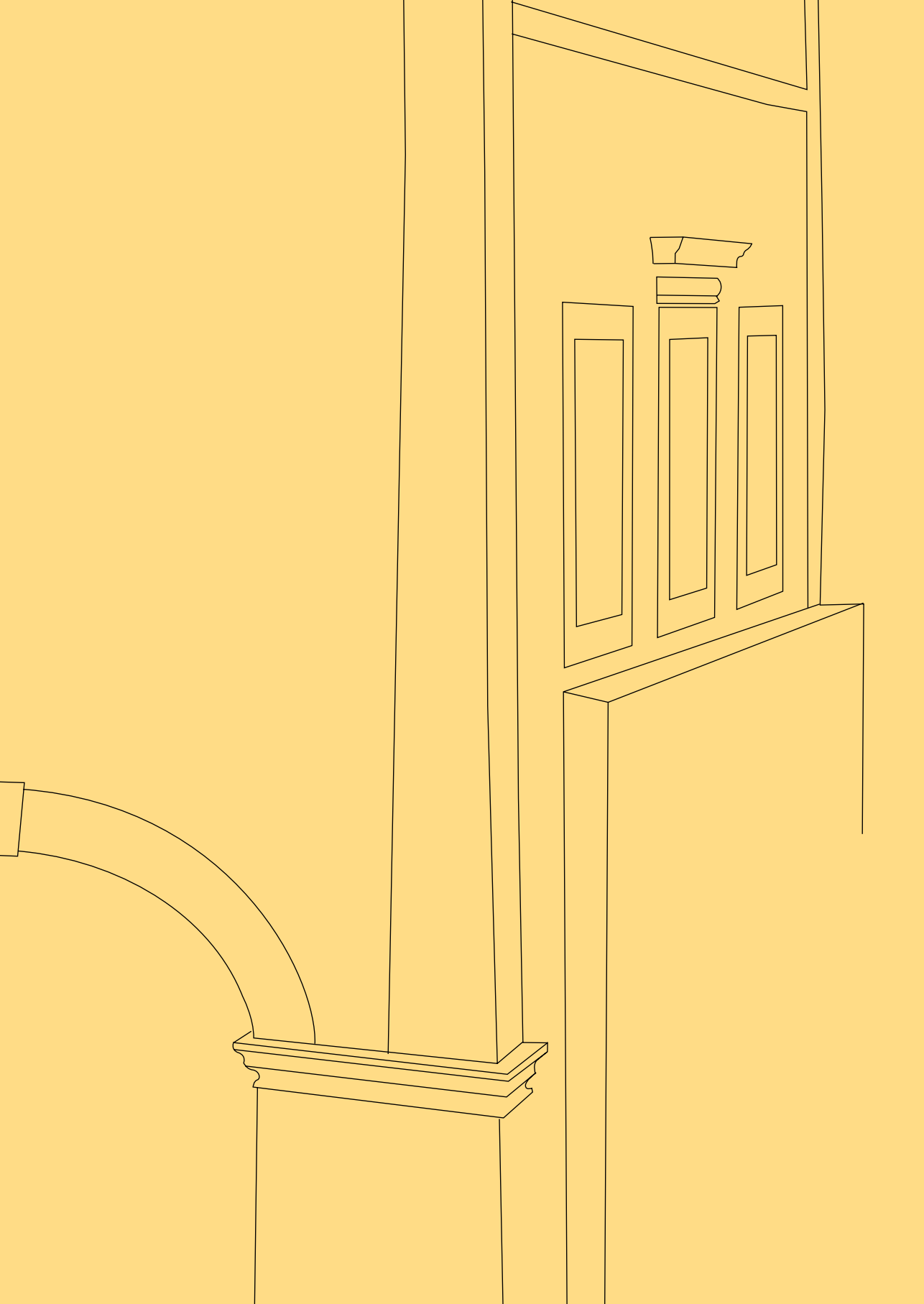
Este artigo explora o potencial do turismo patrimonial sustentável e do desenvolvimento de sítios locais no sudeste da Escânia, com foco nas igrejas medievais e nos mosteiros abandonados. As igrejas têm servido como marcos importantes na paisagem, mas muitas das paróquias que as possuem enfrentam agora o declínio do número de membros e dificuldades financeiras. O estudo defende que estes sítios podem ser desenvolvidos como recursos a longo prazo através de investigação histórica, gestão sustentável dos valores patrimoniais e colaboração com as partes interessadas locais. O estudo destaca o contexto histórico, incluindo uma visão geral da paisagem monástica sueca, as origens das igrejas e conventos investigados na antiga região dinamarquesa da Escânia e o seu património arquitetónico e artístico. Através de estudos de campo e comparações internacionais, o projeto pretende integrar as igrejas no desenvolvimento local e fortalecer o seu papel no turismo regional. O estudo enfatiza a necessidade de uma estratégia inclusiva para garantir que o património cultural contribui para o desenvolvimento sustentável e para o envolvimento da comunidade.

Palavras-chave: Igrejas medievais, mosteiros, valores patrimoniais, turismo, desenvolvimento sustentável.

Abstract

This article explores the potential for sustainable heritage tourism and local site development in southeastern Scania, focusing on medieval churches and abandoned monasteries. Churches have long served as important landmarks in the landscape, but many of the parishes that own the churches now face declining membership and financial difficulties. The study argues that these sites can be developed as long-term resources through historic research, sustainable management of heritage values and collaboration with local stakeholders. The study highlights the historical context, including an overview of the Swedish monastic landscape, the investigated churches and convents origins in the formerly Danish region of Scania and their architectural and artistic heritage. Through field studies and international comparisons, the project aims to integrate the churches into local development and strengthen their role in regional tourism. The study emphasize that an inclusive strategy is necessary to ensure cultural heritage contributes to sustainable development and community engagement.

Keywords: Medieval churches, monasteries, heritage values, tourism, sustainable development.



Notas biográficas

Biographical notes

Andreia Fidalgo

PT | Doutorada em História pelo Instituto Universitário de Lisboa, Licenciada em Património Cultural e Mestre em História do Algarve pela Universidade do Algarve. Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. É investigadora do Projeto CONVENTUS.

EN | *PhD in History from the University Institute of Lisbon, with a bachelor's degree in Cultural Heritage and a master's degree in History of the Algarve from the University of Algarve. She is an Adjunct Assistant Professor at the Faculty of Human and Social Sciences and the Faculty of Economics at the University of Algarve. Researcher at the Centre for Global Studies at Universidade Aberta and a researcher for the CONVENTUS Project.*

Bárbara Santos

PT | Mestre em História e Património, com especialização em História da Arte pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, é licenciada (2020) em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É prestadora de serviços no Município de Lagoa, como técnica na área de História da Arte, e está integrada no Projeto CONVENTUS, como parte da equipa do Município de Lagoa.

EN | *Bachelor's degree in Art History (2020) by the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon, and master's degree in History and Heritage, with a specialisation in Art History, by the Faculty of Human and Social Sciences of the University of the Algarve. She provides services to the Municipality of Lagoa as a specialist in Art History and is part of the CONVENTUS Project, integrated into the municipal team.*

Catarina Almeida Marado

PT | Investigadora integrada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Investigadora colaboradora no Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património - Polo UAlg. É também Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e Professora Colaboradora no Master en Arquitectura y Patrimonio da Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha. Doutorada em Arquitetura pela Universidade de Sevilha, com pós-doutoramento em História do Urbanismo pelo CES-UC. Licenciada em Arquitetura, com formação pós-graduada em Arquitetura, Património Cultural, Urbanismo e Ordenamento do Território. Como investigadora participa em vários projetos nacionais e internacionais e atualmente co-coordena o Projeto CONVENTUS, com Lorena Sancho Querol.

EN | *Integrated researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra and collaborating researcher at the Centre for Studies in Archaeology, Arts and Heritage Sciences – University of Algarve branch. She is an Invited Assistant Professor at the Faculty of Human and Social Sciences of the University of Algarve and a Collaborating Professor on the master's in Architecture and Heritage at the*

Higher Technical School of Architecture, University of Seville. PhD in Architecture from the University of Seville, with postdoctoral research in History of Urbanism at CES-UC. Bachelor's degree in architecture, with postgraduate education in Architecture, Cultural Heritage, Urbanism, and Territorial Planning. As a researcher, she is involved in several national and international projects and is currently co-coordinating the CONVENTUS Project, together with Lorena Sancho Querol.

Christer Gustafsson

PT | Professor catedrático de Conservação na Universidade de Uppsala, na Suécia. É também membro do UNESCO Culture 2030 Indicators Expert Facility, um grupo internacional de especialistas que trabalha com indicadores para os Objetivos de Sustentabilidade das Nações Unidas (Agenda 2045); da Rede Europeia de Especialistas em Cultura. É presidente do EIT (Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia) Culture & Creativity Strategic Topic Group para a reutilização adaptativa inovadora, empreendedora e circular do património cultural; do Conselho de Investigadores Externos do Conselho Nacional do Património da Suécia e do Grupo de Referência do Conselho Nacional Sueco para a Habitação, Construção e Planeamento sobre o Design de Ambientes de Vida. Foi atualmente membro do painel de peritos para o Selo do Património Europeu (nomeado pela Comissão Europeia). Foi também um dos autores da estratégia de investigação e inovação para o património cultural no programa-quadro de investigação Horizonte 2020 da DG Investigação e Inovação da UE e membro do painel de peritos da Comissão Europeia e embaixador de uma Agenda Europeia para a investigação do património cultural e inovação.

EN | *Full Professor in Conservation at Uppsala University, Sweden. He is also member of the UNESCO Culture 2030 Indicators Expert Facility, an international expert group working with indicators for the United Nations' Sustainability Goals (Agenda 2045); the European Expert Network on Culture. He is Chairman for EIT (European Institute of Innovation and Technology) Culture & Creativity Strategic Topic Group for Innovative, entrepreneurial and circular adaptive re-use of cultural heritage; the Swedish National Heritage Board's External Researcher Council, and the Reference Group at the Swedish National Board of Housing, Building and Planning on Design Living Environment. He was currently member of the expert panel for European Heritage Label (appointed by the European Commission). Also, one of the authors of the research and innovation strategy for cultural heritage in EU DG Research and Innovation's research framework programme Horizon 2020, and member of the European Commission's expert panel and ambassador for a European Agenda for research of cultural heritage and innovation.*

Clara Mosquera-Pérez

PT | Docente da Universidade de Alcalá na Área de Composição Arquitetónica. Doutora em Arquitetura e História da Arte (Universidade de Sevilha e Paris 1 Panthéon-Sorbonne). Arquiteta e Mestre em Arquitetura e Património Histórico (Universidade de Sevilha) e em Conservação e Gestão do Património (Universidade Politécnica de Valência). Membro do Conselho Internacional de Museus.

EN | *Lecturer at University of Alcalá in the Area of Architectural Composition. Doctor in Architecture & Art History (University of Seville & Paris 1 Panthéon-Sorbonne). Architect and MSc in Architecture and Historic Heritage (University of Seville) and in Heritage Conservation and Management (Polytechnic University of Valencia). Member of the International Council of Museums.*

Eduardo Mosquera-Adell

PT | *Arquiteto, Professor da Área de Composição Arquitetónica, é coordenador do Mestrado em Arquitetura e Património Histórico da Universidade de Sevilha. Coordenou três programas de doutoramento na área de Património Histórico e orientou 31 teses. Membro da Academia do Patal (Cientistas e técnicos em restauro monumental). Ex-assessor do Conselho de Curadores do Monumento Património Mundial do Real Alcázar de Sevilha. Cofundador e membro do grupo de pesquisa HUM-700: Património e Desenvolvimento Urbano e Territorial na Andaluzia.*

EN | *Architect and Professor in the Area of Architectural Design, he is the coordinator of the master's programme in Architecture and Historical Heritage at the University of Seville. He has coordinated three doctoral programmes in the field of Historical Heritage and has supervised 31 doctoral theses. He is a member of the Academia del Patal (Association of Scientists and Technicians in Monumental Restoration), and former advisor to the Board of Trustees of the Real Alcázar of Seville, a UNESCO World Heritage Site. He is also co-founder and member of the research group HUM-700: Heritage and Urban and Territorial Development in Andalusia.*

Gabriela Vieira

PT | *Licenciada e mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Desde 2020 tem vindo a colaborar em diversos projetos de investigação social, tanto ao nível nacional como internacional. Atualmente é doutoranda em Sociologia no Programa Interuniversitário OpenSoc e bolsreira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, bem como membro doutorando do CinTurs - Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar da Universidade do Algarve. Colabora no projeto CONVENTUS como investigadora local.*

EN | *Holder of a bachelor's and a master's degree in Sociology from the Faculty of Economics, University of Algarve. Since 2020, she has been involved in various social research projects at both national and international levels. She is currently a PhD candidate in Sociology within the OpenSoc Interuniversity Programme and a grantee of the Portuguese Foundation for Science and Technology. She is also a doctoral member of CinTurs – Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being at the University of Algarve. She collaborates with the CONVENTUS project as a local researcher.*

Henrik Lindblad

PT | *Doutorado em História da Arte, trabalha como consultor patrimonial, especializado em arte eclesiástica, arquitetura, ideologia, gestão e uso do património.*

Desde 2023, é investigador afiliado na Universidade de Uppsala. Anteriormente, trabalhou como coordenador de património, consultor sénior e estratega no Conselho Nacional do Património da Suécia, no Ministério da Cultura e na Igreja da Suécia. É membro fundador da organização europeia “Future for Religious Heritage” (FRH) e ex-presidente do seu Comité Consultivo Científico. É também membro fundador e ex-vice-presidente do Comité Científico Internacional sobre Lugares de Religião e Ritual do ICOMOS, PRERICO, e, nesta qualidade, realizou várias revisões de candidaturas ao Património Mundial da UNESCO. Publicou vários artigos sobre património religioso, a nível nacional e internacional. A sua investigação centra-se atualmente no desenvolvimento de igrejas abandonadas e subutilizadas, avaliações de valor do património eclesiástico e julgamentos de bruxas como património eclesiástico obscuro ou complexo.

EN | *PhD in Art History, works as a heritage consultant, specialized in ecclesiastical art, architecture, heritage ideology, management and use. Since 2023 he is a researcher affiliated with Uppsala University. He has previously worked as heritage coordinator, senior advisor and strategist at the Swedish National Heritage Board, the Ministry of Culture and the Church of Sweden. He is a founding member of the European organization Future for Religious Heritage (FRH) and former chair of its Scientific Advisory Committee. He is also founding member and former vice president of ICOMOS' International Scientific Committee on Places of Religion and Ritual, PRERICO, and has in this role performed several reviews of UNESCO World Heritage nominations. He has published many articles on religious heritage, nationally and internationally. His research is currently focused on development of redundant and underused churches, value assessments of church heritage, and witch trials as dark or complex ecclesiastical heritage.*

Ignacio González-Varas Ibáñez

PT | Historiador, professor e ensaísta, é catedrático de Composição Arquitetónica na Escola de Arquitetura de Toledo, da Universidade de Castela-Mancha. Autor da recente monografia *Toledo, la ciudad conventual* (Munilla-Lería, 2023), é membro do grupo de investigação CLAUSTRAT. Recebeu o XI Prémio Internacional de Ensaio Siglo XXI pela obra *Las ruinas de la memoria* (Cidade do México, 2014). Entre as suas publicações mais recentes destacam-se os títulos: *El culto a la memoria. Ética y estética* (Cátedra, 2023), *Palacios de España* (La Esfera de los Libros, 2022) e *Conservación del patrimonio cultural. Teoría, historia, principios y normas* (Cátedra, 2018). Foi distinguido com o Prémio Archivo Hispalense e com o I Prémio Internacional de Romance Histórico “Héroes del Dos de Mayo” pela obra *El infortunado infante* (Tugia, 2024).

ENG | *Historian, professor and essayist, Professor of Architectural Composition at the Toledo School of Architecture, University of Castilla-La Mancha. Author of the recent monograph Toledo, the Conventual City (Munilla-Lería, 2023), member of the CLAUSTRAT research group. He received the XI International Essay Prize Siglo XXI for his work The Ruins of Memory (Mexico City, 2014). His most recent publications include titles such as The Cult of Memory. Ethics and Aesthetics, Cátedra, 2023; Palaces of Spain, La Esfera de los Libros, 2022; Conservation of Cultural Heritage. Theory, History, Principles and Norms, Cátedra, 2018. He has received the Archivo*

Sevillian Prize and the I International Historical Novel Prize “Heroes of the Second of May” for El infortunado infante (Tugia, 2024).

Ismael Estevens Medeiros

PT | Licenciado em Património Cultural e Mestre em Arqueologia (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve), possui experiência em salvaguarda e valorização do Património Cultural, investigação em História local e Arqueologia preventiva. Como técnico do Município de Lagoa, tem estudado o antigo Recolhimento de São José. Atualmente, coordena projetos como Espaço Gamboa, CONVENTUS, Ilhéu do Rosário, 60 anos Rancho Folclórico do Calvário, ou Museu Arqueológico de Lagoa.

EN | *Holder of a bachelor's degree in Cultural Heritage and a master's degree in Archaeology (Faculty of Social and Human Sciences, University of Algarve), he has experience in the safeguarding and enhancement of Cultural Heritage, as well as research in local history and preventive archaeology. As a heritage officer at the Municipality of Lagoa, he has been studying the former Convent of Saint Joseph. He is currently coordinating projects such as Espaço Gamboa, CONVENTUS, Ilhéu do Rosário, 60 years of Calvário Folklore Group, or Lagoa Archaeological Museum.*

220

Javier Ostos-Prieto

PT | Arquiteto (2017) pela Universidade de Sevilha. Mestre em Arquitetura e Património Histórico (2018) e Mestre em Urbanismo, Planeamento e Desenho Urbano (2020) pela Universidade de Sevilha. Doutorado em Arquitetura pela Universidade de Sevilha e *Doktor der Ingenieurwissenschaften* pela Universidade Técnica da Renânia do Norte-Vestfália - RWTH Aachen (2024). Possui acordo de tese conjunta entre a Universidade de Sevilha e a Universidade Técnica da Renânia do Norte-Vestfália - RWTH Aachen.

EN | *Architect (2017) from the University of Seville. Holds a master's degree in Architecture and Historical Heritage (2018) and a master's degree in Urbanism, Planning and Urban Design (2020), both from the University of Seville. PhD in Architecture from the University of Seville and Doktor der Ingenieurwissenschaften from RWTH Aachen University (2024), under a joint doctoral agreement between the University of Seville and RWTH Aachen University.*

Johan Eriksson

PT | Chefe do Departamento de História da Arte da Universidade de Uppsala, Chefe do Clube de Antigos Alunos da Sociedade Japonesa para a Promoção da Ciência e Vice-Chefe do Instituto Sueco em Roma. A sua investigação centra-se na arte e arquitetura medievais e renascentistas, transferência cultural, comunicação visual, história da arte digital e uso e reutilização do património cultural. Publicou sobre pinturas murais românicas e renascentistas e sobre historiografia da arte na Suécia e em Itália. Publicou “The Condottiere Prince: A Visual Rhetoric” (Suecoromana, Estocolmo 2022), um estudo sobre os comissários e a comunicação visual na Itália

renascentista. Juntamente com colegas da área do Design de Jogos, desenvolveu investigação sobre os museus virtuais como método e ferramenta para a pesquisa, acessibilidade e preservação de coleções de arte e património cultural.

EN | *Associate Professor, Johan Eriksson is Chair of the Department of Art History at Uppsala University, Chair of Japan Society for the Promotion of Science Alumni Club and Vice Chair of the Swedish Institute in Rome. His research focuses on Medieval and Renaissance art and architecture, cultural transfer, visual communication, digital art history and the use and re-use of cultural heritage. He has published on Romanesque and Renaissance wall paintings and on art historiography in Sweden and Italy. His recent publication "The Condottiere Prince: A Visual Rhetoric" (Suecoromana, Stockholm 2022), is a study of the commissioners and the visual communication in Renaissance Italy. Together with colleagues from Game Design he has developed research on virtual museums as method and tool for research, accessibility and preservation of art collections and cultural heritage.*

José Ramón Barros Caneda

PT | Doutorado em História da Arte pela Universidade de Sevilha e Professor Contratado na Universidade de Cádiz, onde exerceu funções como Diretor do Secretariado do Património e coordenador do Inventário do Património Cultural. Atualmente, é membro do Instituto de Investigação em Estudos do Mundo Hispânico e diretor do grupo de investigação do PAIDI HUM-726 (Cidade, Imagem e Património). A sua linha de investigação, comprovada por diversos livros e publicações de várias naturezas, centra-se na área do património cultural, desenvolvendo atividades de documentação e proteção de bens móveis e imóveis, com abordagens e perspetivas interdisciplinares na valorização e reflexão crítica sobre os objetos culturais.

EN | *PhD in Art History from the University of Seville and Associate Professor at the University of Cadiz, where he was Director of the Secretariat of Heritage and coordinator of the Cultural Heritage Inventory. He currently belongs to the Institute for Research in Hispanic World Studies and is director of the Paidi research group Hum-726 (City, Image and Heritage). His line of research, supported by several books and publications of various kinds, is oriented towards the field of cultural heritage in which he develops documentation and protection of movable and immovable property, deploying interdisciplinary directions and visions in the assessment and reflection on cultural objects.*

Lorena Sancho Querol

PT | Investigadora e ativista em Museologia Social no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutorada em Museologia no âmbito do projeto "Celebration of Coastal Culture" (PT0019/EEA-GRANTS, 2007-09) e Pos-Doutora em Gestão Participativa em Museus pelo Centro de Estudos Sociais, na qualidade de bolsreira de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal. Foi professora convidada da CAPES, Brasil, a traves da Universidade Federal de Piauí, para dinamizar a área de gestão e valorização do património imaterial do Nordeste do Brasil. Co-coordenou, entre outros, a equipa portuguesa do projeto H-2020 "European Colonial Heritage Modalities in Entangled Cities" (ECHOES), junto com Paulo Peixoto,

onde desenvolveu um estudo comparativo sobre práticas de educação decolonial em museus nacionais no Brasil e em Portugal. “onde realizou o Pós-Doutoramento em Gestão Participativa em Museus”. Atualmente integra a coordenação do projeto H-2020 “IN SITU: Place-based innovation of cultural and creative industries in non-urban areas” e co-coordena o projeto CONVENTUS, com Catarina Almeida Marado.

EN | *Researcher and activist in Social Museology at the Center for Social Studies, University of Coimbra. PhD in Museology, as team researcher of the project “Celebration of Coastal Culture” (PT0019/EEA-GRANTS, 2007-09). Pos-Doctorate in Participatory Management in Museums, as research grantee of the Foundation for Science and Technology, Portugal. She was guest professor by CAPES, Brazil, at the Federal University of Piauí, to boost the area of management of intangible heritage of Northeast Brazil. She co-ordinated, among others, the Portuguese team of the H-2020 project “European Colonial Heritage Modalities in Entangled Cities” (ECHOES), together with Paulo Peixoto, where she developed a comparative study on decolonial education practices in national museums in Brazil and Portugal. Currently, Lorena integrates the coordination of the project H-2020 “IN SITU: Place-based innovation of cultural and creative industries in non-urban areas” and co-coordinates the project CONVENTUS together with Catarina Almeida Marado.*

María del Castillo García Romero

PT | Professora Assistente na Área de Composição Arquitetónica da Escola de Arquitetura de Toledo, Universidade de Castilla-La Mancha. Doutora internacional “cum laude” em História da Arte pela Universidade de Sevilha, é membro do Grupo de Investigação HUM 726: Cidade, Imagem e Património, e do Instituto de Investigação em Estudos do Mundo Hispânico, na Universidade de Cádiz (UCA). Faz parte do Projeto Connexa Mundi, e da coordenação do Projeto La construcción gráfica del espacio en Gibraltar y su entorno, na Universidade de Cádiz, bem como da equipa de investigação do Projeto CONVENTUS.

EN | *Assistant Professor in the Area of Architectural Design at the School of Architecture of Toledo, University of Castilla-La Mancha. She holds an international PhD cum laude in Art History from the University of Seville. She is a member of the Research Group HUM 726: City, Image and Heritage, and of the Research Institute for Hispanic World Studies at the University of Cádiz. She is involved in the Connexa Mundi project, co-coordinates the project La construcción gráfica del espacio en Gibraltar y su entorno at UCA, and is also part of the research team for the CONVENTUS project.*

Maria Luísa Jacquet

PT | Docente universitária, investigadora e consultora em Património Histórico. Doutorou-se em História, especialidade de História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e licenciou-se na mesma área e pela mesma universidade. Detém igualmente formação em Museologia, Património e Direito do Património Cultural. Tem participado em projetos, nacionais e internacionais, relativos à História religiosa das Épocas Moderna e Contemporânea. A sua investigação versa essencialmente os domínios da espiritualidade cristã e do património monástico-conventual.

ENG | *University lecturer, researcher, and consultant in the field of Historical Heritage. She holds a Doctorate in History, with a specialisation in Art History, from the Faculty of Arts of the University of Coimbra, where she also completed her undergraduate studies in the same area. She has further academic training in Museology, Heritage Studies, and Cultural Heritage Law. Her participation in national and international projects has focused on the religious history of the Modern and Contemporary eras. Her research is primarily dedicated to the study of Christian spirituality and monastic-conventual heritage.*

María Teresa Pérez-Cano

PT | *Arquiteta. Professora de Urbanismo e Ordenamento do Território na Universidade de Sevilha desde 1995. Colaborando permanentemente com diversos programas de mestrado e doutoramento, já foi orientadora de 36 teses de doutoramento. Cofundadora e diretora do grupo de pesquisa HUM-700 “Património e Desenvolvimento Urbano e Territorial na Andaluzia”. Atualmente liderando um projeto de P&D em cidades de médio porte na Andaluzia. Com foco na preservação do planeamento urbano, o grupo realizou diversas pesquisas, planos urbanos e consultoria profissional sobre edifícios classificados, monumentos, centros históricos e paisagens.*

EN | *Architect. Professor of Urbanism and Territory Planning at the University of Seville since 1995. Permanently collaborating with several Master's and Doctorate programmes, she has already been a supervisor of 36 doctoral thesis. Co-founder and director of the research group HUM-700 'Heritage and Urban and Territorial Development in Andalusia'. Currently leading an R&D project in medium-sized cities in Andalusia. Focused on the preservation of urban planning, the group has conducted several research, urban plans, and professional advice on listed buildings, monuments, historic centres, and landscapes.*

Raquel Henriques da Silva

PT | *Professora catedrática Jubilada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de História da Arte. Autora de estudos de investigação e divulgação nas áreas do urbanismo e arquitetura (século XIX-XX), artes plásticas e museologia. Comissária de exposições de arte. Foi diretora do Museu do Chiado, Lisboa (1994-97) e do Instituto Português de Museus (1997-2002).*

EN | *Retired Professor at the Faculty of Social and Human Sciences of the New University of Lisbon, Department of Art History. Author of research and dissemination studies in the areas of urban planning and architecture (19th-20th centuries), plastic arts and museology. Commissary of art exhibitions, she was director of the Chiado Museum, Lisbon (1994-97) and of the Portuguese Institute of Museums (1997-2002).*

Rui Lobo

PT | *Professor do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra e Investigador no Centro de Estudos Sociais da mesma instituição. Integra a primeira geração de arquitetos formados na Universidade de Coimbra, em 1994. Em 2010*

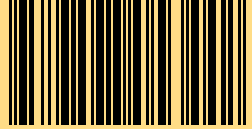
publicou a obra intitulada “Uma Universidade na Cidade. Urbanismo e arquitetura universitária na Península Ibérica entre a Idade Moderna Média e a Moderna Inicial”. Desenvolve investigação sobre teoria e história da arquitetura, especialmente dos séculos XVI e XVII, com foco na arquitetura universitária, portuguesa e jesuítica. É autor de diversos livros, capítulos de livros e artigos publicados em Portugal e no estrangeiro. Desde 2014 é um dos coordenadores do Curso de Doutoramento em Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coordenou o projeto FCT Santa Cruz - reconstrução digital 3D do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1834, entre 2018 e 2022.

EN | *Professor in the Department of Architecture at the University of Coimbra and researcher at the Centre for Social Studies of the same institution. He is part of the first generation of architects graduated from the University of Coimbra, in 1994. In 2010, he published the work entitled “A University in the City: Urbanism and University Architecture in the Iberian Peninsula between the Late Medieval and Early Modern Periods”. His research focuses on the theory and history of architecture, particularly from the 16th and 17th centuries, with an emphasis on university, Portuguese, and Jesuit architecture. He is the author of several books, book chapters, and articles published both in Portugal and abroad. Since 2014, he has been one of the coordinators of the PhD Course in Architecture of the Faculty of Sciences and Technology of the University of Coimbra. He coordinated the FCT Santa Cruz project - a 3D digital reconstruction of the Monastery of Santa Cruz of Coimbra as it was in 1834 - between 2018 and 2022.*

Tiago Sobral

PT | Arquiteto pela Universidade Regional de Blumenau (Brasil), Mestre e Pós-Graduado pela Universidade de Évora. Atualmente é estudante de Doutoramento em Arquitetura na Universidade de Coimbra e investigador no Projeto CONVENTUS, onde analisa as transformações arquitetónicas do Convento de São José em Lagoa e produz material gráfico correspondente.

EN | *Architect graduated from the Regional University of Blumenau (Brazil), with a master's and postgraduate degree from the University of Évora. He is currently pursuing a PhD in Architecture at the University of Coimbra and is a researcher in the CONVENTUS project, where analyses the architectural transformations of the Convent of Saint Joseph in Lagoa and produces corresponding graphic material.*



ISBN 978-989-8053-44-2

